

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO –
EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA

Estudo caso – Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa
Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo

Dissertação de Mestrado

Carla Liliana Fernandes Gomes

Trabalho realizado sob a orientação de

Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, ESECS

Leiria, setembro de 2021

Mestrado em Ciências da Educação

Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é dirigido ao Senhor Olímpio Gaspar, feitor da instituição desde 1971, que com muito gosto e entusiasmo me contou a história do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, e me deu a conhecer alguns documentos fundamentais para este trabalho, que ainda se encontravam sob sua responsabilidade.

De seguida, agradeço à Fundação Bissaya Barreto por ter autorizado a consulta dos documentos, mesmo antes de serem editados/organizados pelo seu Centro de Documentação Bissaya Barreto.

À Congregação das Irmãs de São José de Cluny, muita gratidão pela imediata disponibilidade para conversar comigo e, por me facultarem os poucos documentos que guardavam, da sua longa presença em Monte Redondo. Um agradecimento especial às Irmãs Maria Ângela Nóbrega, Maria das Dores e Irene Cabecinhas.

Agradeço às entrevistadas, ex-alunas internas e externas, cujas entrevistas e conversas se constituíram como fundamentais para reconstruir a história da instituição, sem o seu contributo este estudo estaria incompleto.

Muitas graças à minha orientadora, Doutora Antónia Barreto, pelo acompanhamento, coadjuvação e pela paciência durante a prossecução deste trabalho.

Naturalmente, o meu agradecimento final é direccionado à minha família, principalmente ao meu companheiro, Daniel Martins, pelo apoio e suporte essenciais para a conclusão da tese.

RESUMO

Entre 1941 e 1974 funcionou no Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, em Monte Redondo, uma Casa de Educação e Trabalho dirigida a crianças do sexo feminino pobres e/ou órfãs da freguesia. Esta obra social nasceu por vontade do seu fundador, Dr. Luís Pereira da Costa, que deixou todos os seus bens ao amigo Dr. Bissaya Barreto, com a condição de que, após a sua morte, este criasse um instituto de utilidade local, com o objetivo de socorrer os pobres da freguesia.

Com o objetivo de compreender e contextualizar esta instituição é feita uma breve análise do percurso entre o assistencialismo e o desenvolvimento comunitário, em Portugal. As instituições do foro caritativo iniciaram-se com a criação das Misericórdias, progredindo para Asilos, Casas de Acolhimento, Albergues até às Casas de Educação e Trabalho, onde confina o trabalho.

Em plena Ditadura, esta obra parece ter sido crucial para dar um novo rumo às meninas que a frequentaram, que tinham a pobreza e o abandono como destino. Baseada em três pilares assistência, educação e trabalho, legitima-se assim um estudo mais detalhado sobre a sua fundação, desenvolvimento e encerramento.

De forma a fazer a reconstituição da história da instituição recorreu-se à análise documental em documentos exclusivos, ainda não editados pelo Centro Documental Bissaya Barreto e a entrevistas a pessoal responsável pela entidade e ex-alunas internas e externas. Assim, propomo-nos a investigar de “De que forma a Casa de Educação e Trabalho – Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, contribui para a educação, assistência e trabalho das raparigas pobres e órfãs da comunidade de Monte Redondo?”

A obra social funcionou de 17 de julho de 1941 a 31 de julho de 1974, cuja orientação foi entregue às Irmãs da Congregação de São José de Cluny, com gestão e direção do Dr. Bissaya Barreto. Funcionou com regime de internato, externato e durante algum tempo foi escola oficial. Aplicou a metodologia da educação doméstica, com o ensino de ofícios e labores às meninas. Alargou os seus serviços de caridade distribuindo a Sopa dos Pobres e abrigando os peregrinos de passagem.

Neste estudo foi possível traçar a história, o modo de funcionamento e orientação da instituição. Cumpriu os desígnios para a qual foi fundada: acolher, educar e preparar para a vida ativa as meninas desamparadas da freguesia. Pode, todavia, ter sido muito mais do que isso para as ex-alunas e para a comunidade de Monte Redondo.

Palavras-chave

Assistencialismo, desenvolvimento comunitário, educação doméstica, Monte Redondo.

ABSTRACT

Between 1941 and 1974, a House of Education and Work addressed to poor and/or orphaned female children of the parish functioned at the D. Maria Rita do Patrocínio Costa Institute, in Monte Redondo. This social work was born at the will of its founder, Dr. Luís Pereira da Costa, who left all his assets to his friend Dr. Bissaya Barreto, on the condition that, after his death, he should create a local institute with the aim of helping out the poor of the parish.

In order to understand and contextualize this institution, a brief analysis of the path between welfare and community development in Portugal is carried out. Charitable institutions began with the creation of *Misericórdias* and later progressed to the creation of Asylums, Foster Houses and Hostels to the Education and Work houses, where its work is confined.

In the midst of the Dictatorship, this work seems to have been crucial to give a new direction to the girls who attended it and whose destiny was poverty and abandonment. Based on three pillars: Assistance, Education and Work, a more detailed study on its foundation, development and closure is thus legitimized.

In order to reconstruct the history of the institution, documentary analysis was made in exclusive documents, not yet edited by the Bissaya Barreto Documental Center, and interviews with staff responsible for the entity and internal and external alumni took place. Therefore, we propose to investigate “How does the Casa de Educação e Trabalho – D. Maria Rita do Patrocínio Costa Institute contributes to the education, assistance and work of poor and orphaned girls in the community of Monte Redondo?”

The institution operated from July 17, 1941 to July 31, 1974, whose guidance was given to the Sisters of the Congregation of San José de Cluny, under the management and direction of Dr. Bissaya Barreto. It worked as a boarding school, day school and for some time it was an official school. Applied the methodology of domestic education, with the teaching of crafts and jobs to girls. It expanded its charitable services by distributing the Soup of the Poor and sheltering passing pilgrims.

In this study, it was possible to trace the history of the institution, how it worked so far and its orientation. It fulfilled the purposes for which it was founded: to welcoming, educating and preparing the helpless girls of the parish for active life. However, it may have been much more than that for the former students and for the community of Monte Redondo.

Keywords

Community development, home education, Monte Redondo, welfare.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	vi
Índice Geral	viii
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Tabelas	xii
Abreviaturas	xiii
Introdução.....	1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	4
1. Do Assistencialismo ao Desenvolvimento Comunitário.....	4
2. A Educação enquanto contributo para o Desenvolvimento Comunitário.....	25
2.1. Métodos educativos da época	25
2.2. A educação de raparigas	33
2.3. A educação e o desenvolvimento comunitário.....	41
ESTUDO EMPÍRICO.....	44
3. Metodologia.....	44
3.1. Problemática	44
3.2. Pergunta de partida e objetivos	45
3.3.1. Pergunta de partida	45
3.3.2. Objetivos	45
3.3. Desenho da investigação	46
3.4. Contexto da investigação.....	47
3.5. Instrumentos e técnicas de recolha de dados.....	48
3.5.1. Caracterização dos entrevistados.....	52
3.6. Técnica de tratamento de dados.....	54
4. Apresentação, análise e discussão de resultados.....	57
4.1. História da instituição.....	59
4.2. Evolução da instituição.....	64
4.3. Apresentação estatística da instituição	86
4.4. Apresentação, análise e comentário dos dados recolhidos nas entrevistas.....	91

4.4.1. Áreas de intervenção da instituição	91
4.4.2. Razões para a entrada no instituto	100
4.4.3. Razões para a saída do instituto	101
4.4.4. Impactos da instituição na comunidade	102
4.4.5. Suporte da pobreza	107
Conclusões.....	109
Bibliografia.....	114
Anexos.....	119
Anexo 1 Guiões das entrevistas.....	120
Anexo 2 Transcrição das entrevistas	123
Anexo 3 Tabelas de categorias	150
Anexo 4 Testamento do Dr. Luís Pereira da Costa	165
Anexo 5 Reconhecimento de utilidade local	167
Anexo 6 Contrato entre Bissaya Barreto e a Congregação de S. José de Cluny ..	169
Anexo 7 Estatutos do Asilo D. Maria Rita do Patrocínio Costa	171
Anexo 8 Memorial do mês de julho de 1941.....	174
Anexo 9 Lista dos documentos necessários à admissão.....	176
Anexo 10 Admissão de aluna interna	177
Anexo 11 Recusa de admissão.....	178
Anexo 12 Satisfação das crianças julho 1941.....	179
Anexo 13 Satisfação das crianças agosto 1941.....	181
Anexo 14 Satisfação das crianças agosto (b) 1941.....	182
Anexo 15 Satisfação das crianças novembro 1941.....	183
Anexo 16 Orientações sobre o funcionamento 1960.....	185
Anexo 17 Funcionamento do Externato.....	187
Anexo 18 Novembro 1942.....	188
Anexo 19 Alvará de funcionamento 1955.....	189
Anexo 20 Camilo Korrodi - sala de aula.....	190
Anexo 21 Encerramento da Escola Primária Interna.....	191
Anexo 22 Autorização para frequência da primária, em escola oficial.....	192
Anexo 23 Estatística 1964.....	193
Anexo 24 Boletim de inscrição de aluno externo do ensino primário elementar..	194
Anexo 25 Economato 1944.....	195
Anexo 26 Economato (b) 1944.....	196

Anexo 27	Carta para o Padre David	197
Anexo 28	Contenção de despesas.....	198
Anexo 29	Fornecimento de água para casa do Pedrógão.....	199
Anexo 30	Arranjos na casa do Pedrógão.....	201
Anexo 31	Médico 1941.....	202
Anexo 32	Dr. Gil 1942.....	203
Anexo 33	Operação garganta.....	204
Anexo 34	Doença infecciosa.....	205
Anexo 35	Praga de Tinha.....	206
Anexo 36	Alimentação - Coimbra.....	207
Anexo 37	Pagamento do Asilo Distrital de Leiria.....	208
Anexo 38	Casa do Povo.....	209
Anexo 39	Administração de vinho.....	210
Anexo 40	Sapateiro.....	211
Anexo 41	Sapateiro (b).....	212
Anexo 42	Compra de cabedal.....	213
Anexo 43	Máquina de costura	214
Anexo 44	Aquisição de máquina de costura.....	215
Anexo 45	Esmolas.....	216
Anexo 46	Esmolas pelo aniversário do Dr. Luís Pereira da Costa.....	217
Anexo 47	Comida para Asilo de Leiria.....	218
Anexo 48	Pedido de assistência religiosa.....	219
Anexo 49	Verbas para despesas de culto	220
Anexo 50	Obra pastoral paroquial.....	221
Anexo 51	Pedido de rescisão de contrato 1973.....	222
Anexo 52	Comunicação ao Bispo de Leiria.....	223
Anexo 53	Resposta do Bispo de Leiria.....	224
Anexo 54	Pedido do Dr. Bissaya Barreto.....	225
Anexo 55	Encerramento da Obra Social.....	226
Anexo 56	Autorização para admissão de internas	227

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa.

Figura 2: Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo.

Figura 3: Livro de registo da Sopa dos Pobres.

ÍNDICE DE TABELAS

Quadro 1: Revoluções Industrial e Francesa e suas alterações na sociedade.

Quadro 2: Número de alunas internas por ano.

Quadro 3: Idade de entrada das internas no Instituto.

Quadro 4: Idade de saída das internas do Instituto.

Quadro 5: Lugares da freguesia de proveniência das internas.

Quadro 6: Motivos de saída das alunas internas.

ABREVIATURAS

CDBB – Centro de Documentação Bissaya Barreto

DC – Desenvolvimento Comunitário

FBB – Fundação Bissaya Barreto

IMRPC – Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa

INTRODUÇÃO

Percorrendo a Estrada Nacional n.º 109, no sentido Leiria – Figueira da Foz, chegados à freguesia de Monte Redondo, bem no centro da vila, à esquerda encontra-se a Igreja Matriz e, à direita, o mais bonito e emblemático edifício da terra, o Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa (IMRPC), um palacete do séc. XX.

A extensa história deste palacete começa no início do século passado, como casa residencial particular, pertencente ao Doutor Luís Pereira da Costa, até aos dias de hoje, propriedade da Fundação Bissaya Barreto (FBB), cedida a sua ocupação, presentemente, à Filarmónica de Monte Redondo. Contudo, esta casa ganhou destaque na freguesia quando nela funcionou uma Obra Social, a Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo que, durante 33 anos acolheu as meninas pobres e órfãs da freguesia.

Sendo a autora deste relatório natural de Monte Redondo, propôs-se a estudar a história deste belíssimo edifício, que frequentou em 1985/1986 enquanto Casa da Criança e, que apenas associava à FBB. Ribeiro (2008) refere que “a formulação do problema exige do pesquisador a observância de critérios como a afetividade em relação a um tema ou alto grau de interesse pessoal e a significação do tema escolhido, sua novidade, sua oportunidade e seus valores académicos e sociais” (p. 138). Foi precisamente o interesse pessoal, em compreender que tipo de obra social se desenvolveu outrora ali, que fez com que esta tese de mestrado se tornasse realidade. Graças ao presente estudo, foi possível compreender todo percurso e os desígnios desta casa, desde a sua doação pelo Dr. Luís Pereira da Costa, ao Dr. Bissaya (seu ex-aluno), até transitar para a proprietária atual, a FBB. O estudo abrange o período de funcionamento do IMRPC enquanto Casa de Educação e Trabalho, entre 1941 e 1974.

Este trabalho insere-se nos estudos sobre a assistência, caridade e educação e trabalho feminino em Portugal na primeira parte do século XX em Portugal e que constituem o embrião para os estudos de educação e Desenvolvimento Comunitário, área que enquadra este relatório de mestrado.

Tendo em consideração a problemática apresentada, a pergunta de partida deste estudo é a seguinte: “De que forma a Casa de Educação e Trabalho – Instituto D. Maria Rita do

Patrocínio Costa, contribui para a educação, assistência e trabalho das raparigas pobres e órfãs da comunidade de Monte Redondo?

O trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a evolução das práticas de assistencialismo e caridade até chegar ao desenvolvimento comunitário (DC). Trata-se de um capítulo importante onde se traça a história do assistencialismo, com as Misericórdias como protagonistas, passando pela Primeira Guerra Mundial que veio revolucionar a resposta à pobreza e aos cuidados de saúde, dando início aos movimentos de assistência social até chegarmos ao desenvolvimento comunitário, fruto de políticas mundiais e diretrizes da ONU.

No segundo capítulo, subordinado ao tema “A educação enquanto contributo para o Desenvolvimento Comunitário” faz-se uma abordagem ao Movimento da Educação Nova em Portugal e aos seus métodos educativos, bem como referência aos pedagogos nacionais mais relevantes, na divulgação destes, em contexto nacional. Em termos de medidas educativas efetua-se uma breve resenha das mesmas na Primeira República e no Estado Novo. A educação de raparigas segue os paradigmas da educação doméstica ou educação *ménagère* presente nos principais asilos e casas de acolhimento, naquela altura. Ainda neste capítulo, aflora-se a relação entre a educação, as escolas e os seus contributos para o Desenvolvimento Comunitário.

No terceiro capítulo, dedicado à metodologia é abordada a problemática, apresentada a pergunta de partida, os objetivos, o desenho da investigação e contexto de investigação. Clarifica-se os instrumentos, as técnicas de recolha e tratamento de dados.

O quarto capítulo contém o estudo empírico. Reescreve-se a história e evolução da obra social, Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa – Casa de Educação e Trabalho, de Monte Redondo. Apresenta-se os dados estatísticos resultantes da análise de alguns documentos e das entrevistas divididas por categorias: áreas de intervenção da instituição, razões para a entrada e saída da instituição, impactos da instituição na comunidade e suporte da pobreza. É feito o comentário dos dados analisados.

Na conclusão sistematizamos os pontos fundamentais do estudo e enumera-se as limitações do estudo, sendo que uma delas se prende com a ausência de consulta dos arquivos do Centro de Documentação Bissaya Barreto (CDBB), em Coimbra. Ainda assim, com os documentos consultados foi possível traçar o percurso do IMRPC desde a

sua abertura até ao seu encerramento. Em anexo, estão os documentos utilizados na elaboração desta tese de mestrado.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. DO ASSISTENCIALISMO AO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Assistencialismo

Antes de avançarmos para a história do assistencialismo, importa verificar o significado do termo “assistência”. De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, este termo indica o “ato de assistir”, o “meio de auxílio ou socorro”, a “intervenção ou ajuda especializada”, o “serviço de apoio”. Portanto, como sinónimos de assistência podemos encontrar vocábulos, tais como: ajuda, apoio, socorro, auxílio, caridade, proteção, suporte, alívio, beneficência, entre outros.

A história do assistencialismo, da caridade e dos atos de beneficência perde-se no tempo, e a sua existência começa a ficar assinalada com a criação das Misericórdias. Estas são muitas vezes associadas à igreja, contudo foram criadas durante o opulento reinado de D. Manuel I, sendo iniciativa da nobreza, portanto. Existem registos de que terá sido D. Leonor de Avis, irmã de D. Manuel que, em 1498, assinou três diplomas para a criação de Misericórdias, entre elas a de Lisboa, a primeira a ser fundada, enquanto o seu irmão estava ausente em Espanha. Segundo Sá (2002):

Caberia a D. Manuel exercer o seu poder político no sentido de as difundir e estruturar a sua atuação, sendo impossível esclarecer se o fez, ou não, por influência da irmã. Afinal, D. Leonor acompanhou todo o seu reinado e sobreviveu à morte de D. Manuel em 1521, tendo falecido apenas em 1525. Mas é um facto que o rei se desdobrou em ações em prol das misericórdias. (p. 22).

Com ou sem influência da irmã, a verdade é que “encontra-se documentada a existência de quarenta e três misericórdias no reinado de D. Manuel, mas é provável que houvesse outras cuja documentação se perdeu ou não se conhece ainda.” (Sá, 2002, p. 22)

Numa fase inicial as misericórdias alojaram-se em capelas e igrejas já existentes, pois os princípios do exercício da caridade eram religiosos, contudo a gestão era feita por leigos, da confiança do rei. (Sá, 2002, p. 41). Para o poder régio, as misericórdias também funcionavam como meio de reestruturação política e social, bem como de reforma e desenvolvimento das populações. Abreu (2002) afirma que, “desde meados de Quinhentos que a existência de uma misericórdia era encarada como uma espécie de certificado do desenvolvimento de uma povoação e, em simultâneo, sinónimo de poder e de alguma autonomia por parte de determinados grupos” (p. 47).

Gradualmente, as misericórdias foram enriquecendo e adquirindo património imobiliário à custa de doações e heranças, não dependendo apenas dos donativos dos reis. Muitas delas passaram a ter serviços de saúde, hospitais, e assim se mantiveram até hoje. “Recorde-se que um número significativo de misericórdias só teve visibilidade social – entenda-se aqui, adesão das populações – quando se tornou responsável pela assistência hospitalar.” (Abreu, 2002, p. 67).

Na comemoração dos 500 anos das misericórdias, Paiva (2002) relembra que estas:

Pela fortíssima propensão que, em quase todas, sempre existiu para a ajuda aos mais necessitados, através da concretização dos preceitos evangélicos do amor ao próximo, materializados em obras concretas de auxílio espiritual e material que ampararam os encarcerados que esperavam por justiça, atalharam a fome a quem não tinha que comer, sararam o corpo a quem o tinha doente, protegeram os meninos abandonados, abrigaram os desabrigados, enterraram os mortos e proporcionaram consolo e amparo a uma enorme legião de criaturas carentes que por eles ansiavam. (p. 11).

Este projeto assistencial tão vasto das misericórdias carecia de uma base económica bastante sólida, coisa que nem sempre aconteceu e, as mesmas, passaram por grandes

dificuldades financeiras. “À entrada de Setecentos as misericórdias já começavam a enfrentar situações económicas complicadas, que rapidamente evoluíam para a completa rutura financeira.” (Abreu, 2002, p. 55). Os próprios padres declaravam mais missas e outros serviços religiosos para obterem um maior financiamento, de forma a conseguirem dar toda a assistência necessária, principalmente a hospitalar. “As misericórdias empobrecidas tornaram-se pouco prestigiantes, perdendo interesse para as elites que, por outro lado, já não encontravam aí o crédito fácil e barato que outrora as fizera tão apetecíveis, mas que nesta época foi fortemente coarctado pelas condições económicas e pela intervenção pombalina.” (Lopes, 2002, p. 79). Em consequência, no final do Século XVIII, crescem os pedidos para a criação de lotarias, por parte das Santas Casas e de outras instituições, como meio para obter financiamento. Apenas a de Lisboa terá sucesso, segundo as pesquisas de Lopes (2002):

Criada por decreto de 18.11.1783, destinava-se a angariar fundos para os expostos, Hospital de S. José e Academia Real das Ciências. As restantes desaparecerão, pois o decreto de 23.9.1828 proíbe todas as rifas, sortes e lotarias à exceção das que são concedidas a favor da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia, o que será reafirmado pelos governos liberais (portaria de 7.8.1837 e decreto de 3.6.1841) (p. 80).

No panorama deste movimento solidário e de beneficência iniciado pelas Misericórdias surge em 1780, uma grande obra completamente distinta - a Casa Pia de Lisboa - , no Castelo de São Jorge, idealizada pelo intendente-geral Diogo Inácio de Pina Manique. Na inauguração, dia 29 de outubro, desse ano, Navarro (2000) refere:

Compareceram a princesa do Brasil, as damas da rainha, secretários de Estado, elementos da nobreza e altos dignatários da Igreja, entre os quais, evidentemente, não faltou o arcebispo de Tessalónica e frei José Mayne, os membros espirituais, e não só, da obra em curso, havendo brilhantemente aberto a sessão D. João de Bragança, duque de Lafões. Em seguida, pelas mãos destes

mesmos convidados, foram lavados, vestidos e servidos da primeira refeição os primeiros órfãos recolhidos (p. 16).

Após a inauguração desta grande obra, a Casa Pia, foram aparecendo outras obras como:

a Casa da Força, que entretanto se subdividira na de Nossa senhora do Carmo, para homens, e de Santa Margarida de Cortona, para mulheres, além da de Nossa Senhora do Livramento para criminosos perigosos e relapsos, também o Colégio e a Casa de Educação de Santo António, para rapazes, a correspondente Casa da Rainha Santa Isabel, para meninas órfãs, a Casa de Nossa Senhora da Conceição para raparigas desprotegidas de maior idade, além de uma outra, mais tarde, para órfãos pequenitos de tenra idade, a Casa de S. José (Navarro, 2000, p. 16).

Vale a pena falar um pouco mais sobre a Casa Pia, pois foi uma obra social ímpar, que se distinguiu das outras pela elevada formação que proporcionou aos órfãos e pobres, nomeadamente ao nível das artes, chegando muitos deles a tirar cursos superiores e a ocupar lugares de responsabilidade e visibilidade social. Para Pina Manique não era suficiente tirar os pobres da rua, vesti-los e alimentá-los, como menciona Navarro (2000):

Era ainda necessário mais alguma coisa. Era necessário cultivá-los, instruí-los, para que esses filhos do povo pudessem vir a ser um exemplo presente e útil desse mesmo povo que ele queria ver desmarginalizado e a todos os títulos enobrecido pela mais cabal formação moral cristã, culto e bem formado, educado e instruído, operosamente útil, e uma referência digna para toda a sociedade (p. 17).

Pina Manique, na Casa Pia, fomentou o “ensino do ler e do escrever”, de acordo com as regras gramaticais portuguesas, que o professor António José dos Reis Lobato, muito bem ensinava. Mas sendo “um prático e amante do belo artístico, igualmente do

desenho fez um dos prioritários esteios do seu programa de ensino” (Navarro, 2000, p. 17) a arte, tendo o pintor António Fernandes Rodrigues, exercido a função de professor até à sua morte. Sempre almejando o melhor para os “seus alunos”, este foram sendo encaminhados para a Academia da Marinha, para a Escola de Fortificação e Desenho, para as Escolas Régias e para colégios em Coimbra (Colégio de Ciências Naturais e Colégio de São João de Deus), para os órfãos se formarem em “Matemática, Filosofia, Leis, Cânones, Medicina e Enfermagem”. Em 1807, existiam já cerca de duzentos alunos inscritos e formados em Coimbra, segundo Navarro (2000, p. 189). A dedicação a esta obra social era tal, que contratou os melhores mestres italianos nas áreas da pintura, escultura, gravação e arquitetura para “ensinarem estes meninos de ninguém, meninos estes que a generosidade de um homem fizera meninos de tudo” (Navarro, 2000, p. 20).

Entretanto, a instabilidade política, o ambiente de guerra com Espanha e França, e as invejas acumuladas fizeram com que o general Lannes, do movimento pró-francês, destituísse Pina Manique do seu cargo de administrador da Alfândega da Cidade de Lisboa, e promovesse o novo intendente Lucas Seabra da Silva, que ocupou a governação da Casa Pia e mandou encerrar muitos dos colégios. Mas o “golpe final” deu-se quando este “pondo na rua, ou antes, a ela fazendo retornar, (...) mais de seiscentas crianças” para as tropas invasoras se instalarem no Castelo de S. Jorge (Navarro, 2000, p. 23). Só em 1811, após a retirada dos franceses veio a ser restabelecida por Principal Sousa, agora no Convento Bernardo do Desterro.

Ainda em relação à Casa Pia, Lima (2000) refere que “curioso é verificar os cuidados de que eram rodeados os interessados, pois quando saíam para a aprendizagem de qualquer arte ou ofício era-lhes fornecido, além de um subsídio em dinheiro, um enxoval para que se apresentassem de forma condigna” (p. 153).

As invasões francesas, a revolução liberal e a proclamação do Brasil como independente deixam o país arruinado que, indubitavelmente, também se refletiu nas Misericórdias, Casa Pia e outras instituições de beneficência. Apesar da decadência e da crise muitas misericórdias mantiveram o seu apoio aos idosos, pobres, órfãos e doentes.

“O primeiro passo institucional para a criação de uma estrutura de assistência pública em Portugal foi dado em 1835, com a criação do Conselho Geral de Beneficência que visava extinguir a mendicidade” (Rodrigues, 2010, p. 203).

Em plena Monarquia Constitucional a assistência aos mendigos já é assumida como tarefa das obrigações do Estado, com a visão de que:

Já não é porque o rei deve ser bom, ou pai, ou porque a economia nacional e a segurança pública não toleram particularismos e/ou desordens que os governos atuam no domínio da assistência, mas sim porque se reconhecem direitos aos cidadãos, entre os quais o direito ao socorro por parte de quem nada tem” (Lopes, 2002, 86).

Além disso, Lopes (2002) refere ainda que:

Como o país não dispunha de meios para a criação de base de um novo sistema assistencial e, por outro lado, possuía uma rede bem disseminada de casas de Misericórdia, instituições bem arraigadas nos hábitos locais e dotadas de meios, a nova ordem constitucional não a desmantelou. Muito pelo contrário. As misericórdias foram consideradas insubstituíveis, as pedras basilares do sistema nacional de beneficência que, por isso mesmo, as não podia deixar entregues aos caprichos dos dirigentes locais (p. 86).

Em 1836, por Decreto (19.09.1836) as misericórdias perdem os serviços para as câmaras municipais, o que foi um favor para as confrarias e uma angústia para as autarquias. Mais tarde, a Portaria de 22 de julho de 1850 reconhece que o Estado tem a incumbência de assistir os presos pobres com comida, roupa e tratamentos médicos, mas só após terem sido tratados pelas misericórdias ou hospitais.

De interdita a indispensável passa a ser a integração das mulheres e das freiras nas misericórdias, salienta Lopes (2002):

As senhoras fidalgas de Lisboa, com a colaboração prestada à Misericórdia, haviam iniciado um modelo. As mulheres passaram a ser imprescindíveis na atividade assistencial e as instituições de benemerência tipicamente liberais integravam-nas sempre. Tendo-se alterado hábitos de sociabilidade, elas eram já aceites no espaço exterior e também as religiosas abandonavam a clausura iniciando a sua obra de assistência aos pobres, cujos serviços seriam aproveitados pelas misericórdias, sobretudo nos seus hospitais (p. 93).

No início do século XX, nas primeiras décadas, existiu bastante produção de legislação sobre menores. Na Primeira República, a Constituição de 1911, artigo 3.º, reconhece o direito à assistência. Segundo Rodrigues (2010), “defendia-se que a mendicidade deveria ser combatida, não através de medidas repressivas, mas por via de uma assistência pública adequada” (p. 203). No mesmo ano, em abril, a Lei da Separação do Estado e das Igrejas “obrigou as corporações de assistência à redução das despesas cultuais até ao máximo da terça parte dos seus rendimentos e dois terços do que habitualmente gastavam com o culto, o que implicou reforma de compromissos.” (Lopes, 2017, p. 71) E, em maio, a Lei de 25 de maio de 1911, cria a Direção-Geral da Assistência, o Conselho Nacional de Assistência Pública, comissões de assistência distritais e municipais.

De acordo com o decreto de 27 de maio de 1911, considerava-se “menores em perigo moral”, “os menores que não tinham domicílio certo nem meios de subsistência (devido à ausência de pais, tutores parentes, etc.” (Bastos, 1997, p. 201).

Mais tarde, em consequência da Primeira Guerra Mundial e da gripe pneumónica, as misericórdias e todo o país passam por momentos difíceis, tendo de restringir algumas das suas ações. De modo que, em 1916, estas passam a ficar isentas de pagamentos de selos e custas judiciais, fiscais e administrativas. Ainda, neste ano, é criado o Ministério do Trabalho. O Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral é estabelecido em 1919, com tutela sobre as instituições de beneficência. Os provedores

das Misericórdias do Porto e de Lisboa fazem parte do Conselho Nacional de Assistência.

Como se pode verificar, “a noção inicial cristã de dever moral de caridade (amor voluntário ao outro) foi gradualmente substituída pela noção de solidariedade, de dívida social ou de restituição parcial.” (Martins, 2009, p. 159). Não obstante, as misericórdias estiveram sempre na vanguarda da assistência e caridade na nossa sociedade, permanecendo vivas até aos dias de hoje.

Na opinião de Rodrigues (2010), apesar de terem sido tomadas várias medidas durante a Primeira República, estas vieram a revelar-se insuficientes e sem consequências sociais significativas, atendendo ao contexto político e à grande fragilidade socioeconómica da altura.

Com a ditadura e a instauração do Estado Novo, Lopes (2002, p. 37), refere que algumas coisas mudaram para as misericórdias, nomeadamente no que concerne às eleições para corpos gerentes, que simplesmente deixaram de existir.

Em 1928, o Estado Novo destaca as misericórdias enquanto órgãos centrais, orientadores e coordenadores a nível concelhio, cabendo ao Estado uma ação meramente supletiva na área da assistência, de acordo com Lopes (2002, p. 31)

Em 1931, através do Decreto-Lei n.º 20.285, o Estado Novo, cria a Direção-Geral de Assistência, no âmbito do Ministério da Saúde e de Assistência, com a função de garantir condições assistenciais e de educação aos menores. Passados 3 anos, em 1934, pelo Decreto-Lei n.º 24.402, determina o princípio da conversão das instituições de assistência social em públicas e particulares, centralizando os serviços assistenciais.

Em 1933, no início do Estado Novo, foi criado o Albergue da Mitra, isto porque era necessário retirar das ruas de Lisboa os muitos mendigos que ocupavam a capital e importunava os turistas. A mendicância em locais públicos e na rua era proibida. Os mendigos eram aqui depositados provisoriamente, até se fazer uma triagem e encaminhamento para outras instituições. Deveria ser averiguado se o motivo da mendicância se devia à necessidade ou ao vício.

A Previdência Social, criada em 1935 (Lei n.º 1884, de 16 de maio), na opinião de Pimentel (1999) “(...) não deve ser confundida com a lei da assistência social – não

abrangia o meio rural e incluía apenas, entre os riscos que prevenia, a velhice, a doença, a invalidez, a morte (...) (p. 482 e 483). Mais tarde foram criadas as Casas dos Pescadores e do Povo, mas que ficaram sempre muito aquém das suas funções, funcionando numa lógica assistencial. Pimentel (1999), refere que Salazar e o seu regime consideravam que a preguiça e a imprevidência eram características dos Portugueses, e destas resultava a pobreza de Portugal. O regime julgava que se a ajuda do estado fosse exagerada estaria a contribuir e a estimular o “parasitismo”, por conseguinte, deveria reduzir ao mínimo o seu apoio, até a mentalidade dos Portugueses mudar. (p. 482). Além disso, “(...) toda a ação do Estado e de outras instituições visariam cooperar com a família e não substituí-la” (Alves e Carneiro, 2019, p. 340), pois a ela pertencia o direito e dever de assistir os mais próximos.

Mais tarde, em 1940 o Decreto-lei n.º 30 389 de 20 de abril, “oficializou a instituição dos albergues da polícia, apesar de frisar que o seu funcionamento em nada iria colidir com as funções repressivas e tutelares de justiça relativas à proteção de menores, previa que os albergues colaborassem neste domínio, definindo que neles fossem também internados “menores de dezasseis anos em perigo moral” (Bastos, 1997, 201).

Em 1941, o Decreto-Lei n.º 31.666, atribui o abono de família e outras leis para as mães e infância. Em 1943, cria o Instituto Maternal para a Infância, em 1944 estabelece o estatuto de assistência social em 1945, nasce o Instituto da Assistência aos Menores, para assistir os que vivem fora da área de abrangência da Casa Pia, fora de Lisboa.

No meio de todo este deste percurso, importa salientar que, muitos destes apoios estiveram confinados às cidades principais, sendo que Coimbra se configura nestas, devido à sua Universidade e Hospital. É neste contexto, que Dr. Bissaya Barreto é chamado a colaborar com o Estado Novo, e graças à sua visão, empenho e dinamismo a região centro foi beneficiada com várias obras, sendo uma delas a que pretendemos estudar. Martins e Tomé (...) salientam que:

Quando tomou posse como presidente da Junta Geral do Distrito de Coimbra (1927), Bissaya Barreto recebeu, como herança do Código Administrativo de 1836, a ação assistencial às crianças (a subsistência dos expostos e a localização

das rodas - artigo 77º) e deu início às obras antituberculosa e de Proteção à Grávida e Defesa da Criança (OPGDC) (p. 8).

A obra de Bissaya Barreto veio mesmo a tornar-se um referencial no distrito de Coimbra.

De acordo com Reis (2016), “as instituições de beneficência, em Portugal, no século XIX, uma eram supervisionadas pelo Estado, outras financiadas e geridas diretamente, através do Ministério do Reino, das Juntas Distritais, dos Governos Civis e das Administrações dos Concelhos” (p. 150).

Para Garrido (2018) a “previdência e assistência foram, afinal, faces da mesma moeda; ambas concebidas e reguladas como instrumentos de pacificação social.” (p. 215)

Concluindo,

O Estado Novo seguiu uma política minimalista no apoio aos mais desfavorecidos, remetendo para os “organismos naturais” o essencial dessa função, no sentido de descartar o Estado dos elevados custos que a assunção dos encargos sociais representaria. A família era o organismo por excelência no qual deveria residir o direito e o dever de assistir aos mais próximos, ficando a cargo das instituições tradicionais, vocacionadas para a caridade, em especial as misericórdias e os municípios, a responsabilidade de assumirem os encargos com situações de desproteção, doença ou mendicidade dos que não tivessem cobertura da Previdência Social, podendo por isso receber dotações estatais (Alves e Carneiro, 2019, p. 352).

Assistência Social

Todos estes estatutos de assistência social decorrem das grandes transformações que ocorreram na Europa no período pós-guerra. Para Robertis (2011), que estudou a história do serviço social em França, a Primeira Guerra Mundial desencadeou várias transformações ao nível da assistência, nomeadamente no que respeita aos cuidados de

saúde e apoio. A autora refere que “a história da metodologia de intervenção no serviço social da Europa começa verdadeiramente após a Primeira Guerra Mundial enquanto nos Estados Unidos teve o seu início em finais do século XIX” (p. 15). Até aqui, a assistência social estava associada à filantropia, portanto à assistência e caridade. A Primeira Guerra Mundial foi a responsável pela “fusão dos assistentes sociais e das enfermeiras visitantes” (p. 20). “Ao contrário dos assistentes sociais, ainda próximos do voluntariado e da ação militante de tipo confessional, as enfermeiras visitantes são assalariadas de longa data, e, frequentemente, no setor público (Estado ou municípios)” (p. 21). A partir daqui nasce a nova profissão de assistente social, em França, e que acaba por chegar a outros países, como Portugal.

Mais tarde, em 1962, em França as escolas de Serviço Social começam introduzir “o ensino para o trabalho em grupo e em comunidade” (Robertis, 2011, p. 29). Mas antes disso, em 1955, a ONU dá os primeiros passos publicando uma brochura intitulada “O progresso social pelo desenvolvimento comunitário”. A partir daqui o serviço social começa a desenvolver-se como “prática de grupo e de comunidade” (Idem, Ibidem, p. 29) são os primórdios do desenvolvimento comunitário. Estas tendências acabam por chegar a Portugal através dos Planos de Fomento.

Portugal, por ter ficado de fora da Segunda Guerra Mundial, conseguiu exportar produtos para os países envolvidos no conflito, conseguindo alguma prosperidade económica, no entanto, após o término da guerra “não conseguiu acompanhar o desenvolvimento económico de outros países da Europa Ocidental” (Amaral, 2019, p. 147) e os seus problemas económicos agravam-se.

De acordo com Amaral (2019):

No final da década de 40 começou a desenhar-se uma viragem na economia Portuguesa, que se iniciou com o acesso ao Plano Marshall, mas sobretudo à adesão à OECE/OCDE e depois à EFTA, em 1960. O apoio daquelas organizações obrigou à elaboração de projetos de desenvolvimento económico que deram experiência ao Governo para lançar um conjunto de Planos de Fomento com vista à modernização e desenvolvimento da economia (p. 147).

Desenvolvimento comunitário

Então, na sequência da assistência e dos apoios sociais começa a surgir nos anos 60 uma nova metodologia de trabalho que deu origem a um novo conceito, o de Desenvolvimento Comunitário (DC).

Analisaremos algumas propostas para o significado de cada vocábulo, de acordo com o Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora (2020):

“**Desenvolvimento** (nome masculino): 1. ato ou efeito de (se) desenvolver; 2. passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior; progresso, evolução; (...) 7. Estado do país que apresenta um alto nível de produtividade e um nível de vida elevado; avanço tecnológico;

Comunitário (adjetivo): 1. relativo a comunidade; 2. relativo à União Europeia.”

Sem nos alongarmos relativamente ao conceito de comunidade, “Pode-se dizer que uma comunidade é um grupo de seres humanos que partilham elementos em comum, como o idioma, os costumes, a localização geográfica, a visão do mundo ou valores, por exemplo” (Disponível em, <https://conceito.de/comunidade>, consultado em 8 de agosto de 2021).

No que concerne ao conceito de desenvolvimento saliento o ponto 7, por este se referir ao *alto nível de produtividade* ao *nível de vida elevado* e ao *avanço tecnológico*, apontando assim para o desenvolvimento e progresso económico e, de facto, esta foi a interpretação durante muito tempo e, para a maioria das pessoas, esta ideia ainda corresponde ao conceito de desenvolvimento. Contudo, ao estudarmos a evolução do mesmo e, sendo um dos mais relevantes nas Ciências Sociais, percebemos que esta noção é muito redutora, e que a mesma sofreu várias renovações, principalmente nos últimos anos.

O embrião do conceito de desenvolvimento terá começado com a realização das primeiras Feiras Francas e com os Descobrimentos, iniciando-se o processo de economia de troca, que mais tarde deu origem à Revolução Comercial, como relembra Amaro (2003). Mas a maioria dos autores situa o aparecimento do conceito de desenvolvimento (cientificamente adotado) desde a Segunda Guerra Mundial, pela razão apontada por Amaro (2003):

O processo de independência da maioria das antigas colónias europeias que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, muito por efeito dos novos ventos democráticos, dos interesses estratégicos dos Estados Unidos (ele próprio uma antiga colónia, que desejava aceder aos novos países, sem passar pelas suas antigas Metrópoles) e da influência ideológica da outra superpotência saída da guerra, a União Soviética (p. 38).

Assim, as ex-colónias pretendiam a sua independência política, esperanças de atingir a riqueza e prosperidade dos países colonizadores.

No que diz respeito à Europa, a maioria os países afetados pela guerra recorreram ao Plano Marshall (Programa de Recuperação Europeia), que consistiu numa ajuda económica concedida pelos Estados Unidos aos seus aliados, sendo que os maiores beneficiários foram o Reino Unido, a França e a Alemanha Ocidental. Este apoio permitiu a “retoma dos seus caminhos de progresso e riqueza, ou seja de desenvolvimento,” (Idem, Ibidem, p. 38). Muitos destes países já se encontravam em franca expansão e abundância, sendo já consideradas sociedades industriais.

Amaro (2003), destaca as Revoluções Industrial e Francesa como as mais importantes para o aparecimento do conceito (inicial) de desenvolvimento. Segundo este autor podemos dividir estas grandes revoluções em dois grupos, cada um com revoluções precedentes:

Quadro 1: Revoluções Industrial e Francesa e suas alterações na sociedade, elaborado com base no artigo de Amaro (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”.

	Revolução Industrial	Revolução Francesa
Revoluções anteriores:	Revolução Agrícola; Revolução Comercial; Revolução dos Transportes e das Vias de Comunicação; Revolução Tecnológica.	Revolução Cultural e Filosófica; Revolução Religiosa; Revolução Científica; Revolução Política
Área de vida afetada:	condições objetivas de vida, (materiais e de produção)	condições subjetivas de vida, (alterações de valores)

No cenário da recuperação pós-guerra, Amaro (2003) considera que nos primeiros 30 anos o desenvolvimento se estabeleceu em oito mitos: economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo e uniformismo. Com base nestes mitos foram propostos “modelos” e “kits” a muitos países como sendo a receita milagrosa para o desenvolvimento. Tal não aconteceu, como veremos mais adiante.

Mais uma vez, Amaro (2003) menciona que a associação entre o conceito de desenvolvimento e o conceito de crescimento económico teve como consequências:

- considerar-se frequentemente o crescimento económico (enquanto processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços) como a condição necessária e suficiente («*sine qua non*») do desenvolvimento, de que dependiam as melhorias de bem-estar da população, a todos os outros níveis (educação, saúde, habitação, relações sociais, sistema político, valores culturais, etc.);
- utilizar-se sistematicamente, como já foi referido, os indicadores de crescimento económico, e em particular o nível de rendimento per capita, para classificar os países em termos de desenvolvimento” (pp. 43-44).

Acresce ainda a associação feita, posteriormente, ao conceito de industrialização, uma vez que os países com maior crescimento económico, ditos países desenvolvidos, foram os que mais se industrializaram, países industrializados. Seguindo esta lógica, a industrialização foi considerada como “etapa obrigatória na caminhada dos países do Terceiro Mundo para o desenvolvimento.” (Idem, Ibidem, p. 44).

Entre os anos 30 e os anos 70 existiram vários processos de mudança e desenvolvimento que se traduziram: num aumento do consumo de bens e serviços em consequência do aumento de produção; numa maior eficiência produtiva; na diminuição acentuada do analfabetismo, fruto de uma maior escolarização; no aumento da esperança média de vida e diminuição da mortalidade infantil, efeito da melhoria das condições de saúde, e nos progressos em vários domínios científicos. No entanto, estes progressos não foram generalizados, a maioria da população mundial não foi beneficiada e os Países de Terceiro Mundo continuavam com problemas graves ao nível da saúde, educação e nutrição. Por sua vez, nos países desenvolvidos cresceu o stress, a solidão, a competitividade, as doenças fruto do ritmo de vida, degradação da Natureza, desumanização do trabalho, hiperespecialização ao nível do conhecimento científico, tendo-se perdido a noção do todo e o crescimento das intolerâncias religiosas e culturais. Assim, “nem tudo são rosas” os países desenvolvidos assistiram a melhorias em vários aspetos, mas retrocederam em muitos outros.

Perante este cenário alguns dos técnicos das Nações Unidas, verificaram nas suas práticas que os “modelos” e “kits” que impunham nos países do Terceiro Mundo não funcionavam. Em alternativa desenharam uma metodologia mais pragmática de DC, baseada em três pontos essenciais:

- o diagnóstico das necessidades deve realizar-se com a participação das populações;
- a resposta a essas necessidades deve começar pela mobilização das capacidades da própria comunidade;

- os problemas e as soluções devem ser abordados de forma integrada, articulando vários conhecimentos disciplinares e sectores de intervenção (Silva, 1963, citada por Amaro, 2003, p. 46).

Manuela Silva (1963), uma das pioneiras a implementar as técnicas de DC em Portugal, refere que “a técnica do desenvolvimento comunitário traduz-se por uma união de esforços entre as populações e os poderes públicos, com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural de um país ou região” (p. 498).

Foi no final dos anos 60/início dos anos 70 que se reconheceram os inúmeros falhanços do “desenvolvimento”, que criou manifestação de mau estar-social (solidão dos idosos, depressões, aumento das taxas de suicídio, comportamentos aditivos...) dando origem a preocupações relacionadas com a exclusão social. Em 1972, na Conferência de Estocolmo, organizada pelas Nações Unidas, fala-se dos problemas/custos ambientais associados aos modelos de desenvolvimento praticados. E assim, vão surgindo vários adjetivos associados ao vocábulo *desenvolvimento*.

Fazendo uma retrospectiva, Amaro (2003) destaca seis novos conceitos de desenvolvimento por serem “cientificamente fundamentados” e por possuírem já um “reconhecimento institucional internacional”, são eles: o Desenvolvimento Sustentável; o Desenvolvimento Local; o Desenvolvimento Participativo; o Desenvolvimento Humano; o Desenvolvimento Social e o Desenvolvimento Integrado (pp. 48-49).

Na Cimeira do Milénio, em 2000, foram definidos 8 Objetivos do Desenvolvimento do Milénio e adotados por 189 países, com o objetivo de eliminar a pobreza. Amaro (2003), considera que os principais desafios do século XXI estão divididos em 4 grupos: o desafio da Competitividade, o desafio da Coesão Social ou Solidariedade, o desafio da Sustentabilidade e o desafio da Diversidade. Acrescenta um quinto desafio, o da Governança. “São, portanto, estes 4+1 desafios a que urge dar resposta atualmente para que haja futuro” (Amaro, 2003, p. 53). Na opinião do autor, as renovações a que o conceito de Desenvolvimento foi sujeito nos últimos anos,

apresenta potencialidades importantes para enquadrar aqueles 4+1 desafios, na medida em que: é multidimensional e, portanto, integrado; - valoriza

capacidades e o “*empowerment*”, facilitando a coesão social; - assenta na participação; permite o multiprotagonismo, e, por isso, estimula as parcerias; - visa a interdependência ambiental; - é multiterritorial; - promove a diversidade. É portanto um conceito que encaixa bem naqueles desafios e na necessidade de Governância. (2003, p. 53).

Amaro (2003), recorda que os paradigmas científicos estão em constante alteração e os mesmos entram em linha de choque, com alguns dos pressupostos do conhecimento científico tradicional. Em consequência, o próprio conceito de desenvolvimento deve integrar pelo menos seis fatores, de rutura da ciência, que melhor coadunam com as reformulações atuais do conceito de desenvolvimento, que são os seguintes:

- a visão integrada e da complexidade, implicando interdisciplinaridade e trabalho em parceria;
- o conhecimento e a ação pela emoção e não apenas pela razão, sublinhando a importância dos fatores e das competências relacionais nos processos de desenvolvimento e não apenas nos de ordem técnica;
- a assunção dos conceitos de caos e desordem, como estruturadores das dinâmicas de mudança, e, portanto, aconselhando a adoção de estratégias permanentemente flexíveis e criativas, o que remete ainda para o conceito de diversidade;
- a valorização da indução e da Ação, no processo científico e nas interações entre a teoria e a prática (prática-teoria-prática e não apenas teoria-prática-teoria, ciclo, neste último caso, dominado pela teoria);
- a aceitação herética da hipótese de uma ciência ecocêntrica, assumindo que os sujeitos do conhecimento não são apenas os cientistas, mas todos os “atores da

realidade”, o que implica a “democratização” do conhecimento e, simultaneamente, reforça o princípio da ação participada, ambos pilares de uma cidadania mais ousada, para a qual a Ciência passaria a ser “convocada”;

- a referência a uma epistemologia copulativa ou sincrética, traduzível numa leitura da realidade sempre de dois lugares distintos e, por consequência, numa Ação dinamizada pelo princípio da Contradição e num Desenvolvimento de Integração Sistémica (p. 54).

Nesta sequência, o autor defende que o conceito de desenvolvimento deverá passar por uma “renovação radical” que o afaste das ligações negativas geradas pela visão economicista, que vigorou nos primeiros 30 anos. Para este o “des-envolvimento é sobretudo o resultado da sua própria força e potencialidades (autonomia e participação) (...)” (p. 56).

Quanto a Portugal, no que concerne ao DC, elaborou o seu primeiro projeto em 1962. Manuela Silva (1963) refere que até esse momento não existia no país nenhum projeto que envolvesse a comunidade - “não existe até hoje entre nós nenhum programa a nível governamental de desenvolvimento comunitário” (p. 503). Este projeto piloto e pioneiro em Portugal, decorreu entre 1962 e 1965 na Vila da Benedita e foi liderado precisamente por Manuela Silva, professora Catedrática Jubilada do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Este projeto surge na sequência da adesão de Portugal aos Planos de Fomento, que decorreram entre 1953 e 1974, com o objetivo de modernizar e desenvolver a economia. O primeiro Plano de Fomento ou Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo foi implementado entre 1953 e 1958, e era orientado para a construção de infraestruturas. Caeiro (2005) refere que “o modelo que se propunha visava mais a resolução de problemas do que a inovação. Pretendia, resolver neste caso e no essencial, dois problemas prioritários, o do baixo nível de rendimento e o desequilíbrio entre a população e os fracos recursos naturais” (p. 195). Para o mesmo autor, se “importância não tivesse este plano, já era suficiente o ter proporcionado a primeira porta para a industrialização do país” (p. 196). Ou seja, com o foco na industrialização e na

modernização, este primeiro plano foi o embrião da transformação de um Portugal agrário em industrialista.

Relativamente ao Segundo Plano de Fomento, o mesmo decorreu entre 1959 e 1964 e pretendeu estimular o investimento de iniciativa privada. Na opinião de Caeiro (2005), este plano “marca em definitivo o arranque da industrialização portuguesa em detrimento da agricultura” (p. 199).

No âmbito deste II Plano de Fomento, na vila da Benedita, “em 1962 apareceu a Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário (EEEDC), constituída por técnicos de diferentes especialidades. A partir de diligências pessoais realizadas pela Dr.^a Manuela Silva (a grande responsável pelo projeto).” (Mendes, 2013, p. 18). O trabalho desenvolvido por uma vasta equipa de especialistas e entidades foi fundamental para a vila e, ainda hoje, essa influência está presente:

No início do século XX, a Benedita vivenciou um processo de desenvolvimento comunitário que, presentemente, 50 anos depois ainda define um protótipo identitário e valores agregados a uma capacidade empreendedora, quer a nível das empresas, quer em termos de sociabilização da comunidade. Parece-nos possível a associação entre os valores enquanto cidadãos e a realidade socioeconómica ao processo desenvolvido na vila de Benedita nos idos anos 60 (Idem, Ibidem, p. 18).

Na opinião de Caeiro (2005),

os Planos de Fomento, principalmente o I Plano e o II Plano, tiveram um impacto extraordinariamente importante na economia portuguesa da época e foram contributos decisivos para os designados "anos de ouro" da economia traduzidos num forte crescimento económico e na industrialização do país (p. 193).

Portugal ainda implementou o III Plano de Fomento (1967-73) e o IV Plano de Fomento (1974-79), este último teve apenas um ano de execução.

Apesar dos esforços e trabalho desenvolvidos no âmbito dos Planos de Fomento e outros apoios, Manuela Silva (1991) conclui que:

O crescimento económico que ocorreu em Portugal desde o começo dos anos 50, pode ter contribuído para, gradualmente, melhorar o nível dos rendimentos e a satisfação das necessidades básicas da população (...) Todavia, duas décadas e meia de crescimento económico sustentado não conseguiram erradicar a pobreza. No ano que precedeu a Revolução (1973), a pobreza era ainda uma pesada realidade para muitas famílias portuguesas (p. 15).

Portugal continuava então empobrecido, as comunidades e famílias tinham muitas carências e, em consequência as crianças eram pobres. A este respeito Manuela Silva (1991) profere que:

A pobreza infantil não pode ser dissociada da situação da respetiva família. De facto, o nível de pobreza da família afeta o bem-estar da criança, mesmo antes do seu nascimento (...) após o nascimento, as crianças das famílias pobres sofrem todas as consequências da situação de pobreza das respetivas famílias, no que se refere à alimentação (quantidade e qualidade), aos cuidados de saúde, à educação, ao alojamento, à higiene, à integração familiar e social, etc (p. 7).

A pobreza infantil traz consigo um conjunto de riscos e situações perigosas para as crianças:

As crianças das famílias muito pobres das áreas urbanas conhecem, muito cedo, a vida na rua, fora de qualquer controle social e onde ficam expostas a enormes perigos, desde a falta de segurança física (atropelamentos, por exemplo), a desvios morais, abuso sexual, delinquência e criminalidade” (Silva, 1991, p. 8).

No nosso país, a orfandade, a pobreza infantil e a infância desvalida foram uma dura realidade que encontrou nas misericórdias, nos asilos, nas casas de acolhimento, nos albergues, a assistência necessária.

2. A EDUCAÇÃO ENQUANTO CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.1. MÉTODOS EDUCATIVOS DA ÉPOCA

A obra social em estudo, Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho, desenvolveu a sua atividade entre 1941 e 1974, em pleno Estado Novo, no entanto, por adotar o ensino doméstico como método educativo, é indispensável estudar as suas origens, que se relacionam com a Educação Nova.

O Movimento da Educação Nova em Portugal foi sendo estabelecido e consolidado em Portugal ao longo de aproximadamente 50 anos, entre 1882 e 1935, de acordo com Figueira (2004, p. 29). Este autor refere também que esta mudança de paradigma, no campo da educação, teve origem nos vários contactos efetuados pelos professores e educadores portugueses, como se verifica na citação seguinte:

(...) o estabelecimento de relações entre educadores portugueses e instituições e educadores de outros países foi uma constante ao longo do século XX. Durante as três primeiras décadas de século os contactos processaram-se com grande intensidade e regularidade, visando num primeiro momento, a formação e a recolha de informações de carácter técnico-pedagógico, para se estenderem, posteriormente, à partilha de informações entre educadores e à realização de encontros (2004, p. 31).

A maioria das iniciativas partiu dos educadores, pois o Estado apenas enviou educadores, de forma oficial, para outros países em 1907/08 e entre 1929 e 1931 (Figueira, 2004, p. 31).

De acordo com o levantamento feito por Figueira (2004), os contactos oficiais foram os seguintes:

- António Feijó, Consul Geral de Portugal em Estocolmo, foi encarregado de estudar a instrução primária da Suécia, tendo produzido um relatório em 1896, publicado em Apêndice do Diário do Governo no ano seguinte;
- o governo de João Franco enviou um grupo de bolseiros à Alemanha, Inglaterra, França, Áustria, Suíça, Bélgica, Suécia e Itália. João de Barros visitou a Espanha, a Inglaterra, a França e a Bélgica, tendo tomado contacto com a École des Roches, o Collège Sainte-Barbe, e as Escolas Novas inglesas Bedales School e Eton School; António dos Reis Silva Barbosa visitou a Universidade da Alemanha (Universidade de Leipzig) estudando as metodologias e as didáticas das Ciências Naturais e da Química; José Júlio Bettencourt Rodrigues fez um estágio na Bélgica (Atneu de Ixelles) em didáticas das Ciências Físico-Químicas e Histórico-Naturais; Luis Cardim visitou a Alemanha e a Inglaterra, tendo neste último país tomado contacto com as modernas teorias pedagógicas, nas chamadas “escolas de demonstração”; finalmente, Albano Ramalho, na França e na Bélgica, deu atenção à chamada “pedagogia experimental” aplicada ao ensino primário (p. 31).

Contudo, antes disto, em 1902, António Faria de Vasconcelos, por iniciativa pessoal, fez uma segunda formação na Bélgica relacionada com a formação de professores, Psicologia e Orientação profissional. Apesar de ter formação em Direito pela Universidade de Coimbra, fez um novo curso da Universidade Nova de Bruxelas ligado à Educação e a partir daqui começa a trabalhar nesta área, na Bélgica, onde abriu uma Escola Nova mista, em 1915. Toda esta formação fez com que se torna-se uma figura de referência na Educação Nova Portuguesa (Figueira, 2004, p. 32).

Em 1907, Álvaro Viana Lemos, também a título individual, fez vários contactos com o estrangeiro (França, Inglaterra, Bélgica e Holanda) até meados dos anos 30. Destacou-se como professor da Escola Normal Primária de Coimbra. Em 1927, já era protagonista no Movimento de Educação Nova Portuguesa quando participou no 4.º Congresso da respetiva Liga Internacional, em Locarno, e assiste à 1.ª Assembleia do Centro Internacional de Educação em Génève.

Outro nome importante foi “José da Cruz Filipe, professor do ensino primário, frequentou em Paris o curso pedagógico do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, passando a dedicar-se ao ensino das crianças com esta deficiência, à ortofonia e à deficiência mental na Casa Pia de Lisboa” (Idem, *Ibidem*, p. 33)

Existem outras referências como Fernando Lobo d’Ávila Lima, Joaquim Augusto Alves dos Santos, José da Cruz Filipe, mas segundo Figueira (2004) as mais importantes foram: António Sérgio, Faria de Vasconcelos, Adolfo Lima e Álvaro Viana Lemos (p. 33).

O ponto central da Educação Nova era considerado o Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, precisamente onde António Sérgio e sua esposa foram alunos entre 1914 e 1916. Esta escola difundia novas pedagogias que se centravam no conhecimento científico da criança. António Sérgio privou com os fundadores Edouard Claparède e Pierre Bovet, pois foi presidente da associação *Amicale*. António Sérgio tornou-se defensor da Escola do Trabalho e da autonomia dos educandos. (Idem, *Ibidem*, p. 34). “A partir dos anos vinte a sua ligação e intervenção no quadro de Educação Nova vai intensificar-se: em 1927, é convidado por Ferrière para assumir a direção da Seção Portuguesa da Liga Internacional para a Educação Nova” (Idem, *Ibidem*, p. 34).

Em 1916, o professor primário Ricardo Rosa y Alberty, frequentou o Curso Internacional de Pedagogia Montessori, em Barcelona. Partilhou as suas conferências sobre o método Montessori e, através da *Revista Escolar* difundiu conceitos ligados à Educação Nova. (Idem, *Ibidem*, p. 34).

Adolfo Lima, um dos principais rostos da Educação Nova, foi professor em Lisboa, no Liceu Pedro Nunes e diretor técnico da Escola Oficina N.º 1, na qual implementou o modelo pedagógico das Escolas Novas. Na Escola Normal de Lisboa foi diretor e professor, onde fundou e dirigiu um Museu Pedagógico agregado à mesma. Foi ainda

responsável pelas escolas da *Voz do Operário* (sociedade de Instrução e Beneficência). Fundou a revista *Educação Social*, em 1924, que foi órgão da Liga Internacional para a Educação Nova. A revista destacou-se pela consistência na divulgação dos ideais da Educação Nova, mas acabou por encerrar, em 1927, em virtude da sua prisão, por parte do regime da Ditadura Militar. (Idem, *Ibidem*, p. 35-36)

Apesar dos esforços feitos individualmente, por tantos professores e pedagogos, e Institucionais, Figueira (2004) é da opinião que, “podemos afirmar que comparativamente com a maioria dos países europeus, as Escolas Novas portuguesas constituíram experiências escolares menos consistentes do ponto de vista institucional” (p. 37).

Para Figueira (2004), não há dúvidas que Álvaro Viana de Lemos foi o elemento crucial nesta viagem de divulgação das metodologias e ideologias relacionadas com a Educação Nova:

Esta segunda modalidade de penetração da Educação Nova, que constituiria a sua particularidade mais marcante, materializou-se naquilo a que eu chamo as Práticas Pedagógicas Inovadoras, um conjunto de técnicas operacionalizadas de forma avulsa em várias escolas com diferentes tipologias. A natureza desta atividade inovadora deu corpo e vivificou-se simultaneamente numa permanente partilha mútua, sob a unidade de uma comunhão de objetivos nem sempre muito rigorosa, alimentando uma rede informal de comunicação, troca de informação e animação pedagógica que extravasou as fronteiras do país em direção ao seu espaço natural de expansão, constituído pelos países europeus, mas experimentou igualmente outros espaços, como foi o caso de vários países da América Latina.

Tratou-se de uma dinâmica que teve o seu desenvolvimento e apogeu nas décadas de vinte e de trinta, cuja operacionalização passou em boa parte pela

ação de Álvaro Viana de Lemos, o homem que refez laços, estabeleceu pontes, estimulou a experimentação permanente. (p. 38).

Contudo, em 1934, Álvaro Lemos além de ter sido preso acabou por ter uma “aposentação compulsiva a que fora sujeito pelo regime do Estado Novo” (Idem, *Ibidem*, p. 43).

Pelo exposto, podemos afirmar que a Educação Nova, em Portugal, foi fruto de relações constantes que se estabeleceram além-fronteiras.

Durante a Primeira República muitas foram as iniciativas dirigidas para a escola primária e analfabetismo, enumeradas por Ana Benavente (1999):

- A reforma de 1911 cria o ensino pré-escolar oficial (crianças dos 4 aos 7 anos);
- O ensino primário é estruturado em 3 graus: elementar, complementar e superior, 8 anos de escolaridade. Mais tarde, numa reforma publicada em 1919, é estruturado em 2 graus: geral, com 5 anos de escolaridade, e superior, com 3;
- A administração das escolas primárias é descentralizada e passa para o âmbito das câmaras municipais;
- Criam-se escolas móveis, que procuram diminuir o número de analfabetos onde não há escolas fixas;
- Aumenta-se o salário dos professores e criam-se três Escolas do Magistério para o recrutamento e formação dos novos professores. (p. 52).

Apesar de todos os esforços, nesta altura, 80% da população vivia no campo e a falta de meios dificultava a execução dos projetos, assim, o analfabetismo, “(...) persistia, em 1930 as percentagens variam segundo as regiões, entre 48% (região de Lisboa), a 79% (Alentejo) ou 80% (Beira) nas regiões do interior” (Benavente, 1999, p. 53).

Então, se durante a 1.^a República as principais realizações na educação se prenderam com “reformas do ensino superior, técnico e primário; criação de escolas e combate ao analfabetismo” (Amaral *et al*, 2019, p. 74) e o aceleração do movimento da Educação Nova, já com início da Ditadura Militar, em 1926, e depois com a instauração do Estado Novo, em 1933, as ideologias pedagógicas mudaram radicalmente.

Com o golpe de Estado, a 28 de maio de 1926, começou uma nova era para a sociedade portuguesa, onde os professores e a escola primária foram fortemente penalizados pelo novo regime. A escola deixou ser espaço de aprendizagem para ser espaço de doutrinação, como refere Benavente (1999) “a educação devia apoiar o regime e limitar ao máximo os riscos de ter um povo instruído (p. 55).

Na Ditadura Militar, embora existissem perseguições a professores, acabaram por aceitar algumas das ideologias da Educação Nova:

apesar da sua aversão ao internacionalismo pedagógico e ao ideário da Educação Nova, então dominantes na cultura pedagógica europeia, acabou por se render a essa dinâmica. Enviou um segundo grupo de bolsiros a Genève, ao “santuário” da Educação Nova – o Instituto Jean-Jacques Rousseau -, assim como a outras cidades europeias (Figueira, 2004, p. 36).

A educação, durante Estado Novo, apelava a valores conservadores: “Deus, Pátria e Família”. Esta era a trilogia da Educação Nacional, presente nos manuais escolares, desde o primeiro ano. Estes manuais eram totalmente controlados pelo Estado e continham mensagens de apoio ao regime. Assim, nos manuais escolares, discursos e nos textos oficiais “Deus, Pátria e Família dominavam (...) imbuídos de religiosidade e de fatalismo, de louvores ao estado, de instruções quanto à obediência e aceitação, de um patriotismo passadista (...)” (Benavente, 1999, p. 55).

O controlo ideológico era feito, desde muito cedo, através de duas organizações paramilitares: a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, à semelhança de organizações fascistas e nazis. Amaral *et al* (2019) clarifica que:

Mocidade Portuguesa, à qual todos os jovens dos 7 aos 14 anos tinham de pertencer, pretendia inculcar nos jovens as ideias nacionalistas e os valores de dever e obediência. A Legião Portuguesa defendia a ideologia salazarista e combatia as ideias de comunismo e anarquia (p. 95).

De acordo com Martins (2009):

Todas as mudanças realizadas no salazarismo incidiram sobre o ensino primário e liceal. (...) Reorganizaram-se os planos de estudo, de modo a cultivar-se o patriotismo, sob lições de moral e civismo, com vista a disciplinar consciências e formar o carácter do português. (...) Difundiu-se uma valorização do contributo ideológico da escola na manutenção e reprodução da ordem social (p. 167).

O durante a vigência do Estado Novo a educação sofreu avanços e retrocessos. Nos primeiros anos, muitos estabelecimentos de ensino particulares conseguiram continuar a manter um ensino inovador, com adequações ao novo regime, como foi o caso do Instituto de Odiveelas. Foi apenas em 1941, que o regime Salazarista demitiu o diretor e fez uma reorganização do mesmo, começando pela alteração do nome da instituição, até aí denominado de Instituto Infante D. Afonso. “A identidade decorrente do facto de ser um estabelecimento de educação feminina foi preservada, ainda que numa perspectiva mais conservadora e católica. Não obstante esse facto, mantiveram-se algumas das práticas inovadoras associadas à fase anterior” (Pintassilgo e Mogarro, 2013, p. 4).

Como vimos, não tardou a que o Estado Novo começasse a perseguir os professores progressistas, fazendo com que se submetam às novas ideologias do regime também no ensino, devendo estes limitar-se a ensinar a “boa moral” e a “manter a disciplina”. O Sindicato “União dos Professores” foi encerrado em 1927 e a sua reabertura proibida. Deste modo, a partir de 1933, o Diretor-Geral representava os docentes e a “Escola Portuguesa” era o único jornal existente. O controlo deste novo regime era tal que as professoras deveriam pedir autorização para casar, “autorização que só será dada se a

noiva ou o noivo tem os bens e o estatuto social correspondente ao seu” (Benavente, 1999, 57).

Entre 1936 e 1942 as Escolas do Magistério estiveram encerradas, pois o ministro Carneiro Pacheco “tinha considerado que uma formação de 3 anos minimamente cuidada era uma perda de tempo, de dinheiro e de inteligência” (Benavente, 1999, p. 58). O recrutamento de regentes escolares já se tinha iniciado em 1931, as escolas foram transformadas em postos escolares. Em 1942, reabrem a Escolas Normais, com formação de professores limitada a 2 anos e a “doutrinação e didática receituária passaram a marcar fortemente a formação inicial do ensino primário” (Ibidem, Idem, p. 58). Deste modo, o nível profissional e cultural dos professores tornou-se cada vez mais deficiente.

Em 1965, o relatório “A Evolução Recente do Sistema Escolar Português” destaca a “escolaridade obrigatória, a mais curta da Europa, o apreciável absentismo à escolaridade obrigatória” (...) e a “insuficiente cobertura do País em estabelecimentos oficiais”. (citado por Benavente, 1999, 60).

Finalmente, em 1968, com o afastamento de Salazar por razões de saúde, começa a “primavera” de Marcelo Caetano e conseqüentemente ao nível da educação a famosa reforma de Veiga Simão que determinou as seguintes mudanças:

- A criação da educação pré-escolar oficial;
- A diminuição da idade de entrada no ensino primário;
- O alargamento da escolaridade obrigatória para 8 anos;
- Alterações importantes no ensino secundário, que foi aumentado de 1 ano e unificado no seu 1.º ciclo;
- O desaparecimento do exame de entrada no ensino superior;
- A criação de um grau intermédio no ensino superior. (Benavente, 1999, 60-61).

Esta reforma, não foi suficiente para mudar o estado da educação em Portugal, mas demonstrou oficialmente o desejo de investimento nesta área.

2.2. A EDUCAÇÃO DE RAPARIGAS

“Nas camadas sociais mais baixas, as jovens órfãs encontravam nas instituições religiosas o acolhimento de que necessitavam. Recolhimentos, asilos e orfanatos garantiam-lhes o regime de internato e a preparação para a vida adulta, fornecendo-lhes uma formação profissional e uma educação moral, no enquadramento religioso católico, e conhecimentos mínimos no campo das aprendizagens formais” (Pintassilgo e Mogarro, 2013, p. 1).

A educação de raparigas começa em Oitocentos, pois nesta altura proliferaram várias iniciativas de beneficência dirigidas aos pobres. Mogarro (2010), refere que “na segunda metade do século XIX, havia 41 instituições desta natureza em Lisboa e arredores, assim como outras espalhadas pelo país” (p. 46). Com a exceção para a Casa Pia e os recolhimentos, foram todas criadas após 1834. Diz ainda que “maioritariamente femininos, estes asilos insistiam na execução de tarefas domésticas pelas alunas e no desenvolvimento de competências para bordar e costurar” (p. 46).

Além das instituições de beneficência, em 1836, são criadas também as “escolas femininas nas capitais de distritos” (Reis, 2016, p. 152).

Anos mais tarde surge a primeira Escola Normal feminina, em 1866, em regime de internato e “foi instalada no Calvário em edifício que apresentava boas condições de higiene” (Mogarro, 2010, p.46). A Escola Normal promovia formação para exercer a profissão de professora e “mais de metade das alunas que se candidataram à sua frequência tinham passado por instituições de natureza asilar, pois 118 das 250 alunas vinham dessas instituições” (Mogarro, 2010, p. 47). De acordo com a investigação de Mogarro (2010), existia “uma clara orientação para que as alunas dos asilos que se distinguiram nos estudos transitem para a Escola Normal. Nesta instituição

continuariam a viver sob tutela e proteção do Estado” (p. 47). As raparigas que se salientavam nos estudos tinham, então, a possibilidade de estudar para o exercício de funções educativas, que era ministrado na Escola Normal.

No que diz respeito à educação feminina, Joaquim Pintassilgo (2009), fez um estudo aprofundado sobre os asilos femininos e os seus métodos de ensino que, como veremos, estavam todos orientados para a educação doméstica. O estudo incide sobre as instituições Lisboetas na transição do Século XIX para o Século XX. Neste trabalho o autor, destaca pela positiva o Asilo D. Pedro V, em Lisboa referindo que:

a finalidade de preparar meninas pobres para uma vida de trabalho e de honestidade, em harmonia com o lugar social a que estavam destinadas, era plenamente assumida. Daí que o papel educativo do trabalho fosse bastas vezes realçado, surgindo a chamada “educação doméstica” como uma área de formação relevante (2009, p. 1).

Nesta altura, o trabalho era visto como meio de progresso e regeneração social, pelo que as instituições que acolhiam as meninas sem amparo praticavam a “educação doméstica” ou “educação *ménagère*”. Álvaro Viana de Lemos, um dos principais impulsionadores da Educação Nova, clarifica este conceito referindo os objetivos desta orientação educativa: “(...) a preparação das raparigas para boas donas de casa, para mães, para arranjos domésticos, para serviços, para toda a espécie de ocupações genuinamente femininas e do lar.” (Lemos, 1924, p. 22 citado por Pintassilgo, 2009, p. 3). Completando esta informação, Pintassilgo (2009), acrescenta que existiam outras áreas abordadas tais como: “puericultura, higiene, ensino infantil, corte e costura, culinária, civilidade e economia doméstica” (p. 3).

Este tipo de ensino foi bastante divulgado, ao ponto de Pintassilgo (2009) afirmar que, a “chamada educação *ménagère* ou educação doméstica conhece um amplo tratamento na imprensa pedagógica nas primeiras décadas de século XX, designadamente no que se refere ao campo educativo renovador” (p. 3). Apesar disso, Lemos (1924, pp. 22-23), citado por Pintassilgo (2009, p. 4) declara que Portugal está atrasado relativamente às escolas domésticas e que “toda a Europa está cheia delas”. Lemos (1924), considera

escasso o ensino da costura e aprendizagem de serviços domésticos, tendo defendido que:

Urge criar escolas especiais de educação *ménagère* (para formar donas de casa, preceptoras, amas, criadas, costureiras, enfermeiras e governantas), depois exigir habilitações reais a quem nos sirva e auxilie na vida do lar e, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, não deixar de introduzir todos os cursos de educação feminina as matérias de ensino doméstico, assim como impor, como autorização legal para o casamento, os conhecimentos ménagères à mulher que vai ser reconhecida oficialmente mãe e dona de casa. (p. 27).

Álvaro Lemos, era um claro defensor da educação feminina e salienta que devia de existir uma educação diferenciada entre rapazes e raparigas:

A coeducação, parcialmente praticada nas escolas do tempo, não deve implicar masculinizar ou pelo menos neutralizar a mulher, conduzindo a uma situação em que não haveria verdadeiras donas de casa, nem sequer criadas, pois todas as mulheres passariam a ser intelectuais, empregadas públicas ou do comércio ou da indústria, deixando de haver lares simples de conforto amorável e vida calma de família (Lemos, 1924, p. 22 citado por Pintassilgo, 2009, p. 3).

Adelaide Cabete, médica e professora no Instituto Feminino de Educação e Trabalho, foi uma das principais feministas republicanas e defensora do ensino doméstico da mulher, ainda que num contexto de igualdade entre os sexos. Este Instituto foi inicialmente vocacionado para as filhas órfãs de pais militares, mas foi posteriormente alargado às outras meninas, filhas de militares. Cabete privilegiava os métodos ativos e para além de ensinar a costura e bordados incluía as áreas de puericultura, pedagogia maternal e noções básicas de enfermagem, como se pode ver no excerto seguinte:

As minhas alunas – adianta – aprendem tudo isto, fazendo praticamente todos os trabalhos na aula de culinária, ao mesmo tempo que indico na aula de higiene

quais os alimentos preferíveis e necessários em virtude da sua composição química. Os primeiros socorros e as noções básicas de enfermagem são, igualmente alvo de aprendizagens práticas no apoio às consultas médicas (Cabete, 1915, p. 16 e 19, citada por Pintassilgo, 2009, p. 5).

Para Cabete existia,

a absoluta necessidade que a dona de casa conheça, não só a higiene que consigo tem de observar, mas também que tenha noções exatas de higiene geral, designadamente no que se refere aos banhos a tomar, ao arejamento de uma casa, ao tempo a ser dedicado quer ao estudo quer ao recreio ou à confeção e ingestão de alimentos (Pintassilgo, 2009, p. 5).

No trabalho de pesquisa levado a cabo por Pintassilgo (2009) sobre os asilos femininos no início do Século XX, com base em textos de Alfredo Alves (1912 e 1913), salientam-se os seguintes: Asilo Nossa Senhora da Conceição para Crianças Abandonadas, Asilo de D. Pedro V, Asilo de Santo António e o Asilo da Ajuda.

Qualquer um destes asilos tinha bem claro que a sua função não era apenas receber meninas pobres e órfãs, mas essencialmente trabalhar a sua educação para que futuramente pudessem estar integradas na sociedade. Alfredo Alves (1912), após visitar várias instituições escreveu que:

as respetivas direções pensam muito a sério em resolver o problema da educação da mulher do povo, preparando a criança desvalida para as lutas da vida, a fim de que no meio em que mais tarde tem de viver possa ser um elemento de valor social e não um elemento perturbador e inútil (Alves, 1912, p. 143-144, citado por Pintassilgo, 2009, p. 6).

A respeito do Asilo de Nossa Senhora da Conceição, Pintassilgo (2009) refere que o “Plano de estudos e trabalhos” é “considerado moderno”. As alunas aprendem jardinagem, horticultura, arboricultura e a tratar dos animais domésticos. Para além

disso, existiam alguns cursos de “contabilidade, dactilografia, culinária, corte, bordados e rendas) (p. 8). O asilo tinha como objetivo “preparar as pobres crianças para uma vida de trabalho e de honestidade e por estar em harmonia com o lugar que as alunas naturalmente virão a ocupar na sociedade: boas criadas e operárias instruídas” (Pintassilgo, 2009, p. 7 cita Alves, 1912, p. 144).

Quanto ao Asilo de Santo António, para Alves (1912) era “uma das mais belas obras educativas que nos tempos modernos Lisboa deve à benfeitoria dos amigos das crianças pobres” (p. 146 citado por Pintassilgo, 2009, p. 9).

No Asilo da Ajuda, podemos encontrar “um verdadeiro modelo em tudo o que se refere ao ensino das donas de casa” (Pintassilgo, 2009, p. 8). Um dos seus diretores, Bandeira de Melo, escreveu livros de cozinha e de corte, que serviram de guia para o ensino doméstico, este era mencionado por Alves como um “verdadeiro apóstolo da educação da mulher do povo” (Pintassilgo, 2009, p. 9). Era considerada uma das instituições de referência no que concerne ao ensino doméstico, tendo o cuidado de “educar as alunas para boas e modestas donas de casa e criadas bem preparadas para o desempenho deste mister” (Alves, 1913, p. 246, citado por Pintassilgo, 2009, p. 10). Mais uma vez, está presente a premissa de educar, mas sem sustentar expectativas elevadas, que pudessem conduzir ao desejo de ascensão de posição social, por parte das alunas.

Por último e, com um estudo mais aprofundado, por se revelar um verdadeiro exemplo temos o Asilo de S. Pedro V, que “foi construído expressamente para este fim, com amplas janelas por onde a luz e o ar entram livremente” (Alves, 1912, p. 144, citado por Pintassilgo, 2009, p. 7). Foi edificado numa zona verde, tinha horta e jardim. Todos estes fatores foram pontos de destaque e elogio por quem visitou a obra. Neste se materializou um dos pressupostos da Educação Nova, que se refere ao convívio com a natureza, visto como fonte de regeneração. Foi inaugurado em 1857 e, o seu primeiro presidente foi o Conde de Galveias, a obra foi impulsionado por Manuel António Viana Pedra. Os primeiros estatutos datam de 1860, onde é referido que a obra social consiste num externato, que abrange os dois sexos. Em 1862, foi aprovado um regulamento para os alunos externos. Gradativamente, o asilo foi-se reconduzindo para internato feminino, como fica claro nos estatutos publicados em 1867, sendo “admitidas apenas crianças do sexo feminino e o internato passa a ser considerado como regime exclusivo” (Pintassilgo, 2009, p. 12).

O Comissário Mariano Ghira incumbido de fazer uma inspeção no ano letivo 1863/64, escreveu:

As internas achavam-se muito adiantadas em ler, escrever, história sagrada e problemas do sistema métrico, bem como nas prendas de costura e marca. Estavam suficientes em história, corografia de Portugal e gramática. (...) É empregado o método português de Castilho com algumas modificações (citado por Pintassilvo, 2009, p. 11).

Em 1870, foi publicado o “Regulamento Interno do Asilo de D. Pedro V para a Infância desvalida no Campo Grande” onde constam as orientações a ser aplicadas pelas professoras/mestras que salientam os padrões da moral, da religiosidade e exemplaridade pessoal, como se pode verificar a seguir:

- 1.º Dar exemplo de civildade, de bom comportamento e de todas as virtudes morais, civis e religiosas;
- 2.º Evitar todas as práticas ou ações que possam parecer menos convenientes e próprias de quem preza a educação;
- 3.º Apresentarem-se nas aulas com traje limpo e decente;
- 4.º Procurar ganhar a confiança das alunas por meio de maneiras afáveis e sisudas, conciliando assim o amor e o respeito devido (in Regulamento Interno do Asilo de D. Pedro V para a Infância desvalida no Campo Grande, 1870, p. 14, citado por Pintassilgo, 2009, p. 13).

No mesmo regulamento é mencionada a importância da alimentação, da higiene, da saúde, dos tempos livres. As alunas deveriam ter tempo destinado a brincadeiras no recreio, no ginásio e sair em passeios, duas vezes por semana. No verão, o médico da instituição, recomendava as alunas a usufruírem de praia, paga pelo asilo.

Quanto à educação escolar deveriam aprender: “leitura, escrita, as quatro operações de números inteiros e decimais, sistema métrico-decimal, exercícios gramaticais, princípios gerais de moral, civilidade, doutrina Cristã, elementos da história sagrada do antigo e novo testamento e labores usuais do próprio sexo” (Pintassilgo, 2009,p. 13).

No que à disciplina diz respeito, os castigos deveriam ser “pouco frequentes e aplicados oportunamente e sobretudo com justiça...é expressamente proibida a aplicação de castigos corporais” (Idem, ibidem, p. 14). As repreensões deveriam ser progressivas e iniciar-se em privado, seguidas de privação de passeios ou recreio, estar de pé ou até usar rótulos ao pescoço.

Neste asilo existia uma rotina diária e semanal, para que nenhum aspeto fosse descurado (escolarização, doutrina, saúde, higiene), que pode ser considerado um indicador de modernidade. Este tipo de organização também visava inculcar ordem, disciplina e trabalho. As alunas com melhores resultados escolares eram encaminhadas para o Magistério, alunas “cujo talento e vocação para o Magistério convenha utilizar em benefício do próprio estabelecimento ou do País.” (Pintassilgo, 2009, p. 17 cita Silva, p. 20). Outras eram encaminhadas para a Escola Normal: “todos os anos, entre as alunas concluem o seu percurso escolar no Asilo, várias que são enviadas para a Escola Normal” (Pintassilgo, 2009, p. 17), estas continuavam a ser subsidiadas pela instituição.

A entrada no asilo foi fixada entre os 7 e os 10 anos e a saída aos 18 anos. De forma a registar o percurso formativo de cada aluna foi criado um caderno de registos individual.

Em 1913, Manuel Borges Grainha, elaborou um relatório sobre o ensino doméstico em Portugal onde menciona:

Nele não há criadas de nenhuma espécie. São as próprias alunas que cozinham, servem à mesa, varrem e esfregam a casa, lavam a roupa, engomam, costuram, bordam, cortam o cabelo e são enfermeiras umas das outras e servem também de porteiras. (Grainha, p. 16 citado por Pintassilgo, 2009, p. 18).

Após a saída desta instituição, de acordo com Pintassilgo (2009), a maioria das raparigas foram empregadas “em casas particulares, como criadas” (p. 19). O projeto

educativo neste asilo era de tal forma criterioso e de dimensão moralizadora que no momento de saída da instituição eram dadas algumas recomendações que constam do Regulamento Interno do Asilo de D. Pedro V para a Infância Desvalida, no campo Grande:

Enquanto milhares de crianças, nas suas circunstâncias, têm sofrido muitas privações, e especialmente a de receberem a necessária educação, tem, graças à caridade dos protetores deste estabelecimento, sido nele criada e instruída nos trabalhos domésticos, nos deveres da religião, no modo de ganhar a vida honestamente, promovendo-se que seja cuidadosa nas suas obrigações, verdadeira nos atos na sua vida, carinhosa para os iguais e respeitosa para com os superiores.

Faça por obedecer às ordens daqueles a quem deve obediência e por promover seus interesses com zelo...

Evite toda e qualquer tentação para o mal e, se cair em faltas, não as agrave com a mentira...

Lembre-se que não poderá cumprir o seu dever para com a sociedade, se deixar de cumprir com Deus...

O conselho diretor deste estabelecimento espera sinceramente que nunca deixará de se dirigir por estes conselhos, ditados pela razão e pela religião. Lembre-se que Deus foi servido destiná-la para uma vida de trabalho e que não o poderá servir melhor do que cumprindo fielmente os deveres dessa vida. (p. 69, citado por Pintasilgo, 2009, p. 15).

Como se pode perceber todas estas instituições, asilos, abrigos, orfanatos pretendiam retirar da rua crianças desvalidas, antes destas começarem a causar distúrbios e, em

regime de internato, dar-lhes proteção e uma reeducação. Para além disso, tinham como denominador comum a adoção do ensino doméstico.

2.3. A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A escola e a igreja foram durante muitos anos as instituições locais que mais mobilizaram as comunidades. Nos últimos anos, as escolas parecem levar vantagem e, atualmente, com o modelo de escola inclusiva, que “visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (Decreto-Lei n.º 54/2018), faz muito sentido o desenvolvimento de projetos que envolvam as comunidades escolar e local recorrendo a parcerias no sentido de diminuir as assimetrias que ainda se verificam no sistema de ensino. Este tipo de visão está implícita no conceito de desenvolvimento comunitário que segundo Santos (2002) consiste no “(...)esforço para melhorar as condições de vida daqueles que habitam um local (...) tomando em linha de conta a especificidade desse local” (p. 1).

Desde há muito que as escolas e/ou as instituições educativas locais estão envolvidas com a comunidade, valorizando e reforçando o potencial humano nos jovens, melhorando os seus níveis de escolaridade e qualificação para uma maior facilidade na inserção no mercado de trabalho.

As escolas e os seus agentes, professores, educadores, funcionários não docentes “ocupam um lugar de destaque importante na promoção de projetos de desenvolvimento local, pois são, normalmente, polos de atividade local ou mesmo de intervenção social” (Santos, 2002, p. 2). Este tipo de envolvimento já se verificava no tempo dos asilos, uma vez que, muitas obras sociais estiveram entregues a congregações de Freiras, que animavam a comunidade local com a sua presença assídua nas missas, procissões e festas religiosas, existindo assim uma efetiva participação da Instituição na comunidade. Acresce ainda o fato de algumas destas instituições, se abrirem ainda mais à comunidade, permitindo a existência de alunas externas na aprendizagem de labores (costura, renda, bordados...) constituindo uma mais-valia para a comunidade onde estão inseridas, pois, nas aldeias o acesso a oficinas e cursos de aprendizagem era praticamente inexistente e

a rede de transportes públicos até as cidades muito escassa. Estas obras sociais, já ofereciam um espaço de formação para os jovens, da comunidade local. A este respeito Henrique Santos (2002) defende que:

A escola tem de assumir papéis diversos que lhe permitam uma intervenção social mais constante, designadamente: a escola pode, e deve, facilitar a organização e realização de iniciativas de carácter local, por exemplo, (...) pode criar e desenvolver espaços de carácter educativo não formal (...); pode organizar iniciativas de animação da comunidade (...); pode elaborar e promover canais privilegiados de comunicação entre os agentes e parceiros; pode organizar espaços de formação (...) (p. 5).

A escola enfrenta, desde há muitos anos, o mesmo desafio: o de preparar alunos para profissões que não sabemos bem quais serão no futuro, já dizia Maria Ambrósio (1999) “A educação que temos está organizada, supostamente, para uma sociedade que no futuro não existirá tal como a conhecemos” (p. 35) e, de facto, hoje esta condição é ainda mais presente devido ao desenvolvimento da informatização e da ciência, que fizeram acelerar o ritmo com que as mudanças acontecem. A preocupação de preparar os alunos minimamente para o mundo do trabalho já acompanha os discursos desde o tempo em que a escolaridade mínima obrigatória era apenas o 1.º Ciclo. Para João de Barros, referenciado por Benavente (1999), “a criança ao abandonar a escola primária, tem de saber utilizar a sua inteligência, a sua energia, a sua natural curiosidade (...)” (p. 53).

Ainda a este respeito, Ana Benavente (1999), refere que os grandes problemas da educação têm sido, o da dificuldade de acesso, exclusão, abandono e o da qualidade. No âmbito do Fórum Escola Diversidade Currículo, referiu que:

Não pode haver crianças que deixem a escola sem o 9.º ano, mas também não pode haver quem, eventualmente, completando o 9.º ano, deixe a escola sem ter feito as aquisições fundamentais, estruturantes, básicas, para poder continuar o seu percurso de formação e a sua formação o longo da vida” (p. 22).

Mais uma vez, se mencionam as aprendizagens básicas para se conseguir caminhar sozinho. Este desafio sempre esteve presente, daí as instituições de acolhimento, como os asilos e afins, terem tido a preocupação de preparar as suas alunas pobres e órfãs para uma futura profissão: costureira, bordadeira, cozinheira, empregada doméstica (serviçal), entre outras consideradas mais adequadas ao sexo feminino. Para além deste aspeto “profissionalizante” muitas das instituições tinham professores para dar a instrução primária, possibilitando assim, que estas crianças desvalidas aprendessem a ler, a escrever, a fazer contas de modo a que pudessem ser um elemento participativo nas suas famílias e comunidades. Então, apesar dos projetos destas instituições não terem sido elaborados com a envolvência da população, e por isso, não puderem ser considerados projetos no âmbito do desenvolvimento comunitário, no fundo eles foram criados para elas, de modo a resolver um dos seus problemas, o das crianças pobres e desvalidas. No meu ponto de vista, estas instituições não podem ser integradas em projetos do foro do desenvolvimento comunitário mas, classificá-las apenas com assistencialistas também é insuficiente, atendendo, que a grande maioria não se limitou a retirar as crianças da rua e a dar-lhes “comida, cama e roupa lavada”. Fizeram muito mais do que isso, permitiram que muitas destas crianças, em situação de risco, tivessem a oportunidade de fazer a escolaridade obrigatória, aprender um ofício e, muitas vezes, inseri-las imediatamente no mundo do trabalho através de recomendações e estabelecendo contactos de instituições parceiras, ou seja, as jovens eram encaminhadas de acordo com os seus talentos. E este também é um papel que cabe aos professores e educadores “ajudar o jovem a construir o seu projeto pessoal e profissional” (Rodrigues, 1999, p. 77). Por estes motivos, muitas delas acabaram por ter uma vida equilibrada e boa, comparativamente a outras raparigas que, não sendo pobres, estiveram com a família, mas acabaram por não cumprir a escolaridade obrigatória, nem se especializar num labor.

Pelo exposto, na minha opinião, estas instituições encontram-se numa charneira entre o assistencialismo e o desenvolvimento comunitário.

PARTE EMPÍRICA

3. METODOLOGIA

3.1. PROBLEMÁTICA

A problemática ou formulação de um problema de pesquisa é o ponto de partida para o início de uma investigação, corresponde às inquietações do investigador. Quivy (1998) refere que “construir a sua problemática equivale a formular os pontos de referência teóricos da sua investigação: a pergunta que estrutura finalmente o trabalho, os conceitos fundamentais e as ideias gerais que inspirarão a análise” (p. 90).

Partindo da vontade de fazer um trabalho de investigação que recaísse sobre a sua freguesia natal, Monte Redondo, a autora decidiu estudar uma instituição local, de que muitos falam saudosamente, mas sobre a qual ainda não foi levada a cabo nenhuma pesquisa, pelo menos que tenha sido publicada. Outrora, entre 1941 e 1974 funcionou, num belíssimo palacete, bem no centro da freguesia, uma Casa de Educação e Trabalho, integrada no IMRPC, pertencente à atual FBB. Esta instituição veio a revelar-se extremamente importante para a freguesia, nomeadamente para os seus beneficiários diretos, as meninas pobres e órfãs da freguesia.

A pobreza, a orfandade, a infância desvalida era uma realidade que afetava Portugal desde a criação das Misericórdias em 1498. Em 1780 é inaugurada a Casa Pia, exclusivamente direcionada para crianças pobres e, em 1835 foi criado o Conselho Geral de Beneficência, com o objetivo de abolir a mendicidade. Apesar de todas iniciativas e esforços levados a cabo por particulares, pela Monarquia e pela Primeira República, chegados à Ditadura o problema persistia. Este tipo de instituições, direcionadas a assistir estas crianças, foi recebendo variadas designações como asilos, casa de acolhimento, patronatos, albergues e também, mas menos comum, Casa de Educação e Trabalho.

De acordo com a revisão da literatura, os percursos do desenvolvimento comunitário foram a caridade e a assistência. Durante muito tempo o apoio aos mais desfavorecidos

esteve sob a alçada de várias instituições, essencialmente de gestão privada e, mais tarde, semiprivada. A caridade e assistência era quase sempre entregue a grupos religiosos e a Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo é um exemplo disso, gerida pela Congregação das Irmãs de S. José de Cluny.

Com esta investigação pretende-se reescrever a história desta Obra Social e enquadrá-la no panorama da assistência, do trabalho social e do desenvolvimento comunitário, bem como estudar as suas áreas de apoio.

3.2. PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS

3.2.1. PERGUNTA DE PARTIDA

Atendendo à problemática apresentada, a minha pergunta de partida é a seguinte:

“De que forma a Casa de Educação e Trabalho – Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, contribui para a educação, assistência e trabalho das raparigas pobres e órfãs da comunidade de Monte Redondo?”

3.2.2. OBJETIVOS

1. Reconstruir a história do IMRPC, enquanto Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo;
2. Traçar os âmbitos de ação desta obra social;
3. Apurar o número, proveniência, média de idades das raparigas pobres e órfãs que beneficiaram da obra social;
4. Determinar as razões de saída das raparigas do Instituto;
5. Compreender os contributos da existência da referida obra social na educação, assistência e trabalho para comunidade feminina que a frequentou.

3.3. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO

A presente investigação enquadra-se no paradigma qualitativo ou interpretativo. Por paradigma podemos entender o “sistema de princípios, crenças e valores que orienta a metodologia” (Coutinho, 2014, p. 22), ou seja, o referencial filosófico da mesma.

“A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados.” Ao invés disso é “descritiva” e “o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial do investigador” e apresenta “enfoque indutivo na análise dos seus dados” (Godoy, 1995, p. 58). Este paradigma é o que melhor permite responder ao problema em pesquisa, uma vez que a maioria dos dados apresentados são descrições que derivam diretamente dos dados recolhidos, tais como as transcrições das entrevistas e informações recolhidas nos documentos oficiais do IMRPC. No entanto, foi necessário recorrer também ao paradigma quantitativo, pois algumas das informações reunidas dos documentos receberam tratamento estatístico de modo a tratar, organizar e comunicar as informações de forma mais clara e objetiva, isto aconteceu, no apuramento do número de alunas internas que frequentaram o Instituto, bem como, no cálculo da idade média de entrada e saída da instituição, locais de proveniência dentro da freguesia e motivo de saída da Casa de Educação e Trabalho. Assim, de forma a aproveitar as melhores técnicas usadas em cada paradigma, acabou por existir uma triangulação entre os métodos qualitativo e quantitativo. “O investigador não é obrigado a optar pelo emprego exclusivo de métodos quantitativos ou qualitativos e no caso de a investigação assim o exigir, poderá mesmo combinar o emprego dos dois tipos de métodos.” (Carmo e Ferreira, 2008, p. 194). Contudo, a investigação é predominantemente qualitativa.

Como método de investigação fizemos um Estudo de Caso. Merriam (1988, cit. por Bogdan, 2013, afirma que “o estudo caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”. Nesta investigação considerámos a observação/reconstrução da história de uma organização. Pretendeu-se estudar o IMRPC - Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo desde a sua abertura ao seu encerramento. Bogdan (2013) classifica este estudo caso, como um “estudo de caso de organizações numa perspetiva histórica” (p. 90). Este tipo de estudo deverá “basear-se em entrevistas com pessoas que tenham

estado relacionadas com a organização, na observação da escola e nos registos escritos existentes” (Bogdan, 2013, p. 90). Neste caso, não haverá observação da instituição, pela mesma já não estar em funcionamento.

3.4. CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

A investigação foi realizada no IMRPC – Casa de Educação e Trabalho, na localidade de Monte Redondo, atualmente propriedade da Fundação Bissaya Barreto (FBB).



Figura 1: Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa. Fonte: <http://vilademonteredondo.blogspot.com/2009/10/historia-de-monte-redondo.html>

O edifício principal (figura 1), está a ser ocupado e rentabilizado pela Filarmónica Nossa Senhora da Piedade, de Monte Redondo. A “casa velha”, antiga casa dos pais do Dr. Luís Pereira da Costa e onde funcionou o regime de externato e apoio ao peregrino, foi demolida. Existe ainda uma zona de currais, um grande telheiro na lateral da casa, um terreno agrícola em pousio, armazéns onde funcionou a Sopa dos Pobres e também como arrecadação dos produtos provenientes da agricultura e, ainda um pequeno escritório para uso do feitor da Fundação. Além destes espaços, que se encontram todos juntos e delimitados por um muro e no centro da freguesia de Monte Redondo, a Fundação também é detentora de vários terrenos e propriedades espalhadas pela freguesia e freguesias limítrofes. Apesar da vastidão da herança do Dr. Luís Pereira da Costa, o estudo restringiu-se apenas à atividade desenvolvida no edifício principal, conhecido por Instituto, enquanto Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, que funcionou entre 1941 e 1974.

Em 1904, inicia-se a construção do palacete, para residência. Em 1940, Dr. Luís Pereira da Costa morre e deixa a sua herança ao amigo e colega Dr. Bissaya Barreto, com o compromisso deste fundar um Instituto de assistência social, para crianças pobres e órfãs da freguesia, cujo nome seria Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, em homenagem a sua mãe (conforme testamento).

Em 1941, entra em funcionamento esta obra social tendo como diretor o Dr. Bissaya Barreto, que convidou a Congregação S. José de Cluny para gerir a instituição. Assim, entre 1941 e 1974 o IMRPC funcionou como Casa de Educação e Trabalho. Existiu regime de internato e de externato, com acesso e regras diferenciadas. O trabalho da assistência e proteção não se ficou por aqui, tendo sido promovida a “Sopa dos Pobres” e o “Apoio ao Peregrino”.

Em 1974, as Religiosas deixaram a obra social. Entre 1978 e 2003 funcionou como Casa da Criança.

3.5. INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

O presente trabalho foi elaborado com base nos dados/informações recolhidas através da análise documental e de entrevistas exploratórias e semiestruturadas (anexo 1).

Na realização das entrevistas acautelou-se o anonimato, não mencionando os nomes, apenas o vínculo estabelecido com o Instituto.

Recorreu-se à gravação áudio das entrevistas que, posteriormente, foram transcritas (anexo 2), analisadas e categorizadas (anexo 3).

Entrevistas

As entrevistas individuais tiveram os seguintes objetivos:

- Recolher informações sobre o funcionamento da Casa de Educação e Trabalho de modo a confirmar e/ou completar a informação já obtida através de documentos oficiais;

- Caracterizar o âmbito do funcionamento do Instituto;
- Conhecer a perspetiva de cada interveniente acerca da obra social;
- Compreender de que forma a instituição foi importante para a comunidade.
- Descrever os efeitos/contributo da referida obra social na educação e trabalho da comunidade feminina que a frequentou e na freguesia de Monte Redondo.

Uma entrevista consiste numa “conversa intencional” entre duas ou mais pessoas, na qual uma das pessoas tem “(...) o objetivo de obter informações sobre a outra” (Bogdan, 2013, p. 134). Para Ferreira (2014). A entrevista é “uma técnica cada vez mais mobilizada nos trabalhos de campo de estudantes e investigadores em ciências sociais”, (p. 167).

Nesta investigação a entrevista foi essencial para a recolha de informações que não se encontram nos documentos institucionais, nomeadamente a descrição das rotinas diárias, o espírito e ambiente vividos na Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo.

As entrevistas exploratórias não obedeceram a guião por se pretender que fossem realizadas de forma “(...) livre e exploratória, pois nesse momento o objetivo é a compreensão geral das perspetivas” (Bogdan, 2013, 136). No entanto, a partir de uma determinada fase foi necessário proceder à recolha de dados com uma entrevista mais estruturada. Foi aplicado um nível intermédio de rigidez, entrevista semiestruturada, tentando seguir um guião, mas estando disponível para deixar o entrevistado à vontade para falar, “as boas entrevistas caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista” (Bogdan, 2013, 136).

Bogdan (2013) chama a atenção para o seguinte: “quando o entrevistador controla o conteúdo de uma forma demasiado rígida, quando o sujeito não consegue contar a sua história em termos pessoais, pelas suas próprias palavras, a entrevista ultrapassa o âmbito qualitativo. No outro extremo do contínuo estruturada/não estruturada situa-se a entrevista muito aberta.” (p. 135).

A entrevista caracteriza-se por ser uma técnica selecionada por permitir recolher bastante informação dos entrevistados e admitir alguma flexibilidade ao investigador,

que pode ir reconduzindo a entrevista de acordo com o fluir da mesma. Tendo como certo que, de acordo com Ferreira (2014):

“As entrevistas, por exemplo, não permitem o acesso direto a domínios de práticas, experiências e/ou de interação. Estes domínios podem, no entanto, ser reconstituídos enquanto constitutivos das subjetividades dos seus participantes (ativos ou contemplativos), servindo a entrevista como forma de captar discursivamente, com propriedade simbólica e densidade narrativa, os respetivos pontos de vista sobre determinadas práticas, experiências e/ou interações. Ou seja, a entrevista não consegue senão entre-ver tais domínios, nunca tocando na sua realidade objetiva, mas nas realidades subjetivas e discursivas que os medeiam” (p. 168).

O processo de angariação de ex-alunas para entrevistar foi concretizado com a ajuda do feitor e de familiares da investigadora, que conheciam algumas pessoas da freguesia que frequentaram o Instituto, bem como a sua atual morada. Após esta informação, estabeleceu-se um primeiro contacto via telefone ou pessoalmente, para apresentar os objetivos da investigação e perceber a disponibilidade de colaboração. Nesse momento, a investigadora apercebeu-se que ser “filha” da freguesia e o facto de muitas das entrevistadas, conhecerem os seus avós e pais, foi determinante para aceitarem conceder a entrevista. As mesmas foram realizadas nos meses de maio e junho de 2020 e, mesmo estando nós com regras restritas devido à pandemia COVID-19, apenas uma das pessoas contactadas não se mostrou disponível para realizar a entrevista.

Numa primeira abordagem, foi entregue aos entrevistados uma fotocópia da entrevista para que pudessem pensar e refletir sobre as questões e agendou-se o dia para a realização da mesma. Todas as entrevistas foram gravadas (apenas áudio) e posteriormente transcritas. A maior dificuldade sentida na parte da investigação empírica, refere-se à transcrição das entrevistas, uma vez que, nem sempre é fácil passar para texto escrito o entusiasmo e os sentimentos manifestados pelos entrevistados. Em algumas entrevistas, também foi difícil manter a objetividade das respostas, pois frequentemente, com o entusiasmo alguns dos entrevistados mudavam de assunto e em

algumas situações pediram confidencialidade nas histórias contadas, a meio da entrevista. Por isso, sentiu-se que a investigadora e entrevistadora conseguiu estabelecer “recursos comunicativos e de simpatia pessoal” (Ferreira, 2014, p. 183), com a maioria dos entrevistados. O aspeto da confiança do entrevistado no entrevistador, bem como o estabelecimento de empatia são dois fatores determinantes para o sucesso da entrevista (Ferreira, 2014, p. 182). O mesmo autor refere que “o entrevistado deverá sentir-se o protagonista do momento, que a sua história, as opiniões que expressa, mesmo as mais anódinas ou estranhas, são merecedoras da atenção interessada do entrevistador, que mostra seguir de perto o seu raciocínio” (p. 184). Procurou-se simplicidade no vocabulário a utilizar, reformulando, por vezes, as questões de modo a assumirem um estilo oral e de fácil compreensão por parte dos entrevistados.

Após a transcrição das entrevistas, as mesmas passaram ao anonimato com a atribuição de um código.

Análise documental

Quanto aos objetivos da análise documental podemos enumerar os seguintes:

- Recolher dados/informações oficiais que permitam reconstruir a história da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo;
- Encontrar informação que permita caracterizar a instituição enquanto obra social e qual(ais) o(s) campo de ação do seu funcionamento;
- Compreender qual o espaço e importância da instituição na comunidade – freguesia de Monte Redondo.

A pesquisa documental baseou-se, principalmente, em documentos oficiais da instituição ainda não editados pela FBB e em documentos da Congregação das Irmãs de S. José de Cluny. É de referir que não foram consultados quaisquer documentos do Centro de Documentação Bissaya Barreto (CDBB), da Casa Museu Bissaya Barreto, todos os documentos analisados ainda se encontravam em Monte Redondo. As terminologias dos documentos foram atualizadas nas transcrições.

Os referidos documentos consistem, principalmente, em correspondência trocada entre o advogado/procurador, Dr. José Pedro Dias Júnior, e o Dr. Bissaya Barreto, um Livro

de Registo de Inscrições das Alunas Internas desde 1951 a 1974, o livro de registos da Sopa dos Pobres, e um livro de ponto/diário de frequência da Escola Privada Dr. Luís Pereira da Costa.

De facto, “as escolas e outras organizações burocráticas têm a reputação de produzir uma profusão de comunicações e ficheiros” (Bogdan, 2013, 180). E ainda bem, pois são eles que nos permitem traçar o verdadeiro retrato da instituição. Foi através da sua análise que também foi possível perceber como era a comunicação dentro das hierarquias da instituição.

Os documentos internos “(...) podem revelar informações acerca da cadeia de comando oficial e das regras e regulamentos oficiais” (Bogdan, 2013, 180). Da análise efetuada percebe-se que o Dr. José Pedro Júnior era o advogado e procurador do Dr. Bissaya Barreto, assim, as Religiosas deveriam comunicar com a advogado que fazia chegar a informação ao Dr. Bissaya. Por sua vez, o Dr. Bissaya emanava informações para este transmitir às Irmãs. Existem alguns documentos em que as Religiosas contactam diretamente o Dr. Bissaya Barreto, mas são escassos. O feitor falava diretamente com as Irmãs e com o advogado. Todas as decisões importantes passavam pelo Dr. Bissaya Barreto, como se pôde verificar.

Ao nível da comunicação externa não foram encontrados dados, “as comunicações externas referem-se a materiais produzidos pelo sistema escolar para consumo público” (Bogdan, 2013, 181).

No que diz respeito aos registos sobre estudantes e ficheiros pessoais, apenas foram encontrados alguns processos de admissão, o livro de registo das alunas internas e um Diário de Frequência 1955-1956, da escola privada oficial que funcionou durante alguns anos.

3.5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Atendendo à pergunta de partida e aos objetivos da investigação foi necessário entrevistar pessoas que conhecessem a instituição de diferentes prismas, ou seja, que tivessem ocupado lugares distintos dentro da mesma. Contudo, nem toda a população

alvo estava acessível para a investigação, nomeadamente, porque a grande maioria já faleceu ou vive longe da freguesia. Ainda assim, foi possível constituir um pequeno grupo de população acessível, e estabelecer uma amostra de nove pessoas. Assim, a nossa amostra é constituída por nove pessoas, a quem foi aplicada uma entrevista. Os entrevistados foram divididos em dois grupos, um referente a ex-alunas e o outro referente a responsáveis pela instituição.

Como já foi referido anteriormente, optou-se pela entrevista semiestruturada.

a) Pessoal responsável pela instituição

Tendo em consideração que a Casa de Educação e Trabalho já encerrou em 1974, há 47 anos, não existem muitas pessoas vivas que tivessem colaborado na instituição e com diferentes funções.

Ainda assim, foi possível entrevistar uma Religiosa que esteve nos últimos três anos, que antecederam ao encerramento da obra social, como Irmã Superiora. Esta era responsável por toda a atividade da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo. Quando foi contactada consentiu, prontamente, falar daquilo que se recordava. Aquando da entrevista tinha 82 anos.

O outro entrevistado, neste grupo, ocupava uma função diferente dentro da instituição, foi e ainda é, o feitor. As suas funções na época passavam por gerir/orientar a limpeza e manutenção de todas as propriedades que pertenciam ao IMRPC, tais como: terrenos agrícolas, pinhais, arrendamento de propriedades e dar apoio à Casa de Educação e Trabalho. Para o ajudar nessas tarefas contratava o pessoal necessário, com conhecimento e consentimento dos seus superiores, Dr. Bissaya Barreto e, atualmente, a Fundação Bissaya Barreto. Quando foi entrevistado tinha 79 anos e desde os seus 30 anos, 1971, que ocupa este cargo. Concluindo, desempenhou a função de feitor nos últimos anos do funcionamento da Casa de Educação e Trabalho, entre 1971 e 1974, onde auxiliava as Religiosas na manutenção da casa e no fornecimento da alimentação, proveniente das explorações agrícolas pertencentes ao IMRPC.

b) Ex-alunas

Do vasto universo de ex-alunas, foi possível entrevistar apenas sete. Destas, quatro foram alunas internas, duas alunas externas e uma foi aluna externa e interna, como se pode ver pela distribuição seguinte:

- Entrevistada n.º 1 (E1) – 66 anos – foi interna entre 1962 a 1969 (dos 8 aos 15 anos).
- Entrevistada n.º 2 (E2) – 67 anos – foi aluna externa e depois interna entre 1964 e 1969 (dos 12 aos 16 anos).
- Entrevistada n.º 3 (E3) – 64 anos – foi aluna interna entre 1964 e 1972 (dos 8 aos 15 anos).
- Entrevistada n.º 4 (E4) – 63 anos – foi aluna externa entre 1961 e 1962 (dos 5 aos 6 anos).
- Entrevistada n.º 5 (E5) – 77 anos – foi aluna interna entre 1952 e 1961 (dos 9 aos 18 anos).
- Entrevistada n.º 6 (E6) – 69 anos – foi aluna externa entre 1957 e 1962 (dos 6 aos 11 anos)
- Entrevistada n.º 7 (E7) – 78 anos – foi aluna interna desde 1951 até 1959. (dos 9 aos 17 anos).

3.6. TÉCNICA DE TRATAMENTO DE DADOS

“A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático das transcrições de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhes permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou” (Bogdan, 2013, p. 205).

Para os dados quantitativos, nomeadamente, no que diz respeito às idades de entrada e saída da instituição e ao apuramento dos lugares da freguesia de proveniência das alunas institucionalizadas, utilizamos a análise estatística.

Quanto aos documentos recolhidos, inicialmente, foram organizados, de forma muito geral, de acordo com os assuntos que mencionavam: fundação do IMRPC, internato, externato, escola privada, alimentação, saúde e sopa dos pobres.

Segundo Bogdan (2013), “o desenvolvimento de um sistema de codificação envolve vários passos: percorre os seus dados na procura de regularidades e padrões bem como de tópicos presentes nos dados e, em seguida, escreve palavras e frases que representam esses mesmos tópicos e padrões. Estas palavras ou frases são categorias de codificação” (p. 221). Para Quivy (1998), “agregar dados ou variáveis significa agrupá-los em subcategorias ou exprimi-los por um novo dado pertinente” (p. 216).

Bogdan (2013) sugere algumas famílias ou tipos de códigos, são eles: códigos de contexto, códigos de definição da situação, perspectivas tidas pelos sujeitos, pensamentos dos sujeitos sobre pessoas e objetos, códigos de processo, códigos de acontecimento, códigos de atividade, códigos de estratégia, códigos de relação e de estrutura social e códigos de métodos. Segundo o autor, são estas famílias que permitem o “desenvolvimento de categorias de codificação que lhe serão úteis na classificação dos seus dados” (p. 222). Salienta ainda que “cada conjunto de dados pode ser codificado de acordo com mais do que uma categoria de codificação extraída de mais de uma família de codificação” (p. 222).

No que às entrevistas diz respeito, foi efetuado um procedimento semelhante, análise de conteúdo e organização por categorias. Algumas destas categorias e subcategorias já estavam delineadas aquando a elaboração das entrevistas, pelo que foi fácil identificá-las. Neste caso o processo mais moroso e difícil foi mesmo o da transcrição das mesmas, pois, ainda que recorrendo a um programa de transcrição foi necessário uma revisão profunda da reprodução das mesmas.

Assim, com base na revisão bibliográfica e nos objetivos da investigação definiram-se cinco categorias e várias subcategorias, a saber:

- áreas de intervenção da instituição - escolarização, educação doméstica/aprendizagem de ofícios, alimentação, cuidados de saúde, formação religiosa, atividades lúdicas;
- razões para a entrada no Instituto - pobreza, orfandade, aprendizagem de ofícios;
- razões para a saída do Instituto – inserção no mundo de trabalho, encaminhamentos;

- impactos da instituição na comunidade - emprego local, grau de satisfação dos beneficiários;

- suporte da pobreza - apoio à pobreza.

Durante a apresentação dos dados foram transcritas as unidades de registo de cada categoria e subcategoria, identificadas pelo código de entrevistado.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo iremos apresentar o Estudo Caso da Obra Social – Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa – Casa de Educação e Trabalho, que funcionou em Monte Redondo entre 1941 e 1974. Para melhor compreensão das valências da instituição far-se-á uma breve caracterização da freguesia naquela altura.

A atual Vila de Monte Redondo, outrora aldeia, pertence aos Distrito e Concelho de Leiria. Localiza-se a 32.º de latitude Norte e a 0.º 20´ de longitude Oeste, numa área plana, tendo uma pequena elevação/monte onde existe um marco geodésico, que faz a triangulação entre Buarcos, Monte Redondo e Sicó. A cota superior deste marco tem 90 m de altitude. É precisamente esta pequena elevação que está na origem do nome da freguesia. (Arroteia, 2000, p. 25).

Uma parte dos terrenos da freguesia são banhadas pelo rio Lis e seus afluentes, conferindo-lhes grande fertilidade. Outrora conhecido como “Casal” de Monte Redondo e explorado pelos monges de Alcobaça, Ordem de Cister, entre 1279 e 1450, refere Arroteia, citando Gomes (1986, p. 20).

O primeiro recenseamento da população correu em 1864, sendo possível, de acordo com Arroteia (2000) identificar três períodos distintos

“- o primeiro, que vai desde aquela data até 1920, caracteriza-se por um crescimento moderado dos seus habitantes ou seja um acréscimo de cerca de um milhar de indivíduos;

- o segundo, abarca o período de 1930 a 1960, e caracteriza-se por um crescimento mais acentuado da população residente, ou seja o aumento de mais de dois milhares de habitantes;

- o terceiro, registado depois de 1960, caracteriza-se pelas perdas da população residente, passando esta a mais de 5,8 milhares de habitantes em 1970, para 3,9 milhares em 1991.” (p. 107)

É entre estes dois últimos períodos temporais que se desenvolveu a Obra Social em análise, 1941 a 1974, pelo que iremos caracterizar a freguesia neste intervalo de tempo.

A família do benemérito, Dr. Luís Pereira da Costa sempre foi generosa com a freguesia e contribuiu para o seu desenvolvimento, a saber:

- 1894, a construção do cemitério foi iniciada em terrenos cedidos pela mãe do Dr. Luís Pereira da Costa;

- 1872, criação da Filarmónica Nossa Senhora da Piedade: “Este projeto foi desenvolvido com o apoio da família Costa que terá dado os meios para a compra dos instrumentos e do fardamento, contratando o maestro Stophels então residente em Lisboa e cedendo instalações para os ensaios” (Arroteia, 2000, p. 111).

- 1891, edificação da nova igreja.

Após o término da primeira guerra mundial, 1918, instalou-se um período de crise económica, mas a freguesia conseguiu atividades relacionadas com a agricultura e madeira, aumentando o número de habitantes.

Em 1931, foi inaugurada a Escola Primária e em 1935 iniciou-se a construção da Casa do Povo. A luz elétrica chega à freguesia em 1938, e o telefone público, um ano antes em 1937, por “ação do benemérito Exmo. Sr, Dr. Luís Pereira da Costa, lente jubilado de medicina da Universidade de Coimbra (...)” assim é descrito no semanário “Mensageiro” de 3/6/1937, de acordo, mais uma vez, com Arroteia (2000, p. 114).

O mesmo autor, Arroteia (2000, p. 113 e 114), menciona um jornal diocesano “A voz do domingo”, para caracterizar a freguesia no final dos anos 30, referindo alguns traços da freguesia, exaltando o culto cristão da população, a grande Feira dos 29, as fábricas de serração e carpintaria mecânica, a indústria da cerâmica (Bajouca), as Salinas da Junqueira (Sismaria) e facto de cada pessoa ter um pouco de terreno para cultivar para si. Portanto, era uma freguesia em movimento de ascensão, que se verificou até 1970.

Referir ainda que, a freguesia também era servida com uma estação de Comboio, que também contribuiu para o seu desenvolvimento. O Engenheiro Carlos Torres, em 1882, no jornal “Gazeta dos Caminhos de ferro” refere que o troço de Leiria à Figueira da Foz, abriu à exploração pública em 17 de julho de 1888, pela operadora Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses. (p. 61). A estação de Monte Redondo situa-se, precisamente, no troço entre Leiria e Figueira da Foz da Linha do Oeste, por isso, terá começado a funcionar nessa data.

O decréscimo da população inicia-se a partir dos anos setenta, fruto da criação da freguesia de Bajouca e da emigração.

4.1. HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO

A vinte de maio de 1847 nasce Luís Pereira da Costa, filho de Luís Pereira da Costa e Maria Rita, em Monte Redondo, grande benemérito e razão da existência do Instituto.

Estudou na Universidade de Coimbra e por lá ficou a trabalhar como professor. Para além da vida académica e também exerceu alguns cargos políticos como: “Vereador da Câmara Municipal de Coimbra em 1886-1887 e 1896, Vice-Presidente da Câmara em 1886-1887 e Presidente em 1896-1898 e Governador Civil de Coimbra em 27.19-28.5.1903.” ([Universidade de Coimbra, História da Ciência na UC](#)).

Em 1920, desempenhou o cargo de Presidente do Conselho de Medicina Legal. Atingiu a idade de jubilação em 1926, mas a pedido da Faculdade este foi cancelado, continuando a trabalhar mais quatro anos na cadeira de Bacteriologia, até 1930, data da aposentação definitiva.

Quer o Dr. Luís Pereira da Costa, quer a sua família incentivaram e colaboraram no desenvolvimento da freguesia, nomeadamente na construção do cemitério, instalação de telefone e luz e apoio na fundação da Filarmónica Nossa Senhora da Piedade.

“Luís Pereira da Costa é recordado como um homem cultíssimo, solitário mas de trato afável, pessoa que pouco saía da sua mansão, devido à saúde precária, e que se alimentava de forma bastante frugal.” (Gomes et al, 2019, p. 121).

Nunca casou nem teve filhos, “(...)solteiro, sem ascendentes nem descendentes, e declarando perentoriamente que não tem e nunca teve filhos (...)” (Testamento Dr. Luís Pereira da Costa, anexo 4) acabou por legar toda a sua herança ao ex-aluno e amigo Dr. Bissaya Barreto “Todos os bens que me pertencem, quando eu falecer, qualquer que seja a sua natureza, serão empregados na fundação, organização e funcionamento de um instituto de utilidade local, com o fim expresso de proteger e socorrer os pobres e crianças sem amparo, da freguesia de Monte Redondo, concelho de Leiria: “(...) Para meu testamenteiro nomeio o excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Baeta Bissaya Barreto (...)” (anexo 4), pessoa em quem confiava, com provas dadas de bondade e com capacidades de iniciativa e gestão, reconhecendo todo o seu trabalho já desenvolvido no campo da assistência, “(...) o qual nas grandes obras de beneficência, que tem realizado em Coimbra, tem dado exuberantes provas de competência e dedicação (...)”(anexo 4).

Fez ainda um último pedido: “No prazo de quinze dias a contar da data do meu falecimento, o Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaya Barreto mandará entregar a cada um dos pobres e indigentes da freguesia de Monte Redondo, conselho de Leiria, a quantia de dez escudos.” (In Testamento Dr. Luís Pereira da Costa, anexo 4).

O testamento foi redigido a 8 de julho de 1938 e Dr. Luís Pereira da Costa faleceu a 20 de março de 1940.

Quanto a Bissaya Barreto é natural de Castanheira de Pera, filho de Albino Inácio Rosa e de Joaquina da Conceição, nasceu a 29 de outubro de 1886, Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa, mais conhecido apenas por Bissaya Barreto.

O pai, farmacêutico, mandou-o com 13 anos para Coimbra para concluir o Liceu. Posteriormente ingressou na Universidade de Coimbra onde fez três licenciaturas, Matemática, Filosofia e Medicina, todas com 20 valores, nota máxima. “Aos 28 anos de idade atinge o grau de Professor Catedrático de Cirurgia, ainda e mais uma vez, com a classificação máxima de 20 valores e louvor” (Fundação Bissaya Barreto, 2017).

Foi filiado na maçonaria e tem um percurso político extenso desde a República (assumia-se como Republicano) ao estado Novo. Para este estudo importa referir aqui o seu cargo como presidente da Junta Distrital de Coimbra, “órgão do Estado com responsabilidades no campo da assistência pública (...)” ([Universidade de Coimbra](#)), para o qual foi nomeado em 1927 e permaneceu até 1974, já com o nome de Junta da

Província da Beira Litoral. Foi no exercício destas funções políticas que cunhou o seu nome no domínio da saúde em Portugal, principalmente na zona centro. As suas intervenções abrangeram as áreas da luta contra a Tuberculose, assistência materno infantil, assistência psiquiátrica, luta contra a Lepra, assistência médica, arquitetura, assistência social e educação.

De uma obra social vastíssima, enumeramos algumas realizações mencionadas na publicação “Bissaya Barreto – O homem e a obra”, da FBB:

3 Sanatórios anti-tuberculose; 1 preventório; 2 Hospitais Psiquiátricos; 1 Colónia Agrícola Psiquiátrica; 1 Leprosaria; 1 Creche/Preventório para filhos de leprosos; 1 Centro de Reabilitação para ex-leprosos; 1 Hospital Geral Central; 1 Hospital Pediátrico; 1 Instituto Materno Infantil; Casa da Mãe (Figueira da Foz); 1 Centro de Neurocirurgia; 1 Centro Hospitalar; 1 Instituto de Surdos; 1 Instituto de Cegos; 26 Casas da Criança; 3 Colónias de Férias; 2 Bairros Sociais; Escola de Enfermagem “Bissaya Barreto”; Escola Normal Social; Escola de Enfermeiras Puericultoras; Escola Profissional de Agricultura; Artes e Ofícios – em Semide; Dispensários; Brigadas móveis; Postos rurais e também: Aeródromo de Coimbra (Aeródromo Municipal “Bissaya Barreto”) Criação e defesa do programa para as construções da Sede da Associação Académica de Coimbra e da Obra de Assistência Materno-Infantil Bissaya Barreto (disponibilização dos terrenos) e, finalmente a Fundação Bissaya Barreto (1997 p. 9).

Segundo a FBB (1997), proferiu as seguintes palavras numa sessão pública: “Realizada esta Obra, o número de existências que há-de salvar, o número de lágrimas que há-de enxugar, dar-me-á uma grande tranquilidade de consciência e permitir-me-á dizer: CUMPRI O MEU DEVER NA VIDA” (p. 23).

Dr. Luís Pereira da Costa não tinha dúvidas da nobreza do Dr. Bissaya Barreto e referiu no seu testamento que “(...) quando se fizer a história da assistência social do nosso País, o seu nome será comemorado como modelo de altruísmo dotado de inesquecíveis qualidades morais e intelectuais.” (Testamento Dr. Luís Pereira da Costa, anexo 4) Portanto, aquando da elaboração do testamento, o Dr. Luís Pereira da Costa (1938), o Dr. Bissaya Barreto já teria dado provas suficientes da sua bondade e das suas

capacidades de iniciativa e gestão, razões que o levaram a entregar todos os seus bens a este, com as condições expressas em testamento.

Para consecução dos desejos manifestos em testamento pelo Dr. Luís Pereira da Costa, Dr. Bissaya Barreto convida a Congregação de S. José de Cluny para ficar a orientar o Instituto dirigido a crianças pobres e /ou órfãs da freguesia de Monte Redondo.

Esta congregação já colaborava com o Dr. Bissaya Barreto no Hospital Sanatório de Celas e no Preventórios de Penacova desde 1932 e 1933, respetivamente, quando foi convidada, por este, para gerir o Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, em 1941. “Enquanto não houve assistentes sociais, educadoras de infância e enfermeiras puericultoras, a sua estratégia começou por ser a de contactar ordens religiosas com experiência qualificada para organizar os serviços e dirigir as instituições” (Martins e Tomé, 2013, p. 32).

Assim, a Casa de Educação e Trabalho funcionou no IMRPC,

(...) imóvel originalmente construído no início do século para residência pessoal de Luís Pereira da Costa (...). Inaugurada em 1941, um ano após a sua morte, recebeu o nome de D. Maria Rita do Patrocínio Costa, em homenagem à mãe do benemérito (...)” (Silva, 2013, p. 186).

O edifício é composto por dois pisos (rés do chão e 1.º andar), e conta como uma grande área verde nas traseiras da casa, onde também existia, nesta altura, a casa velha dos pais do Dr. Luís Pereira da Costa, currais, alpendre e campos de cultivo. A fachada principal é contígua à Estrada Nacional 109, como se pode observar na figura 2.



Figura 2: Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, foto utilizada por Silva (2013, p. 186): fonte Arquivo Gulbenkian (Biblioteca de Arte - Estúdio Mário Novais): CFT003.68400-68618.

O presente edifício surge classificado no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), como “Palacete Dr. Luís Pereira da Costa / Edifício Bissaya Barreto / Casa da Criança / Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho”, com o número de registo IPA.00029554. O *site* refere ainda que é “Casa do séc. 20 mais tarde transformada em Instituto de apoio a crianças necessitadas”. Na descrição da mesma é caracterizada por “planta retangular composta pela articulação de vários corpos, com coberturas diferenciadas em telhados de três e quatro águas; corpo principal com remate em platibanda de balaústres, corpo posterior em platibanda plena e restantes estruturas em beirada simples.” Quanto ao enquadramento o SIPA indica-o como:

“Urbano, destacado, isolado. Propriedade cercada por muro em alvenaria encimado por gradeamento em ferro. Três entradas dão acesso ao interior do espaço, duas laterais, à direita e a principal voltada à estrada apresenta um amplo portão em ferro delimitado por dois pilares assentes em plintos, ligados por entablamento e firmados por dois vasos. Fronteiro ao edifício ergue-se a Igreja (v. PT021009170052) e o Fontanário (v. PT021009170208; o Padrão Comemorativo situa-se em largo do lado direito (v. PT021009170209).” (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29554, consultado a 31 de janeiro de 2021).

Os acessos ao edifício são possíveis pela Estrada Nacional 109 e pelo Largo Dom Pedro Castilho.

Bissaya Barreto, viria a falecer a 16 de setembro de 1974, dois meses depois do encerramento do IMRPC.

Durante o funcionamento da instituição, a maior parte das comunicações escritas existentes entre as Irmãs e o Dr. Bissaya Barreto é feita por intermédio do advogado Dr. José Pedro Dias Júnior, que era procurador deste. Este advogado já trabalhava com o Dr. Luís Pereira da Costa.

Em agosto de 1941, foi pedido um parecer ao advogado Costa Rodrigues, sobre a utilidade local do Instituto, no qual é mencionado o seguinte:

“É um instituto de Assistência, Fundado por um particular, que aproveita, em especial, aos habitantes da freguesia de Monte Redondo. E não é ele administrado pelo Estado ou por um corpo administrativo. E, porque houve afetação de bens dispostos por morte para fins de assistência, é um verdadeiro instituto de utilidade local. (Código Administrativo, artigo 444.º)” (anexo 5)

4.2. EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO

No IMRPC, funcionou uma Casa de Educação e Trabalho, escola de trabalho doméstico rural, conforme protocolo celebrado entre o Dr. Bissaya Barreto e a Congregação S. José de Cluny a quinze de julho de 1941, onde se pode ler: “(...) L’Ecole Ménagère Rurale installée à Monte Redondo diocèse de Leiria – Portugal (...) Les religieuses initieront les enfants qui leur seront confiées, aux divers travaux domestiques, couture, coupe, leur donneront, enfin, l’instruction et l’éducation convenant à leur rang.” (anexo 6). Trata-se então de uma escola de educação doméstica” ou “educação *ménagère*” que, como vimos no Capítulo 2, se enquadra no método educativo Educação Nova, nesta altura já consolidado.

Nos documentos consultados não foi encontrado nenhum Regulamento Interno da instituição, apenas um esboço dos “Estatutos do Asilo D. Maria do Patrocínio Costa, de Monte Redondo” (anexo 7), onde no Capítulo II, Art.º 9.º se pode ler: “Em regulamento se determinará a forma de admissão dos asilados, o serviço interno, os deveres, obrigações e direitos dos asilados”. Inicialmente terão pensado na designação de “asilado” em vez de “instituto” e ponderado a admissão de crianças dos dois sexos: “Capítulo I – Denominação do Asilo e seus Fins, (...) Art.º 3.º - O Asilo tem por fim proteger os pobres crianças, sem amparo e em perigo moral, uns e outros dos dois sexos e naturais ou residentes há mais de ... anos, na freguesia de Monte Redondo, concelho de Leiria”. Mais tarde, terão decidido optar por chamar a esta casa “Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa” e admitir apenas crianças do sexo feminino, factos que se confirmam nos restantes documentos. No Capítulo II – Organização do Asilo, Art.º 4.º lê-se:

“O Asilo é sustentado com o rendimento da herança que o seu fundador, o Doutor Luís Pereira da Costa deixou expressamente para esse fim, e por quaisquer outras receitas ou subsídios do Estado, Corpos e Corporações Administrativas ou que os particulares lhe façam”.

Ainda no mesmo capítulo, Art.º 7.º único – “Haverá também: professores, enfermeiros e criados e serviçais, conforme as necessidades e movimento do Asilo”; no Art.º 8.º há referência ao número de internos: “o número de asilados será determinado pela capacidade dos rendimentos do Asilo”. Nas Disposições Transitórias, Art.º 19.º fica claro que a Direção nomeada no Art.º 5.º (composta pelo pároco da freguesia, presidente da junta de freguesia e por um parente do fundador), tem apenas carácter consultivo:

“Aprovado este Estatuto, a gerência e direção do Asilo continua a ser feita exclusivamente pelo testamenteiro do seu fundador Doutor Luís Pereira da Costa, nos precisos termos do seu testamento, tendo a direção do Asilo apenas voto consultivo, e isso mesmo só, se o referido testamenteiro entender dever ouvi-la.”

De acordo com as “Notas sobre a Fundação”, documento facultado pela Congregação de S. José de Cluny:

“No dia 17 de Julho de 1941 chegaram a Monte Redondo a Reverenda Madre Vigaria Geral e a Reverenda Madre Provincial de Portugal com 4 Irmãs que deviam fazer parte desta Comunidade. Vieram acompanhadas pelo Exmo. Senhor Professor Dr. Bissaya Barreto, Diretor da Casa, vindo logo o Senhor Dr. José Pedro Dias Júnior, dedicadíssimo às Irmãs como Diretor ou representante imediato do Exmo. Senhor Professor Dr. Bissaya Barreto. Quanto às alunas, as primeiras chegaram em dia desconhecido. “(...) No dia ... chegaram as nossas primeiras crianças. Entre muitas apresentadas foram preferidas 5 orfãzinhas.”

Ora não é possível saber com exatidão em que dia chegaram as primeiras internas, mas terá sido ainda no mês de julho. (anexo 8)

O ingresso, como alunas internas, na Casa de Educação e Trabalho obedecia à análise da situação de pobreza ou desamparo, prática comum a outros asilos. No processo de admissão era necessário uma série de documentos, aos quais era dado o despacho favorável, ou não, de acordo com os estatutos. Existe um documento encontrado nos arquivos, sem data, intitulado “Instruções para a organização dos Processos de Admissão das crianças no Instituto” que se passa a transcrever:

“1.º Os requerimentos quer sejam assinados pelos próprios quer a rogo devem ter aposta à margem a impressão digital do requerente.

2.º Os atestados de pobreza devem ser referentes aos pais da criança e no caso de ela ser órfã deve referir-se também a ela pois pode dar-se o caso de ter herdado bens.

3.º Certidão de idade (cédula).

4.º Certidão de batismo.

5.º Atestado como a criança é normal.

6.º Atestado do médico da Casa como a criança não sofre de doença contagiosa.” (anexo 9)

Estas regras eram para cumprir. Há mesmo um escrito do advogado José Pedro Dias, de 13 de fevereiro de 1962, a relembrar a Irmã Superiora destas regras:

“A antecessora de V. Exa deve tê-la informado de que a admissão das internas para as vagas que se dão é feita por meio de processo que se organiza e no qual há despacho de admissão. Em cada um desses processos se averba a data da saída quando a interna saí e o motivo da saída. Nenhuma interna pode ser admitida ou readmitida sem processo e sem despacho” (anexo 10).

Através deste comentário, é possível verificar que existia bastante rigor no cumprimento dos critérios de admissão, se as alunas não cumprissem os mesmos os processos eram indeferidos. A título de exemplo transcrevo uma carta do advogado José Pedro Dias Júnior, de 9 de março de 1963, para a Madre Superiora do Instituto:

“Cumpre-me relativamente à carta de V. Exa. de ontem na parte em que se refere ao seu desgosto pela não admissão de menor (...) informar que ela não estava em condições de ser admitida por força dos termos expressos do testamento do Fundador o Doutor Luiz Pereira da Costa (...) vê-se que tratando-se de crianças que não sejam pobres nem desamparadas isto é sem pais ou família que as tenha a seu cargo não podem ser admitidas. (...) Lamento que estas circunstâncias não permitam que a protegida de V. Exa. seja admitida como não foi por ordem superior” (anexo 11).

Nos primeiros meses de funcionamento do Instituto, era comum o procurador e advogado José Pedro Júnior, ir comunicando ao diretor do Instituto, Dr. Bissaya Barreto, a evolução da instituição:

Julho de 1941 – “As 5 pequenitas que estão em Monte Redondo, já não parecem as mesmas, uma ou outra choramingam de vez em quando, quando vê pessoa de família, mas todas estão contentes e risonhas e muito engraçadas com o cabelo rapado. Uma delas muito amiga da Irmã Isabel dizia-lhe há dias, como em segredo “Isto é um encanto” (anexo 12).

Agosto de 1941 – “As coisas em Monte Redondo correm muito bem. De dia para dia acho mais engraçada a situação das crianças. Anteontem estavam sob a vigilância de uma das Irmãs, à entrada ao lado do quintal, cada uma a seu canto a desfiar lã. Mostraram-se muito alegres e bem-dispostas. É de facto um enlevo entrar naquela casa e uma das pequenas já disse à Madre Superiora “que aquilo parecia o Céu”(anexo 13).

Agosto de 1941 – “As coisas vão muito bem em Monte Redondo e o que mais me impressiona é o ar prazenteiro das crianças e a maneira como as Irmãs se fazem obedecer” (anexo 14).

Novembro de 1941 – “Tudo corre normalmente em Monte Redondo. As pequenas mostram-se alegres e muito amigas de brincar. Acho as maiores mais fortes e com boas cores, parecendo-me mais desenvolvidas. As mais pequenas crescem e engordam que é um gosto” (anexo 15).

Aquando da sua abertura, o Instituto ministrava um ensino não oficial e essencialmente focado na aprendizagem de ofícios. “No dia 30 de agosto chegaram as primeiras de Penacova 11-12-13 anos para se formarem como serviçais.” Nota retirada do documento anteriormente mencionado, o que leva a crer que o Dr. Bissaya Barreto também canalizou para a Casa de Educação e Trabalho, algumas crianças oriundas de outras instituições por si dirigidas, para que aprendessem as lides domésticas, pois segundo ele, a rede carecia de “uma casa para onde, aos onze ou doze anos, levássemos as raparigas, que até essa idade estão no Preventório de Penacova”, defendia que se estas tivessem de ser “entregues à família, numa idade que começa a ser perigosa” isso poderia colocar em causa “todo o benefício adquirido durante o internamento nos estabelecimentos da Junta” (Ricardo Silva, 2013, p. 187).

Portanto, esta obra social, a Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, acolheu para além das raparigas pobres e ou órfãs da freguesia, outras crianças, deslocadas de outras instituições administradas pelo Dr. Bissaya Barreto. Não devemos esquecer que

“À época, o trabalho tinha uma dupla função: formativa e disciplinar” (Martins e Tomé, 2013, p. 27).

De acordo com Nogueira, Bissaya Barreto, defendia para as Casas da Criança, por si dirigidas que se aplicasse o seguinte método de ensino:

(...) doutrina de Montessori, que tem, como princípio a mais ampla liberdade e o maior respeito pelas tendências fisiológicas da criança; jogos de construção, adaptados à idade, destinados a favorecer o desenvolvimento das diversas partes do corpo e a reforçar a função respiratória, são objetivos a atingir por quem cuida da saúde física da criança. Mas a par deste trabalho físico, tem de haver um trabalho mental a realizar: uma educação intelectual fundada no exercício dos sentidos e na associação das ideias. Não serão esquecidas as recomendações dos pedagogos Pestalozzi [sic], Froebel e Montessori quando advertem da necessidade de evitar, nestas idades, a fadiga da memória” (Nogueira, 2015, p. 172).

Não sabemos se a respeito das Casas de Educação e Trabalho os princípios educativos seriam os mesmos, mas tudo aponta nesse sentido até porque, esta metodologia se enquadra nos princípios da Educação Nova. Como se verifica no excerto seguinte, O Dr. Bissaya queria que existisse durante o dia, vários momentos distintos, nomeadamente tempo/momentos para as crianças brincarem livremente, por isso, mandou o seu procurador transmitir o seguinte:

“(...) não é razoável que o tempo a esse recreio atribuído seja ocupado em trabalhos sedentários com prejuízo assim do desenvolvimento físico das crianças. (...) Devem dedicar-se à confeção de roupas de crianças e adultos, pois pretende-se fazer delas boas donas de casa e não regentes de casas de bordados. De harmonia com a intenção do Fundador e com os Estatutos da Instituição, a educação das crianças deve ser orientada no sentido prático destinadas a viver

em aldeias com o respetivo ensino doméstico, costura, arranjo de casa, tratamento de gados e até trabalhos leves de agricultura. Não esquecer o ensino de cozinhar, amanho de broa e tratamento de gados e criação. Devem as crianças ser habituadas a ordenhar vacas leiteiras, amassar e coser a broa, inspirar-lhe o gosto pelo asseio e higiene e quanto a trabalhos agrícolas, fazer com que elas se empreguem no arranque de ervas daninhas ou outras, colha de frutos e hortaliças e até trabalhos de sacha em harmonia com as indicações nesta parte a dar pelo feitor. Repete-se, que as crianças devem ser educadas no sentido de poderem tornar-se boas donas de casa a viver nas aldeias e não como meninas de sociedade ou que procurem depois uma vida não compatível com a sua educação.(...)” (Ordens e instruções recebidas do Exmo Senhor Director do Instituto para serem transmitidas à Reverenda Madre Superiora”, dirigido à Superiora das Irmãs de S. José de Cluny em Monte Redondo (30-10-1960), (anexo 16).

Mariano Ghira (1866), no relatório da visita ao Asilo de D. Pedro V, escreveu sobre a importância da distribuição do tempo e das atividades: “As alunas deveriam sair em passeio aos domingos e quintas-feiras e entreter-se no terreiro e no ginásio nas horas de recreio e intervalos dos exercícios escolares” (Ghira, 1866, 184-185, citado por Pintassilgo, 2009, 11). Portanto, esta era uma prática a considerar na educação doméstica.

Ainda relativamente à recomendação do Dr. Bissaya, sobre a orientação da educação das alunas internas, as Religiosas não deveriam esquecer que o objetivo era torná-las “(...) boas donas de casa a viver nas aldeias e não como meninas de sociedade ou que procurem depois uma vida não compatível com a sua educação.” Também Pintassilgo (2009) referiu o mesmo: “Elas não poderão, em geral, ambicionar a mais do que aquilo a que a sua humilde origem social as destina – o serviço doméstico, como boas criadas ou mães de família laboriosas (p. 17). Esta deveria de ser a filosofia que orientava o regime de internato, pois o seu destino, pelo menos da maioria era ser criada de servir:

“as raparigas internas na Casa de Educação e Trabalho de Sever do Vouga eram chamadas a fazer o serviço doméstico e o trabalho da lavoura e frequentemente solicitadas para serem criadas de servir em casas de família” (Martins e Tomé, 201, p. 27), o mesmo se sucedia com as internas de Monte Redondo, de acordo com o livro de registos.

Quanto ao regime de externato, este abriu logo no segundo ano de funcionamento do Instituto, em 1942. “De acordo com a reverenda Madre Superiora o Externato começará a funcionar nos primeiros dias de outubro. Começarão por entrar seis pequenas dos treze anos para cima, para serem educadas em costura, voltas da casa e cozinha. A todas se dará uma sopa e uma merenda”, pode ler-se em correspondência trocada entre o advogado José Júnior e Exma. e Revm^a Madre Catarina de Jesus Christo de Ornelas, em vinte e três de julho de 1942 (anexo 17). Este, acabou por não abrir no mês de outubro, mas sim no mês seguinte, “Externato, funciona com 6 externas desde o dia 2 deste mês”, lê-se numa comunicação de José Pedro Júnior para o Dr. Bissaya Barreto, datada de novembro de 1942 (anexo 18). A admissão das externas não obedecia a atestado de pobreza.

Para além da aprendizagem de ofícios, as alunas internas, se estivessem em idade escolar, tinham a possibilidade de frequentar o Ensino Primário dentro do Instituto, na escola particular Dr. Luís Pereira da Costa que funcionou entre 1955 e 1966.

Em 1955, a três de fevereiro, existe um ofício do Ministério de Educação Nacional dirigido ao Diretor do Instituto que refere o seguinte:

“Comunico que, por despacho ministerial de 29 de janeiro findo, foi concedido a esse Instituto alvará de autorização para o funcionamento de um estabelecimento de ensino primário particular denominado “Externato Dr. Luís Pereira da Costa”, sito em Monte Redondo, fixando-se a lotação em 36 (trinta e seis) alunos externos do sexo feminino, em regime de planos e programas oficiais (...)” (anexo 19).

Este processo de abertura de uma escola oficial particular obedeceu, por certo, a determinados critérios sendo um deles a avaliação do espaço físico destinado ao

funcionamento da escola, assim, o arquiteto Camilo Korrodi foi o responsável pela elaboração da planta da escola, bem como da memória descritiva, com as características da sala de aula:

“Orientação: As duas fachadas de iluminação encontram-se orientadas segundo os quadrantes, Nas-Sul, Sul-Poente.

Dimensões: Comp. 6,30m – Largura 5,80m.

Área: 36,54 m²

Pé direito: 4,18 m

Cubagem: 152,737 m³

Janelas: 4 de 1,20 x 2,05

Superfície de iluminação total: 10,24 m²

Iluminação artificial: Elétrica

Sistema de arejamento: janelas móveis.

Pavimentos: solho à inglesa em pinho encerado.

Paredes: Estuque liso pintado a tinta de óleo, cor: verde muito claro

Teto: estuque liso, branco.

Pintura de janelas e portas: Esmalte branco.

Mobiliário: 17 cadeiras de dois lugares-tipo oficial, em medeira de pinho encerada; 1 armário estante, para material escolar; 1 quadro em lousa; 1 secretária para professor; 1 cadeira.

Na planta encontra-se indicada a posição de todo o mobiliário descrito.” (anexo 20)

Este documento é referente a janeiro de 1955.

A escola particular oficial Dr. Luís Pereira da Costa, que ministrava o Ensino Primário, terá funcionado durante onze anos, pois em setembro de 1966 existe um pedido do Dr.

Bissaya Barreto ao Ministro da Inspeção Geral do Ensino Particular nos seguintes termos:

“Fernando Baeta Bissaia Barreto, Diretor do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, em Monte Redondo, no qual tem funcionado uma escola primária denominada, Escola Dr. Luís Pereira da Costa (alvará n.º 1406), sendo a Diretora D. Maria da Conceição dos Santos Alves possuidora do diploma do Ensino Particular n.º 15422. Por vários motivos deseja fechar esta mesma escola. Pede a V. Ex^a deferimento” (anexo 21).

Após esta data, 1966, as alunas internas foram autorizadas a frequentar a escola pública: “Tenho a honra de comunicar que o Exmo. Senhor Presidente autorizou que as internadas frequentem a escola primária oficial conforme solicitado por V. Ex^a. na carta de 10 do corrente”, escreve o administrador da já FBB, a onze de agosto de 1966 (anexo 22).

Nestes anos já funcionava a Inspeção do Ensino Particular, pois existem ofícios desta entidade a solicitar informações sobre a escola. Com base nas respostas conseguimos saber que a turma funcionava em “curso duplo (2 aulas)”. Sabemos ainda que existiam “3 recreios por dia e os intervalos”, “refeições 3 por dia e lanche”, “são 10 as instalações sanitárias”, “seis camaratas” e “uma sala”. As “externas aprendem labores” e “às internas é administrada instrução primária e todos os trabalhos domésticos” (anexo 23).

As alunas frequentavam a instrução primária no Instituto e faziam o exame do 4.º ano na escola pública como alunas externas (anexo 24). Em Portugal, apenas em 1960, foram implementados os 4 anos de escolaridade obrigatória para rapazes e raparigas (6 aos 10 anos).

Sabe-se que a escola pública de Monte Redondo abriu em 1931. Antes de 1955, ano da abertura da escola particular oficial, não sabemos se as alunas internas frequentavam a escola oficial fora do Instituto ou recebiam instrução neste, pois a única informação que dispomos são notas de autorização da disponibilização de material escolar do Economato da Junta de Província da Beira Litoral em fevereiro de 1944 “12 carteiras de 2 lugares, 1 cama de cortinados, 2 peças de riscado” (anexo 25) e em março do mesmo ano “12 livros de 2.ª classe, 50 cadernos de papel almaço, 50 cadernos de 2 linhas (...) 6

tesouras”, (anexo 26) o que sugere que recebiam escolarização dentro da instituição ou este material escolar era fornecido às meninas internas.

Após a conclusão da instrução primária, as internas dedicavam-se à aprendizagem de “trabalhos domésticos, cozinha, costura, bordados”, assim como as alunas externas. “O número de cinquenta foi rapidamente atingido” pode ler-se numa carta trocada, em 1989, entre o Padre David Gaspar e a Irmã Maria João Ferreira (anexo 27), onde este a propósito da comemoração dos 400 anos de freguesia pediu algumas informações à congregação a respeito das atividades da Casa de Educação e Trabalho que tinha funcionado no Instituto.

As alunas que frequentaram o Instituto, principalmente as internas, recebiam um serviço de orientação de acordo com a vocação de cada uma. Era frequente as Irmãs encaminharem alunas para determinados cursos, para obras a cargo do Dr. Bissaya Barreto e para famílias que procuravam criadas domésticas.

O Dr. Bissaya sempre encarou as Casas de Educação e Trabalho como sendo muito pertinentes e necessárias. “(...) já no início de 1941, no jornal A Saúde, afirmava de forma genérica depositar “uma grande esperança na função destas casas de Educação e Trabalho”, pois tinha “garantida a colocação de todas as educandas”, uma vez que as “Casas da Criança, Sanatórios, Preventórios, Parques Infantis, etc., absorverão todas as alunas daqueles estabelecimentos” (Ricardo Silva, 2013, p. 185) citando “Notas do Relatório”, in A Saúde, nº 241-248, Janeiro-Abril de 1941, p. 13.

O crescimento e manutenção desta obra social, apesar de ser financiada, maioritariamente, pela herança do Dr. Luís Pereira da Costa, obedecia a bastante rigor nas questões da gestão de recursos, como é patente no excerto de um documento, sem data (mas será posterior a 1964, porque já se refere a Fundação), onde pode ler-se o seguinte:

“É necessário ponderar que se não deve gastar o desnecessário e que a Fundação não é rica e que tem de educar as raparigas para a vida e não como princesas, mas como filhas do Povo e que para o Povo têm de voltar. Não podem ser educadas num ambiente e em condições diferentes daquelas que vão encontrar

amanhã na vida corrente. Chama-se também a atenção que a partir dos 18 anos, as educandas devem ser entregues à família para se conseguirem adaptar à vida prática” (anexo 28).

Ainda sobre a evolução e funcionamento do Instituto há a referir que o Dr. Bissaya Barreto prescrevia e defendia o contacto com a natureza e ar puro, por parte das crianças, como meio de aumentar a sua imunidade. Nogueira (2015) refere que:

“A necessidade de mudança de ares nas férias e do contacto com o ar livre e o sol, como meio profilático motivou a criação da Colónia Balnear da Gala – Figueira da Foz ou da Colónia de Férias Ar e Sol em Vila Pouca da Beira para crianças mais desfavorecidas.” (p. 173).

O mesmo autor, Nogueira, cita o Bissaya Barreto que elucidou da seguinte forma o propósito da sua criação:

“As crianças, banhadas aqui por uma luz mais enriquecida de raios ultravioletas, movimentando-se num espaço mais amplo, menos poeirento, menos sujo do que as ruas das Cidades e do Campo; os deserdados da sorte e da fortuna que não poderiam ter as suas férias nem beneficiar destas férias, todos tiveram possibilidades de vir pôr-se em contacto com a natureza, gozar umas semanas em pleno ar livre, ar puro, de sol, e conseguir saúde que os irá livrar de uma longa hospitalização. Isto chama-se fazer profilaxia (...)” (2015, p. 173).

É evidente, como vimos no Capítulo 2, que estas práticas de profilaxia na saúde estavam enraizadas nos modelos de Educação Nova. O IMRPC também tinha uma mini-colónia de férias na Praia do Pedrógão, numa casa pequenina pertencente à herança do Dr. Luís Pereira da Costa. Esta casa foi arranjada para proporcionar às alunas internas férias na praia. Existe uma carta, sem data, dirigida à Exm^a Direção da Sociedade de Defesa e Propaganda da Praia do Pedrogão que solicita o fornecimento de água:

“O Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, Instituição de beneficência local, com sede em Monte Redondo, concelho de Leiria, desejando que lhe seja fornecida água para usos domésticos na sua casa sita na Praia do Pedrógão, da freguesia do Coimbrão, do concelho de Leiria (...)” (anexo 29).

Em março de 1943, José Pedro Júnior escreve ao Dr. Bissaya Barreto: “Fui ver a casa do Pedrogão (...) há necessidade absoluta de substituir as telhas que não foram postas aquando do ciclone. A telha é primitiva e está a desfazer-se com o ar do mar, e por isso chove muito dentro da casa” (anexo 30).

Além dos cuidados de saúde ao nível da profilaxia, o Instituto tinha um médico responsável por observar as crianças mensalmente. Inicialmente era o Dr. Cristino, mas após a sua indisponibilidade passou a ser o Dr. Gil. “O médico de Monte Redondo Dr. Cristino, informou-me de que ia deixar Monte Redondo, regressando a Verride, sua terra natal.” (dezembro de 1941, José Pedro Júnior para Dr. Bissaya Barreto, anexo 31). Meses mais tarde, pode ler-se “O Snr. Dr. Gil já tomou posse do seu cargo, observou todas as crianças e notou duas ou três doenças de nariz e garganta, sendo de parecer que convém ser operadas.” (julho de 1942, Pedro Dias Júnior para Dr. Bissaya Barreto, anexo 32).

Os problemas de garganta eram muito frequentes, pelos documentos encontrados, mas a todos era dada uma solução. “De Coimbra sua Excelência o Senhor Prof. Bissaya Barreto diz que as três crianças desse Instituto que estão necessitadas de ser operadas da garganta o devem ser nos fins do corrente mês de Maio por médicos especialistas de Leiria”, escreve o advogado para a Superiora das Irmãs de S. José de Cluny, em maio de 1962 (anexo 33). Mas, os problemas de garganta não eram os únicos: “houve 6 casos de sarna, que me parece estarem debelados; um caso de febre tifoide em via de cura; e um caso em começo, talvez de gripe.” (carta para Dr. Bissaya Barreto, abril de 1943, anexo 34). A praga da Tinha também era comum naquela época “quanto à Tinha, de duas pequenas a que se fez a análise, uma deu positivo, outra negativo. (...) Está mais para analisar o cabelo de outras duas, mas como estas são externas, a solução é mais fácil.” (fevereiro de 1944, carta dirigida ao Dr. Bissaya Barreto, anexo 35). Através desta comunicação ficamos a saber que, as alunas externas também eram observadas, não sabemos se com a mesma frequência ou só em casos de doenças contagiosas.

No que concerne à alimentação esta era inteiramente gratuita, fornecida por esta Obra Social a todas as alunas internas e externas. Os legumes, hortaliças e alguns cereais eram cultivados nas propriedades do Instituto, até com algum excedente, como veremos mais à frente. De Coimbra vinham os restantes produtos alimentares “(...) géneros alimentícios: vêm de Coimbra, devendo V. Ex.^a. fazer a requisição com a necessária antecedência.” (anexo 36)

Como foi dito anteriormente, em alguns anos, havia excedente de produção pelo que alguns produtos foram vendidos aos Asilo Distrital de Leiria:

“Junto envio a V. Ex.^a o vale de correio n.º 05039, da importância de 149\$05 que se destina a pagar os fornecimentos de géneros de alimentação feitos pela Casa de Educação e Trabalho D. Maria do Patrocínio Costa, ao Asilo Distrital de Leiria”, (documento redigido pelo chefe de secretaria da Junta de Província da Beira Litoral, Henrique e. Paz para José Pedro Júnior, em maio de 1943, (anexo 37).

Em março de 1943, há um pedido de milho efetuado pelo Presidente da Direção da Casa do Povo de Monte Redondo, José de Oliveira:

“Agravando-se de dia para dia a escassez de milho nesta freguesia (...) venho pelo presente pedir a V.^a Ex.^a se digne informar-me se esta Casa do Povo pode contar com algum milho do existente no Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, para a exemplo do ano passado, o distribuir pelo povo da freguesia, que a todo o momento pede a este Organismo, que sejam tomadas providências para que a freguesia seja abastecida do milho indispensável” (anexo 38)

Ainda a respeito da alimentação, naquela época, era hábito os criados tomarem vinho e as Irmãs também. Estas colocaram a hipótese das crianças mais velhas também beberem vinho de forma a fortalecer a sua saúde. “Para as pequenas crescidas também não lhes faria mal uma pequena quantidade como tónico, mas não sei se o Senhor Dr. Bissaya

quererá isso?”, questiona a Irmã ao procurador e advogado José Pedro Júnior, em novembro de 1941 (anexo 39). Não foi encontrada a resposta do Dr. Bissaya Barreto.

No que diz respeito à roupa e ao calçado eram igualmente fornecidos pelo Instituto. A propósito do calçado encontramos algumas referências em correspondência trocada, como esta de dezembro de 1941, de José Pedro Júnior para o Exmo. Snr. Director do Asilo Distrital de Leiria: “A Madre Superiora de Monte Redondo pede com muita instância o calçado para as pequenas (...) Andam atualmente descalças e com o frio que tem feito, é uma dor de alma vê-las andar assim” (anexo 40). Mas antes deste pedido já existia um de outubro do mesmo ano:

“Será possível o sapateiro dar no sábado à tarde os 10 pares de sapatos prontos, das pequenas de Monte Redondo? A razão desta urgência está que no domingo há uma festa em Monte Redondo e as Irmãs queriam que as crianças se incorporassem na Procissão” (anexo 41).

Pelo que se lê, inicialmente, o sapateiro que tratava dos sapatos para as meninas do Instituto era o mesmo do Asilo Distrital de Leiria, contudo, mais tarde o Instituto arranhou um sapateiro só para as crianças da sua instituição. O elevado número de crianças exigia reparos frequentes de calçado e até confecção de novos pares. Era notória a preocupação com o arranjo do calçado. A compra de pele era feita à Pecuária de Leiria, conforme carta enviada pelo advogado do Instituto ao Exm^o Snr. Intendente de Pecuária do Distrito de Leiria, em junho de 1944:

“Este Instituto tem urgente necessidade de cabedal e sola para o calçado das internas, externas e pessoal dos serviços da casa. (...) O sapateiro encarregado dos trabalhos da Casa tem neste momento vaga e por isso era ocasião oportuna para a execução dos concertos e obra nova” (anexo 42).

Em outubro de 1960, foi redigido um documento com uma série de normas/propostas feitas pelo Dr. Bissaya Barreto para a Reverenda Superiora da Irmãs onde menciona o uso de calçado: “(...) devendo para o serviço do campo e tratamento de gados, usar

tamancos; para os serviços de casa e outros, sandálias e para sair e passeio, sapatos” (anexo 16).

No que à roupa diz respeito, não foram encontradas muitas referências em documentos, mas sabemos que em toda ela estava marcada com as iniciais do Instituto: “A marca da roupa deve ser com as letras iniciais da Casa, isto é: I.M.R.P.C” (setembro de 1941, José Pedro Júnior para o Instituto, anexo 36). A confecção de roupa era ensinada durante as aulas de costura. Embora privilegiando a costura manual, também ensinavam a trabalhar com a máquina. Há registo da aquisição de uma máquina, logo no segundo ano de funcionamento do Instituto:

“Acuso a receção da carta de V.Ex^a de 26 do corrente acompanhado o título de propriedade n.º 008207 da máquina adquirida por este Instituto e a senha do Caminho de Ferro n.º 08960 com a qual levantamos a máquina que chegou bem” (anexo 43).

Além da confecção de roupa para as internas, é possível que também o fizessem para outras instituições, pois o Asilo Distrital de Leiria encomendou a confecção de roupa às Religiosas de Monte Redondo, pelo menos uma vez:

“De harmonia com as ordens de V. Ex.^a o Diretor do Asilo Distrital de Leiria para Monte Redondo a confecção de um certo número de peças de roupa e camisas, mostrou certa urgência. A Superiora pondera-me que para poder satisfazer aquele pedido e com relativa prontidão, convinha mais uma máquina de costura”, escreveu José Pedro Júnior para o Dr. Bissaya Barreto em novembro de 1942 (anexo 44).

Apesar do Dr. Bissaya atender à maioria dos pedidos das Irmãs, nem sempre concordava com algumas aquisições, nomeadamente com a compra de máquina de fazer tricôt. Segundo ele deveria ser privilegiado o trabalho manual:

“Não esquecer o ensino do tricôt manual para efeitos de estarem habilitadas a mais tarde poderem, com recursos próprios, fazer agasalhos para os filhos e

marido. (...) Quanto à proposta para a compra de uma máquina de fazer tricôt, não concorda Sua Excelência o Senhor Diretor com tal aquisição.” (outubro de 1960) (anexo 16).

Ainda no mesmo documento, fala-se na aquisição de uma máquina de costura para pontos especiais que foi também declinada:

“Quanto à compra da máquina Singer para ponto zig-zag: cassada autorização para essa compra, comprar-se-á possivelmente se vier a reconhecer-se que para isso é necessário uma máquina para costura vulgar. Não há necessidade de habituar as crianças a trabalhar com máquinas para fazer pontos especiais na roupa.”

Mais uma vez, a propósito das lides domésticas, em setembro de 1941, é mencionado que “(...) devem usar uma vez por outra o encerador elétrico para o conhecerem e saberem lidar com ele, devem com mais frequência fazer o enceramento à mão.” (anexo 36).

Estas decisões coadunam-se com as orientações dadas, pelo Dr. Bissaya Barreto logo no início, 1941, onde deixou claro que:

“Em tudo deverá V. Exa. de maneira que a educação das raparigas e crianças lhe seja dada por forma a prepará-las para a vida como serviçais, devendo por isso sujeitar-se ao regime de trabalho, de alimentação e a um tratamento tudo de harmonia com a vida futura” (anexo 36).

Mais uma vez, o Dr. Bissaya reforça as orientações para que as alunas aprendessem apenas o estritamente necessário para as suas futuras funções.

Para além dos regimes de internato e externato para as meninas pobres e/ou órfãs, o Instituto ajudou os pobres da freguesia através da “Sopa dos Pobres”. Existe um livro de registo iniciado em 1943, onde consta inicialmente o nome e o apoio alimentar fornecido. Esse registo foi evoluindo e passaram a registar, por mês, a quantidade de

sopa, broa, azeite e outros alimentos que davam aos mais necessitados. A partir de 1965 o apoio aos pobres passou a incluir curativos e injeções, como se pode observar na figura seguinte.

The image shows a handwritten ledger with two pages. The left page is titled 'Fevereiro 1965' and the right page is titled 'Provisório 1966'. Both pages have columns for 'Caradivos', 'Injeções', and various months. The entries include numerical values and some text notes. At the bottom of the left page, there are totals: 598, 418, 9544, 2350, 203, 370, 480, and 2294. The right page has similar columns and entries, with some text notes like 'durante os dias' and 'diversos'.

Fevereiro 1965			Provisório 1966		
Caradivos	Injeções		Caradivos	Injeções	
90	60	Janeiro	100	60	Janeiro
20	20	Fevereiro	90	20	Fevereiro
45	30	Março	20	30	Março
60	60	Abril	10	60	Abril
20	20	Maio			Maio
30	30	Junho	18	60	Junho
15	15	Julho	20	120	Julho
20	10	Agosto	15	30	Agosto
40	10	Setembro	10		Setembro
20	30	Outubro	60	20	Outubro
40	60	Novembro	30	30	Novembro
15	30	Dezembro	10	50	Dezembro
598	418				

Figura 3: Livro de registos da Sopa dos Pobres.

Então, no que diz respeito ao apoio e assistência prestada à restante comunidade de Monte Redondo o mesmo foi efetuado através da “Sopa dos Pobres” (1943). Contudo em anos anteriores esse apoio já existia pois foram encontrados documentos que o comprovam:

Outubro de 1942 – “Peço a V. Ex.^a o favor de dizer ao Manuel Pedrosa que entregue a (...) de Monte Redondo 20\$00 como esmola que lhe faz o Instituto, em nome e memória do falecido Doutor Luís Pereira da Costa. (...) Esta esmola é por enquanto por uma só vez.

Mais me obsequieia V. Ex.^a passando mandar dar semanalmente até ordem em contrário a (...),viúva, de Monte Redondo, uma broa, uma mãocheia de feijão ou umas poucas de batatas e uma pinga de azeite. Esta esmola também em nome do Doutor Pereira da Costa, será dada até ordem em contrário” (anexo 45).

Março de 1943 – “(...) distribuir-se-á no dia 20 em Monte Redondo, comemorado o aniversário do falecimento do Exmo. Snr. Dr. Pereira da Costa, uma esmola em géneros a 40 ou 50 pobres. Pareceu-me de boa política enviar em nome de V. Ex.^a à Casa do Povo 10 senhas para eles distribuírem pelos pobres. As restantes serão distribuídas por mão das sobrinhas do Snr. Dr. Costa e possivelmente algumas pela própria Madre Superiora.” (José Júnior para Dr. Bissaya Barreto, anexo 46).

Março de 1943 – “Também vou entregar no Azilo 45 quilos de arroz, de Monte Redondo por o Snr. Padre Diretor mo pedir por estar sem nenhum.” (José Pedro Júnior para Exm^o Snr. Luís Machado da Junta de Província da Beira Litoral) (anexo 47).

Paralelamente ao desenvolvimento e crescimento de toda a obra social, desde o internato ao externato, esteve sempre presente a educação e formação religiosa a cargo das Irmãs.

Como veremos mais à frente na análise das entrevistas, existiam rotinas diárias, como a eucaristia na Igreja Paroquial às 7h e a reza do Terço ao final do dia. Para além destes hábitos existiam as festas religiosas e outras comemorações do foro religioso, como o dia da fundação da Congregação de S. José de Cluny. Para toda esta atividade religiosa era necessária a colaboração do Pároco da freguesia, mas nem sempre foi possível essa colaboração devido ao excesso de trabalho deste, como se pode ler numa carta de setembro de 1964 dirigida ao Dr. Bissaya Barreto:

“(...) Na época em que vivemos a juventude carece de uma formação profunda e sólida e nessa formação há uma parte que pertence aos Sacerdotes. Para preencher essa falha dirigi-me ao Rev. do Senhor Prior da Freguesia que respondeu que os seus muitos afazeres não lhe permitiam tomar esse encargo apesar de reconhecer a necessidade. À experiência dirigi-me a um Sacerdote de

fora que acedeu ao meu pedido. (...) Estando o Instituto confiado a Religiosas a parte moral e religiosa deve ocupar o primeiro lugar e não ficar aquém de outras obras dirigidas por leigos” (anexo 48).

Apesar de concordar, o Dr. Bissaya Barreto não estava disposto a aumentar as verbas para as despesas de culto, e não se dispôs a pagar a um padre externo à paróquia, pelo que pediu ao advogado e procurador José Pedro Júnior que respondesse o seguinte:

“precisamente porque pretendo a formação moral e religiosa das educandas, a casa foi entregue a Religiosas a quem compete sobretudo fazer essa formação. Se uma vez ou outra for precisa a presença de um Senhor Sacerdote ele próprio deve prestar essa assistência no exercício do seu múnus que deve ser a devoção” (anexo 49).

“A obra Pastoral Paroquial, com catequese, formação de catequistas, animação litúrgica, formação de adultos, visitas a domicilio, atendimento de pobres, etc” , eram muitas das atividades levadas a cabo pelas Irmãs, lê-se no documento “Comunidade de Monte Redondo” que pretende fazer o memorando da atividade da Congregação de S. José e Cluny no Instituto (anexo 50).

Assim, esta obra dirigida a crianças e pobres da freguesia, de acordo com a documentação encontrada, iniciou-se em julho 1941 com abertura de internato e em novembro 1942 com o externato. A Sopa dos Pobres, 1943, também foi uma atividade com muito impacto na freguesia, assim como o apoio prestado aos Peregrinos.

O seu trajeto termina em 1974 por vontade das Irmãs de São José de Cluny, pois a 8 de setembro de 1973 a Irmã Provincial da Congregação escreve ao Dr. Bissaya Barreto:

“(…) permita-me Vossa Excelência expor o que, após madura reflexão, me sugere a Casa de Educação e Trabalho – Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa – em Monte Redondo:

Este Estabelecimento, de início muito útil e eficiente, parece já não justificar a presença de cinco ou seis Irmãs, visto o pouco rendimento que o seu trabalho atualmente representa. Assim, vemo-nos constrangidas a tomar a decisão de deixar esta Obra pelas razões a seguir apontadas:

1 – o número restrito de religiosas em atividade na Congregação leva-nos a seleccionar Obras em que as Irmãs se dedicam;

2 - os objetivos da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo parecem não corresponder às necessidades e aspirações da juventude rural a que se destinam;

3 – a assistência religiosa de que carecem as Irmãs para manter e alimentar a sua vida espiritual, mostra-se sempre muito deficiente pelas ausências frequentes do Pároco e não se justificar um Capelão privativo.

Não queremos deixar de agradecer a Vossa Excelência todo o apoio, orientação e interesse concedidos às religiosas durante os seus longos anos de trabalho em Monte Redondo, nem de forma alguma queremos mostrar menos apreço por este estabelecimento de educação. (...) Assim, conforme razões acima expostas, peço a Vossa Excelência se digne a aceitar a rescisão do nosso Contrato, após seis meses previstos para tal, a partir desta data” (anexo 51).

A decisão de deixar o Instituto também foi comunicada ao Bispo de Leiria, na mesma data:

“(...) segundo nos parece, uma linha de orientação pedagógica actual e ainda pelas razões seguintes:

- 1 - Ser administrado um tipo de instrução que não é reconhecido oficialmente por diplomas e portanto não garantir o futuro das educandas;
- 2 - As alunas não estarem interessadas numa formação doméstica, única prevista na Instituição, na idade em que os pais, ou os seus representantes, as vêm buscar para casa;
- 3 - Os objetivos do Estabelecimento serem assaz limitados e o número de beneficiadas muito restrito;
- 4 - A assistência religiosa às Irmãs ser bastante precária” (anexo 52).

Segundo o exposto, as Irmãs consideravam que o projeto de Casa de Educação e Trabalho, na altura (1973) apenas a funcionar com o ensino doméstico, aprendizagem de costura, bordados, lides doméstica já não se adequava àqueles tempos e, talvez por isso houvesse já poucas alunas. Relembre-se que nesta altura as internas já frequentavam a Escola Primária Oficial, pois a escola que funcionava no Instituto já tinha encerrado. Para além disso, sentiam a falta de um pároco que conseguisse assegurar a assistência religiosa de que necessitavam. Por outro lado o número de Religiosas da Congregação em funções também era menor, pelo que teriam de optar por Obras mais pertinentes.

O Bispo de Leiria, Alberto Cosme do Amaral, respondeu à carta das Religiosas agradecendo toda a dedicação durante tantos anos:

“Quero dizer uma palavra de sincera gratidão (...) pela sua generosa dedicação e por toda a ação benéfica realizada junto de tantas alunas que passaram por aquele Instituto. E também por toda a colaboração pastoral, catequética e litúrgica, de que tanto beneficiou sobretudo a freguesia de Monte Redondo” (anexo 53).

O Dr. Bissaya Barreto não ficou surpreso, pois “já estava avisado” contudo pediu-lhes que apenas se retirassem após o término do ano letivo:

“(…) não me parece justo nem humano que abandonem a instituição antes de terminado o período escolar obrigando as crianças à perda do ano”, diz ainda “Bem sei que estava avisado, mas eu sei que as Irmãs devem saber como é difícil nos tempos que correm encontrar quem possua as qualidades precisas para dirigir um estabelecimentos de formação e educação de crianças. Em face disto permito-me solicitar que não retirem antes do fim do ano escolar para nessa altura encerrar e dar início às obras precisas.” (anexo 54).

Após estas palavras a Congregação aceitou o pedido do Dr. Bissaya Barreto: “(…) venho comunicar que aceitamos ficar no Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, em Monte Redondo, até 31 de Julho do corrente ano, tendo em conta as razões apresentadas por V.^a Ex.^ª” (anexo 55).

4.3. APRESENTAÇÃO ESTATÍSTICA DA INSTITUIÇÃO

Não existem muitos documentos acerca do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa e os que existem ainda não foram editados pela Fundação Bissaya Barreto.

Ainda assim, foi possível consultar um livro de registos, onde consta a lista de todas as alunas internas entre 1951 a 1974, ou seja, vinte e quatro anos, dos trinta e três de funcionamento.

O modo como foi efetuado o registo das alunas internas foi oscilando, havendo anos onde se registava a data de nascimento, a proveniência, e os motivos de saída e noutros apenas o nome e a data de nascimento. Nos últimos anos, consta também o ano de saída. Contudo este registo não é uniforme, no entanto, através de cruzamento de registos dos vários anos, foi possível recuperar bastantes informações.

Recorrendo à análise nominal, nos vinte e três anos em análise (1951 a 1974), estiveram como alunas internas 158. Entre 1931 e 1950, não sabemos quantas terão sido, o mesmo se sucede com o número de alunas externas, pois não foram encontrados quaisquer registos. Contudo é possível verificar que este número fica muito aquém do real, pois existe um documento datado de 18 de março de 1962, do Dr. José Pedro Júnior a remeter “(...) as guias de admissão neste Instituto das menores: (...) proc. n.º 113 (...)” o que nos indica que até esta data já teriam passado por esta obra social mais de cem internas (anexo 56).

Quadro 2: Número de alunas internas por ano.

Ano	Número de alunas internas
1951	32
1952	51
1953	48
1954	50
1955	52
1956	50
1957	45
1958	37
1959	39
1960	41
1961	37
1962	37
1963	37
1964	41
1965	32
1966	35
1967	36
1968	41
1969	50
1970	40
1971	42
1972	42
1973	38
1974	31

Como é possível verificar através da análise do quadro 2, o ano em que existiu um maior número de alunas internas foi em 1955, com 52 e o ano com menor número de alunas internas foi 1974, ano do encerramento, com 31 alunas. Em 1952 houve um

grande afluxo de alunas internas novas, 21 e, em 1957 não se verificaram novas entradas, segundo o Livro de Inscrições das Internas.

No que diz respeito à idade de entrada no Instituto, só foi possível apurar a de 148 alunas (94%) das 158 registadas no Livro de Inscrições das Internas. Muitas das idades de entrada e saída foram calculadas através de cruzamento de informações.

Da análise do quadro 3 percebemos que a média da idade, de entrada no IMRPC, situou-se nos 8,04 anos, sendo que a moda foi 7 anos.

Quadro 3: Idade de entrada das internas no Instituto.

Idade de entrada	Número de alunas
1	1
2	0
3	2
4	5
5	19
6	26
7	27
8	19
9	8
10	6
11	11
12	9
13	5
14	6
15	3
16	1
Total	148
Média	8,04

Quanto à idade de saída, expostas no quadro 4, verificou-se que a média se situou nos 13,47 anos, sendo a amostra bimodal 14 e 15 anos.

Quadro 4: Idade de saída das internas do Instituto.

Idade da saída	Número de alunas
4	1
5	1
6	1
7	6
8	7
9	6
10	5
11	6
12	17
13	13
14	21
15	21
16	14
17	18
18	10
19	1
Total	148
Média	13,47

Da análise do Livro de Registo das Internas, também foi possível recolher informações acerca dos lugares da freguesia de proveniência das alunas (quadro 5). Mais uma vez, só existe o registo relativamente a 45 alunas (28%) das 158 inscritas.

Quadro 5: Lugares da freguesia de proveniência das internas.

Lugar da freguesia	Número de alunas
Fonte Cova	3
Lezíria	2
Paço	7
Bajouca	4
Braçal	1
Brenha	2
Matos	2
Monte Redondo	5
Moital	3

Água Formosa	2
Lage	3
Paúl	1
Aroeira	1
Marinha do Engenho	2
Montijos	1
Bouça de Cá	2
Bouça de Lá	1
Vale	1
Ribeira da Bajouca	2
Total	45

Os lugares mais comuns de proveniência das meninas internas foram o Paço, Monte Redondo e a Bajouca. Atualmente a Bajouca já é freguesia independente, desde 1971.

No que diz respeito ao motivo de saída das alunas da instituição, este só é conhecido relativamente a 115 alunas (73%).

Quadro 6: Motivos de saída das alunas internas.

Motivo da Saída/	Número de alunas	Percentagem (%)
Servir para casas particulares	18	11,392
Servir para instituições	18	11,392
Estudar	2	1,266
Regresso a casa dos pais	26	16,456
Regresso a casa de familiares	3	1,899
Doença mental	1	0,633
Por atingir a idade	8	5,063
Indisciplina	3	1,899
Abandono do Instituto	3	1,899
Encerramento do Instituto	31	19,620
A seu pedido	2	1,266
Desconhecido	43	27,215
Total	158	100

Muitas das alunas saíram da instituição por motivo desconhecido (27,2%) e uma grande parte por virtude do encerramento do Instituto (19,6%), algumas regressaram a casa dos

pais (16,5%) e uma grande percentagem saiu para ir trabalhar, quer seja para servir em casas particulares (11,4%), quer para trabalhar em instituições (11,4%).

Muitas destas instituições tinham ligação ao Dr. Bissaya Barreto e absorveram algumas das alunas internas, quando atingiam a idade de saída. A respeito das Casas de Educação e Trabalho, Silva (2013), “no início dos anos de 1940, altura em que já se encontravam em franco funcionamento vários estabelecimentos promovidos por Bissaya Barreto, tornava-se cada vez mais necessária a capacidade de integração de funcionárias ao serviço dessas instituições.” (p. 183).

Sobre as alunas que iam para criadas de servir, em casas particulares, Martins e Tomé (2013) referem que “Com alguma frequência, apareceram nos seus processos pedidos de famílias ou de senhoras para acolher uma rapariga. O pedido identificava a jovem requerida e juntava promessas de cuidar e educar com oferta de trabalho como criada de servir. Em todos os pedidos, os casais ou pessoas isoladas apresentavam-se certificadas, social e moralmente, por alguma entidade pública ou religiosa” (p. 22).

4.4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DOS DADOS RECOLHIDOS NAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram analisadas de acordo com categorias, que correspondem aos subcapítulos seguintes.

4.4.1. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Dentro da categoria Áreas de Intervenção da Instituição iremos analisar as subcategorias da educação doméstica/aprendizagem de ofícios, escolarização, alimentação, cuidados de saúde, atividades lúdicas e a formação religiosa, por serem as áreas que diretamente afetaram as alunas internas, principalmente.

A principal área de intervenção da Casa de Educação e Trabalho era o ensino das tarefas domésticas, a chamada Educação Doméstica ou Educação *Ménagère*. Às internas era

ensinada costura, bordados, cozinha, tratamento da roupa, do gado, do jardim, enfim, tudo o que uma dona de casa ou uma serviçal necessitava de saber fazer, naquela época. Nem todas as tarefas eram agradáveis ou fáceis de executar, por isso existia um sistema de rotatividade, para que todas as internas aprendessem um pouco de tudo. A entrevistada E7, que foi aluna interna relembra isso mesmo:

“Agente aprendemos lá de tudo. Tudo! Era cozer broa, era na lavanderia a lavar...isso é que era uma escravidão muito grande...enfim...Mas se não fosse assim o que é que agente aprendia em casa? Graças a Deus hoje agente sabe fazer de tudo! A minha mãe lá tinha vagar de nos fazer alguma coisa ou de nos ensinar alguma coisa...”

Para a E3 o que mais lhe custava era a costura e os trabalhos redobrados ao sábado:

“Eu quando fui para a costura, eu não gostava nada de costura...Um dia, todas tínhamos de passar pelo mesmo, aprender a cozer meias com um ovo em madeira. (...) Ao sábado era mais complicado porque tínhamos de fazer limpeza a fundo, no sector em que agente estava. Por exemplo, se eu estivesse nas galinhas, tinha de varrer o galinheiro. (...) tínhamos um copinho de vinho, mas mais água do que vinho, e açúcar...era muito engraçado”.

Também a entrevistada E1, interna, recorda e confirma as variadas tarefas que aprendeu “(...) tínhamos sempre a rotina de estar na cozinha a aprender, na costura, na lavanderia... Corremos tudo, para aprender tudo! A bordar, fazer malha.”

No que diz respeito às alunas externas as rotinas e aprendizagens eram um pouco diferentes, cingiam-se mais às lides da costura, bordados e malha. A entrevistada E6 relembra o clima de rigor e obediência enquanto executavam as tarefas:

“ (...) nós entrávamos de manhã, íamos para a sala todas juntas, todas sentadinhas nas cadeirinhas, as irmãs eram muito rigorosas, aquilo havia ali uma disciplina, ai, ai! Aquilo era para cumprir! Pronto, estávamos ali a bordar,

ensinavam a rezar, depois tínhamos... de manhã tínhamos uma hora...não sei quanto tempo era, de recreio... brincávamos. (...) Depois almoçávamos, vínhamos para o recreio e íamos para a sala novamente, fazer as rotinas de costura, de bordados, de rezar, lanchávamos e vínhamos para casa. Era assim.”

Na mesma situação, como aluna externa e com frequência anterior à entrada para o primeiro ciclo, E4 referiu que “Brincávamos cá fora e estávamos na sala a fazer...a aprender a bordar. Letras eu não me lembro...lembro-me de contarem histórias e assim...mas era tudo mais bordados e costura.”

A entrevistada E9, que pertenceu ao pessoal responsável pela obra nos seus últimos anos de funcionamento, refere que tinha de ajudar onde fosse necessário: “Olha ajudava na cozinha, se era preciso ir ao refeitório por ordem também ia, ajudava em tudo o que fosse na casa. Ajudava...também sabia um pouco de costura na altura, agora já perdi tudo, também ajudava na costura.”

No que diz respeito ao processo de escolarização sabemos que durante alguns anos o próprio Instituto teve a sua escola oficial particular (1955-1966). A interna E1, foi umas das alunas que a frequentou: “(...) tínhamos escola, lá dentro mesmo do Instituto, depois íamos almoçar, no fim de almoçar íamos, novamente, dar o resto da escola.

A entrevistada E3, também frequentou a escola e fala-nos um pouco das rotinas:

“Depois do pequeno-almoço, quem fosse para a escola, no tempo da escola, ia para a escola, estávamos a manhã ocupada. Depois saímos para o almoço, brincávamos um bocadinho e escola novamente, para quem estava na escola! Pois as mais velhas iam para a costura, ou iam estender roupa, ou lavar roupa...que eu também passei por lá. E também passei pelo ...(???) Passei por muitas etapas! Eu e as outras! Mas depois então, à tarde também tínhamos aulas até às cinco horas. Íamos...não!? Não! Era até às cinco horas!? Era até às quatro horas! Às quatro e meia era o lanche, depois do lanche brincávamos um bocadinho, o terço às seis horas.”

Segundo a entrevistada E7, a professora primária era uma das Religiosas: “(...) Depois umas iam para a escola, para o estudo e outras iam aprender a costura. (...) Sim, era tudo lá até fazer a quarta classe. A professora era uma freira.”

Desde 1966, que a escola privada oficial, Dr. Luís Pereira da Costa, deixou de funcionar, por isso, no período em que E9 passou pelo Instituto esta já não existia:

“(...) quando a primária começou a ser oficializada, deixámos nós de ensinar em casa, porque depois elas não tinham diploma da quarta classe, e foi exigido pelo Ministério da Educação. Porque, antes era uma Irmã que dava a Primária, que eu já não encontrei lá.”

Quanto à alimentação esta era transversal às meninas internas e externas, pois ambas beneficiavam de refeições enquanto lá estivessem. “(...) Quando fui para a escola primária íamos lá comer a refeição do almoço, ou antes ou depois da escola, dependia do horário. E depois brincávamos um bocado e, até ao quarto ano foi sempre assim,” referiu a entrevistada E2, que foi aluna externa. A entrevistada E4, também externa, recorda-se igualmente de comer lá: “Comida e lanches... não me lembro de mais nada,” assim como a E6 “As externas? Tínhamos tudo aquilo que nos era necessário, a comida principalmente.”

Ainda relativamente à alimentação a interna E3 recorda-se que:

“Vinha uma vez por mês, uma camioneta com tudo, com mercearia. Os doces eram lá feitos, com fruta do quintal, de tomate, de cereja, faziam doce de muita qualidade... O que vinha era bacalhau, era massa, era arroz... no tempo das castanhas vinham dois ou três sacos de castanhas... e quem descascava as batatas também éramos nós, no intervalo daqueles trabalhos que agente já acabava.”

No que diz respeito ao pessoal responsável, a entrevistada E8, mencionou que no que diz respeito à alimentação:

“Olhe, dificuldades, dificuldades, como disse há pouco, eu nunca tive, porque mudámos de feitor e o feitor era muito bom, que era o Olímpio, que era muito boa pessoa, sempre muito compreensivo. Olhe isto e aquilo, “...não passem necessidade disto e daquilo que eu trato, eu faço...”. Portanto, nunca tive dificuldades em si. As pequenas tinham tudo e graças a Deus com fartura, nunca lhes faltou nada. Tínhamos lá uma senhora, que nos ia dar horas, e cozia-nos o pão, ela ia dar horas para a quinta, mas quando era preciso cozer o pão, porque ela comiam pão de milho, as meninas comiam pão de milho, e então, ela ia lá cozer-nos o pão. Então as miúdas com a broa e com os rojões, que fazíamos do porco, aquilo era a melhor coisa que lhe podíamos dar, era aquilo! Às vezes, era preciso dizer que não comessem tanto, que entretanto depois tinham de ir para o hospital...mas eram todas muito bem alimentadas, isso eram.”

Esta dedicação e preocupação do feitor mencionada pela entrevistada E8, é confirmada pelo mesmo durante a entrevista:

“Ajudava as freiras nos alimentos, procurava ter o azeitinho para as batatas, procurava ter a carne para fazer sopinha, procura ter batatas para encher a panela, procurava todos esses alimentos para que elas pudessem fazer as coisas. (...) O porquito era morto, três, quatro ou meia dúzia deles por ano, as batatas eram semeadas de maneira a dar um saco por dia, mais ou menos, para lá...tínhamos de produzir ao jeito de elas poderem fazer a panelada da sopa. Bem, não havia regra sem exceção, às vezes as Freiras precisavam disto ou daquilo e adquiriam, lá à maneira delas. Quando para aqui entrei, o leite vinha em pó de não sei de onde...então eu comprei uma vaca leiteira para fornecer leite para as crianças era melhor, era um fornecimento puro e bom.” (E9)

Naquele tempo, o Instituto já demonstrava bastante cuidado e preocupação com as questões relacionadas com a saúde e higiene das suas alunas. De acordo com a entrevistada E1: “Tínhamos médico uma vez por mês sempre, para nos examinar a todas, ver se estava tudo bem ou não. Se alguém estava doente chamavam logo médico, mesmo que não fosse na altura da consulta mensal.”

As Irmãs também prestavam alguns cuidados de saúde, mais relacionados com serviços de enfermagem, a aluna E2 lembra-se: “Elas cuidavam, conforme podiam. As freiras conforme podiam ajudavam na saúde.”

A ex-interna, E3, relembra a altura em que tomavam o famoso Óleo de Fígado de Bacalhau: “E então o que é que nos davam de inverno também era o Óleo de Fígado de Bacalhau. (...) Tínhamos médico! Ele dizia: “Boa tarde meninas!” e nós respondíamos “Boa tarde Senhor Doutor!”. “Quem é que tem piolhos?” perguntava ele. Porque de vez em quando, elas punham-nos um pó e um lenço, dormíamos com aquilo e no outro dia tínhamos de tomar banho.”

A entrevistada E7 recordou-se do nome do médico: “(...) era o Dr. Gil, nunca mais me esqueço...acho que vinha todas as quartas-feiras, já não me lembro bem...era bom médico.”

O Dr. Gil, pelos seus longos anos ao serviço desta instituição, foi lembrado por vários entrevistados: “Ia lá todos os meses. Tinha muito cuidado com as pequenas” (E8); “Sim, tinham um médico. O médico era o Dr. Gil, de Monte Real” (E9).

Na opinião da entrevistada E5 o apoio dado às meninas internas era muito completo, pois: “Tínhamos a escola, a roupa e cuidados de saúde. Tínhamos tudo! A criança entrava ali e tinha tudo, era tudo dado.”

Apesar do grande rigor imposto pelas Religiosas, principalmente às internas, estas meninas beneficiavam de férias de Verão, na Praia do Pedrógão, que a ex-aluna E2, relembra com saudade:

“Isso era uma alegria para a gente, porque íamos brincar para a praia, não é? Íamos...havia lá uma casa e prontos... e aquilo era por grupos, uns x dias era para um grupo, depois iam embora e iam outros. A casa era uma casa mais

pequena, e então, era assim... Mas isso era uma brincadeira que nós gostamos muito e, naquele tempo, fazer praia assim era um privilégio.”

A entrevistada com mais idade, E7, recorda que inicialmente a ida para a praia se fazia a pé (são cerca de 11 km de Monte Redondo à Praia do Pedrógão):

“A pé! Quais carro de vacas para a gente? Íamos atrás, a pé, ao princípio...depois mais tarde é que era na carripana. Tinham lá a casa, e do outro lado era a garagem, onde fizeram o dormitório, tinha lá sei lá quantas camas... ficávamos todas contentes de ir para a praia.”

A entrevistada E3, também se recorda da existência desta casa: “Nós tínhamos uma casa de férias no Pedrógão...”.

Apesar de algum declínio da obra social nos tempos derradeiros, parece que as férias na praia se realizaram até ao fim, pois E8, ficou como responsável nos últimos anos de funcionamento do Instituto e mencionou esta atividade:

“Na praia era: elas levantavam-se tomavam o pequeno-almoço, iam arrumar as camaratas e depois de fazer este pequenino serviço iam para a praia toda a manhã, lá lanchavam, a meio da manhã comiam qualquer coisa. Havia sempre um Banheiro que estava ao nosso cuidado, para lhes dar banho, etc, isto de manhã. À uma hora vinham para o almoço, aquilo era só atravessar a rua praticamente. Depois de tarde, era a mesma coisa. Mas depois do almoço arrumavam a louça, faziam a sesta, depois lanchavam e depois iam para a praia até à hora do jantar.”

Quanto às atividades lúdicas, ainda que o Natal pertença a uma cerimónia do foro religioso, agrupou-se nesta sub-categoria, pela diversão que proporcionava às internas:

“Pelo Natal era excepcional! No Natal agente fechava a parte do refeitório e depois íamos comer aonde os pobres iam comer a sopa. Como os pobres, no

Natal, estavam sempre com as famílias, dois ou três dias antes as mais velhas enfeitavam o refeitório, e ninguém passava, ninguém sabia, só essas! (...) no Dia de Natal (...) Agente àquela hora já tinha fome, mas também era uma fome fora de horas, mas olhe: bom bacalhau, aletria, arroz doce...tudo do melhor! E depois tudo enfeitadinho com estrelinhas...olhe não lhe sei explicar...”

A mesma entrevistada, E3, recorda com saudade o Hino da Despedida das meninas e o empenho na Festa da Congregação:

“Nós tínhamos um hino para cantar na despedida das raparigas. (...):

Somos nós educandas do Instituto,

que cantamos com muita alegria,

o amor de Deus e da Pátria...

aprendemos todo o dia-a-dia ...

Era assim uma coisa... e depois todas: *Viva as meninas do Instituto e a despedida de fulana e beltrana...* Era assim...(risos) Era isto! Havia sempre um Hino para uma despedida, ou para uma pessoa que se iam embora por outros motivos, havia sempre esse hinozinho...eu não tive direito porque saí fora da hora (risos). E então, havia a festa de S. José de Cluny, da congregação das freiras, e então, melhoravam no rancho, tínhamos rancho melhorado...”

A externa E6, lembra-se que: “(...) no final do ano faziam uma quermesse, com a roupa que as internas faziam. Uma vez, canhou-me um vestido com flores azuis. Eu gostava tanto do vestido, que até o vestia ao meu irmão.”

Por último, no que diz respeito à formação religiosa os testemunhos são muito semelhantes:

- “Levantávamo-nos logo de manhã, seis e meia. Depois era a rotina da missa todos os dias. (...) Recreio, lanche e aquela rotina do Terço, sempre, todos os dias!” (E1)

- “Nós levantávamo-nos muito cedo, por volta das seis e meia da manhã, mais ou menos. Depois íamos à Missa, às sete horas, à igreja.” (E2)

- “Rezávamos o Terço, fazíamos lá umas orações com Freiras, que as Freiras também estavam connosco e a cantar... E tínhamos catequese, mas a catequese era lá fora, no adro, com as outras raparigas. (...) Lembra-se das túnicas da Comunhão Solene? (...) Nós, nós é que estreamos! Foram feitas nessa altura, nós é que fazíamos os cordéis com a ajuda das freiras.” (E3)

- “Ensinavam a rezar, o Terço e outras coisas...” (E4)

- “Íamos à missa todos os dias de manhã. Levantávamos-mos e íamos em fila por aí a fora. O dia em que nós não fossemos iam perguntar porque não tínhamos ido. Estavam habituados à nossa presença.” (E5)

Também as alunas externas recebiam formação religiosa, pois eram as Irmãs que organizavam a catequese da Paróquia:

“Lembro-me de sair de lá aos onze anos, e nós saíamos de lá sempre quando fazíamos a comunhão. Tudo o que era dedicado à igreja Primeira Comunhão, Comunhão Solene, a Crisma era tudo feito através das Irmãs. Tudo orientado por elas. Preparavam-nos sempre até ao momento final sairmos lá. Saíamos com tudo feito.” (E6)

A ida à Missa era uma atividade encarada com extrema importância:

“Levantávamo-nos cedo, de inverno cheias de frio, tínhamos que ir à Missa todos os dias, todos os dias! (...). Íamos todas, doesse a barriga ou não doesse à igreja, porque nós também tínhamos uma capela no Instituto, mas era mais para o Terço e de vez em quando lá ia um padre dizer a missa...” (E7)

A ex-responsável, E8, recorda a tal falta de assistência religiosa sentida nos últimos anos, e um dos motivos que motivou a saída da Congregação do Instituto: “Levantar de

manhã, iam à Missa, quando havia, porque às vezes também não tínhamos. Outras vezes ia lá o padre David e celebrava lá em casa. E, depois era escola...”

4.4.2. RAZÕES PARA A ENTRADA NO INSTITUTO

Como já foi referido, esta obra social era destinada a crianças pobres e/ou órfãs do sexo feminino, da freguesia de Monte Redondo, conforme vontade do seu fundador Dr. Luís Pereira da Costa. A admissão no Instituto era precedida da apresentação dos documentos já mencionados, que após analisados pelo Dr. Bissaya e mais tarde pela Fundação Bissaya Barreto, era dada ou não autorização de internamento.

A E8, uma das entrevistadas que fez parte do pessoal responsável da instituição relembra que “(...) o Doutor Bissaya era muito direitinho. Se via que eram pessoas com possibilidades, as crianças não se tiram aos pais”, portanto o atestado de pobreza era essencial para a admissão.

Das entrevistadas que frequentaram o Instituto como internas foi possível verificar que as razões de entrada foram a pobreza e a orfandade. As internas E1 e E5 entraram por motivo de pobreza, respetivamente: “(...)eu fui para lá, tive que ir para lá porque não tinha possibilidades dos meus pais me criarem.” E “Isso agora é que eu já não sei responder (risos)... a minha mãe é que arranjou com o meu avô.”

Quanto às entrevistadas E3 e E7 o motivo da institucionalização foi a orfandade:

- “Eu fiquei órfã, eu mais dez irmãos e depois meu avô teve que orientar os netos, aonde ele pediu auxílio ao Padre da altura, ao Cónego Góis, onde o meu avô foi-lhe pedir auxílio, e o Sr. Padre Góis disse: “Olhe você vai ali falar com as Freiras, ou eu dou-lhe uma palavrinha, e você põe lá uma neta ou duas.”

- “No Instituto entravam só as meninas que não tinham pai ou mãe, e eu não tinha pai e tinha vaga, entrei.”

A frequência do regime de externato era livre, não sendo necessária a condição de pobreza. Uma das entrevistadas frequentou a obra social antes da entrada para a escola

primária, como uma espécie de educação pré-escolar. “Ia para lá algumas vezes, o meu pai levava-me para lá e deixava-me porque ele ia trabalhar e a minha mãe ia para as terras. Isto tudo antes de eu entrar para a primária”, referiu a E4.

A externa E6, entrou antes do ensino primário e permaneceu lá até à sua conclusão: “O motivo da entrada era porque os pais tinham de trabalhar e tinham de por os filhos em qualquer lado. E então, para não ficarmos sozinhos em casa, porque não era só eu que ia, as minhas irmãs nessa altura também estavam lá. E pronto e ficávamos lá, o dia todo. (...) No meu caso como externa, eu devo ter ido para lá ai aos cinco ou seis anos. E pronto, enquanto criança, e passei a parte da minha infância lá até à idade da primária, até terminar a primária.”

Quanto à aluna externa, E2, aquilo de que se recorda como motivação para a entrada foi a vontade de aprender os labores que as Religiosas ensinavam: “Os de entrada foram então aprender alguma coisa.”

4.4.3. RAZÕES PARA A SAÍDA DO INSTITUTO

Os principais motivos de saída, que dizem respeito apenas às alunas internas, já foram analisados no ponto 3.3. Apresentação Estatística da Instituição. As entrevistadas tiveram como razões de saída: a vontade própria, a expulsão e o atingimento da idade limite, com inserção em atividades, como veremos a seguir.

Por iniciativa própria deixou a instituição a ex-aluna E1: “ (...) a saída do Instituto foi porque elas deram uma ordem, quem quisesse sair podia sair, então eu saí logo.” Já para E2 a razão da saída do internato prendeu-se com o atingimento da idade limite:

“(...) nós quando chegávamos a uma certa idade tínhamos de sair de lá.

Normalmente as Freiras ou nos arranjavam trabalho fora ou íamos para outro lado qualquer. Eu, no meu caso, eu tinha quase dezoito saí, mas fiquei! A trabalhar! Porque como me dediquei bastante à costura e aos bordados, e as freiras faziam muitos bordados para fora, que vendiam.”

A entrevistada E5 saiu pelos mesmos motivos: “Saí porque cheguei à idade. Cheguei à idade de sair.” Assim como a aluna interna E7: “Saí com dezoito anos, estive lá nove anos. (...). Ainda estive um tempito em casa, mas depois pedi para ir para o Colégio em Coimbra.”

No que diz respeito às expulsões, aconteceram de facto algumas, como foi o caso da E3, cujo motivo esteve relacionado com o uso de vocabulário menos adequado: “Então mas olha, com o palavreado que eu te ouvi, tu tens de te ir embora! Tu nunca me saíste com essas!”. Eu respondi: “Vou-me embora? Sim, senhor! Nem acabo o jantar!”

Para as externas, a entrevistada E4 só frequentou até à entrada para a escola: “O motivo de saída foi, pois, para ir para a primária e depois já não voltei para lá mais.” Para E6 foi a conclusão da escolaridade obrigatória: “O motivo de saída foi porque eu terminei a instrução primária e como o externato era só, que eu me lembre, era só até a instrução primária... porque depois nós saímos, dávamos lugar a outras que queriam entrar, que aquilo havia sempre muita gente queria entrar para lá. Porque era uma instituição vocacionada para a freguesia.”

4.4.4. IMPACTOS DA INSTITUIÇÃO NA COMUNIDADE

Os impactos da instituição na comunidade abrangeram diretamente as crianças pobres e órfãs e as suas famílias. As crianças que estiveram como internas foram acolhidas, cuidadas e instruídas escapando assim da fome, do frio, do abandono e do desnorsteio. A comunidade local, habitantes da freguesia, também foram beneficiados com a existência de tão nobre obra social.

A entrevistada E2 refere que foi orientada pelas Religiosas para tirar um curso de costura, na altura da saída da instituição: “Foi através delas que eu tirei uma curso de costura oficial, com diploma e tudo, em Leiria. Ia e vinha todos os dias de camioneta, mas foi através delas. (...) “Elas orientavam de acordo com o que a gente tinha mais jeito para fazer.” Para E7, também foi fundamental a influência das Irmãs para arranjar trabalho, “Ainda estive um tempito em casa, mas depois pedi para ir para o Colégio em Coimbra.”

Para algumas meninas, o que impacto da frequência do Instituto refletiu-se ao nível da sua vocação, como o caso da interna E5, que acabou por seguir a vida religiosa: “Eu decidi um pouco lá, depois saí. E depois mais tarde é que comecei a pensar que podia também seguir a vida religiosa. Depois comecei a ter contacto novamente com as Irmãs e voltei para lá novamente uns dias.” Na opinião da entrevistada E6, a sua vida profissional, ligada à área da saúde, veio das vivências do Instituto: “Penso que foi daí de onde veio uma sementezinha, porque de vez em quando nós caíamos e tínhamos que ir à enfermaria e eu achava muita graça àquilo, e o cheiro daquilo dizia-me qualquer coisa, que eu não sabia explicar, mas aquilo ficou-me sempre. E hoje penso que talvez o facto de lá ir fazer um tratamento... aquilo ficou e pela vida fora me despertou. Por isso é que possivelmente depois fiquei ligada à saúde, possivelmente, por isto, claro, e não só.” Para além da influência a nível profissional, E6 acrescenta ainda que, apesar de ter sido apenas externa sabe que: “(...) quem estava lá dentro, como internas, saíam com uma disciplina, de terem horários de limpezas, de comidas, daquilo tudo, Portanto, formou essas raparigas e hoje eu conheço algumas e são pessoas, enfim, na sociedade bem vistas.”

As externas beneficiaram de toda a orientação na aprendizagem de costura, bordados, malha e de alimentação, que se revelou deveras importante para a sua vida pessoal e, em muitos casos, também profissional.

As festas, as animações litúrgicas, a catequese eram da incumbência das Religiosas e o seu impacto também se fez sentir na freguesia. De acordo com o testemunho da ex-aluna, E7: “Nós fazíamos teatro, naquela altura, no Salão. Ai, ai! Aprendíamos a cantar... prontos, dávamos outra vida à freguesia.” A comunidade estavam sempre à espera das meninas do Instituto na Missa: “O dia em que nós não fossemos, iam perguntar porque não tínhamos ido. Estavam habituados à nossa presença” (E5). Como acabamos de referir, ao nível da freguesia e paróquia o impacto pastoral foi grande uma vez que as Religiosas se dedicavam à “catequese, formação de catequistas, animação litúrgica, formação de adultos, visitas a domicílio, atendimento de doentes pobres” (Carta da Congregação para o Padre David, em 1989, anexo 27), contudo nem todos estes contributos foram mencionados pelos entrevistados, à exceção da participação na Missa, que foi referido por todas as internas.

O Instituto era notado e fazia a diferença na freguesia, por ser único nas redondezas: “Foi muito importante e para a freguesia também, porque era uma coisa que em vários sítios não havia. (...) Pronto, éramos muito bem educadas lá, havia muitas regras mas, com muita educação, não é!” (E1).

Ao nível da criação de postos de trabalho, também existiram alguns: “(...) eles davam trabalho a muita gente, durante todo o ano. Porque eles amanhavam muitas terras e havia muita gente que eram empregados ali. Ora, aquelas pessoas se não tivessem aquele ordenado, a miséria também devia ter sido muito mais”, recordou a entrevistada E2.

Para os pobres, em geral, a existência do Instituto na freguesia foi uma grande ajuda: “(...)as pessoas que queriam isto ou aquilo, as freiras não lhe fechavam a porta! Havia a sopa dos pobres... tinham muitos empregados. Eles tinham um guarda noturno, sempre! Havia as pessoas da lavoura...”, mencionou E3.

Outro impacto na comunidade foi o facto de os pais terem ao seu serviço uma espécie de ATL (Atividades de Tempos Livres):

“...os pais não tinham vagar para estar com os filhos, para falar com eles, para lhes dar apoio...foi bom. Para a freguesia também, ajudava alguns pais poderem trabalhar e deixar ali os filhos, que sabiam que eles ficavam bem... não é? Ficavam descansados” (E4).

Por fim, E6, mencionou: “Para a Freguesia, sem dúvida nenhuma, foi muito útil e estas Freiras cá, contribuíram para um bom desenvolvimento e para uma boa ajuda, para muita gente.”

Como se pode verificar, o IMRPC foi uma obra social que provocou um grande impacto na freguesia de Monte Redondo, principalmente nas meninas que foram beneficiárias diretas do mesmo. O grau de satisfação em relação à instituição foi presente em todas as entrevistas, apesar de algumas alunas terem vivido alguns episódios menos agradáveis. A entrevistada E1, referiu que foi lá que se preparou para a vida: “Sinto-me orgulhosa e privilegiada em estar lá. Foi muito importante! E através disso tudo acho que pronto, foi muito bom lá estar para poder depois, um dia quando saí estar pronta para a vida!”

Muitas vezes os benefícios da frequência do Instituto só são visíveis mais tarde, como refere E2:

“Hoje, para os tempos que a gente vivia antigamente...hoje, eu penso que foi importante, porque se eu não tivesse ido para lá, também não sei o que é que tinha acontecido, mas talvez não tivesse aprendido a bordar, a fazer malhas...e foi disso que eu fiz um bocado a minha profissão.”

A ex-interna, E3, não tem dúvidas que foi realmente importante para a sua vida tudo o que aprendeu na Casa de Educação e Trabalho:

“Foi tudo! Eu hoje ainda digo...andava ali a fazer umas limpezas e disse para o meu marido, porque eu já estava a demorar: “Ó marido desculpa lá, mas tu já sabes muito bem que eu tenho de fazer tudo ao pormenor, porque foi assim que me ensinaram. (...) Para mim foi importante. É o que eu digo às vezes à minha irmã: “Estás a ver, eramos tantos irmãos, graças a Deus nenhum é maluco, graças a Deus o nosso avô cuidou de nós todos...” Ela até disse: “Diz então a essa tua amiga que eu dou cem valores por estar no Instituto!”, porque eu disse-lhe que vinha cá.”

Para a externa, E4, “Ficou a memória sempre de ter convivido com outras pessoas, com outras crianças, e a memória das Freiras que nos tratavam bem, ensinavam e eram carinhosas. (...) era um apoio muito bom para muitas crianças. Claro, eu gostei muito de lá andar.”

A entrevistada E6, aluna externa, compara o Instituto a uma espécie de colégio:

“Não havia por aí nada. Era a única freguesia que tinha este tipo de casa, era aqui. Hoje, é engraçado...hoje vendo nós o passado e o presente, eu hoje considero que aquilo foi como que um colégio ou uma cresce, que nós tínhamos já naquela altura. Foi uma coisa muito importante!”

Embora alguns trabalhos tenham muito exigentes, na opinião de E7, continua a ser significativo para si a passagem pelo Instituto: “Agente aprendemos lá de tudo. Tudo! Era cozer broa, era na lavandaria a lavar...isso é que era uma escravidão muito grande...enfim...Mas se não fosse assim o que é que agente aprendia em casa? Graças a Deus hoje agente sabe fazer de tudo! A minha mãe lá tinha vagar de nos fazer alguma coisa ou de nos ensinar alguma coisa...”

O grau de satisfação de muitas das ex-alunas era perceptível quando estas, após terem saído da instituição, muitas vezes voltavam para visitar o Instituto e para ajudar, recorda a entrevistada E8: “Porque havia pequenas que já tinham saído, que gostavam de ir para lá ajudar porque, ficavam afeiçoadas às miúdas, não é.”

As declarações de dois dos responsáveis pelo Instituto vão ao encontro das vantagens mencionadas pelas alunas:

- “Eu acho que há sempre vantagens, não é!? Até porque elas distinguiam no meio da coisa: “Ai, são as pequenas de Monte Redondo, do Instituto”. Era assim, do Instituto! Tinham sempre muita atenção às pequenas e eram amigas delas. Para a freguesia era muito bom, dava emprego a algumas pessoas porque, o Sr. Olímpio era impossível fazer, tinham várias propriedades. Era impossível ele dar conta aquilo tudo. Tínhamos pessoas diárias (...) (E8);

- “Foi fundamental para dezenas e dezenas de raparigas. Foi bom! Em casa não tinham educação escolar, porque faltavam os meios, por outro lado, o dia-a-dia, a vestimenta, quer dizer, a alimentação e vestuário muita gente que não tinha. Tinham de andar lá por casa...depois chegavam aqui e a vida modificava. Aqui havia farda, as crianças usavam um bibinho diário, tinham interiores e exteriores, tinham sapatos...tinham muitas condições. Nós tínhamos um sapateiro diário, tínhamos um sapateiro diário, eram uns quarenta ou cinquenta pares de calçado a arranjar diário, tínhamos sapateiro. Por isso, nisso aí nunca faltou” (E9).

A responsável E8, mencionou em entrevista: “Eu tive pena que aquilo fechasse, porque as pessoas eram muito nossas amigas, e estavam sempre muito atentas. Foi uma obra importante, aquilo marcou!”

O encerramento desta obra social foi difícil para o entrevistado E9, pela longa ligação que tinha com a instituição:

“Senti-me viúvo (risos). Não é? Tinha aquela rotina de arranjar pepino, feijão, batatas...Ora se elas saíram, isso acabou! Então eu fiquei assim desfraldado... se isto acabou temos de tocar outra viola, deixei de ter o porquito, de ter as batatas, tudo quanto se fazia aqui deixei de fazer isso. Aqui paralisou.”

4.4.5. SUPORTE DA POBREZA

Todas as valências do IMRPC se inseriam no âmbito do suporte à pobreza, uma vez que, essa era uma condição de admissão na instituição. Contudo neste subcapítulo iremos centrarmo-nos no apoio à pobreza no que concerne à Sopa dos Pobres e ao Apoio aos Peregrinos, mencionados pelos entrevistados.

A Sopa dos Pobres começou por ser um apoio exclusivo à alimentação, mas que ao longo dos anos se estendeu aos cuidados de saúde, nomeadamente à administração de injeções e elaboração de curativos. No que diz respeito à alimentação esta era feita presencialmente, num anexo ao edifício principal, mas também existia quem fosse levantar a comida para levar para casa. Em alguns casos, as meninas do Instituto iam fazer a entrega a casa das pessoas necessitadas. Como já foi referido anteriormente, a Sopa dos Pobres, de modo mais formal, com arquivos, terá sido iniciada em 1943, de acordo com o livro de registos consultado.

Das ex-alunas que foram entrevistadas, apenas duas mencionaram ter memórias desta atividade:

- “Mesmo as pessoas que queriam isto ou aquilo, as freiras não lhe fechavam a porta! Havia a Sopa dos Pobres... tinham muitos empregados” (E3);

- “Lembro, porque iam tocar à campainha... porque depois agente tinha o mês da cozinha, o mês da lavandaria, o mês da campainha...e então iam lá os garotitos com uma panelita de barro... e os meus irmãos chegaram a ir lá buscar broa. Aquela broa era muito boa!” (E7)

No que concerne ao Apoio ao Peregrino, este funcionava na casa velha, habitação dos pais do Dr. Luís Pereira da Costa. Esta era uma atividade muito apreciada pela entrevistada E3: “(...) nos meses das peregrinações as Freiras diziam-me sempre assim: “Óh E3 vais tratar dos peregrinos e depois leva um caldinho de sopa.(...) Éramos todas cuidadosas com eles, se eles tinham foles íamos buscar a Irmã que percebia de enfermagem.”

Uma das responsáveis pelo Instituto, E8, em entrevista, referiu que na sua altura a Sopa dos Pobres já não funcionava e o Apoio aos Peregrinos era muito intermitente: “Sim, de vez em quando. Poucos, mas dávamos, porque as condições começaram a ser más.”

Foi, sem dúvida, uma Obra ímpar para a freguesia de Monte Redondo, ainda hoje lembrada saudosamente por muitos. Apesar do presente estudo conter bastantes informações acerca do funcionamento do IMRPC, há ainda lacunas, decorrentes de uma grande limitação deste trabalho: não foram consultados documentos do CDBB, a funcionar na Casa Museu Bissaya Barreto, onde poderão estar mais informações relevantes para este. As contingências pandémicas acabaram por contribuir para esta limitação na consulta dos arquivos, assim como, na realização das entrevistas.

CONCLUSÕES

A obra social estudada insere-se nas práticas de cariz assistencial, educacional e laboral onde o objetivo era cuidar, educar e formar as meninas pobres e órfãs da freguesia, para uma vida futura de trabalho, digna e harmoniosa como criadas de servir ou funções afins.

Desde 1498, com a criação da Misericórdia de Lisboa, por mão de D. Leonor, que os mais desvalidos como os pobres, os doentes, os presos e os órfãos começaram a receber alguma assistência de uma forma organizada. Estes serviços eram, inicialmente, públicos e de gestão laica, muito embora alguns funcionassem em capelas e igrejas.

Na segunda metade do século XVIII e decorrer do século XIX, assistiu-se a uma grande proliferação de instituições de beneficência pública com diferentes designações, sendo a mais usual a de “asilo”. A grande maioria estava orientada para o problema da infância desvalida que carecia de proteção e assistência. Durante a Primeira República, esta inquietação refletiu-se ao nível legislativo onde “(...) o bem-estar da criança, especialmente no campo da instrução e da proteção social, mereceu considerável atenção” (Silva, 1991, p. 33). Contudo, durante o Estado Novo existiram muitos retrocessos como o encerramento de jardins-de-infância, término das escolas móveis, redução do número de anos de instrução primária e desvalorização da docência. Para Salazar, o Estado não deveria ter responsabilidades no domínio da assistência, que cabia à família e a iniciativas privadas, estas últimas alvo de fiscalização e apoios/subsídios por parte do Estado. Só após a Revolução de Abril de 1974 e com a Constituição de 1976, a Segurança Social ficou consagrada como um direito de todos.

No que diz respeito, aos métodos educativos implementados na obra social IMRPC – Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, apesar de esta ter vigorado durante o Estado Novo, entre 1941 e 1974, os mesmos compreendiam os pressupostos da Educação Nova. Este movimento educativo teve amplo desenvolvimento em Portugal, entre 1882 e 1935, essencialmente, pela iniciativa privada de vários pedagogos, como António Faria de Vasconcelos, Álvaro Viana Lemos, Adolfo Lima, Antonio Sérgio,

entre outros. Nas práticas pedagógicas inovadoras, associadas a este movimento, estava a Educação Doméstica, amplamente praticada nos asilos e noutras casas de acolhimento. Importava retirar as crianças da rua, expostas a vários perigos e em situação de pobreza e abandono, mas isso não era suficiente. Por isso, nestas instituições os alunos internos e externos eram iniciados em pequenos ofícios, que os ajudassem a garantir um trabalho futuramente, saindo assim da mendicidade e miséria. No caso da educação feminina, estes ofícios estavam relacionados com as tarefas tipicamente associadas ao sexo feminino como: saber cozinhar, limpar a casa, cuidar de crianças, cuidar do quintal e jardim, costurar, bordar... No caso da instituição em estudo, paralelamente, recebiam instrução primária e eram doutrinadas pelas Irmãs da Congregação S. José de Cluny.

Depois Primeira Guerra Mundial a assistência social deixa de estar vinculada à filantropia e caridade e assume-se como direito dos cidadãos. Este processo é mais moroso em Portugal devido à Ditadura. Em consequência da Segunda Guerra Mundial, foram criados planos de recuperação económica e das comunidades para os países envolvidos no conflito, Portugal ficou à margem, por não ter participado nesta guerra. Então, apenas em 1962, elaborámos o primeiro projeto de Desenvolvimento Comunitário, que envolveu a Vila da Benedita, graças à adesão de Portugal aos Planos de Fomento. Nesta altura, desde 1955, já a ONU incentivava a que os projetos se desenvolvessem numa perspetiva de grupo e envolvendo as comunidades. Contudo, a noção de DC ficou sempre muito vinculada ao desenvolvimento económico e acabou por se revelar insuficiente. Atualmente, o conceito de DC encontra-se em renovação e caminha para uma aproximação e integração de novos fatores do paradigma científico, nomeadamente uma visão mais interdisciplinar; valorização da ação pela emoção e não apenas pela razão; assumir que o caos e a desordem também conduzem à mudança; maior valorização da indução e da ação pelo processo prática-teoria-prática; democratização do conhecimento, em que todos e não apenas os cientistas, podem dar o seu contributo para a construção de conhecimento, assumindo o princípio da ação participada e de um desenvolvimento de integração sistémica.

Apesar dos lentos progressos que foram sendo feitos em Portugal no que concerne à assistência social e ao desenvolvimento comunitário, a autora considera que esta obra social foi muito digna e importante para a freguesia, pois foi implementada num meio

rural, frequentemente excluído de diversos apoios e iniciativas, mas onde residia a grande maioria da população portuguesa, na altura.

Quanto aos objetivos a que nos propusemos no início deste trabalho, os mesmos foram atingidos parcialmente, atendendo que há um hiato temporal entre 1941 e 1950 onde não foi possível apurar o número de alunas internas e, relativamente às alunas externas não foram encontrados registos. Assim, não foi possível apurar na totalidade o número de alunas, a sua proveniência e a média total de idades das raparigas pobres e órfãs que beneficiaram da obra social. Sabemos apenas que, entre 1951 e 1974, o IMRPC acolheu 158 alunas internas. Do mesmo modo, não foi possível determinar o motivo de saída das 158 alunas do Instituto, uma vez que, em 27% dos registos não havia referência ao mesmo. Mas sabemos que 19,6 % saíram devido ao encerramento da instituição, 16,4% regressaram a casa dos pais, 11,4% foram servir para instituições e 11,4% empregaram-se em casas particulares. A reconstrução da história do IMRPC, enquanto Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, ficou incompleta atendendo que há vários anos sem documentos informativos e as entrevistas refletem as apenas as vivências do espaço temporal dos entrevistados. Num último objetivo, pretendia-se compreender os contributos da existência da referida obra social na educação, assistência e trabalho para comunidade feminina que a frequentou, que de acordo com as entrevistas, foi fundamental para a vida destas ex-alunas. Das entrevistadas, não houve nenhuma que não reconhecesse a importância do internato na sua vida pessoal ou profissional.

No que diz respeito aos âmbitos desta obra social, podemos identificar três: educativo, assistencial e profissional. Assim, refletindo acerca da pergunta de partida deste trabalho: “De que forma a Casa de Educação e Trabalho – Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, contribui para a educação, assistência e trabalho das raparigas pobres e órfãs da comunidade de Monte Redondo? Podemos afirmar que, de acordo com a investigação quer documental, quer através das entrevistas, esta instituição conseguiu cumprir estes três desígnios pois teve: um cariz educacional, na medida em que proporcionou o acesso à instrução primária dentro da própria instituição, durante alguns anos, e depois autorizou a frequência na escola pública; um cariz assistencial, pois efetivamente prestou assistência às meninas pobres e órfãs da freguesia; e, por último, sendo porventura o mais importante, o cariz profissional, uma vez que proporcionou aprendizagem de ofícios que preparam a alunas para uma vida futura ligada às lides domésticas, não obstante, de algumas terem sido encaminhadas para

prosseguimento de estudos ou para trabalhar em instituições parceiras. Esta índole profissionalizante foi o que permitiu a estas meninas saírem do ciclo da pobreza e da dependência da caridade, para o mundo do trabalho, conferindo-lhes alguma independência e utilidade, ainda que em funções subalternas, pois era esse o paradigma social da altura, não se podia sonhar com a ascensão social. “Tanto em termos de nível de educação como de situação face ao trabalho, a criança pobre encontra-se em posição menos favorável. No que se refere à instrução primária, a criança pobre está, nas condições atuais, condenada ao insucesso e ao abandono da escola” (Silva, 1991, p. 8). Foi uma “sorte”, fruto da beneficência particular, estas meninas terem uma instituição deste género implementada na sua aldeia, pois efetivamente são raras fora dos meios urbanos. Além disso, a mesma foi dirigida por uma grande homem, o Dr. Bissaya Barreto, impulsionador e fundador de muitas instituições ligadas à educação e à saúde na zona centro.

Ainda que a instituição, efetivamente, tivesse tido um cariz assistencial, educacional e profissionalizante, a autora do estudo considera redutor classificá-la apenas como assistencialista. Mas também, não se enquadra totalmente nos pressupostos de Desenvolvimento Comunitário, uma vez que a população (alunas e comunidade) não foi ouvida nem envolvida no desenvolvimento da obra social. Desta forma, consideramos que instituto de utilidade local está numa posição de charneira entre estas duas realidades, talvez enquadrada no apoio/serviço social.

Uma das grandes limitações deste trabalho prende-se com a restrição ao nível da análise documental, que ficou circunscrita aos documentos existentes em Monte Redondo e aos concedidos pelas Religiosas. A outra diz respeito ao número de entrevistas, pois considerando o universo de ex-alunas, é possível conseguir mais alguns testemunhos.

Apesar das lacunas e limitações ao nível da informação, pelo exposto, podemos assegurar que o IMRPC – Casa de Educação e Trabalho, de Monte Redondo, obteve sucesso nos seus propósitos, ou seja, a assistência, a educação e a inclusão das suas alunas no mundo do trabalho.

Concluindo, com sugestões para trabalhos futuros a primeira que ocorre é realmente levar a cabo um trabalho de análise documental mais detalhado e com consulta do CDBB, em Coimbra, onde poderá estar o registo de todas as entradas autorizadas na

instituição e outros documentos relevantes, como o Regulamento Interno aprovado, que possa ajudar a completar o modo de funcionamento desta grande obra social. Direcionar uma futura investigação para relação entre a educação doméstica (ensino de ofícios) e o ensino profissional ou flexibilização de currículos, por exemplo. Depois, entrevistar mais ex-alunas e, eventualmente voltar a entrevistar as mesmas pessoas, pois as memórias são muitas. Desafiar estes protagonistas a deixarem o seu testemunho escrito, em áudio ou vídeo para a constituição de uma série de arquivo de memórias, em vários formatos. Lançar o repto à Junta de Freguesia ou à direção Museu Etnográfico de Monte Redondo, para que seja criada uma sala alusiva ao Dr. Luís Pereira da Costa e ao Instituto. Incitar um grupo de teatro encenar a vida e obra do Dr. Luís Pereira da Costa...

BIBLIOGRAFIA

Abreu, L. (2002). As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V. In: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa;. Lisboa: União de Misericórdias Portuguesas. Vol. I, 47-77.

Alves, J. F. e Carneiro, M. (2019). Estado Novo e discurso assistencialista (1933-1944). *Estado-providência, Estudos do Século XX*, n.º 13, 333-352. Consultado a 11 de outubro de 2019, Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36812/1/Estado%20Novo%20e%20discurso%20assistencia%20lista.pdf>

Amaro, R. R (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.

Arroteia, J. C. (2000). *Território, povoamento sociedade: estudo monográfico (Monte Redondo)*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Bastos, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Benavente, Ana (1999). *Escola, Professores e Processos de Mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.

Benavente, Ana (1999). Intervenção da Senhora Secretária de Estado da Educação e Inovação. *Escola, Diversidade e Currículo, Departamento da Educação Básica – Ministério da Educação*, 21-31.

Bogdan, R. & Biklen, S. (2013). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.

Caeiro, J. C. (2005). Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós guerra. *Intervenção Social*, n.º 31, 193-219.

Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação – Guia para autoaprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

comunidade in <https://conceito.de/comunidade>. Consultado em 6 de agosto de 2021.

comunitário in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Consultado 27-12-2020. Disponível na Internet: <https://lmsev.escolavirtual.pt/dictionaries/detai/lingua-portuguesa/comunitário>

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

desenvolvimento in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Consultado 27-12-2020. Disponível na Internet: <https://lmsev.escolavirtual.pt/dictionaries/detai/lingua-portuguesa/desenvolvimento>

Ferreira, V. S. (2014). Artes de entrevistar: composição, criatividade e improvisação a duas vozes. In Torres, L.L. & Palhares J. A. (Orgs.), *Metodologia de investigação em ciências sociais da educação* (pp. 165-195). V.N. Famalicão: Edições Húmus.

Figueira, M. H. (2004). A Educação Nova em Portugal (1882-1935): semelhanças, particularidades e relações com o movimento homónimo internacional. *História da Educação*, n.º 15, 29-52.

Garrido, A. (2018). A institucionalização do “social” no Estado Novo Português: previdência corporativa e seguros sociais voluntários. *Estudo Históricos*, V 31, n.º 64, 197-218.

Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*, V 35, n.º 2, 57-63.

Gomes, S; Arroiteia, J. (coordenação) (2019). Monte Redondo, Terra, Património, História. Edição União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira.

Lopes, M. A. (2002). As Misericórdias de D. José ao final do séc. XX. In: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa: União de Misericórdias Portuguesas. Vol. I, 79-111.

Martins, A. e Tomé, M. R. (2013). Bissaya Barreto e a política assistencial da Junta da Província da Beira Litoral", in: *Bissaya Barreto (1886-1974). Percorrer uma vida e uma obra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra e Fundação Bissaya Barreto, novembro, p. 45-85. ISBN - 978-972-111-9 (PDF).

Martins, E. C. (2009). A política portuguesa de educação e de assistência social no período do Estado Novo (1930-1974). *Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, n.º 27*, 151-176.

Mendes, A. B. (2013). Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Vila de Benedita entre 1962 e 1964. Dissertação de Mestrado. ESECS: Leiria.

Mogarro, M.J. (2010). Normalistas e meninas de asilo: origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação, número 11*, 45-53.

Navarro, P. e Lima, M. I. (2000). *Casa Pia de Lisboa, Centro Cultural Casapiano, Património Cultural*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, Comissão Instaladora C.C.C., Centro de Recursos Educativos.

Paiva, J. P. (coordenador Científico) (2002). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa;. Lisboa: União de Misericórdias Portuguesas. ISBN 972-98904-0-4. Vol 1.

Pedrosa, N. (2009). *Monte Redondo - um blog de histórias, desabafos e notícias da minha terra...* Consultado em 15 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://vilademonteredondo.blogspot.com/2009/10/historia-de-monte-redondo.html>

Pimentel (1999). A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social, v. XXXIV*, 477-508.

Pintassilgo, J. (2009). A Educação Doméstica nos Asilos Femininos. O exemplo do Asilo D. Pedro V de Lisboa na transição do século XIX para o século XX. *Revista História & Perspetivas, v. 1, n. 38*.

Pintassilgo, J., & Mogarro, M. J. (2013). Educação da mulher. In M. F. Rollo (Coord.), *Dicionário de história da I República e do Republicanismo (Vol. 1, pp. 1083-1087)*. Lisboa: Assembleia da República. Consultado a 12 de julho. Disponível em:

<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29420/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20da%20mulher.pdf>

Quivy, R & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Reis, M. F. (2016). Educação e Assistência em Portugal: ritmos e evolução. *Saber & Educar, Estudos da Criança, n.º 21*, 148-155.

Ribeiro, E. A. (2008). A perspetiva da entrevista na investigação qualitativa. *Evidência, n.º 4*, 129-148.

Rodrigues M. J. (1999). Currículo e gestão curricular, o papel das escolas dos professores. *Escola, Diversidade e Currículo, Departamento da Educação Básica – Ministério da Educação*, 69-77.

Rodrigues, E. V. (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX*, 191-230 (PDF).

Sá, I. G. e Lopes, M. A. (2008). História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000. Coimbra: [s.n.]. ISBN 978-989-26-0420-6 (PDF).

Santos, H. (2002). Desenvolvimento comunitário vs educação: duas faces da mesma moeda?. *Cadernos de Educação de Infância, Abr./Jun.*, 1-5.

Silva, M. (1991). A pobreza infantil em Portugal. Lisboa: UNICEF Comité Português para a UNICEF.

Silva, R. (2013). A Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto. Volume I. Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitetura, especialidade de Teoria e História da Arquitetura. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Silva, R. (2013). A Arquitetura Hospitalar e Assistencial promovida por Bissaya Barreto. Volume II (anexos). Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitetura, especialidade de Teoria e História da Arquitetura. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Sistema de Informação Para o Património Arquitetónico (SIPA). Palacete Dr. Luís Pereira da Costa / Edifício Bissaya Barreto / Casa da Criança / Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho. Consultado em 31 de janeiro de 2021. Disponível em:

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29554

TORRES, C. M. (1958). Evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. **70** (1682). p. 61-64. Consultado em 28 de agosto de 2021. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1958/N1682/N1682_master/GazetaCFN1682.pdf

ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTA

Feitor do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa

Introdução:

Esta entrevista surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário, a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, sob orientação da Doutora Antónia Barreto.

Pretende ajudar na reconstrução da história da obra social Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa – Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo. Apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem como perceber qual o seu contributo comunidade de Monte Redondo.

Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados, pelo que é obrigatório o consentimento para a utilização de dados pessoais. Todos os dados recolhidos e facultados nesta entrevista serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

1. Aceita dar a entrevista para os fins mencionados?
2. Qual a sua relação com a freguesia de Monte Redondo?
3. Como começou a sua ligação com o Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa?
4. Como é que se tornou feitor do Instituto?
5. Como eram as suas rotinas, na época em que no Instituto funcionava a “Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo”?
6. Havia uma boa articulação/comunicação entre as Irmãs, o feitor e o Dr. Bissaya Barreto?
7. Quais foram as maiores dificuldades que sentiu durante no exercício das suas responsabilidades como feitor?
8. Como era a vida e as condições de trabalho, na altura, na freguesia de Monte Redondo?
9. Antes de 1955 e depois de 1966 as alunas internas frequentavam o ensino primário na escola oficial de Monte Redondo?
10. Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?
11. Como reagiu ao encerramento do Instituto enquanto “Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo”?

ENTREVISTA

Irmã – Congregação de S. José de Cluny

Introdução:

Esta entrevista surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário, a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, sob orientação da Doutora Antónia Barreto.

Pretende ajudar na reconstrução da história da obra social Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa – Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo. Apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem como perceber qual o seu contributo comunidade de Monte Redondo.

Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados, pelo que é obrigatório o consentimento para a utilização de dados pessoais. Todos os dados recolhidos e facultados nesta entrevista serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

1. A Irmã Maria das Dores aceita dar a entrevista para os fins mencionados?
2. Qual a sua ligação à freguesia de Monte Redondo, mais concretamente ao Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa?
3. Quais eram as suas responsabilidades nesta Obra Social?
4. Quais foram as maiores dificuldades que sentiu/enfrentou durante o desempenho das suas funções na Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?
5. Quais eram as valências/apoios sociais que funcionavam no Instituto naquela época?
6. Como eram as rotinas diárias no Instituto?
7. Quais as principais diferenças entre o regime de internato e o regime de externato?
8. Para além da instrução primária, educação religiosa, da comida, que outros cuidados eram prestados às internas?
9. No verão, as alunas internas tinham a possibilidade de frequentar a Casa de Férias na Praia do Pedrogão. Como eram as rotinas por lá?
10. Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?
11. Havia boa relação entre a comunidade de Monte Redondo e o Instituto?
12. Quais os motivos que levaram à saída das Irmãs da Congregação de S. José de Cluny e ao consequente encerramento da “Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo”?

ENTREVISTA

A ex-alunas do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa

Introdução:

Esta entrevista surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário, a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, sob orientação da Doutora Antónia Barreto.

Pretende ajudar na reconstrução da história da obra social Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa – Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo. Apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem como perceber qual o seu contributo comunidade de Monte Redondo.

Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor o Regulamento Geral de Proteção de Dados, pelo que é obrigatório o consentimento para a utilização de dados pessoais. Todos os dados recolhidos e facultados nesta entrevista serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

1. Aceita dar a entrevista para os fins mencionados?
2. Qual é a sua naturalidade?
3. Qual a sua ligação ao Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa – Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?
4. Quais os motivos de entrada e saída do Instituto?
5. Como eram as rotinas diárias no Instituto?
6. Que tipo de apoio social recebiam do instituto?
7. O que é que aprendeu nesta obra social?
8. Criou amizades?
9. O que representa para si, o facto de ter frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?
10. Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?
11. Como encarou o encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação de S. José de Cluny, em 1974?

ANEXO 2

27 de maio 2020

E1 - Aluna interna no Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa entre 1962 e 1969.

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E1: Sim!

Entrevistador: Então, qual é a sua naturalidade?

E1: Aroeira, Monte Redondo.

Entrevistador: Qual é a sua ligação ao Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E1: A ligação é que, pronto, quando eu fui para lá, tive que ir para lá porque não tinha possibilidades dos meus pais me criarem. A menina Alicinha é que me pôs lá, mesmo assim gostei muito de lá estar porque aprendi muita coisa.

Entrevistador: Entrou com que idade?

E1: Com oito anos e saí com quinze.

Entrevistador: Quais os motivos de entrada e saída do Instituto?

E1: Os motivos de entrada foram as dificuldades dos meus pais e a saída do Instituto foi porque elas deram uma ordem, quem quisesse sair podia sair, então eu saí logo.

Entrevistador: Consegue descrever como é que eram as rotinas diárias do Instituto?

E1: Levantávamo-nos logo de manhã, seis e meia. Depois era a rotina da missa todos os dias. A seguir o pequeno-almoço. Depois tínhamos escola, lá dentro mesmo do Instituto, depois íamos almoçar, no fim de almoçar íamos, novamente, dar o resto da escola. Recreio, lanche e aquela rotina do terço, sempre, todos os dias! E depois ainda íamos um bocadinho ao recreio e depois refeição novamente.

Entrevistador: Então, e os ofícios eram ensinados quando?

E1: Quando éramos maiorzinhas, pronto, não logo aos oito anos, não é! Só depois, mais velhas, tínhamos sempre a rotina de estar na cozinha a aprender, na costura, na lavandaria... Corremos tudo, para aprender tudo! A bordar, fazer malha...

Entrevistador: Que tipo de apoio social recebeu no Instituto?

E1: Pronto, éramos muito bem educadas lá, havia muitas regras mas, com muita educação, não é! E depois, essa pronto... essa educação ficou para um dia quando nós mais crescidas ficamos com essa educação que realmente, talvez em nossas casas não ligavam tanto como lá. A roupa lá era dada. Tínhamos médico uma vez por mês sempre, para nos examinar a todas, ver se estava tudo bem ou não. Se alguém estava doente chamavam logo médico, mesmo que não fosse na altura da consulta mensal.

Entrevistador: O que é que aprendeu nesta obra social? O que aprendeu no Instituto?

E1: A conviver com as pessoas, a trabalhar...tudo! Aprendemos mesmo tudo!

Entrevistador: Criou amizades?

E1: Sim, muitas amizades! Aprendemos a ter amizade umas com as outras...tinha uma afilhada e ainda hoje é a minha afilhada! Ela quando me vê chama-me madrinha.

Entrevistador: O que representa para si o facto de ter frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E1: Sinto-me orgulhosa e privilegiada em estar lá. Foi muito importante! E através disso tudo acho que pronto, foi muito bom lá estar para poder depois, um dia quando saí estar pronta para a vida!

Entrevistador: Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia?

E1: Foi muito importante e para a freguesia também, porque era uma coisa que em vários sítios não havia. Foi muito importante para a Freguesia haver lá o Instituto.

Entrevistador: Como encarou o comunicado de encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação São José de Cluny, em 1974?

E1: Agente ficou assim, um pouco tristes, porque convivemos lá muitos anos. E acho que foi uma coisa assim, que não havia de ter acabado, devia ter continuado! Ainda havia necessidade para pessoas que não tinham possibilidades.

29 de maio 2020

E2 - Aluna externa e interna do Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E2: Sim.

Entrevistador: Qual é a sua naturalidade?

E2: Eu sou natural de Monte Redondo, do lugar do Paço.

Entrevistador: Qual é a sua ligação ao Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo?

E2: A minha ligação é que, quando fui para a escola primária íamos lá comer a refeição do almoço ou, antes ou depois da escola, dependia do horário. E depois brincávamos um bocado e até ao quarto ano foi sempre assim. Depois, no fim do quarto ano, é que entrei para interna que era para aprender bordar, a costura, mais essas coisas...

Entrevistador: Então, os motivos de entrada e saída do instituto foram?

E2: Os de entrada foram então aprender alguma coisa. Os de saída, porque nós quando chegávamos a uma certa idade tínhamos de sair de lá. Normalmente as freiras ou nos arranjavam trabalho fora ou íamos para outro lado qualquer. Eu, no meu caso, eu tinha quase dezoito saí, mas fiquei! A trabalhar! Porque como me dediquei bastante à costura e aos bordados, e as freiras faziam muitos bordados para fora, que vendiam. E então, depois no fim da idade dos dezassete anos fiquei a trabalhar, ia de manhã, vinha à noite e recebia um salariozito, mas vinha dormir a casa dos meus pais. Foi através delas que eu tirei uma curso de costura oficial, com diploma e tudo, em Leiria, ia e vinha todos os dias de camioneta, mas foi através delas.

Entrevistador: Como é que eram as rotinas diárias no Instituto?

E2: Nós levantávamo-nos muito cedo, por volta das seis e meia da manhã, mais ou menos. Depois íamos à missa, às sete horas, à igreja. Vimos para casa, tomávamos o pequeno-almoço, no fim do pequeno-almoço cada uma tomava as suas tarefas. As tarefas eram rotativas tanto na cozinha, na roupa, no cuidado da roupa, na costura...pronto, então cada uma fazia a sua tarefa.

Entrevistador: No teu caso, como disseste há pouco, acabaste sempre por ficar mais...

E2: Mais na costura e nos bordados, sim.

Entrevistador: Porque elas viram que realmente tinhas mais jeito...

E2: Elas orientavam de acordo com o que a gente tinha mais jeito para fazer.

Entrevistador: Que tipo de apoio social recebiam do Instituto?

E2: A comida, a educação, monetário não havia nada...

Entrevistador: Mas, por exemplo, apoio médico? Só se estivessem doentes?

E2: Olha se queres que te diga, a esse respeito...como eu nunca tive nenhuma doença, graças a Deus...mas, sim, sim! Elas cuidavam, conforme podiam. As freiras conforme podiam ajudavam na saúde.

Entrevistador: O que é que aprendeste nesta obra social?

E2: Pronto, o que eu aprendi mais... uma orientação, mais virada para cuidar de uma casa, que elas também nos ensinavam, e onde eu me dediquei mais foi à costura e bordados.

Entrevistador: Que acabou por ser a tua profissão?

E2: Sim, mais tarde, sim!

Entrevistador: Criaste amizades lá?

E2: Sim, na altura tinha bastantes amizades. Mas depois como me fui embora para o estrangeiro perderam-se, muito. Muito ou quase todas, a não ser aquelas que agente se vê mais ou assim, mas as outras que foram para longe agente perdeu.

Entrevistador: O que é que representa para ti o facto de teres frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E2: Hoje, para os tempos que a gente vivia antigamente...hoje eu penso que foi importante, porque se eu não tivesse ido para lá, também não sei o que é que tinha acontecido, mas talvez não tivesse aprendido abordar, a fazer malhas...e foi disso que eu fiz um bocado a minha profissão.

Entrevistador: Como entendes o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia? Foi importante?

E2: Foi! E para as raparigas que estavam internas, sim. Eu acho que para a maior parte, embora houvesse coisas, castigos e isso tudo, foi importante. Mas para o desenvolvimento da freguesia, eles davam trabalho a muita gente, durante todo o ano. Porque eles amanhavam muitas terras e havia muita gente que eram empregados ali. Ora, aquelas pessoas se não tivessem aquele ordenado, a miséria também devia ter sido muito mais.

Entrevistador: Como encaraste o encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação de São José de Cluny, em 1974?

E2: Olha, eu já estava no estrangeiro quando soube e não havia, naquele tempo, muita comunicação, entre lá e cá. Pronto era só correspondência, e só o que havia, porque telefones era preciso marcar um dia e uma hora e telefonava-se para uma casa. Pronto, era muito complicado nesta altura. E quando eu soube... eu não fiquei muito surpreendida, porque isso já vinha sido falado de vez em quando, que as freiras diziam “se calhar vamos embora, se calhar vamos embora”. Mas prontos, nessa altura estava no estrangeiro, para mim, acabou por não afetar muito.

Entrevistador: Lembra-se assim algum episódio engraçado, alguma coisa que gostasse de recordar?

E2: Ah, a única coisa que...que às vezes agente se lembra, era aquelas brincadeiras... quando brincávamos todos à vontade, que não havia praticamente regras nessa altura das brincadeiras. Mas... mais de resto era tudo assim... tinha que ser tudo assim muito certinho. Aquele horário para isto, aquele horário para aquilo e não havia muito tempo. Mesmo nós quando estamos a fazer as nossas tarefas, que nos eram dedicadas durante o dia, não havia muita conversa, nós não tínhamos assim muita liberdade, senão para falar do trabalho que estávamos a fazer, mais nada.

Entrevistador: E a colónia de férias no Pedrogão? Lembra-se de frequentar?

E2: Lembro, lembro-me de frequentar. Isso era uma alegria para a gente, porque íamos brincar para a praia, não é? Íamos...havia lá uma casa e prontos... e aquilo era por grupos, uns x dias era para um grupo, depois iam embora e iam outros. A casa era uma casa mais pequena, e então, era assim... Mas isso era uma brincadeira que nós gostamos muito e naquele tempo fazer praia assim era um privilégio.

29 de maio de 2020

E3 - Aluna interna da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo entre 1964 e 1972.

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e

encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E3: Sim, sim!

Entrevistador: Qual é a sua naturalidade?

E3: A minha naturalidade é da Bouça de Lá, que antes pertencia aqui, agora pertence à Bajouca.

Entrevistador: Qual a sua ligação ao Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E3: Fui aluna interna.

Entrevistador: Quais os motivos de entrada e de saída do Instituto?

E3: Eu fiquei órfã, eu mais dez irmãos e depois meu avô teve que orientar os netos, aonde ele pediu auxílio ao padre da altura, ao Cónego Góis, onde o meu avô foi-lhe pedir auxílio, e o Sr. Padre Góis disse: “Olhe você vai ali falar com as freiras, ou eu dou-lhe uma palavrinha, e você põe lá uma neta ou duas.” Prontos, o meu avô falou comigo, eu estava em casa dos meus padrinhos de batismo, a minha irmã também, e o meu avô foi-nos buscar lá a casa dos meus padrinhos e estivemos então ali, na Casa Dona Maria Rita do Patrocínio Costa. O motivo de saída... aquilo era assim: eu quando fiquei assim uma mulherzita, eu parece que já estava assim mais espampanante, para saber mais da vida... e um dia, eu já era chefe de cozinha, e umas duas ajudantes e eu já era chefe de cozinha, mas o meu primeiro problema de cozinha foi muito chato. Nós tínhamos uma casa de férias no Pedrógão, onde está lá um grande edifício, e os peixeiros, havia muita petinga, havia muito peixe, ofereciam cabazes de peixe a nós e às Cegas (invisuais), que tinham contacto com agente, e a Irmã diz-me assim, uma Irmã, uma freira, mas eu era a seguir à freira, porque eu tinha duas ajudantes e, então a freira disse: “olha, antes das miúdas”... porque os pescadores iam lá levar aquilo muito cedo, o peixe, “vai tudo amanhar a petinguinha”. A freira da cozinha ensinava e depois púnhamos numa bacia, quando ela tivessem aquilo tudo amanhadinho podiam ir para a praia, e nós, eu e as outras ficávamos a tratar do almoço e a Irmã disse-me assim: “Olha E3, hoje vamos fazer petinga frita com arroz e a sopa vai ser um caldinho de legumes de feijão-verde”, porque ia daqui feijão-verde, batatas... ia tudo daqui na camioneta da Carreira. E então o que é que eu faço? A Irmã diz assim: “Olha para o arroz, lavas dois litros de arroz”, agente media ao litro, num copo... ora dois litros, eram dois copos... “e para a sopa não chega a um litro, mas olha põe-se um litro, porque a panela também é grande e é muita gente”. Quando a Irmã começa assim muito acelerada, eu agarro nos dois litros para a sopa (risos) e num litro para o arroz (riso).

Entrevistador: Trocou?

E3: E a Irmã era assim meio Espanholada, e ela disse: “Ai que meninas! Credo! Então olha lá rapariga, tu queres ser chefe de cozinha?”. “Quero!” respondi eu. “Então anda cá?” para ensinar... Fizeste mal, então arroz que era para o tacho está na panela?”. Olha andamos a comer da sopa, uma data de vezes, sempre a

acrescentar, sempre a acrescentar água...e a petinga, o arroz não chegou...a petinga comia-se no outro dia com esparguete e salada, que também iam alfaces daqui. Ia tudo muito fresco daqui. Tudo, tudo...

Entrevistador: Então foi a seguir a esse episódio que quis sair?

E3: Não, não! Isso aí ainda era garota. Mas depois quando eu quis sair, sim, eu ainda estava na cozinha, sim...No dia... as empregadas do campo coziam a broa, e quando era broa fresca as raparigas não se contentavam com a fatia, porque as Irmãs faziam doce de toda a qualidade, até de limão elas faziam!... (e não é que quando eu estive grávida do meu filho apeteceu-me doce de limão? Mesmo aquele ácido, aqueles gomos... Aquilo era bom!)... então, nesse dia, no dia vinte e nove de fevereiro, salvo erro, elas não me largavam sempre a bater à porta: “Quero mais pão! Quero mais doce!” Mas eu já estava a começar o jantar, porque era inverno e entretanto elas iam para o terço, eu tinha que acabar o jantar, até saírem do terço. Não me largavam a porta! Eu não sabia que estava uma freira por perto...eu não sei como é que eu falei, eu sei como falei, mas não sei...eu disse assim: “Vocês são umas esfomeadas quando é broa fresca!” Naquilo vem outra, eu fecho a porta e disse uma asneira! Fechei a porta, que não as estava para aturar...”Vão para fulano, sicrano e beltrano...” Prontos....

Entrevistador: E a freira ouviu?

E3: E a freira ouviu! E ela disse-me: “Ó menina! O que é que se passa?”. “Ó Irmã desculpe que eu estou aqui na cozinha, tenho o refugado para fazer, porque tenho de fazer o jantar, eu não posso!”. “Então mas olha, com o palavreado que eu te ouvi, tu tens de te ir embora! Tu nunca me saíste com essas!”. Eu respondi: “Vou-me embora? Sim, senhor! Nem acabo o jantar!”. “Ai acabas, acabas! Que eu vou mandar uma moça buscar a tua roupa toda!” diz a freira. A minha roupa que me pertencia, eu era o número dezasseis, e então arranjaram-me uma mala com coisitas que eu tinha bordado para o meu enxoval, lençóis, almofadas, vestidos...mandaram-me uma malita cheia de roupa. E, chegaram lá e então olha: “Acabas o jantar, jantas, que nós já telefonamos ao teu irmão.” (por isso aí esse papelito que aqui está) A dizer que eu me tinha portado mal e que tinha de passar por lá, porque ele trabalhava nos Parceiros, de motorista, levava a camioneta para casa, então passava por aqui e levava-me. Assim como foi! O meu irmão ficou assim muito admirado. Como é que a minha irmã foi assim mal-educada? E assim foi...o meu irmão disse: “Então?” “Foi assim, foi assim!” Eu não podia mentir. “Então olha não faz mal, vais para casa que eu tenho os meus filhos pequenos e sempre me dás jeito. Lavas a roupa e ajudas a cunhada, até amanhã tens sorte!” (...)

Entrevistador: E tinha que idade?

E3: Tinha quinze anos.

Entrevistador: Como eram as rotinas diárias no Instituto? Quais eram as várias etapas do dia?

E3: Sim, olha quando me calhava o emprego de eu andar na lavandaria, porque havia o emprego das limpezas, das camaratas...Agente levantava-se e íamos fazer a higiene, e quando íamos fazer a higiene deixávamos a roupa para trás, para arejar, quando agente viesse fazíamos a cama, já vestidas, fazíamos a cama. Depois da cama feita, descíamos, porque tínhamos de estar na igreja às sete horas. Ah, depois da missa, se tínhamos familiares, como eu tinha sempre o meu avô, mas também não podíamos festar muito tempo, porque tínhamos de tomar o pequeno-almoço. Depois do pequeno-almoço, quem fosse para a escola, no tempo da escola, ia para a escola, estávamos a manhã ocupada. Depois saímos para o almoço, brincávamos um bocadinho e escola novamente, para quem estava na escola! Pois as mais velhas iam

para a costura, ou iam estender roupa, ou lavar roupa...que eu também passei por lá. E também passei pelo ...(??) Passei por muitas etapas! Eu e as outras! Mas depois então, à tarde também tínhamos aulas até às cinco horas. Íamos.. não!, Não era até às cinco horas!? Era até às quatro horas! Às quatro e meia era o lanche, depois do lanche brincávamos um bocadinho, o terço às seis horas. Rezávamos o terço, fazíamos lá umas orações com freiras, que as freiras também estavam connosco e a cantar... depois quando me coube a minha vez de pedir o terço, também pedia o terço... e às vezes algumas atiravam a língua fora, mas eu muito séria pensava: “Eu sou neta de um sargento!”. E depois então, chegava-se à hora do jantar, no fim da merenda, íamos então estudar, para no outro dia termos aulas, íamos fazer o estudo. E tínhamos catequese, mas a catequese era lá fora, no adro, com as outras raparigas. Depois estávamos lá até à hora do jantar, vínhamos embora, jantávamos e xi-xi cama, no inverno. Porque no verão, no fim de jantar, ainda vínhamos tomar ar à rua. Às vezes as rotinas do jardim, também era regado logo de manhã, a seguir ao pequeno-almoço, tínhamos as nossas tarefas...Eu quando fui para a costura, eu não gostava nada de costura...Um dia, todas tínhamos de passar pelo mesmo, aprender a cozer meias com um ovo em madeira (que há-de estar aí numa gaveta... há-de estar aí um ovo de madeira com que agente cozia as meias...). e freira para mim, havia uns guardanapos, com um ziz-zag e uma franjinha, cada uma tinha um saquinho de guardanapo, eu ainda ali o meu, com um garotito e um barrete e uma florzita, onde agente tinha um guardanapo de pano, ao fim de semana era mudado o guardanapo e o saco do guardanapo. Tudo assim com etiqueta, mesmo. Com um número, todas com um número...E então era assim... todas íamos dormir e no outro dia era a mesma rotina. Ao sábado era mais complicado porque tínhamos de fazer limpeza a fundo, no sector em que agente estava. Por exemplo, se eu estivesse nas galinhas, tinha de varrer o galinheiro (risos). Assim essas coisas...

Entrevistador: Que tipo de apoio social recebiam do Instituto?

E3: Era tudo o Instituto! O comer... porque o Dr. Bissaya Barreto ainda era vivo, mas depois de ele morrer ainda atiraram foguetes, veja lá... Que ele era tão bom homem! Ainda me lembro quando apresentaram que ele morreu, na televisão, um homem com um capote grande, a andar pelas ruas, velhinho, e fez tanto bem a tanta gente. Mesmo em Coimbra tem lá um setor de enfermagem, uma escola de enfermagem, muita coisa...E quando ele morreu os comunistas atiraram foguetes, não sei porquê? Não sei porquê? Vinha uma vez por mês, uma camioneta com tudo, com mercearia. Os doces eram lá feitos, com fruta do quintal, de tomate, de cereja, faziam doce de muita qualidade...O que vinha era bacalhau, era massa, era arroz... no tempo das castanhas vinham dois ou três sacos de castanhas...e quem descascava as batatas também éramos nós, no intervalo daqueles trabalhos que agente já acabava. O que eu achava engraçado, para agente descascar batatas, era assim uma mesa grande com um banco corrido, e essa mesa tinha oito buracos, quatro de cada lado. Cada buraco...dois buracos ocupavam uma gaveta, ou seja, tinha duas gavetas, tanto de um lado, como do outro. Isto é muito giro! E então o que é que se fazia? Para nos ensinarem a sermos umas mulheres poupadas e não estragadas, davam-nos o lugar e punham as batatadas em cima da mesa e agente ia descascando, mas quando as freiras foram a ver havia muitas que estragavam muita batata. Via-se bocadões de batata na gaveta. Elas pelo buraco, sabiam quem lá estava! Eu estava na cozinha, cheguei a cozer muita casca para elas comerem...mas eu cozia-as e depois dizia: “Olha esqueci-me e pu-las no balde!” Eu nunca as dava para comer! Elas comiam com outras pessoas, elas comiam! Comigo nunca comeram!

Entrevistador: Era o castigo por descascarem mal?

E3: Era o castigo! E então o que é que nos davam de inverno também era o óleo de fígado de bacalhau.

Entrevistador: Ou seja, além da educação escolar e religiosa, tinham a roupa toda, a alimentação e já esses cuidados de saúde?

E3: Sim, sim! Tínhamos médico! Ele dizia: “Boa tarde meninas!” e nós respondíamos “Boa tarde Senhor Doutor!”. “Quem é que tem piolhos?” perguntava ele. Porque de vez em quando, elas punham-nos um pó e um lenço, dormíamos com aquilo e no outro dia tínhamos de tomar banho. Naquele tempo era horrível! Ah, o nosso fogão era a lenha, aquecia a água, havia fornos para fazer os assados, tinha uns tachos grandes em cima desse fogão. Mas esse fogão tinha de ficar a brilhar! O fogão e o chão? Aquilo era...

Entrevistador: Pois, era tudo muito rigoroso...Destes anos todos que passou no Instituto o que é que aprendeu, o que é que ficou mais para a vida?

E3: Não ser egoísta! Não mexer naquilo que é dos outros. Porque eu também sofri de roubos...não eram assim roubos...aquilo agente pensa que não eram roubos, mas mexiam no que era meu e eu não mexia no que era delas! Portanto, a sermos verdadeiros, que é o que sou hoje. Ficaram-me sempre boas memórias de tudo! Pelo Natal era excepcional! No Natal agente fechava a parte do refeitório e depois íamos comer aonde os pobres iam comer a sopa. Como os pobres, no Natal, estavam sempre coma as famílias, dois ou três dias antes as mais velhas enfeitavam o refeitório, e ninguém passava, ninguém sabia, só essas! E nós comíamos no outro refeitório. Tínhamos um armário com umas caixinhas, com compartimentos para por o nosso calçado, com o nosso número.

Entrevistador: Tudo organizado.

E3: Tudo, tudo tudo! Eu hoje, se lhe for mostrar a gaveta não minto, eu tenho uma gaveta para o meu marido, eu tenho uma gaveta para mim. Eu tenho uma gaveta para as cuecas, meias, lenços...ele sabe onde é que tem tudo! Tudo!

Entrevistador: Essa organização pensa que adquiriu lá?

E3: Sim, sim, sim!

Entrevistador: Criou amizades?

E3: Sim, tenho amizades! Mas algumas se agente fala que no tempo das freiras foi muito fixe, muitas não dão conversa, porque não aproveitaram...Por exemplo, nós no tempo das peregrinações, vinham muitos peregrinos e dormiam na casa velha, e eu era sempre escolhida porque gostava de andar sempre...

Há pessoas que dizem no tempo do Instituto era tão fixe. “O quê??” Mas tenho amizades com outras pessoas, por exemplo, a minha afilhada, que sou madrinha de empurro, porque cada uma mais pequena tinha de escolher uma maior, ela ainda hoje me chama madrinha: “Passou bem minha madrinha”, eu digolhe: “Deus te abençoe!”, apesar de ela não gostar de estar ali. Mas eu disse assim: “Não gostaste de estar no Instituto, mas ainda me chamas madrinha!”. “Então, mas é minha madrinha, pronto! É minha madrinha!”.

Entrevistador: Ficaram para sempre esses laços?

E3: Sim! Tenho pessoas que sim.

Entrevistador: O que representa para si, o facto de ter frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E3: Foi tudo! Eu hoje ainda digo...andava ali a fazer umas limpezas e disse para o meu marido, porque eu já estava a demorar: “Ó marido desculpa lá, mas tu já sabes muito bem que eu tenho de fazer tudo ao pormenor, porque foi assim que me ensinaram.” Por exemplo, há pessoas que agente vê que varrem o lixo para debaixo da tapete...

Entrevistador: Sim...Como entende o contributo desta obra social, quer para raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?

E3: Eu vejo tudo muito parado! Porque há pessoas que passam mal... E se, porque as pessoas também mudam não é? Eu acho que se houvesse assim uma casa, não digo ali o Instituto, mas como há casas por exemplo de crianças que são violadas, que são ... se tivessem assim uma casa de apoio faziam-se umas mulheres, hoje, põem-nas de lado.

Entrevistador: Ou seja, para si foi importante?

E3: Para mim foi importante. É o que eu digo às vezes à minha irmã: “Estás a ver, eramos tantos irmãos, graças a Deus nenhum é maluco, graças a Deus o nosso avô cuidou de nós todos...” Ela até disse: “Diz então a essa tua amiga que eu dou cem valores por estar no Instituto!”, porque eu disse-lhe que vinha cá.

E então, como eu estava a concluir a conversa do refeitório, no Dia de Natal nós nesse dia não jantávamos, íamos ocupar o tempo com outras coisas, para às onze e meia estarmos na Missa do Galo. E, então, havia pessoas que não iam, porque ficavam a fazer a ceia...agente só ceava depois da missa. Agente àquela hora já tinha fome, mas também era uma fome fora de horas, mas olhe: bom bacalhau, aletria, arroz doce...tudo do melhor! E depois tudo enfeitadinho com estrelinhas...olhe não lhe sei explicar...

Entrevistador: Era tudo feito com gosto!

E3: Era! Era tudo feito por duas ou três às escondidas das outras. E nós chegávamos lá quando abriam a porta: “Ahh!!!” (espanto) E então eu estava-lhe a contar, nos meses das peregrinações as freiras diziam-me sempre assim: “Ó E3 vais tratar dos peregrinos e depois leva um caldinho de sopa”. Agente aquecia na cozinha, agente aquecia ali cem litros ou mais, tirávamos e repunhamos, porque era muita gente! Eramos todas cuidadosas com eles, se eles tinham foles íamos buscar a Irmã que percebia de enfermagem. Mas eu aí andava sempre triste... Havia uma mãe que dizia: “Ó E3 tu és tão bonita porque é que andas sempre triste?” Era o meu jeito de ainda não ter despertado. Então, quando eu ia para dar uma bacia a um peregrino, e depois a outro e tal, eles eram de muito longe, Viseu, Vila Real, Bragança, vinham de muito longe e ficavam sempre ali. Agente já preparava um dia antes, para fazermos as coisas como deve de ser. E elas achavam engraçado como é que eu tão pequenita, parecia um sarilho a andar. Elas diziam-me assim: “Ó menina tu andas triste? Porque tu andas triste?”. “Porque eu não tenho pai nem mãe.” Porque algumas traziam filhos. “Não tens pai nem mãe? E então é por isso que tu estás cá?”. “Sim, os meus pais morreram muito novos, deixaram uma menina com quinze meses.”

Entrevistador: Então e para a freguesia? Acha que esta obra social foi importante para a freguesia?

E3: Sim! Mesmo as pessoas que queriam isto ou aquilo, as freiras não lhe fechavam a porta! Havia a sopa dos pobres... tinham muitos empregados. Eles tinham um guarda noturno, sempre!

Havia as pessoas da lavoura...

Entrevistador: Como encarou o encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação de S. José de Cluny, em 1974?

E3: Eu soube quando eu estava no Hospital, mas eu no Hospital (a trabalhar) eu vinha cá visitá-las. Quando me disseram fartei-me de chorar, porque eu se não quisesse ir para a Bajouca a pé, eu tinha ali uma cama, eu tinha ali comer...

Entrevistador: Acolhiam-na sempre?

E3: Sempre, sempre, sempre! Elas adoravam que as que saíram fossem lá.

Entrevistador: Então e há algum episódio engraçado que queira lembrar?

E3: Olhe tenho aqui fotografias muito giras, com os sacerdotes da altura... São tempos que guardo com muita saudade... Lembra-se das túnicas da comunhão solene?

Entrevistador: Sim, branquinhas!

E3: Nós, nós é que estreamos! Foram feitas nessa altura, nós é que fazíamos os cordéis com a ajuda das freiras. Depois o sacerdote no outro ano ainda pagava um almoço no salão. Mas depois tiraram isso tudo... Gostei muito... Nós tínhamos um hino para cantar na despedida das raparigas. Essa minha irmã, no dia anterior, ofereceu um lanche de papo secos com manteiga, porque agente só comia broa, e ela fez esse capricho de nos fazer esse lanche. Mas depois as colegas dela fizeram-lhe um embrulho...era um caixote enorme, fartou-se de desembulhar papel para encontrar uma imagem de Nossa Senhora. Depois diziam assim “Tens de desembulhar mais!”, “Ainda faltam não sei quantas folhas...”. Aquilo era muito, muito engraçado.

Entrevistador: Ainda se lembra do Hino?

E3: Ah... “Somos nós educandas do Instituto, que cantamos com muita alegria, o amor de Deus e da Pátria...aprendemos todo o dia-a-dia ...” Era assim uma coisa... e depois todas “Viva as meninas do Instituto e a despedida de fulana e beltrana...” Era assim...(risos) Era isto! Havia sempre um Hino para uma despedida, ou para uma pessoa que se iam embora por outros motivos, havia sempre esse hinozito...eu não tive direito porque saí fora da hora (risos).

E então, havia a festa de S. José de Cluny, da congregação das freiras, e então, melhoravam no rancho, tínhamos rancho melhorado... tínhamos um copinho de vinho, mas mais água do que vinho, e açúcar...era muito engraçado. Mas havia também moças traquinas, as últimas a irem deitar eram as que estavam a arrumar a cozinha...num domingo levantámo-nos, porque nós mudávamos a cama de quinze em quinze dias, só as toalhas, camisolas, cuequitas é que era todas as semanas. Mas nós tínhamos uma coisa que ninguém gostava de fazer, era as cuecas eram feitas lá, levavam um elástico e dávamos um nó no elástico. Quando o elástico estava estragado tínhamos um alfinete todas, para enfiar o novo elástico no cóis, nós mudávamos. Quando o elástico não tinha força tínhamos que pedir...então quando começávamos a ver todas a mudar o elástico era assim: “Olha aquela fulana está a esconder os selos” (risos). Mas aquilo era assim alegre...mas também havia disciplina. Também havia passeios ao domingo... ao domingo agente só tinha ordem de sair ao terceiro domingo do mês, na minha altura. Quando nos portávamos mal, ficávamos de castigo e só saíamos no outro mês. E então, quando nós íamos para casa, já eu assim rapariguita, as freiras ao pequeno-almoço diziam: “Bom, quem é da Bajouca, junta-se tudo e vão todas juntas.” Nós íamos a pé e vínhamos no mesmo dia! Tínhamos horário para voltar, para estar ali! Então elas diziam assim: “As meninas que já entendem que não se podem meter com ninguém. E vocês imaginam que passa um homem por vocês? Vocês fiquem a saber que um homem é um burro com umas calças vestidas!” (risos)

2 de junho 2020

E4 – Aluna externa do Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E4: Sim.

Entrevistador: Qual é a sua naturalidade?

E4: A minha naturalidade? É Monte Redondo.

Entrevistador: Qual a sua ligação Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E4: A minha ligação foi, prontos, fui externa. Ia para lá algumas vezes, o meu pai levava-me para lá e deixava-me porque ele ia trabalhar e a minha mãe ia para as terras. Isto tudo antes de eu entrar para a primária.

Entrevistador: Então o Instituto funcionou como uma pré-escola?

E4: Sim, foi. Eu devia de ter aí uns cinco ou seis anos, entrava-se para a escola em outubro, dia sete de outubro.

Entrevistador: Quais os motivos de entrada e saída do Instituto?

E4: Os motivos de entrada já disse, os meus pais tinham de ir trabalhar. O motivo de saída foi, pois, para ir para a primária e depois já não voltei para lá mais. A primária era de manhã, saímos à uma hora e depois tinha que vir para casa.

Entrevistador: Como eram as rotinas diárias no Instituto?

E4: Brincávamos cá fora e estávamos na sala a fazer...a aprender a bordar. Letras eu não me lembro...lembro-me de contarem histórias e assim...mas era tudo mais bordados e costura.

Entrevistador: Que tipo de apoio social é que recebiam do Instituto? O que é que era dado às alunas externas?

E4: Comida e lanches...não me lembro de mais nada.

Entrevistador: O que é que aprendeu nesta obra social? Alguma coisa que tenha ficado vincado, apesar de ter frequentado o Instituto tão nova e durante tão pouco tempo.

E4: O que ficou vincado foi realmente essa parte dos bordados. Lembro-me muito da bainha aberta...quando vejo um pano com bainha aberta lembro-me logo, “olha no Instituto o que eu fazia”...Prontos, gostei muito dessa parte.

Entrevistador: Criou amizades lá?

E4: É que não me lembro mesmo...sei que brincávamos todos e assim, mas assim amizade que ficasse na ideia não me lembro... gostava das freiras, gostava delas todas...

Entrevistador: O que representa para si o facto de ter frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E4: Ficou a memória sempre de ter convivido com outras pessoas, com outras crianças, e a memória das freiras que nos tratavam bem, ensinavam e eram carinhosas.

Entrevistador: Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?

E4: Foi importante porque saiam do ambiente, era outro ambiente totalmente diferente, com muito mais apoio, mais carinho se calhar...ensinavam outras coisas, educavam de outra maneira. Ensinavam a rezar, o terço e outras coisas...os pais não tinham vagar para estar com os filhos, para falar com eles, para lhes dar apoio...foi bom. Para a freguesia também, ajudava alguns pais poderem trabalhar e deixar ali os filhos, que sabiam que eles ficavam bem... não é? Ficavam descansados.

Entrevistador: Como encarou o encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação de S. José de Cluny, em 1974?

E4: Agora não me lembro...não me lembro...

Entrevistador: Mas não ficou triste?

E4: Sim, era um apoio muito bom para muitas crianças. Claro, eu gostei muito de lá andar.

1 de junho 2020

E5 – Aluna interna do Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa (dos 9 aos 18 anos)

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E5: Aceito sim senhor!

Entrevistador: Qual é a sua naturalidade?

E5: É Bajouca.

Entrevistador: Qual a sua ligação Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E5: A minha ligação foi com as Irmãs. Quando fui para lá tinha nove anos e quando saí tinha dezoito.

Entrevistador: Então entrou já com a primária feita?

E5: Não, fiz lá.

Entrevistador: Quais os motivos de entrada e saída do Instituto?

E5: Isso agora é que eu já não sei responder (risos)...a minha mãe é que arranjou com o meu avô. O meu avô era o feitor, o Sr. Pedrosa. Eles é que arranjaram as coisas para eu entrar.

Entrevistador: Muito bem. E a sua saída?

E5: Saí porque cheguei à idade. Cheguei à idade de sair.

Entrevistador: Como eram as rotinas diárias no Instituto?

E5: Levantava-me de manhã, íamos depois...acho que íamos rezar... fazíamos a oração da manhã. Depois íamos tomar o pequeno-almoço e cada uma ia para o seu trabalho. O meu trabalho era a costura, eu ia para a costura. Ia ter com o meu avô primeiro, isso era matemático! Tinha de ir sempre. E depois ia para a costura, passava o dia todo na costura, até à hora de almoço.

Entrevistador: Que tipo de apoio social é que recebiam do Instituto? Que ajudas é que vocês tinham?

E5: Ai isso não sei.

Entrevistador: Tinham a educação, para além da educação tinham a roupa...

E5: Ah, sim, sim. Tínhamos a escola, a roupa e cuidados de saúde. Tínhamos tudo! A criança entrava ali e tinha tudo, era tudo dado.

Entrevistador: O que é que aprendeu nesta obra social?

E5: Aprendi muita coisa. A ser mulher. Sim, aprendi a ser mulher! E além disso aprendi costura, porque que eu não sabia, não sabia nada, sabia pegar numa agulha e pouco mais. Foi lá que aprendi a costura, foi lá que eu tirei o corte. Foi lá que aprendi lá muita coisa. Tudo o que sei aprendi lá.

Entrevistador: Criou amizades lá?

E5: Ah, sim! Éramos todas muito amigas.

Entrevistador: O que representa para si o facto de ter frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E5: Não sei...

Entrevistador: Acha que mudou a sua vida? Imagine, se não tivesse frequentado como é que poderia ser a sua vida?

E5: Talvez diferente. Pois, se eu não tivesse frequentado talvez a minha vida tivesse sido diferente...tinha ficado com o meu pai, a minha mãe, com os meus irmãos, diferente...tinha andado de casa em casa a trabalhar, era diferente.

Entrevistador: A sua decisão de seguir este chamado, de se tornar Irmã, acha que desenvolveu lá? Ou saiu, na altura para trabalhar como as outras meninas, e depois mais tarde é que veio a vocação?

E5: Eu decidi um pouco lá, depois saí. E depois mais tarde é que comecei a pensar que podia também seguir a vida religiosa. Depois comecei a ter contacto novamente com as Irmãs e voltei para lá novamente uns dias.

Entrevistador: Mas ainda chegou a trabalhar?

E5: Sim, fora, em casa de uma senhora. Ainda me disseram para eu ficar lá mais tempo. Eu é que disse: "Não. Agora não fico mais tempo... agora vou entrar para religiosa não quero ficar aqui mais tempo."

Entrevistador: Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?

E5: Foi muito importante, tanto para mim, quanto para todas as que lá estivemos. Muito importante. Nós éramos todas muito amigas. Embora, às vezes, nos zangávamos, mas isso era natural. Mas foi muito importante para mim. Tanto para mim como para as outras.

Entrevistador: E para a freguesia?

E5: Também. Íamos à missa todos os dias de manhã. Levantávamos-mos e íamos em fila por aí a fora. O dia em que nós não fossemos iam perguntar porque não tínhamos ido. Estavam habituados à nossa presença.

Entrevistador: Como encarou o encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação de S. José de Cluny, em 1974?

E5: Fiquei com muita pena. Ainda hoje tenho pena. Era uma casa que quando eu ia a casa, ía lá sempre. Nunca passava sem lá ir. Sempre, sempre, sempre! A minha mãe dizia assim: “E lá vai ela!”. Eu dizia: “Ai pois vou, vou! Eu gostei de lá estar, por isso vou lá!”. Nunca passava nenhuma altura que fosse a casa sem lá ir visitar. Nunca.

2 de junho 2020

E6 – Aluna externa do Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E6: Sim, sim.

Entrevistador: Qual é a sua naturalidade?

E6: A minha naturalidade é lugar do Paço, freguesia de Monte Redondo, concelho de Leiria.

Entrevistador: Qual a sua ligação Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E6: A minha ligação foi, portanto, estar ligado esta esta instituição por meio de ser uma casa que acolhia as meninas, não é? No meu caso como externa, eu devo ter ido para lá ai aos cinco ou seis anos. E pronto, enquanto criança, e passei a parte da minha infância lá até à idade da primária, até terminar a primária. Enquanto não andava na escola íamos de manhã e estávamos lá o dia todo, pronto estávamos lá o dia todo. Depois, às cinco horas, era assim como éramos pequenitas a minha mãe, ou me ia buscar ou então,

porque na altura eles trabalhavam não é... ou então ia a mãe de outras meninas e então vínhamos com elas. Outras vezes... nesta altura a minha mãe até trabalhava lá, os meus pais trabalhavam lá. Porque isto era uma casa que, para além tão grande e tão bonita e tão rica que era, tinha um grande quintal, onde as pessoas trabalhavam, tinham empregados lá trabalhar. E eu via os meus pais lá trabalhar.

Entrevistador: Quais os motivos de entrada e saída do Instituto?

E6: O motivo da entrada era porque os pais tinham de trabalhar e tinham de por os filhos em qualquer lado. E então, para não ficarmos sozinhos em casa, porque não era só eu que ia, as minhas irmãs nessa altura também estavam lá. E pronto e ficávamos lá, o dia todo. O motivo de saída foi porque eu terminei a instrução primária e como o externato era só, que eu me lembre, era só até a instrução primária... porque depois nós saímos, dávamos lugar a outros que queriam entrar, que aquilo havia sempre muita gente queria entrar para lá. Porque era uma instituição vocacionada para a freguesia. E então pronto. Lembro-me de sair de lá aos onze anos, e nós saíamos de lá sempre quando fazíamos a comunhão. Tudo o que era dedicado à igreja Primeira Comunhão, Comunhão Solene, a Crisma era tudo feito através das Irmãs. Tudo orientado por elas. Preparavam-nos sempre até ao momento final sairmos lá. Saíamos com tudo feito.

Entrevistador: Como eram as rotinas diárias no Instituto?

E6: Sim, as rotinas eram: nós entrávamos de manhã, íamos para a sala todas juntas, todas sentadinhas nas cadeirinhas, as irmãs eram muito rigorosas, aquilo havia ali uma disciplina, ai, ai! Aquilo era para cumprir! Pronto, estávamos ali a bordar, ensinavam a rezar, depois tínhamos... de manhã tínhamos uma hora... não sei quanto tempo era, de recreio... brincávamos. Depois, entretanto lembro-me de ir, nesse quintal onde andavam os empregados, aquilo era culturas, estava tudo verdinho, havia uns passeiozinhos e nós irmos aí pelo meio, e aquilo que servia divertimento... e saltar... e contactávamos até com as pessoas, que às vezes até falava com o meu pai e a minha mãe... e falava com eles, e era assim que passávamos a parte do recreio. Chegando à hora do almoço, por volta do meio-dia, íamos para o refeitório para almoçar. Depois almoçávamos, vínhamos para o recreio e íamos para a sala novamente, fazer as rotinas de costura, de bordados, de rezar, lanchávamos e vínhamos para casa. Era assim.

Entrevistador: Que tipo de apoio social é que recebiam do Instituto?

E6: É assim, no meu caso, socialmente o que e que nós tínhamos lá? As externas? Tínhamos tudo aquilo que nos era necessário, a comida principalmente. Só é isso que eu me lembro...

Entrevistador: Às externas não davam roupa?

E6: É assim, só se fosse mesmo alguma que aparecesse lá mesmo muito necessitada. E nesse campo, as Irmãs, elas eram... embora rigorosas, mas andavam sempre atentas, elas sabiam tudo o que se passava nas famílias e aquelas que elas viam que havia mais necessidade, elas davam. Eu não me lembro de receber nada. Não me lembro... pronto aquilo que eu recebi era aquilo que a instituição dava naquele momento em que estávamos lá, comida, lanches...

Entrevistador: O que é que aprendeu nesta obra social?

E6: Olha o que é que eu aprendi? Aprendi... aprendi, possivelmente, a ser mais responsável, a ter mais disciplina, a ser... como naquele tempo as crianças já eram tão adultas, se calhar fiquei mais adulta, possivelmente. Mas também, como o tempo foi tão curto, o que passei por lá, mas alguma coisa ficou, de certeza. E penso que o que ficou, deve ter sido aquilo que eu sou hoje, até nível profissional. Penso que foi daí de onde veio uma sementezinha, porque de vez em quando nós caíamos e tínhamos que ir à

enfermaria e eu achava muita graça àquilo, e o cheiro daquilo dizia-me qualquer coisa, que eu não sabia explicar, mas aquilo ficou-me sempre. E hoje penso que talvez o facto de lá ir fazer um tratamento... aquilo ficou e pela vida fora me despertou.

Por isso é que possivelmente depois fiquei ligada à saúde, possivelmente, por isto, claro, e não só.

Entrevistador: Criou amizades lá?

E6: Sim, criei. Tenho algumas amizades ainda hoje, outras perderam-se pelo caminho. Cada um seguiu a sua vida, mas curioso, na minha vida profissional acabei por vir encontrar algumas. É verdade encontrei, inclusivamente, até uma que não esteve aqui, mas teve as irmãs delas aqui como internas, que acabaram por tirar os tais cursos, por acaso até tiraram o curso de Enfermagem, em Braga, mas através do Instituto, porque eram internas. Lá está, era uma daquelas famílias muitos favorecidas, mas que uma delas era afilhada da menina Alicinha, que era uma senhora que havia aí, que fazia muito bem também, à igreja e, que a ajudou muito e encaminhou também para ela tirar o curso.

Entrevistador: O que representa para si o facto de ter frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E6: Olha o que representa foi uma pequena mais-valia para mim, não é? Porque se eu não tivesse lá andado, pois também não sei... não lhe posso dizer o que é que seria hoje, mas possivelmente me ajudou. Possivelmente me ajudou, porque enfim tive uma orientação lá, que possivelmente se ficasse em casa não teria... e teria levado outro caminho... melhor ou pior, não sei... não sei.

Entrevistador: Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?

E6: Ai, foi muito importante! Foi muito importante! Acho que na altura foi importantíssimo, ajudou muita gente. As pessoas que saíam e que se formaram lá, são pessoas hoje, e na altura também, tinham responsabilidades... responsabilidade porque as freiras também eram muito exigentes, mas pronto. E depois, quem estava lá dentro, como internas, saíam com uma disciplina, de terem horários de limpezas, de comidas, daquilo tudo, Portanto, formou essas raparigas e hoje eu conheço algumas e são pessoas, enfim, na sociedade bem vistas. Para a Freguesia, sem dúvida nenhuma foi muito útil e estas freiras cá, contribuíram para um bom desenvolvimento e para uma boa ajuda, para muita gente. Pronto, deu o que deu, chegou o tempo que chegou...hoje se calhar seria de outra maneira, mas acho que foi um bom contributo. Acho que foi muito bom!

Entrevistador: Como encarou o encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação de S. José de Cluny, em 1974?

E6: Eu nessa altura não estava cá, mas quando um dia cheguei cá e verifiquei... primeiro quando eu chegava ali ao Coviran, vê-se logo o Instituto, e quando deixei de ver aquela cor, que foi sempre a referência desta terra, chocou-me um bocado. Parece que perdeu-se ali qualquer coisa...sou suspeita porque eu gosto muito daquela cor. Sou suspeita. Mas, independentemente disso, era uma cor como uma referência daquela casa onde eu vivi.

Entrevistador: Era rosa?

E6 Era, era rosa aquela casa. Porque esta terra tem aí algumas casas rosa, e eu penso que isso tem a ver com qualquer coisa ... são casas tipo Palacetes, antigos, e deve ter a ver com qualquer cultura ou qualquer coisa que se passou aqui, de pessoas que viveram, e é um marco na terra, a cor. E o Instituto perdeu isso,

não sei porquê? E por outro lado, ainda hoje, quando vejo ou passo ali, eu sinto qualquer coisa dentro de mim, que aquilo me disse e formou e me criou ali como pessoa, e fez de mim, no pouco tempo que estive lá, uns aninhos, mas foi ali o princípio da minha vida. Como eu já disse, se não tivesse lá, não sei... não sei... porque nos ajudou muito.

Como os pais trabalhavam e não tinham tempo para nos dar a educação que lá davam, embora muito rigorosa à maneira delas, mas isso foi bom!

Entrevistador: Na altura foi muito bom, porque Monte Redondo era um meio rural...

E6: Muito! Não havia por aí nada. Era a única freguesia que tinha este tipo de casa, era aqui. Hoje, é engraçado... hoje vendo nós o passado e o presente, eu hoje considero que aquilo foi como que um colégio ou uma cresce, que nós tínhamos já naquela altura. Foi uma coisa muito importante! Quer dizer, hoje é que nós damos o valor, o que nós já tínhamos na altura... claro que com outras mentalidades dos pais, dos filhos, de quem nos educou, porque era assim. Mas hoje, a pessoa verifica que aquilo foi muito importante na nossa vida, e então aqui nesta freguesia, um trabalho de beneficência.

Entrevistador: Lembra-se de algum episódio que queira deixar registado?

E6: Olha, lembro-me que no final do ano faziam uma quermesse, com a roupa que as internas faziam e uma vez, canhou-me um vestido com flores azuis. Eu gostava tanto do vestido, que até o vestia ao meu irmão.

5 de junho 2020

E7 – Aluna interna do Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E7: Então aceito, porque é a ti! Se fosse a outras pessoas não dava... ai pois não!

Entrevistador: Ah, ah (risos) Sabe porque é que isto é importante? Eu acho que o Instituto foi importante para Monte Redondo...

E7: Então não foi!?

Entrevistador: ... e se não houver ninguém a fazer um trabalho sobre isto, a história vai morrer aqui.

E7: Pois...

Entrevistador: ... e é importante que as pessoas que ainda estão vivas falarem um pouco de como funcionava o Instituto para a história não morrer...

E7: Pois... agente passamos lá muita coisa má, mas se também não fossem as coisas más que lá passamos também não éramos o que somos hoje.

Entrevistador: Exatamente.

E7: Agente aprendemos lá de tudo. Tudo! Era cozer broa, era na lavanderia a lavar...isso é que era uma escravidão muito grande...enfim...Mas se não fosse assim o que é que agente aprendia em casa? Graças a Deus hoje agente sabe fazer de tudo! A minha mãe lá tinha vagar de nos fazer alguma coisa ou de nos ensinar alguma coisa...

Entrevistador: Nem a bordar ou costurar? Não havia muita gente a saber...

E7: Nada, nada! Eu gostava muito era de fazer Ponto Cruz, o enxoval da minha irmã foi eu que o fiz...a cama, o lençol, as almofadas.

Entrevistador: Então, qual é a sua naturalidade?

E7: Monte Redondo. Nascida, casada, batizada, tudo em Monte Redondo.

Entrevistador: Qual a sua ligação Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E7: Foi a minha mãe que pediu, pois, e quando tive vaga entrei... fui lá criada.

Entrevistador: Quais os motivos de entrada e saída do Instituto?

E7: Eu não tinha pai, com nove meses fiquei sem pai e a minha mãe tinha quatro filhos, naquela altura sozinha a trabalhar... a minha mãe tinha de trabalhar muito, eu estava muito tempo com a minha avó e de lá é que fui para o Instituto. No Instituto entravam só as meninas que não tinham pai ou mãe, e eu não tinha pai e tinha vaga, entrei.

Entrevistador: Com que idade entrou, lembra-se?

E7: Foi com nove anos.

Entrevistador: E saiu com que idade?

E7: Saí com dezoito anos, estive lá nove anos.

Entrevistador: Saiu, então, porque atingiu a idade. Depois foi trabalhar?

E7: Sim, tínhamos que sair. Ainda estive um tempito em casa, mas depois pedi para ir para o Colégio em Coimbra.

Entrevistador: Como eram as rotinas diárias no Instituto? Quais eram as etapas do dia? Lembra-se?

E7: Então, não me lembro!? Levantávamo-nos cedo, de inverno cheias de frio, tínhamos que ir à missa todos os dias, todos os dias! Já não me lembro da hora, mas com certeza deviam de ser umas seis horas...porque a missa era às sete. Íamos todas, doesse a barriga ou não doesse à igreja, porque nós também tínhamos uma capela no Instituto, mas era mais para o terço e de vez em quando lá ia um padre dizer a missa... Depois regressávamos e mudávamos de roupa e íamos comer aquela caldeirada de papas, que era só água com farinha...ainda hoje não posso ver as papas. Eu só gostava de ser da cozinha para não comer aquilo...aqueles panelões punham aquela farinha de milho e punham água, depois tínhamos de lá estar a mexer, a mexer... e iam para as terrinas...Depois o copo da água e do café era sempre o mesmo, era aqueles copitos de alumínio, de esmalte... e broa. Depois umas iam para a escola, para o estudo e outras iam aprender a costura.

Entrevistador: Mas iam para a escola do Instituto?

E7: Sim, era tudo lá até fazer a quarta classe. A professora era uma freira. Ah mulher, uma vez aconteceu uma lá muita boa, nunca mais me esqueço...É que havia algumas freiras muito maldosas...Na aula, lá alguma deu um *track* e cheirou mal, cheirou mal. E a freira disse: "Quem é que deu o *track*?". "Eu não, eu não..." respondíamos nós. "Não? Ninguém diz? Tudo com a cueca para baixo!" Maldosa...e tínhamos de fazer aquilo que ela dizia senão, pimba com a régua! Então isto faz-se às crianças?

Entrevistador: Que tipo de apoio social é que recebiam do Instituto? O que é que o Instituto vos dava?

E7: Então era tudo! Comida, roupa, escola.

Entrevistador: E tinham médico?

E7: Sim, era o Dr. Gil, nunca mais me esqueço...acho que vinha todas as quartas-feiras, já não me lembro bem...era bom médico.

Entrevistador: O que é que aprendeu nesta obra social? Ou seja, este tempo todo que esteve lá, quando olha para trás o que é que acha que ficou e que foi importante para a sua vida?

E7: Olha tudo! Tudo! Educação, a limpeza, o comer...eu gostei sempre muito de cozinhar. Eu gostava da cozinha para rapar os tachos. Era fazer limpezas, fazer broa... tudo, prontos! Estas coisas todas, más e boas, fez bem.

Entrevistador: Pois, faz parte não é!?

E7: Pois, porque se agente estivesse em casa dos nossos pais, o que é que agente aprendia menina? Não aprendia nada!

Entrevistador: Então, E7, fez muitas amizades no Instituto?

E7: Fiz muitas. Nunca tive inimigas por lá! Nunca! A agente quando se encontra é uma festa que agente faz! É uma festa que agente faz...Algumas eram mazitas. Havia lá uma que era tão má que lhe puseram o nome "Fome, peste e guerra" (risos)...nunca mais me esqueço.

Entrevistador: Mas vocês tinham um sistema de afilhada e madrinha, não era?

E7: Sim, tive uma que era a Eva, da Bajouca. Eu era a madrinha dela, a garota escolheu-me a mim.

Entrevistador: O que representa para si o facto de ter frequentado esta obra social, Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo? Acha que foi importante para a sua vida?

E7: Foi! Foi sim senhora, muito! Tudo o que eu sei aprendi lá!

Entrevistador: E como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo? Foi importante?

E7: Então não foi!? Aprenderam tudo também! Para a freguesia também. Nós fazíamos teatro, naquela altura, no salão. Ai, ai! Aprendíamos a cantar... prontos, dávamos outra vida à freguesia.

Entrevistador: Como encarou o encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo, com a saída da Congregação de S. José de Cluny, em 1974? Quando soube que o Instituto ia fechar o que é que sentiu?

E7: Então aquilo não fazia tanta falta? Não fez tanta falta? A tanta gente pobrezinha? Se não quisessem lá por freiras, pusessem mulheres a orientar aquilo, então não era?

Entrevistador: E a sopa dos pobres ainda se lembra?

E7: Lembro, porque iam tocar à campainha... porque depois agente tinha o mês da cozinha, o mês da lavandaria, o mês da campainha...e então iam lá os garotitos com uma panelita de barro... e os meus irmãos chegaram a ir lá buscar broa. Aquela broa era muito boa!

Entrevistador: E o apoio aos peregrinos, já funcionava na sua altura?

E7: Sim, sim, ficava lá para o outro lado dos quartos, lá para o lado dos porcos...

O Instituto tem muitas terras, iam lá os homens levar aquelas carradas de milho, pagavam por alqueiro de milho...era aquele celeiro sempre cheio de milho... onde punham batatas, tudo. Era bom.

Entrevistador: Era para alimentar as crianças internas e para a sopa dos pobres?

E7: Pois.

Entrevistador: E para a praia, lembra-se de ir?

E7: Pois, íamos para a praia, atrás do carro das vacas...

Entrevistador: Ai, iam para a praia no carro das vacas?

E7: A pé! Quais carro de vacas para a gente? Íamos atrás! A pé! Ao princípio...depois mais tarde é que era na carripana. Tinham lá a casa, e do outro lado era a garagem, onde fizeram o dormitório, tinha lá sei lá quantas camas...ficávamos todas contentes de ir para a praia.

Entrevistador: Lembra-se assim algum episódio engraçado, alguma coisa que gostasse de recordar?

E7: Tantos...eu gostei muito de lá estar, só não me passa da ideia para baixo o que a outra freira me fez, não me matou porque não calhou, porque era muito exigente...eu tinha lá umas colegas que eram umas “piscas” para comer e eu, nessa altura, era a do refeitório, tinha de levantar os pratos e assim...e uma freira, que já nem me lembro o nome, mas era muito má, perguntou: “Quem é este lugar aqui?” e eu respondi “É da Irene“. “Ai é? Ai ela deixou aqui esta côdea? Quando ela vier da oração vai come-la com os olhos.”, disse essa freira. E eu que sabia que ela era muito má, fui portas travessas, estavam todas na fileira para ir para a capela fazer a oração, e portas travessas fui-lhe dizer: “Vais buscar a côdea que ela disse que devias de comer a côdea com os olhos” e ela veio a correr, a correr e tirou de lá a côdea. E a freira vai, quando veio da oração, agarrou nela para ir buscar a côdea, mas a côdea não estava lá...E ela disse: “Quem é que tirou daqui a côdea?”. “Fui eu” disse a Irene. “Quem é que te disse?”. - “Foi a Maria dos Anjos.” “Então não lhe digas nada. O que tu devias de levar, leva ela!”. E assim foi, ao fim da oração íamos ao roupeiro buscar a roupa para no outro dia, às seis horas da manhã, irmos à missa, e nós tínhamos assim uns armários para ir buscar a roupa, ela estava assim à porta (até parece que a estou a ver), assim à entrada da porta, e eu passo por ela e ela puxa-me para a rouparia e ai mulher, ela deu-me tantas, tantas...”O que ela havia de comer, comes agora tu.” E dava-me pela cabeça e cara, até que me rebentou, com certeza alguma veia do nariz e começou a correr sangue, e ela ficou muito aflita, muito aflita. Pegou-me ao colo e veio logo para os lavatórios para ninguém ver, mas estavam todas lá a lavar-se... e então, punha água da torneira a correr e o nariz também a correr sangue...eu fiquei assim toda esmorecida...dormia na camarata cor-de-rosa, nunca mais me esqueço... deitou-me então na cama e eu fiquei toda esmorecidinha de perder tanto sangue, então ela foi fazer-me um chá e com certeza que me deu alguma coisa, já não me lembro e disse: “A menina fica aqui, amanhã de manhã não vai à missa. Não vai à missa fica na cama.” Então isto lá era caso para me dar assim?

Entrevistador: Então e nessa altura tinha que idade, lembra-se?

E7: Lembro-me, eu não era muito velha, devia ter uns catorze ou quinze anos, quando isso foi. Conclusão levei essa tarefa. Não era esse trabalho que se fazia...

Entrevistador: Mas nessa altura os pais também batiam aos filhos?

E7: Não, não me lembro da minha mãe me bater. Ela batia muito era aos meus irmãos, com a colher de pau... a colher de pau já era metade!

Entrevistador: Então, diga-me uma coisa D. maria dos Anjos, as camaratas tinham uma cor?

E7: Era, cada camarata tinha uma cor. Havia a rosa, a verde, a azula, a amarela...e depois a minha passou para a ponta, a que eu dormia antes de me vir embora, era última onde se via a igreja, via-se tudo, a fonte e aquilo tudo...e era onde dormia a Irmã Margarida mais agente.

Entrevistador: D. Maria dos Anjos vocês tinham um número?

E7: Sim, o meu era o trinta e um!

Entrevistador: E as camaratas lembra-se quantas camas tinham?

E7: Então, tinham umas seis ou oito...tinham seis, sim pois, seis...

Entrevistador: Uma última questão, lembra-se se o edifício na altura era pintado de branco ou cor-de-rosa?

E7: Olha que eu já não me lembro...mas se calhar era cor-de-rosa...branco não era, acho que era cor-de-rosa.

1 de junho 2020

E8 – Irmã (82 anos). Superiora do Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa entre 1971 e 1974.

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E8: Sim, sim!

Entrevistador: Qual a sua ligação à freguesia de Monte Redondo, mais concretamente ao Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa?

E8: Olhe a minha ligação não é nenhuma, porque nós sabemos que temos esta e aquela obra, todas estamos informadas de quantas obras temos na província. Aqui é a Casa Provincial, e daqui é tudo orientado. E portanto, eu conhecia, porque todas conhecíamos, que em determinada terra há esta casa, na outra há outra, e eu sabia que em Monte Redondo nós tínhamos uma casa de raparigas, era a única coisa que sabia. Só depois quando tive Obediência para ir para lá, é que eu, enfim, vi um bocadinho o que era a obra.

Entrevistador: Lembra-se em que ano é que foi?

E8: Eu penso que estive lá dois anos, estive muito pouco tempo...

Entrevistador: Então será 1972?

E8: Sim, estou aqui a fazer contas porque eu estava em Anadia no colégio, e também lá eu estava com pequenas, e depois vim para Monte Redondo. Não me recordo, bem, bem bem, mas será por essa data.

Entrevistador: Quais eram as suas responsabilidades nesta obra social?

E8: Pois, as minhas responsabilidades, eu era a Superiora da Casa na altura. E as minhas responsabilidades, olha era tudo. Agente punha a mão a tudo. Só quando era preciso algo mais sério é que tinha de comunicar à Fundação, que era a Fundação Bissaya Barreto. Mais ninguém comunicava com a Fundação, a não ser a Superiora. E era mais esta a responsabilidade que a Superiora tinha. De resto, eu ajudava em tudo! Olha ajudava na cozinha, se era preciso ir ao refeitório por ordem também ia, ajudava em tudo o que fosse na casa. Ajudava...também sabia um pouco de costura na altura, agora já perdi tudo, também ajudava na costura. Éramos nós que fazíamos toda a roupa das crianças e fazíamos também a roupa de cama, claro.

Entrevistador: Quais foram as maiores dificuldades que sentiu/enfrentou durante o desempenho das suas funções na Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E8: Olhe, dificuldades, dificuldades, como disse há pouco, eu nunca tive, porque mudámos de feitor e o feitor era muito bom, que era o Olímpio, que era muito boa pessoa, sempre muito compreensivo. Olhe isto e aquilo, "...não passem necessidade disto e daquilo que eu trato, eu faço...". Portanto, nunca tive dificuldades em si. As pequenas tinham tudo e graças a Deus com fartura, nunca lhes faltou nada. Tínhamos lá uma senhora, que nos ia dar horas, e cozia-nos o pão, ela ia dar horas para a quinta, mas quando era preciso cozer o pão, porque ela comiam pão de milho, as meninas comiam pão de milho, e então, ela ia lá cozer-nos o pão. Então as miúdas com a broa e com os rojões, que fazíamos do porco, aquilo era a melhor coisa que lhe podíamos dar, era aquilo! Às vezes, era preciso dizer que não comessem tanto, que entretanto depois tinham de ir para o hospital...mas eram todas muito bem alimentadas, isso eram.

Entrevistador: Quais eram as valências/apoios sociais que funcionavam no Instituto naquela época?

E8: Olhe nós não tínhamos apoios nenhuns, porque vinha tudo da Fundação. O Senhor Doutor deixou ao Doutor Bissaya e o Bissaya integrou nas obras da Fundação, eles tinham uma Fundação Bissaya Barreto e integrou tudo. Portanto, tudo o que nós precisávamos que era roupa de vestir, era mercearia, que agente precisava, íamos a Leiria, íamos todos os meses a Leiria. Portanto, nada nos faltou, nada nos faltou. Tínhamos sempre tudo. Não havia dificuldades nenhuma.

Entrevistador: Na altura que estive lá havia o regime de internato externato?

E8: Já não havia o externato.

Entrevistador: Não se lembra em que ano acabou o externato?

E8: Não, eu não estava lá.

Entrevistador: Havia a Sopa dos Pobres, na sua altura, ainda?

E8: Não.

Entrevistador: E o Apoio ao Peregrinos, ainda davam?

E8: Sim, de vez em quando. Poucos, mas dávamos, porque as condições começaram a ser más.

Entrevistador: As condições dessa casa mais antiga onde os recebiam?

E8: Sim, sim.

Entrevistador: Como eram as rotinas diárias do Instituto? Como era o dia-a-dia no Instituto?

E8: Levantar de manhã, iam à missa, quando havia, porque às vezes também não tínhamos. Outras vezes ia lá o padre David e celebrava lá em casa. E, depois era escola...

Entrevistador: Que já não havia escola lá? Já iam à escola oficial?

E8: Pois não, quando a primária começou a ser oficializada, deixámos nós de ensinar em casa, porque depois elas não tinham diploma da quarta classe, e foi exigido pelo Ministério da Educação. Porque, antes era uma Irmã que dava a Primária, que eu já não encontrei lá. Mas as pequenas começaram a ir para a escola fora, tínhamos todos os dias aquela preocupação de as arranjar, de lhes dar um coisinho para elas comerem ao meio da manhã...tínhamos aquelas preocupações...de ver aquela cabeça como andava...tínhamos que ter muito, muito cuidado.

Entrevistador: Elas depois vinham almoçar ao Instituto?

E8: Elas depois vinham almoçar, vinham, vinham. Se tinham a escola de tarde, almoçavam primeiro, depois iam para a escola e vinham. E tinham os deveres para fazer, também ninguém as prejudicava aí. Quer dizer, elas tinham coisas ali que em mais lado nenhum tinham, não é?

Entrevistador: Para além desta questão da escola e da alimentação no seu tempo ainda ia lá o médico?

E8: Ai, sim, sim. Ia lá o Dr... esqueci-me o nome, era de Monte Real.

Entrevistador: O Dr. Gil.

E8: O Dr. Gil, era isso! Ia lá todos os meses. Tinha muito cuidado com as pequenas.

Entrevistador: Quais as principais diferenças entre o regime de internato e o regime de externato?

E8: Pois, eu não sei dizer, porque no meu tempo já não havia.

Entrevistador: Mas para o regime de internato, por aquilo que eu investiguei, era necessário atestado de pobreza, não era?

E8: Ai, sim, sim! Porque o Doutor Bissaya era muito direitinho. Se via que eram pessoas com possibilidades, as crianças não se tiram aos pais.

Entrevistador: Para além da instrução primária, educação religiosa, da comida, que outros cuidados eram prestados às internas?

E8: Era uma boa alimentação, era se precisassem de medicação, etc, tinham tudo. Tinham toda a assistência.

Entrevistador: No verão, as alunas internas tinham a possibilidade de frequentar a Casa de Férias na Paria do Pedrógão. Como eram as rotinas por lá?

E8: Certo. Na praia era: elas levantavam-se tomavam o pequeno-almoço, iam arrumar as camaratas e depois de fazer este pequenino serviço iam para a praia toda a manhã, lá lanchavam, a meio da manhã comiam qualquer coisa. Havia sempre um banheiro que estava ao nosso cuidado, para lhes dar banho, etc, isto de manhã. Á uma hora vinham para o almoço, aquilo era só atravessar a rua praticamente. Depois de tarde, era a mesma coisa. Mas depois do almoço arrumavam a louça, faziam a sesta, depois lanchavam e depois iam para a praia até à hora do jantar.

Entrevistador: E a parte religiosa? Vocês utilizavam a Igreja do Pedrógão?

E8: Era, era. Logo a primeira coisa quando nós chegávamos, estavam lá as cegas, era a Luzia e a irmã, e elas é que tinham a responsabilidade da capelinha. Mas mal ela sabiam que nós chegávamos, ela passava logo a pasta. Ela dizia assim: “Ai as Irmãs, as Irmãs é que vão...”. Então a primeira coisa que nós

fazíamos, arranjávamos um grupinho daquelas mais crescidas, e iam esfregar um bocadinho a capela, e eu lá limpava os sanguíneos, etc, etc, as flores. E, portanto, ocupávamos da capela, e as pequenas também ajudavam, as que podiam, as maiorzinhas, não é. Porque havia pequenas que já tinham saído, que gostavam de ir para lá ajudar porque ficavam afeiçoadas às miúdas, não é.

Entrevistador: Vocês faziam grupos de quinze em quinze dias, não era? Não dava para ir o grupo todo de uma vez?

E8: Pois, sim era. E ficava sempre uma crescidinha com elas. E depois tínhamos a senhora Maria que nos ajudava, era muito boa senhora, em quem tínhamos toda a confiança.

Entrevistador: Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?

E8: Eu acho que há sempre vantagens, não é!? Até porque elas distinguiam no meio da coisa: “Ai são as pequenas de Monte Redondo, do Instituto”. Era assim, do Instituto! Tinham sempre muita atenção às pequenas e eram amigas delas. Para a freguesia era muito bom, dava emprego a algumas pessoas, porque o Sr. Olímpio era impossível fazer, tinham várias propriedades. Era impossível ele dar conta aquilo tudo. Tínhamos pessoas diárias, o Sr. Albano e a Sr. Maria não eram diários, quando era preciso chamava-se. Era todos muito atenciosos connosco.

Entrevistador: Havia boa relação entre a comunidade de Monte Redondo e o Instituto?

E8: Ai, havia sim! As pessoas eram todas muito agradáveis, eram.

Entrevistador: Quais os motivos que levaram à saída das Irmãs da Congregação de S. José de Cluny e ao consequente encerramento da Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E8: Pois, eu acho que uma das coisas foi agente ter falta de pessoal religioso, outra, a obra em si, sentíamos que precisava de levar uma volta, naqueles moldes já não era muito para o nosso tempo, e aí o Doutor Bissaya nunca quis dar essa volta, de maneira que, uma coisa e outra ajudou...precisávamos de Irmãs noutros sítios para a ajudar as pessoas. Eu tive pena que aquilo fechasse, porque as pessoas eram muito nossas amigas, e estavam sempre muito atentas.

Foi uma obra importante, aquilo marcou!

27 de maio 2020

E9 – Feitor do Instituto Dona Maria Rita Patrocínio Costa desde 1971.

Entrevistador: Esta entrevista surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário a decorrer no Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais sob orientação da doutora Antónia Barreto. Pretende ajudar na reconstituição da história da obra social Instituto Dona Maria Rita do Patrocínio Costa - Casa de Educação e Trabalho Monte Redondo, apurar os motivos da sua fundação, desenvolvimento e encerramento, bem com perceber qual o seu contributo para a Comunidade Monte Redondo. Desde 25 de maio de 2018, entrou em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados pelo que é obrigatório consentimento para utilização dos dados pessoais. Todos os dados recolhidos facultadas na entrevistas serão tratados e utilizados no âmbito do trabalho acima mencionado e/ou em futuros trabalhos académicos. Ou seja, a informação será apenas utilizada para a divulgação em contexto académico e/ou eventos científicos.

Aceita dar entrevista para estes os fins mencionados?

E9: Sim. Eu respondo aquilo que souber.

Entrevistador: Qual a sua relação com a freguesia Monte Redondo?

E9: Natural da freguesia, nascido e criado cá. Se tivermos um patamar um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, eu quase que fico nos dez. Estás a perceber? Era feitor aqui, e como as propriedades eram muito dispersas havia muitos confinantes. E esses confinantes, às vezes, nem sabiam bem se a estrema era aqui ou acolá, e depois procuravam-me, vinham ter comigo para fazer essa consulta. Estás a perceber?

Entrevistador: Muito bem. Então, como é que começou a sua ligação com o Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa?

E9: Estive sempre ligado, porque o meu avô era o feitor de origem. Quando ele morreu, o Doutor Bissaya procurou um filho ou alguém da relação do Sr. Pedrosa, o meu avô. Naquela altura, não havia disponibilidade, os meus irmãos mais velhos já estavam casados, eu por sua vez, ainda não tinha a formação que devia de ter, então eles resolveram que ficaria o criado, o Manuel Silva, que era criado do meu avô. Esteve cá uma dúzia de anos, mas aquilo não funcionou muito bem, e o Doutor Bissaya Barreto conhecendo a história telefonou-me a perguntar se eu queria tomar conta disso, ficar feitor. E eu, pronto, disse que sim. E a partir daí fui feitor cá do Instituto, foi em 1900...1900...é...epá...o meu avô morreu em 1956, e ele ainda cá esteve uns dez anos ou mais...

Entrevistador: Então, como é que se tornou feitor do Instituto?

E9: Foi por um telefonema, uma telefonema que o Senhor Doutor mandou. Ele mandou-me fazer uma proposta para o ordenado pretendido. Naquela altura, foi em 71, foi, acho que foi em 1971, foi, se em 71 se não estou em erro. Eu fiz a proposta, naquela altura quando casei em 1967 procurei serviço no campo, naquela fábrica dos tomates, feijões ...eles deram-me serviço lá, como apontador, corria o campo e tirava o ponto ao pessoal, uns três ou quatro anos, depois apareceu-me isto. O senhor Doutor mandou-me fazer a proposta e eu perguntei quanto é que eles estavam disponíveis e ele disse: “Faça uma proposta à sua maneira.” E eu disse: “Eu vou fazer uma proposta nunca inferior àquilo que eu estou a ganhar.” “Faça a sua proposta.” E foi aceite. Ele não me conhecia, só veio ter comigo por ser neto do Sr. Pedrosa, porque no testamento já dizia “que após o falecimento dele, de preferência pessoa idónea ou família.”, com certeza que foi por isso, que ele me veio a telefonar, estás a perceber? Porque os meus irmãos mais velhos já estavam todos empregados.

Entrevistador: No fundo o Sr. Olímpio foi aqui criado, juntamente com as raparigas, porque vivia aqui ao lado.

E9: Sempre, sempre. Aquela portita era a porta de serviço do meu avô, de maneira que estive sempre relacionado. Praticamente, ainda não tinha 30 anos quando para aqui vim, como feitor, e pronto, estive sempre por aí, era a minha casa, foi onde nasci e aqui fiquei.

Entrevistador: Como eram as suas rotinas, na época em que o Instituto funcionava como Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E9: Era um vigilante, um vigilante não só daqui desta área do Instituto, mas de todas as propriedades dispersas por quatro freguesias, era Monte Redondo, era Monte Real, era Carvide e Souto, pelo menos eram estas quatro. As propriedades estavam dispersas e parte delas estavam a renda, e umas precisavam

disto, outras daquilo, era uma árvore que tinha caído com o vento, era uma caminho que precisava de ser mudado... e eu tinha de fazer a administração da propriedade em si, do que era necessário.

Entrevistador: E aqui? Mais propriamente com o Instituto? Também era o Sr. Olímpio que ajudava as freiras na obtenção dos alimentos?

E9: Exato! Ajudava as freiras nos alimentos, procurava ter o azeitinho para as batatas, procurava ter a carne para fazer sopinha, procura ter batatas para encher a panela, procurava todos esses alimentos para que elas pudessem fazer as coisas.

Entrevistador: Ou seja, a alimentação das meninas era feita praticamente com tudo o que a terra produzia nas terras do Instituto?

E9: Sim, sim. O porqueto era morto, três, quatro ou meia dúzia deles por ano, as batatas eram semeadas de maneira a dar um saco por dia, mais ou menos, para lá...tínhamos de produzir ao jeito de elas poderem fazer a panelada da sopa. Bem, não havia regra sem exceção, às vezes as freiras precisavam disto ou daquilo e adquiriam, lá à maneira delas. Quando para aqui entrei, o leite vinha em pó de não sei de onde...então eu comprei uma vaca leiteira para fornecer leite para as crianças era melhor, era um fornecimento puro e bom.

Entrevistador: Como era feita a comunicação entre as Irmãs, o feitor e o Dr. Bissaya Barreto?

E9: Entre eu e as Irmãs era verbal, com o senhor Doutor era por telefone.

Entrevistador: Quais foram as maiores dificuldades que sentiu durante o exercício das suas responsabilidades como feitor? Ao longo destes anos todos, o que é que para si era mais difícil?

E9: O mais difícil eram os problemas que existiam, às vezes, de extremas e inquilinos exigentes e teimosos e tínhamos que resolver esses problemas à nossa maneira, sem consultar o Senhor Doutor, sem consultar mais ninguém. Só se a coisa fosse muito grave, e não se resolvia e mandávamos isso para Coimbra. O pessoal assalariado do campo também era connosco, e essas coisas todas, a Fundação praticamente estava independente daqui e daqui estávamos independentes de lá, depois para o resto é que eles começaram a fundir as coisas.

Entrevistador: Como era a vida e as condições de trabalho, na altura, na freguesia de Monte Redondo? Como é que as pessoas viviam? Havia muita pobreza?

E9: Isso, era aquele habitual...nós temos de trabalhar para sobreviver, não é? Se quem trabalhasse, semeasse o seu feijãozito, as suas batatas, ainda se vivia razoável, quem não fizesse isso, pois, passava dificuldades.

Entrevistador: Já não havia muita fome? Daquilo que se lembra a Sopa dos Pobres ainda tinha muita gente?

E9: Ouve... fome, fome, fome eu parece que nunca conheci. Havia necessitados, uns por má cabeça, outros por dificuldades financeiras, porque não tinham por onde ganhar as coisas, mas fome, eu já não passei por isso. Sei, porque com quatro ou cinco anos, lembro-me do meu avó dizer que fulano precisava de ganhar o dia...mas no meu tempo não. Necessidade não é fome.

Entrevistador: Como entende o contributo desta obra social, quer para as raparigas pobres, quer para o desenvolvimento da freguesia de Monte Redondo?

E9: Foi fundamental, para dezenas e dezenas de raparigas. Foi bom! Em casa não tinham educação escolar, porque faltavam os meios, por outro lado, o dia-a-dia, a vestimenta, quer dizer, a alimentação e

vestuário muita gente que não tinha. Tinham de andar lá por casa...depois chegavam aqui e a vida modificava. Aqui havia farda, as crianças usavam um bibinho diário, tinham interiores e exteriores, tinham sapatos...tinham muitas condições. Nós tínhamos um sapateiro diário, tínhamos um sapateiro diário, eram uns quarenta ou cinquenta pares de calçado a arranjar diário, tínhamos sapateiro. Por isso, nisso aí nunca faltou.

Entrevistador: Tinham os cuidados de saúde também.

E9: Sim, tinham um médico. O médico era o Dr. Gil, de Monte Real.

Entrevistador: E para a freguesia considera que foi importante a existência do Instituto?

E9: Sim, foi importante porque ajudou muito as famílias na criação dos seus filhos mais necessitados. Porque o que eles tinham aqui, não tinham em casa.

Entrevistador: Como reagiu ao encerramento do Instituto enquanto Casa de Educação e Trabalho de Monte Redondo?

E9: Senti-me viúvo (risos). Não é? Tinha aquela rotina de arranjar pepino, feijão, batatas...Ora se elas saíram, isso acabou! Então eu fiquei assim desfraldado... se isto acabou temos de tocar outra viola, deixei de ter o porquito, de ter as batatas, tudo quanto se fazia aqui deixei de fazer isso. Aqui paralisou.

ANEXO 3

Tabela de Categorias – Pessoal responsável

Categoria	Sub-categoria	Unidade de referência/Entrevistado
Áreas de intervenção da instituição	Escolarização	“(…) quando a primária começou a ser oficializada, deixámos nós de ensinar em casa, porque depois elas não tinham diploma da quarta classe, e foi exigido pelo Ministério da Educação. Porque, antes era uma Irmã que dava a Primária, que eu já não encontrei lá.” (E8)
	Educação doméstica/Aprendizagem de ofícios	“Olha ajudava na cozinha, se era preciso ir ao refeitório por ordem também ia, ajudava em tudo o que fosse na casa. Ajudava...também sabia um pouco de costura na altura, agora já perdi tudo, também ajudava na costura. Éramos nós que fazíamos toda a roupa das crianças e fazíamos também a roupa de cama, claro.” (E8)
	Alimentação	<p>“Olhe, dificuldades, dificuldades, como disse há pouco, eu nunca tive, porque mudámos de feitor e o feitor era muito bom, que era o Olímpio, que era muito boa pessoa, sempre muito compreensivo. Olhe isto e aquilo, “...não passem necessidade disto e daquilo que eu trato, eu faço...”. Portanto, nunca tive dificuldades em si. As pequenas tinham tudo e graças a Deus com fartura, nunca lhes faltou nada. Tínhamos lá uma senhora, que nos ia dar horas, e cozia-nos o pão, ela ia dar horas para a quinta, mas quando era preciso cozer o pão, porque ela comiam pão de milho, as meninas comiam pão de milho, e então, ela ia lá cozer-nos o pão. Então as miúdas com a broa e com os rojões, que fazíamos do porco, aquilo era a melhor coisa que lhe podíamos dar, era aquilo! Às vezes, era preciso dizer que não comessem tanto, que entretanto depois tinham de ir para o hospital...mas eram todas muito bem alimentadas, isso eram.” (E8)</p> <p>“Era uma boa alimentação, era se precisassem de medicação, etc, tinham tudo. Tinham toda a assistência.” (E8)</p>

		<p>“Ajudava as freiras nos alimentos, procurava ter o azeitinho para as batatas, procurava ter a carne para fazer sopinha, procura ter batatas para encher a panela, procurava todos esses alimentos para que elas pudessem fazer as coisas.” (E9)</p> <p>“O porquito era morto, três, quatro ou meia dúzia deles por ano, as batatas eram semeadas de maneira a dar um saco por dia, mais ou menos, para lá...tínhamos de produzir ao jeito de elas poderem fazer a panelada da sopa. Bem, não havia regra sem exceção, às vezes as freiras precisavam disto ou daquilo e adquiriam, lá à maneira delas. Quando para aqui entrei, o leite vinha em pó de não sei de onde...então eu comprei uma vaca leiteira para fornecer leite para as crianças era melhor, era um fornecimento puro e bom.” (E9)</p>
	Cuidados de Saúde	<p>“O Dr. Gil, era isso! Ia lá todos os meses. Tinha muito cuidado com as pequenas.” (E8)</p> <p>“Sim, tinham um médico. O médico era o Dr. Gil, de Monte Real.” (E9)</p> <p>“Na praia era: elas levantavam-se tomavam o pequeno-almoço, iam arrumar as camaratas e depois de fazer este pequenino serviço iam para a praia toda a manhã, lá lanchavam, a meio da manhã comiam qualquer coisa. Havia sempre um Banheiro que estava ao nosso cuidado, para lhes dar banho, etc, isto de manhã. Á uma hora vinham para o almoço, aquilo era só atravessar a rua praticamente. Depois de tarde, era a mesma coisa. Mas depois do almoço arrumavam a louça, faziam a sesta, depois lanchavam e depois iam para a praia até à hora do jantar.” (E8)</p>
	Orientação	
	Formação Religiosa	<p>“Levantar de manhã, iam à Missa, quando havia, porque às vezes também não tínhamos. Outras vezes ia lá o padre David e celebrava lá em casa. E, depois era</p>

		escola...” (E8)
	Atividades lúdicas	
Razões para entrada no Instituto	Pobreza e Orfandade (internato)	“(...) o Doutor Bissaya era muito direitinho. Se via que eram pessoas com possibilidades, as crianças não se tiram aos pais.” (E8)
	Aprendizagem de ofícios (externato)	
Razões para a saída do Instituto	Inserção no mundo do Trabalho Outros	
Impactos da Instituição na comunidade	Pessoais (ex-alunas)	<p>“Eu tive pena que aquilo fechasse, porque as pessoas eram muito nossas amigas, e estavam sempre muito atentas.</p> <p>Foi uma obra importante, aquilo marcou!” (E8)</p> <p>“Senti-me viúvo (risos). Não é? Tinha aquela rotina de arranjar pepino, feijão, batatas...Ora se elas saíram, isso acabou! Então eu fiquei assim desfraldado... se isto acabou temos de tocar outra viola, deixei de ter o porquito, de ter as batatas, tudo quanto se fazia aqui deixei de fazer isso. Aqui paralisou.” (E9)</p>
	Sociais/Comunitários	<p>“Eu acho que há sempre vantagens, não é!? Até porque elas distinguiam no meio da coisa: “Ai são as pequenas de Monte Redondo, do Instituto”. Era assim, do Instituto! Tinham sempre muita atenção às pequenas e eram amigas delas. Para a freguesia era muito bom, dava emprego a algumas pessoas, porque o Sr. Olímpio era impossível fazer, tinham várias propriedades. Era impossível ele dar conta aquilo tudo. Tínhamos pessoas</p>

		<p>diárias(...) (E8).</p> <p>“Foi fundamental, para dezenas e dezenas de raparigas. Foi bom! Em casa não tinham educação escolar, porque faltavam os meios, por outro lado, o dia-a-dia, a vestimenta, quer dizer, a alimentação e vestuário muita gente que não tinha. Tinham de andar lá por casa...depois chegavam aqui e a vida modificava. Aqui havia farda, as crianças usavam um bibinho diário, tinham interiores e exteriores, tinham sapatos...tinham muitas condições. Nós tínhamos um sapateiro diário, tínhamos um sapateiro diário, eram uns quarenta ou cinquenta pares de calçado a arranjar diário, tínhamos sapateiro. Por isso, nisso aí nunca faltou.” (E9)</p> <p>“Sim, foi importante porque ajudou muito as famílias na criação dos seus filhos mais necessitados. Porque o que eles tinham aqui, não tinham em casa.” (E9)</p>
	Grau de satisfação dos beneficiários	<p>“Olhe nós não tínhamos apoios nenhuns, porque vinha tudo da Fundação. O Senhor Doutor deixou ao Doutor Bissaya e o Bissaya integrou nas obras da Fundação, eles tinham uma Fundação Bissaya Barreto e integrou tudo. Portanto, tudo o que nós precisávamos que era roupa de vestir, era mercearia, que agente precisava, íamos a Leiria, íamos todos os meses a Leiria. Portanto, nada nos faltou, nada nos faltou. Tínhamos sempre tudo. Não havia dificuldades nenhuma.” (E8)</p> <p>“Porque havia pequenas que já tinham saído, que gostavam de ir para lá ajudar porque ficavam afeiçoadas às miúdas, não é.” (E8)</p> <p>“Aquela portita era a porta de serviço do meu avô, de maneira que estive sempre relacionado. Praticamente, ainda não tinha 30 anos quando para aqui vim, como feitor, e pronto, estive sempre por aí, era a minha casa, foi onde nasci e aqui fiquei.” (E9)</p>
	Apoio à pobreza	<p>“Ouve... fome, fome, fome eu parece que nunca conheci. Havia necessitados, uns por má cabeça, outros por dificuldades financeiras, porque não tinham por onde</p>

	(Sopa dos pobres)	ganhar as coisas, mas fome, eu já não passei por isso. Sei, porque com quatro ou cinco anos, lembro-me do meu avó dizer que fulano precisava de ganhar o dia...mas no meu tempo não. Necessidade não é fome.” (E9)
	Apoio ao peregrino	“Sim, de vez em quando. Poucos, mas dávamos, porque as condições começaram a ser más.” (E8)

Categoria	Sub-categoria	Unidade de referência/Entrevistado
Áreas de intervenção da instituição	Escolarização	<p>“(…) tínhamos escola, lá dentro mesmo do Instituto, depois íamos almoçar, no fim de almoçar íamos, novamente, dar o resto da escola. (E1)</p> <p>“Depois do pequeno-almoço, quem fosse para a escola, no tempo da escola, ia para a escola, estávamos a manhã ocupada. Depois saímos para o almoço, brincávamos um bocadinho e escola novamente, para quem estava na escola! Pois as mais velhas iam para a costura, ou iam estender roupa, ou lavar roupa...que eu também passei por lá. E também passei pelo ...(??.?) Passei por muitas etapas! Eu e as outras! Mas depois então, à tarde também tínhamos aulas até às cinco horas. Íamos.. não!, Não era até às cinco horas!? Era até às quatro horas! Às quatro e meia era o lanche, depois do lanche brincávamos um bocadinho, o terço às seis horas. (E3)</p> <p>“(…) Depois umas iam para a escola, para o estudo e outras iam aprender a costura. (...) Sim, era tudo lá até fazer a quarta classe. A professora era uma freira. (E7)</p>
	Educação doméstica/Aprendizagem de ofícios	<p>“(…) tínhamos sempre a rotina de estar na cozinha a aprender, na costura, na lavandaria... Corremos tudo, para aprender tudo! A bordar, fazer malha.” (E1)</p> <p>“As tarefas eram rotativas tanto na cozinha, na roupa, no cuidado da roupa, na costura...pronto, então cada uma</p>

		<p>fazia a sua tarefa. (...) Aquele horário para isto, aquele horário para aquilo e não havia muito tempo. Mesmo nós quando estávamos a fazer as nossas tarefas, que nos eram dedicadas durante o dia, não havia muita conversa, nós não tínhamos assim muita liberdade, senão para falar do trabalho que estávamos a fazer, mais nada.” (E2)</p> <p>“Eu quando fui para a costura, eu não gostava nada de costura...Um dia, todas tínhamos de passar pelo mesmo, aprender a cozer meias com um ovo em madeira. (...)</p> <p>Ao sábado era mais complicado porque tínhamos de fazer limpeza a fundo, no sector em que agente estava. Por exemplo, se eu estivesse nas galinhas, tinha de varrer o galinheiro. (...) tínhamos um copinho de vinho, mas mais água do que vinho, e açúcar...era muito engraçado.” (E3)</p> <p>“Brincávamos cá fora e estávamos na sala a fazer...a aprender a bordar. Letras eu não me lembro...lembro-me de contarem histórias e assim...mas era tudo mais bordados e costura.” (E4)</p> <p>“O meu trabalho era a costura, eu ia para a costura. Ia ter com o meu avô primeiro, isso era matemático! Tinha de ir sempre. E depois ia para a costura, passava o dia todo na costura, até à hora de almoço. (...) aprendi costura, porque que eu não sabia, não sabia nada, sabia pegar numa agulha e pouco mais. Foi lá que aprendi a costura, foi lá que eu tirei o corte. Foi lá que aprendi lá muita coisa. Tudo o que sei aprendi lá.” (E5)</p> <p>“ (...) nós entrávamos de manhã, íamos para a sala todas juntas, todas sentadinhas nas cadeirinhas, as irmãs eram muito rigorosas, aquilo havia ali uma disciplina, ai, ai! Aquilo era para cumprir! Pronto, estávamos ali a bordar, ensinavam a rezar, depois tínhamos... de manhã tínhamos uma hora...não sei quanto tempo era, de recreio... brincávamos. (...) Depois almoçávamos, vínhamos para o recreio e íamos para a sala novamente, fazer as rotinas de costura, de bordados, de rezar,</p>
--	--	---

		<p>lanchávamos e vínhamos para casa. Era assim.” (E6)</p> <p>“Agente aprendemos lá de tudo. Tudo! Era cozer broa, era na lavandaria a lavar...isso é que era uma escravidão muito grande...enfim...Mas se não fosse assim o que é que agente aprendia em casa? Graças a Deus hoje agente sabe fazer de tudo! A minha mãe lá tinha vagar de nos fazer alguma coisa ou de nos ensinar alguma coisa...” (E7)</p>
	Alimentação	<p>“(...) quando fui para a escola primária íamos lá comer a refeição do almoço ou, antes ou depois da escola, dependia do horário. E depois brincávamos um bocado e até ao quarto ano foi sempre assim.” (E2)</p> <p>“Vinha uma vez por mês, uma camioneta com tudo, com mercearia. Os doces eram lá feitos, com fruta do quintal, de tomate, de cereja, faziam doce de muita qualidade...O que vinha era bacalhau, era massa, era arroz... no tempo das castanhas vinham dois ou três sacos de castanhas...e quem descascava as batatas também éramos nós, no intervalo daqueles trabalhos que agente já acabava.” (E3)</p> <p>“Comida e lanches...não me lembro de mais nada.” (E4)</p> <p>“As externas? Tínhamos tudo aquilo que nos era necessário, a comida principalmente.” (E6)</p> <p>“Então era tudo! Comida, roupa, escola.” (E7)</p>
	Cuidados de Saúde	<p>“Tínhamos médico uma vez por mês sempre, para nos examinar a todas, ver se estava tudo bem ou não. Se alguém estava doente chamavam logo médico, mesmo que não fosse na altura da consulta mensal.” (E1)</p> <p>“Elas cuidavam, conforme podiam. As freiras conforme podiam ajudavam na saúde.” (E2)</p> <p>“E então o que é que nos davam de inverno também era o óleo de fígado de bacalhau. (...) Tínhamos médico! Ele dizia: “Boa tarde meninas!” e nós respondíamos “Boa tarde Senhor Doutor!”. “Quem é que tem</p>

		<p>piolhos?” perguntava ele. Porque de vez em quando, elas punham-nos um pó e um lenço, dormíamos com aquilo e no outro dia tínhamos de tomar banho. (E3)</p> <p>“Tínhamos a escola, a roupa e cuidados de saúde. Tínhamos tudo! A criança entrava ali e tinha tudo, era tudo dado.” (E5)</p> <p>“Isso era uma alegria para a gente, porque íamos brincar para a praia, não é? Íamos...havia lá uma casa e prontos... e aquilo era por grupos, uns x dias era para um grupo, depois iam embora e iam outros. A casa era uma casa mais pequena, e então, era assim... Mas isso era uma brincadeira que nós gostamos muito e naquele tempo fazer praia assim era um privilégio.” (E2)</p> <p>“Nós tínhamos uma casa de férias no Pedrógão...” (E3)</p> <p>“A pé! Quais carro de vacas para a gente? Íamos atrás, a pé, ao princípio...depois mais tarde é que era na carripana. Tinham lá a casa, e do outro lado era a garagem, onde fizeram o dormitório, tinha lá sei lá quantas camas...ficávamos todas contentes de ir para a praia.” (E7)</p> <p>“(...) era o Dr. Gil, nunca mais me esqueço...acho que vinha todas as quartas-feiras, já não me lembro bem...era bom médico.” (E7)</p>
	Formação Religiosa	<p>“Levantávamo-nos logo de manhã, seis e meia. Depois era a rotina da missa todos os dias. (...) Recreio, lanche e aquela rotina do terço, sempre, todos os dias!” (E1)</p> <p>“Nós levantávamo-nos muito cedo, por volta das seis e meia da manhã, mais ou menos. Depois íamos à missa, às sete horas, à igreja.” (E2)</p> <p>“Rezávamos o terço, fazíamos lá umas orações com freiras, que as freiras também estavam connosco e a cantar... E tínhamos catequese, mas a catequese era lá fora, no adro, com as outras raparigas. (...) Lembra-se das túnicas da comunhão solene? (...) Nós, nós é que</p>

		<p>estreamos! Foram feitas nessa altura, nós é que fazíamos os cordéis com a ajuda das freiras.” (E3)</p> <p>“Ensinavam a rezar, o terço e outras coisas...” (E4)</p> <p>“Íamos à missa todos os dias de manhã. Levantávamos e íamos em fila por aí a fora. O dia em que nós não fossemos iam perguntar porque não tínhamos ido. Estavam habituados à nossa presença.” (E5)</p> <p>“Lembro-me de sair de lá aos onze anos, e nós saíamos de lá sempre quando fazíamos a comunhão. Tudo o que era dedicado à igreja Primeira Comunhão, Comunhão Solene, a Crisma era tudo feito através das Irmãs. Tudo orientado por elas. Preparavam-nos sempre até ao momento final sairmos lá. Saíamos com tudo feito.” (E6)</p> <p>“Levantávamo-nos cedo, de inverno cheias de frio, tínhamos que ir à missa todos os dias, todos os dias! (...). Íamos todas, doesse a barriga ou não doesse à igreja, porque nós também tínhamos uma capela no Instituto, mas era mais para o terço e de vez em quando lá ia um padre dizer a missa... “ (E7)</p>
	Atividades lúdicas	<p>“Pelo Natal era excepcional! No Natal agente fechava a parte do refeitório e depois íamos comer aonde os pobres iam comer a sopa. Como os pobres, no Natal, estavam sempre coma as famílias, dois ou três dias antes as mais velhas enfeitavam o refeitório, e ninguém passava, ninguém sabia, só essas! (...) no Dia de Natal (...) Agente àquela hora já tinha fome, mas também era uma forme fora de horas, mas olhe: bom bacalhau, aletria, arroz doce...tudo do melhor! E depois tudo enfeitadinho com estrelinhas...olhe não lhe sei explicar...” (E3)</p> <p>“Nós tínhamos um hino para cantar na despedida das raparigas. (...).” “Somos nós educandas do Instituto, que cantamos com muita alegria, o amor de Deus e da Pátria...aprendemos todo o dia-a-dia” Era assim uma coisa... e depois todas “Viva as meninas do Instituto e a despedida de fulana e beltrana...” Era assim...(risos) Era isto! Havia sempre um Hino para uma despedida, ou</p>

		<p>para uma pessoa que se iam embora por outros motivos, havia sempre esse hinozinho...eu não tive direito porque saí fora da hora (risos).</p> <p>E então, havia a festa de S. José de Cluny, da congregação das freiras, e então, melhoravam no rancho, tínhamos rancho melhorado...” (E3)</p> <p>“(...) no final do ano faziam uma quermesse, com a roupa que as internas faziam. E uma vez, canhou-me um vestido com flores azuis. Eu gostava tanto do vestido, que até o vestia ao meu irmão.” (E6)</p>
<p>Razões para entrada no Instituto</p>	<p>Pobreza e Orfandade (internato)</p>	<p>“(...)eu fui para lá, tive que ir para lá porque não tinha possibilidades dos meus pais me criarem.” (E1)</p> <p>“Eu fiquei órfã, eu mais dez irmãos e depois meu avô teve que orientar os netos, aonde ele pediu auxílio ao padre da altura, ao Cónego Góis, onde o meu avô foi-lhe pedir auxílio, e o Sr. Padre Góis disse: “Olhe você vai ali falar com as freiras, ou eu dou-lhe uma palavrinha, e você põe lá uma neta ou duas.” (E3)</p> <p>“Isso agora é que eu já não sei responder (risos)...a minha mãe é que arranjou com o meu avô.” (E5)</p> <p>“No Instituto entravam só as meninas que não tinham pai ou mãe, e eu não tinha pai e tinha vaga, entrei.” (E7)</p>

	<p>Aprendizagem de ofícios (externato)</p>	<p>“Os de entrada foram então aprender alguma coisa.” (E2)</p> <p>“Ia para lá algumas vezes, o meu pai levava-me para lá e deixava-me porque ele ia trabalhar e a minha mãe ia para as terras. Isto tudo antes de eu entrar para a primária.” (E4)</p> <p>“O motivo da entrada era porque os pais tinham de trabalhar e tinham de por os filhos em qualquer lado. E então, para não ficarmos sozinhos em casa, porque não era só eu que ia, as minhas irmãs nessa altura também estavam lá. E pronto e ficávamos lá, o dia todo. (...) No meu caso como externa, eu devo ter ido para lá ai aos cinco ou seis anos. E pronto, enquanto criança, e passei a parte da minha infância lá até à idade da primária, até terminar a primária.” (E6)</p>
<p>Razões para a saída do Instituto</p>	<p>Inserção no mundo do trabalho</p> <p>Outros</p>	<p>“ (...) a saída do Instituto foi porque elas deram uma ordem, quem quisesse sair podia sair, então eu saí logo.” (E1)</p> <p>“(...) nós quando chegávamos a uma certa idade tínhamos de sair de lá. Normalmente as freiras ou nos arranjavam trabalho fora ou íamos para outro lado qualquer. Eu, no meu caso, eu tinha quase dezoito saí, mas fiquei! A trabalhar! Porque como me dediquei bastante à costura e aos bordados, e as freiras faziam muitos bordados para fora, que vendiam.” (E2)</p> <p>“Então mas olha, com o palavreado que eu te ouvi, tu tens de te ir embora! Tu nunca me saíste com essas!”. Eu respondi: “Vou-me embora? Sim, senhor! Nem acabo o jantar!” (E3)</p> <p>“O motivo de saída foi, pois, para ir para a primária e depois já não voltei para lá mais.” (E4)</p> <p>“Saí porque cheguei à idade. Cheguei à idade de sair.” (E5)</p> <p>“O motivo de saída foi porque eu terminei a instrução</p>

		<p>primária e como o externato era só, que eu me lembre, era só até a instrução primária... porque depois nós saímos, dávamos lugar a outros que queriam entrar, que aquilo havia sempre muita gente queria entrar para lá. Porque era uma instituição vocacionada para a freguesia.” (E6)</p> <p>“Saí com dezoito anos, estive lá nove anos. (...). Ainda estive um tempito em casa, mas depois pedi para ir para o Colégio em Coimbra.” (E7)</p>
<p>Impactos da Instituição na comunidade</p>	<p>Pessoais (ex-alunas)</p>	<p>“Foi através delas que eu tirei uma curso de costura oficial, com diploma e tudo, em Leiria, ia e vinha todos os dias de camioneta, mas foi através delas. (...) “Elas orientavam de acordo com o que a gente tinha mais jeito para fazer.” (E2)</p> <p>“Eu decidi um pouco lá, depois saí. E depois mais tarde é que comecei a pensar que podia também seguir a vida religiosa. Depois comecei a ter contacto novamente com as Irmãs e voltei para lá novamente uns dias.” (E5)</p> <p>“Penso que foi daí de onde veio uma sementezinha, porque de vez em quando nós caíamos e tínhamos que ir à enfermaria e eu achava muita graça àquilo, e o cheiro daquilo dizia-me qualquer coisa, que eu não sabia explicar, mas aquilo ficou-me sempre. E hoje penso que talvez o facto de lá ir fazer um tratamento... aquilo ficou e pela vida fora me despertou.</p> <p>Por isso é que possivelmente depois fiquei ligada à saúde, possivelmente, por isto, claro, e não só.” (E6)</p> <p>“(…) quem estava lá dentro, como internas, saíam com uma disciplina, de terem horários de limpezas, de comidas, daquilo tudo, Portanto, formou essas raparigas e hoje eu conheço algumas e são pessoas, enfim, na sociedade bem vistas.” (E6)</p> <p>“Então não foi!? Aprenderam tudo também! Para a freguesia também. Nós fazíamos teatro, naquela altura, no salão. Ai, ai! Aprendíamos a cantar... prontos,</p>

		<p>dávamos outra vida à freguesia.” (E7)</p> <p>“Ainda estive um tempito em casa, mas depois pedi para ir para o Colégio em Coimbra.” (E7)</p>
	Sociais/Comunidade	<p>“Foi muito importante e para a freguesia também, porque era uma coisa que em vários sítios não havia. (...) Pronto, éramos muito bem educadas lá, havia muitas regras mas, com muita educação, não é!” (E1)</p> <p>“(…) eles davam trabalho a muita gente, durante todo o ano. Porque eles amanhavam muitas terras e havia muita gente que eram empregados ali. Ora, aquelas pessoas se não tivessem aquele ordenado, a miséria também devia ter sido muito mais.” (E2)</p> <p>“Sim! Mesmo as pessoas que queriam isto ou aquilo, as freiras não lhe fechavam a porta! Havia a sopa dos pobres... tinham muitos empregados. Eles tinham um guarda noturno, sempre!</p> <p>Havia as pessoas da lavoura...” (E3)</p> <p>“...os pais não tinham vagar para estar com os filhos, para falar com eles, para lhes dar apoio...foi bom. Para a freguesia também, ajudava alguns pais poderem trabalhar e deixar ali os filhos, que sabiam que eles ficavam bem... não é? Ficavam descansados.” (E4)</p> <p>“Para a Freguesia, sem dúvida nenhuma foi muito útil e estas freiras cá, contribuíram para um bom desenvolvimento e para uma boa ajuda, para muita gente.” (E6)</p>
	Grau de satisfação dos beneficiários	<p>“Sinto-me orgulhosa e privilegiada em estar lá. Foi muito importante! E através disso tudo acho que pronto, foi muito bom lá estar para poder depois, um dia quando saí estar pronta para a vida!” (E1)</p> <p>“Hoje, para os tempos que a gente vivia antigamente...hoje eu penso que foi importante, porque se eu não tivesse ido para lá, também não sei o que é que tinha acontecido, mas talvez não tivesse aprendido</p>

		<p>abordar, a fazer malhas...e foi disso que eu fiz um bocado a minha profissão.” (E2)</p> <p>“Foi tudo! Eu hoje ainda digo...andava ali a fazer umas limpezas e disse para o meu marido, porque eu já estava a demorar: “Ó marido desculpa lá, mas tu já sabes muito bem que eu tenho de fazer tudo ao pormenor, porque foi assim que me ensinaram. (...) Para mim foi importante. É o que eu digo às vezes à minha irmã: “Estás a ver, eramos tantos irmãos, graças a Deus nenhum é maluco, graças a Deus o nosso avô cuidou de nós todos...” Ela até disse: “Diz então a essa tua amiga que eu dou cem valores por estar no Instituto!”, porque eu disse-lhe que vinha cá. (E3)</p> <p>“Ficou a memória sempre de ter convivido com outras pessoas, com outras crianças, e a memória das freiras que nos tratavam bem, ensinavam e eram carinhosas. (...) era um apoio muito bom para muitas crianças. Claro, eu gostei muito de lá andar.” (E4)</p> <p>“Não havia por aí nada. Era a única freguesia que tinha este tipo de casa, era aqui. Hoje, é engraçado...hoje vendo nós o passado e o presente, eu hoje considero que aquilo foi como que um colégio ou uma cresce, que nós tínhamos já naquela altura. Foi uma coisa muito importante!” (E6)</p> <p>“Agente aprendemos lá de tudo. Tudo! Era cozer broa, era na lavandaria a lavar...isso é que era uma escravidão muito grande...enfim...Mas se não fosse assim o que é que agente aprendia em casa? Graças a Deus hoje agente sabe fazer de tudo! A minha mãe lá tinha vagar de nos fazer alguma coisa ou de nos ensinar alguma coisa...” (E7)</p>
<p>Suporte da pobreza</p>	<p>Apoio à pobreza (Sopa dos pobres)</p>	<p>“Mesmo as pessoas que queriam isto ou aquilo, as freiras não lhe fechavam a porta! Havia a sopa dos pobres... tinham muitos empregados” (E3)</p> <p>“Lembro, porque iam tocar à campainha... porque depois agente tinha o mês da cozinha, o mês da</p>

		lavandaria, o mês da campainha...e então iam lá os garotitos com uma panelita de barro... e os meus irmãos chegaram a ir lá buscar broa. Aquela broa era muito boa!” (E7)
	Apoio ao peregrino	“(…) nos meses das peregrinações as freiras diziam-me sempre assim: “Ó E3 vais tratar dos peregrinos e depois leva um caldinho de sopa.(…) Éramos todas cuidadosas com eles, se eles tinham foles íamos buscar a Irmã que percebia de enfermagem.” (E3)

DR. LUIS PEREIRA DA COSTA

- O Seu testamento -

Luís Pereira da Costa, no fim deste testamento assinado, filho de Luís Pereira da Costa e Maria Rita do Patrocínio Costa, ambos já falecidos, Professor aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, solteiro, sem ascendentes nem descendentes; e declarando peremptoriamente que não tem e nunca teve filhos; usando livremente da minha vontade, faço as seguintes disposições testamentárias:

Todos os bens que me pertencerem, quando eu falecer, qualquer que seja a sua natureza, serão empregados na fundação, organização e funcionamento de um Instituto de utilidade local, com o fim expresso de proteger e socorrer os pobres e crianças sem amparo, da freguesia de Monte Redondo, conselho de Leiria.

O Instituto terá a sua sede na minha casa, de actual residência, no lugar e freguesia de Monte Redondo., conselho de Leiria, podendo outras casas que me pertençam ser utilizadas como sucursais da sede, se isso for necessário ou útil e possível.

Nenhuma das minhas propriedades rústicas ou urbanas será vendida, todas serão consideradas como necessárias e indispensáveis para manutenção do Instituto.

A Administração das propriedades rústicas e urbanas será **entregue** a um feitor subordinado de quem superiormente administrar a minha herança e dirigir o Instituto, de quem receberá ordens e a quem prestará contas. Para meu testamenteiro nomeio o Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Bista Bissala Barreto, distintíssimo Professor de Medicina da Universidade de Coimbra, o qual nas grandiosas obras de beneficência, que tem realizado em Coimbra, tem dado exuberantes provas de competência e dedicação e quando se fizer a história da assistência social do nosso País, o seu nome será comemorado como modelo de altruismo dotado de **inesquecíveis** qualidades morais e intelectuais.

Logo que se dê o meu falecimento o Excelentíssimo Senhor Doutor Bissala Barreto tomará conta da minha herança, mesmo do dinheiro depositado nos Bancos, e Casas Bancárias e na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Providência; mandará fazer o arrolamento a todos os meus bens e fará o orçamento do seu rendimento provável; procederá, quando for possível, a fundação do Instituto, formulando o seu estatuto e regulamentos em completa concordância com a minha vontade expressa no meu testamento.

Fundado o Instituto o Excelentíssimo Senhor Doutor Bissala Barreto assumirá a sua direcção, organizará os seus serviços e cuidará do seu funcionamento; e ficará durante o tempo que entender necessário a administrar a minha herança, e a dirigir o Instituto; e só quando julgar que o funcionamento do Instituto está assegurado e garantida a sua existência e a normalidade das suas funções, entregará a posse definitiva da minha herança, e a direcção do Instituto ao Asilo da Antiga Junta Geral do Distrito de Leiria, actualmente pertencente a Junta da Provincia da Beira Litoral, ou a sua escolha, a uma das instituições da Assistência Social, que por sua iniciativa, como presidente da antiga Junta Geral do Distrito de Coimbra, e actualmente como presidente da Junta da Provincia da Beira Litoral, existem em Coimbra.

O Instituto fundado pelas disposições deste meu testamento, poderá, havendo oportunidade e vantagens nisso, sem perturbar ou prejudicar o fim principal para que é destinado, ser utilizado para ampliar as suas condições

ou as do Instituto de Beneficência a quem for entregue a posse definitiva da minha herança.

Para Feitor nomeio Manuel Pedrosa Gaspar, casado, residente na freguesia de Monte Redondo, conselho de Leiria, que ha muitos anos tem estado ao meu serviço e que muito bem conhece todas as minhas propriedades rústicas e urbanas, e qual logo que eu faleça tomará conta do cargo, ficando sempre inteiramente subordinado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaias Barreto ou de quem o representar, de quem receberá ordens e instruções que fielmente cumprirá e a quem dará contas de todos os trabalhos, ocorrências e incidentes de administração.

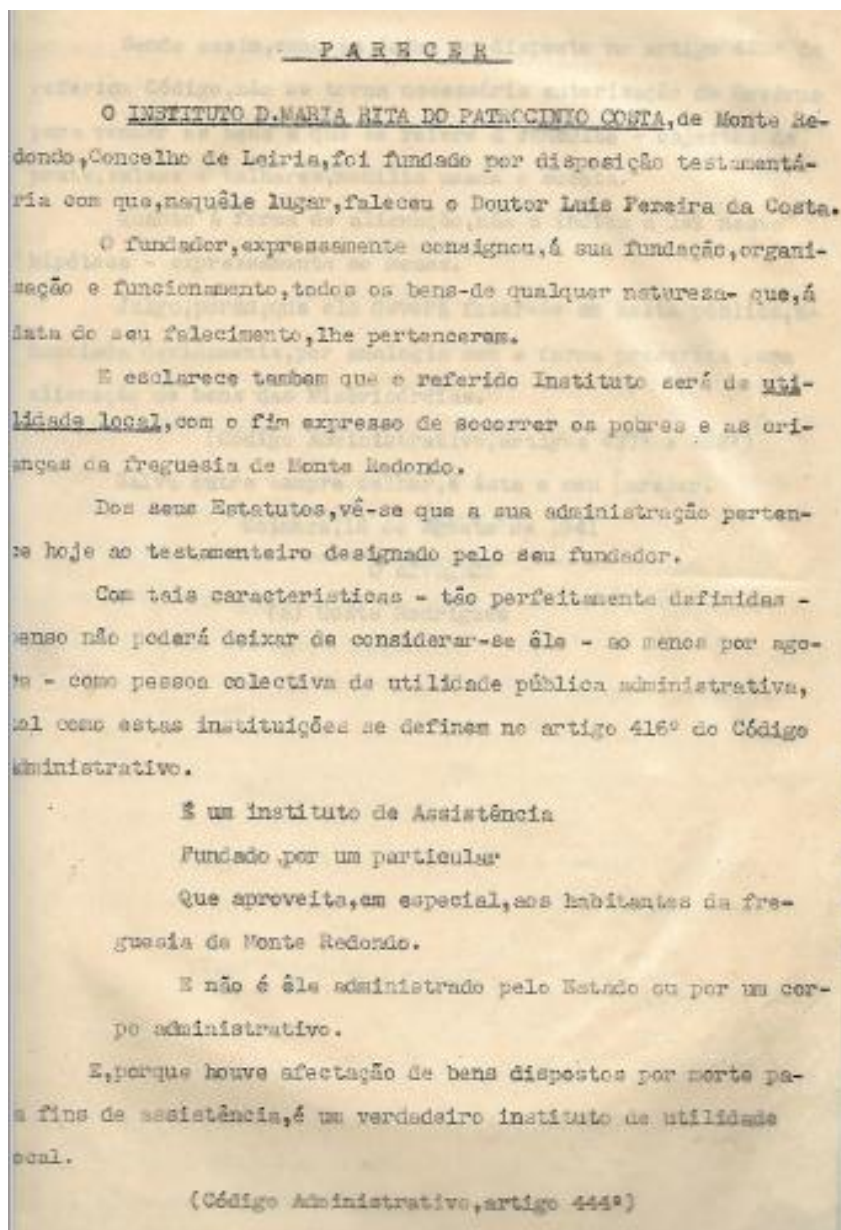
Para efectuar o arrolamento dos meus bens rústicos e urbanos e fazer o orçamento do seu rendimento provável, nomeio o mesmo Manuel Pedrosa Gaspar, que fica nomeado para Feitor, e João José Venâncio, solteiro, meu vizinho, residente no lugar e freguesia de Monte Redondo, conselho de Leiria; os quais subordinados ao Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaias Barreto, dele receberão ordens e instruções e a Ele darão conta de todos os serviços de que forem encarregados, e prestarão todas as informações e esclarecimentos que lhe forem pedidos.

O Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaias Barreto arbitrará o vencimento mensal do Feitor conforme lhe parecer e Ele merece, podendo modificá-lo na mesma conformidade, em qualquer tempo.

A remuneração aos dois auxiliares para fazerem o arrolamento dos bens, rústicos e urbanos e o orçamento do seu rendimento provável, será também arbitrado pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaias Barreto, tomando em conta o tempo que durarem aqueles serviços e o modo como cumpriram a sua missão transitória. No caso do Feitor não poder, por qualquer motivo exercer o seu cargo, o Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaias Barreto, ou quem estiver a administrar a minha herança, nomeará outro idoneo, sendo de preferência escolhida pessoa da freguesia de Monte Redondo, conselho de Leiria; do mesmo modo se procederá em relação aos dois auxiliares para o arrolamento dos bens,

Todos os bens que me pertencerem, na ocasião do meu falecimento, qualquer que seja a sua natureza, a que me refiro no principio destas minhas disposições testamentárias, são todos os bens móveis e imóveis; propriedades rústicas e urbanas; dinheiro depositado nos Bancos, Casas Bancárias, e na Caixa Geral de Depósitos Crédito e Providência; dinheiro aplicado em escrituras e confissões de dívida e em letras; dividas por empréstimos, ou dividas doutra qualquer proveniência, sem documentação legal; animais existentes nos currais, pocilgas e galinheiros, que me pertencem, nas proximidades da minha casa actual residência; animais de meias em casa dos interessados; produtos existentes na adega, celeiros ou armazenados em qualquer outra parte e que me pertençam; fruto pendentes em searas, vinhas e oliveiras, ou qualquer outras arvores de fruto que me pertençam. No prazo de quinze dias a contar da data do meu falecimento, o Excelentíssimo Senhor Doutor Bissaias Barreto mandará entregar a cada um dos pobres e indigentes da freguesia de Monte Redondo, conselho de Leiria, a quantia de dez escudos.

Monte Redondo de Leiria, 8 de Julho de 1938



Bendo assim, como se deduz do disposto no artigo 423º do referido Código, não se torna necessária a autorização do Governo para vender os bens a que se refere a consulta - objectos de prata, salvas e talheres, mobília usada e sucata.

Quanto á forma de alienação, não a indica a lei nesta hipótese - expressamente ao menos.

Julgo, porém, que ela deverá fazer-se em hasta pública, annunciada devidamente, por analogia com a forma prescrita para alienação de bens das Misericórdias.

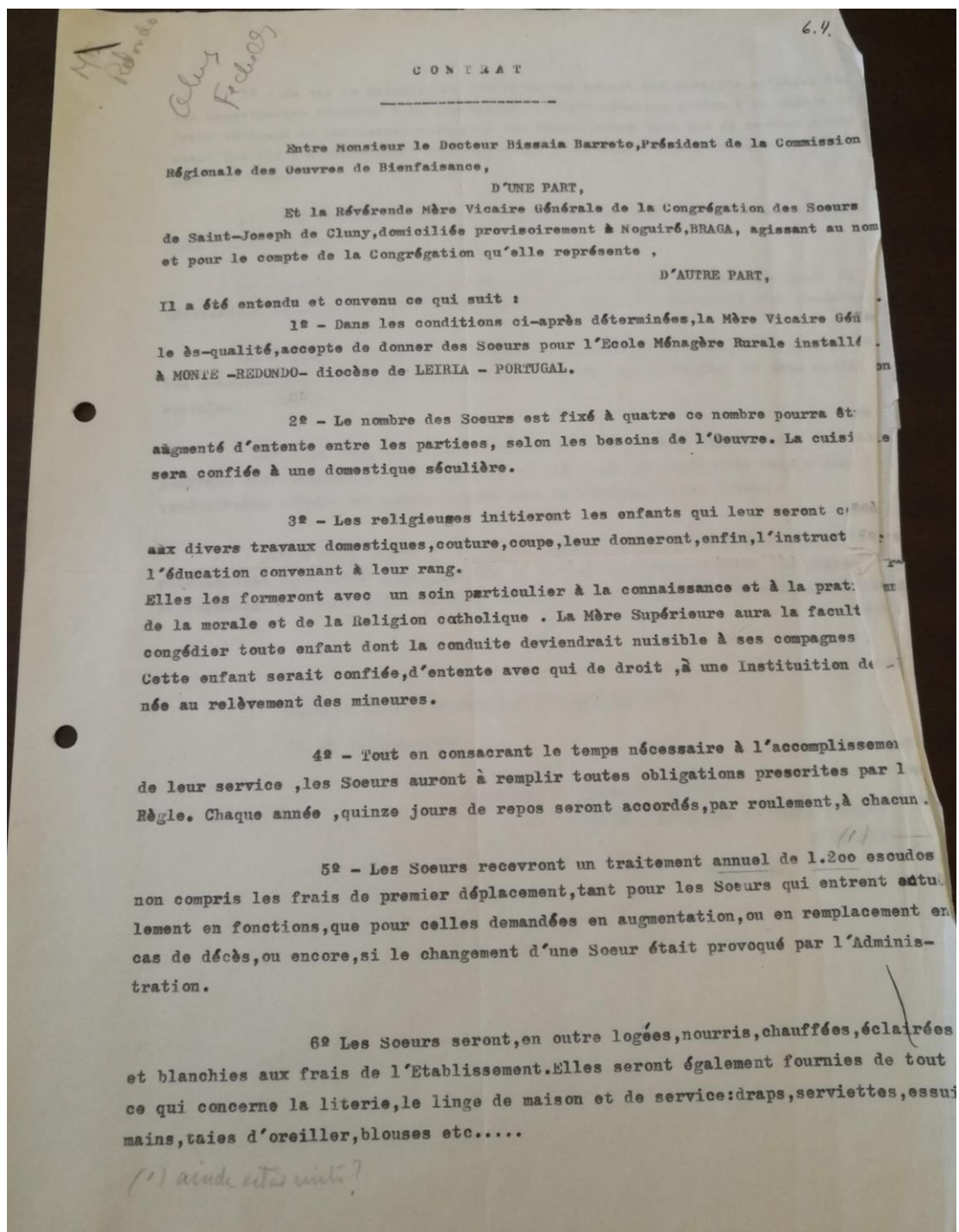
(Código Administrativo, artigos 437º e 368º)

Salvo outro sempre melhor, é este o meu parecer.

Coimbra, 18 de Agosto de 1941

O advogado

(a) Costa Rodrigues



7^e - En cas de maladie, les Soeurs seront autant que possible, soignées dans les appartements réservés à la Communauté, L'Administration pendra à sa charge le frais médicaux et pharmaceutiques, pour les Soeurs ayant deux ans de service, comme aussi les frais d'enterrement des Soeurs qui viendraient à décéder après le même laps de temps.

8^e - Les enfants atteintes de maladie contagieuse ne seront pas soignées dans l'Etablissement.

9^e - Doit être installé un Oratoire, muni de tout le nécessaire pour la célébration du culte. Au budget sera également prévu le traitement d'un Chapelain.

10^e - Toute faculté sera accordée à la Mère Supérieure de disposer, à titre gracieux, d'un lit pour l'internat de l'une de ses protégées de même condition sociale.

11^e - La Mère Supérieure tiendra un compte exact des dépenses dont elle pourrait être chargée, en présentera le relevé à qui de droit; mais elle n'aura à rendre aucun compte des sommes reçues pour le traitement des Soeurs.

12^e - Dans le cas de l'une ou l'autre des deux parties voudrait pour raisons, dont elle reste juge, résilier le présent contrat, on devra se prévenir réciproquement six mois à l'avance, et de part et d'autre, il n'y aura aucune indemnité.

Fait en triple exemplaire à Nogueiró, BRAGA,

le 15 Juillet 1941

Assinado: Bissaia Barreto
Ir.M. Catherine de Jésus Christ
d'Ornellas
Vic. gle.

ESTATUTO DO ASILO D. Maria do Patrocínio Co-
linda MONTA REDONDO.

CAPITULO I

Denominação do Asilo e seus Fins

Artº 1º- É criado no lugar e freguesia de Monte Redondo, do concelho de Leiria, um Asilo, conforme a vontade expressamente manifestada, no seu testamento, pelo Doutor Luis Pereira da Costa, lente que foi da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Artº 2º- O Asilo com o nome de D. Maria do Patrocínio Costa, mãe do fundador, tem a sua sede no lugar e freguesia de Monte Redondo na casa onde elle viveu.

Artº 3º- O Asilo tem por fim proteger os pobres e crianças, sem amparo e em perigo moral, uns e outros de ambos os sexos e naturais ou residentes há mais de 10 annos, na freguesia de Monte Redondo, concelho de Leiria.

CAPITULO II

Organização do Asilo

Artº 4º- O Asilo é sustentado com o rendimento herança que o seu fundador, o Doutor Luis Pereira da Costa deixou expressamente para esse fim, e por qualquer outras receitas ou subsídios do Estado, Corporações e Corporações Administrativas ou que os particulares façam.

Artº 5º- A sua gerencia é confiada a uma Direcção creada pelo pároco da freguesia de Monte Redondo, presidente da Junta de Freguesia e um parente ou parente do fundador, o Doutor Luis Pereira da Costa.

§ Único- Na falta de parente ou parente do fundador desempenhará aquellas funções o maior contribuinte da freguesia de Monte Redondo.

Artº 6º- As três pessoas indicadas para formar a Direcção, escolherão entre si, qual delas será o presi-

dente e qual o tesoureiro.

Artº 7º- O pessoal encarregado do serviço do Asilo é composto de: um ou uma Chefe ou Economa, um secretario e, enquanto houver propriedades a administrar, um feitor.

§ Único- Haverá tambem: professores, enfermeiros e criados e serviçais, conforme as necessidades e movimento do Asilo

Artº 8º- O número de asilados será determinado pela capacidade dos rendimentos do Asilo

Artº 9º- Em regulamento se determinará a forma da admissão dos asilados, o serviço interno, os deveres, obrigações e direitos dos asilados.

CAPITULO III

DIRECCO
DO PRESIDENTE

Artº 10º- Incumbe ao presidente:

1º- presidir ás reuniões da direcção que deverão realizar-se, pelo menos, duas vezes por mês.

2º- Designar o dia e hora para essas reuniões ordinarias e convocar as extra-ordinarias que julgar precisas.

3º- Propôr os assuntos sobre que tem de se deliberar

4º- Vigiar pela conservação dos haveres do Asilo e pela arrecadação dos respectivos rendimentos, mandando proceder judicialmente, depois da deliberação da direcção, contra os devedores remissos e propôr tambem as medidas conservatorias ou persecutorias que devam ser tomadas

5º- Assinar mandados de pagamento, guias para entradas e saídas de dinheiro do cofre

Artº 11º- Compete ao tesoureiro:

1º- Recber as quantias pertencentes ao Asilo, de que passará recibo ficando por ellas responsavel.

2º- Satisfazer os ordens de pagamento que lhe forem apresentadas, como assinadas pelo presidente

3º- Apresentar sempre que lhe sejam exigidas pelo presidente, as contas de receita e despesa do Asilo.

CAPITULO IV

Dos empregados e serviçais

Artº 12º- São empregados estipendiados pelos rendimentos do Asilo:

1º- O secretario

2º- O economa

3º- Advertir e repreender qualquer empregado ou serviçal, por faltas de serviços, mau comportamento ou desobediencia, dando parte á direcção

10º- Promover interinamente qualquer emprego que vagar, communicando e facto á direcção que poderá transmittir essa deliberação ao definitiva.

11º- Conceder licencias aos empregados, serviçais ou assalariados por tempo não excedente a 15 dias

12º- Em caso de reanbucada e urgente necessidade, dar qualquer esmoelas extraordinarias

13º- Fazer executar as deliberações da direcção

14º- Providenciar nos casos urgentes ou omissoes, dando conta aos membros da direcção da sua primeira reunião.

DO TESOUREIRO

Artº 11º- Compete ao tesoureiro:

1º- Recber as quantias pertencentes ao Asilo, de que passará recibo ficando por ellas responsavel.

2º- Satisfazer os ordens de pagamento que lhe forem apresentadas, como assinadas pelo presidente

3º- Apresentar sempre que lhe sejam exigidas pelo presidente, as contas de receita e despesa do Asilo.

CAPITULO IV

Dos empregados e serviçais

Artº 12º- São empregados estipendiados pelos rendimentos do Asilo:

1º- O secretario

2º- O economa

3º- O feitor.

§ único- Estes empregados desempenham os serviços próprios do seu cargo fixados por este Estatuto, e os que lhe são determinados no actual regulamento interno do Asilo, ou n'outro que de futuro venha a substituí-lo.

Artº 13º- Serviaes ou assalariados, os remunerados por aquêles rendimentos, e são:
Os criados.

DO SECRETARIO

Artº 14º- Incumbe ao secretário:

1º- A guarda do arquivo do Asilo

2º- Lavrar e assinar todas as actas das sessões ordinarias e extraordinarias da direcção e das assembleias gerais e escrever e fazer toda a correspondencia

3º- Ler as actas das sessões antecedentes, promover a sua assinatura e ler todos os papeis relativos aos negocios que se tratarem em sessão.

4º- Fazer a escrituração necessaria nos livros respectivos.

5º- Passar todas as ordens de pagamento assinando-as com o presidente e coordenar com este os respectivos orçamentos.

6º- Lavrar e assinar com o presidente os termos de posse dos empregados; os de admissão e readmissão de irmãos e fazer todo o mais serviço de escrituração que preciso fôr.

DO ECONOMO

Artº 15º- É obrigação do economo:

1º- Vigiar pela conservação e limpeza de todo o material do Asilo e propôr a sua substituição, ~~com exclusão de que pertence á farmacia e aos serviços clínicos.~~

2º- Ordenar e inspecionar a compra de géneros pa-

ra alimentação a consumir no Asilo e bem assim providenciar acerca da entrada dos ^{alimentos} ~~que forem fornecidos~~ ^{por compra de terceiros} ~~por~~ ^{arrecadação nos termos do regulamento.}

3º- Vigiar pela arrecadação dos factos e objectos pertencentes aos asilados que entrarem no Asilo, pela sua entrega aos que saírem e pelo destino a dar ao espólio dos que falecerem, tudo nos termos do regulamento.

4º- Superintender conforme as indicações dos médicos e de harmonia com o enfermeiro, no serviço de todos os assalariados dentro do Asilo, e propôr ao presidente a organização dêsse serviço.

5º- Propôr ao presidente a admissão e despedimento dos assalariados e informar das licenças que os mesmos solicitem.

6º- Admitir provisoriamente e em casos urgentes, docentes que procurem o Asilo.

7º- Efectuar toda a escrituração que lhe fôr ordenada pelo regulamento interno do Asilo

8º- Permanecer sempre no Asilo excepto quando tenha de sair em cumprimento das suas obrigações, podendo só ausentar-se com licença do presidente ~~em Junta~~, tendo-se feito substituir por individuo accete para esse fim, pelo mesmo presidente.

DO FEITOR

Artº 16º- Compete ao feitor:

1º- Dirigir o amanho dos predios que o Asilo explora directamente

2º- Vigiar que os rendeiros dos predios arrendados amanhem e cuidam bem da sua cultura e conservação.

3º- Reparar em que não haja usurpações de limites de predios nas extremas.

4º- Indicar os cortes a fazer nos bastios e picais e qual a melhor forma de exploração agricola para os terrenos de cultura.

5º- Tomar nota das reclamações dos rendeiros in-

formando sobre a sua razão e fundamentos.

6.º - Dar conhecimento ao presidente de todas as ocorrências e incidentes de administração.

DO ASILO

Art.º 17.º - O serviço e administração do Asilo e suas dependências, serão dirigidos e feitos em harmonia com o seu regulamento interno actual, ou com outro ou outros que de futuro o Asilo entenda dever organizar.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Incorporação do Asilo numa Corporação Administrativa

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art.º 1.º - Aprovado este estatuto, a gerência e direcção do Asilo continua a ser feita exclusivamente pelo testamenteiro do seu fundador Doutor Luis Pereira da Costa, nos precisos termos do seu testamento, tendo a direcção de ~~o~~ do Asilo apenas voto consultivo, e isso mesmo só, se o referido testamenteiro entender dever ouvi-la.

Assumirá, por isso, o mesmo testamenteiro, a direcção do Asilo, organizando os seus serviços e o seu funcionamento, administrando e gerindo os bens da herança legada ao Asilo.

Art.º - Quando o testamenteiro, assim gerente e director do Asilo, entender que este tem assegurada e garantida a normalidade das suas funções para caber

desempenho do fim para que é criado, então e só então, nos termos do mesmo testamento, entregará a direcção, a administração e gerência do Asilo.

Art.º 2.º - A direcção, ouvidas as autoridades Administrativas, com ingerencia legal, no Asilo, como instituição de beneficencia, deliberará, a todo o tempo, a incorporação do Asilo na gusua das Instituições de Assistencia social da provincia da Beira Litoral, mas isso, só poderá fazer-se por iniciativa do testamenteiro do Doutor Luis Pereira da Costa, em virtude da determinação expressa do seu testamento.

ANEXO 8

COMUNIDADE DO SANTO E IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA

Notas sobre a Fundação

No dia 17 de Julho de 1941 chegaram a Monte Redondo a Reverenda Madre Vigaria Geral e a Reverenda Madre Provincial de Portugal com 4 Irmãs que deviam fazer parte desta Comunidade.

Vieram acompanhadas pelo Ex.mo Senhor Professor Dr Bissaya Barreto, Director da Casa, vindo logo o Senhor Dr. José Pedro Dias Júnior, dedicadissimo ás Irmãs como Director ou representante imediato do ex.mo Senhor Professor Dr. Bissaya Barreto

A nossa Reverenda Madre Vigaria Geral deu logo impulso á Obra tanto espiritual como materialmente.

Logo no dia seguinte á chegada fomos a Leiria cumprimentar Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor Bispo que muito paternalmente nos acolheu fazendo os melhores votos pela permanencia das Irmãs de S.José de Cluny na sua diocese.

Sua Ex.cia acedeu com toda a bondade ao convite que a nossa Rev.da Madre Vigaria lhe fez de vir visitar a Casa de Monte Redondo

Depois da visita foi ,Sua Ex.cia Rev.ma muito aplaudido pela multidão que se juntou em volta da Casa ,visto a Freguesia festejar nesse dia Nossa Senhora de Lourdes.

No dia... chegaram as nossas primeiras crianças.

Entre as muitas apresentadas foram preferidas 5 orfãzinhas.

No dia 23 deixavam-nos as nossas Rev.das Madres.

No dia 30 de Agosto chegaram as primeiras de Penacova :lo 11-12-13 anos para se formarem como serviçais.

No dia 15 de Agosto veio visitar a casa o Senhor D.Antonio Bispo Conde de Coir

No dia 8 de Dezembro de 1941"3das nossas pequenitas fizeram a sua primeira Comuñhão.

1942 /7 de Fevereiro com a presença da nossa Rev, da Madre provincial foi inaugurado o nosso Oratorio (futura Capela) ficando o coração da nossa Mãe do Ceu a chamar por Jesus que dentro em breve devia fazer a sua morada no meio de nós.

20 de Março --- Aniversario do falecimento bemfeitor da Obra, foi o dia escolhido pelo Divino Prisioneiro para estabelecer a sua morada conosco.

Feliz e venturoso dia foi esse para a pequena Comunidade que desde ha muito O vinha chamando com os seus suspiros e ardentes supplicas.

Houve Missa, cantando as pequenas o "Misericordias Domini" e outros cantos apropriados, terminando tudo com a Benção do SS.mo Sacramento.

Nesse dia 2 das nossas pequenitas de 4 anos faziam a primeira Comunhão.

A noite fizemos uma meia hora de Adoração em Acção de Graças e de supplica para que sempre fosse por nós bem tratado, estimado o nosso Divino Hospede.

O Sr. Dr. José Pedro Dias que foi o da ideia de ser a inauguração no aniversario do falecido Dr. Luis Pereira da Costa veio assistir e foi ele que ajudou á Missa . Deo Gratias!

19 de Junho --- Oitava da festa do Sagrado Coração de Jesus- erecção da Via Sacra. O Rev.mo Senhor Prior veio coloca-la e no final deu a benção do ss.mo Sacramento.

8 de Julho de 1942 --- Visita da nossa Rev. da Madre Vigaria Geral Durante 4 dias a Rev.ma Madre foi incansavel. Viu as Irmãs , a obra, interessou-se por tudo . Nada escapou ao seu olhar prescrutador. Sempre Mãe, mas Mãe elevada que não quer que rastegemos pela terra- nisso dá-nos o exemplo. Levou a sua condescendencia até fazer a leitura no refeitório por 2 vezes pegou no livro para ler, sentia-se que estava cansadissima.

A sua apreciada visita terminou com a inauguração do Crucifixo na Capelinha, onde ficou a prègar-nos o amor á Cruz, o amor ao sofrimento . Leu o "Vexila Regis" com a unção que lhe é propria e de que está cheio o seu nobre coração. Deo Gratias por tantas graças recebidas durante a sua visita.

18 de Outubro de 1942 --- Comunhão solene das crianças da Freguesia. Visita do Senhor Bispo de Leiria . vindo ao Instituto ver a Capela , abençoar as crianças e a Comunidade, prometendo voltar visitar-nos.

17 as nossas pequenas recebem a confirmação

+2 de Novembro de 1943 Abertura do Externato

1 de Janeiro de 1943 --Começou a sopa aos pobres

21 de Agosto de 1944 A Madre Antonia da Sagrada Familia , teve Obediencia para o Colegio de Ponta Delgada, S. Miguel, Açores.

ANEXO 9

INSTITUTO D. MARIA RITA DO PATROCÍNIO COSTA
CASA DE EDUCAÇÃO E TRABALHO

MONTB REDONDO (OBSTB)
TELEFONE 2º 54108

Instruções para a organização dos Processos de
Admissão das crianças no Instituto:

- 1ª Os requerimentos quer sejam assinados pelos próprios quer a rogo devem ter aposta à margem a impressão digital do requerente.
- 2ª Os atestados de nobreza devem ser referentes a pais da criança e no caso de ela ser orfã deve referir-se também a ela pois pode dar-se o caso de ter herdado bens.
- 3ª Certidão de idade (cédula)
- 4ª Certidão de batismo
- 5ª Atestado como a criança é normal
- 6ª Atestado ~~do médico~~ da Casa como a criança não sofre de doença contagiosa.

J. Pedro Dias

ADVOGADO
APARTADO 58
LEIRIA

TELEF. 22480

13 de Fevereiro de 1962

Exma e Vma Senhora

A antecessora de V. Exa deve tê-la informado de que a admissão das internas para as vagas que se dão é feita por meio de processo que se organiza e no qual há despacho de admissão.

Em cada um desses processos se averba a data da saída quando a interna sai e o motivo da saída .

Nenhuma interna pode ser admitida ou readmitida sem processo e sem despacho

Apresento a V. Exa os meus respeitosos cumprimentos e subscrevo-me com a maior consideração

De V. Exa

mtto ato e mtto obro



José Pedro Dias Júnior

ADVOGADO
ABRIL 1900
LEIRIA

TELEF. 22480

9 de Março de 1963

Exma E Revma Senhora Madre Superiora das Irmãs
de S. Jose de Cluny em
Monte Redondo

Exma e Rvma Senhora

Cumpre-me relativamente á carta de V. Exa de ontem na parte em que se refere ao seu desgosto pela não admissão de menor Adilia Maria informar que ela não estava em condições de ser admitida por força dos termos expressos do testamento do Fundador o Doutor Luiz Pereira da Costa que transcrevo:

..... todos os seus bens devem ser empregados na fundação organização e funcionamento de um Instituto de utilidade local com o fim expresso de socorrer e proteger os pobres e e ciaçaz sem amparo da freguesia de Monte Redondo

Vê-se que tratando-se de crinaças que não sejam pobre nem desamparadas isto é sem pais ou familia que as tenha a seu cargo não podem ser admitidas.

Isto mesmo foi transcrito nos respectivos estatutos, Lamento que estas circunstancias não permitam que a pretendida de V. Exa seja admitida como não foi por ordem superior. Subscrevo-me com a maior consideração

De V. Exa
mtº atº e mtº obrº



28/7/1941

Exmo Snr. Dr. Fernando Baeta Bissaia Barreto
Distmº Professor da Faculdade de Medicina da
Universidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia da Beira Litoral

COIMBRA

Exmo Snr, da minha maior consideração.

A Tereza continua irredutivel, insistindo em sair, embora se bem com as freiras que a tratam com carinho.

Queria sair no fim do mez, mas lembrei-lhe o compromisso que eu com V. Exª de ficar, enquanto não houvesse cosinheira.

Ora, as senhoras telefonaram-me hoje a dizer que apparecera em te Redondo apresentada pela Snrª D. Emilia, uma mulher, dizendo-se inheira e tem estado na Pensão Girasol, da Figueira da Foz, a ganhar 300\$00 por mês.

As senhoras disseram-lhe que nem o servigo, nem os recursos casa, eram para tão grande ordenado e a mulher parece que já fica por 150\$00.

As senhoras ainda acham muito e eu disse-lhes que V. Exª tambem seria da opinião delas e que devia aguardar-se que apparecesse ra pretendente mais em conta.

As senhoras porem, alvitram o seguinte:

Tem lá andado uma rapariga a dias, de quem gostam, que parece habilidosa e dócil e como uma das irmãs sabe alguma coisa de inha, contratariam essa rapariga, ficando a Tereza mais um mês, a lhe dar umas lições e as senhoras remediar-se-hiam com a ir- que sabe de cosinha e com ela.

Não me disseram quanto seria o ordenado, mas como V. Exª vê, tando-se de principiante, não poderia ser exagerado, nem mesmo

Limitada

isa que de longe se parecesse com os 150\$00 que pedia a da Fi-
eira.

Na próx
Pedem por isso a V.Exª o favor de dizer se as autorisa a con-
tractar aquela rapariga, nos termos indicados.

Apresen
Estive hoje no Tribunal bastante tempo e por isso só tarde
cheguei ao escritório, onde um empregado me disse que aparecera um
homem a perguntar se V.Exª queria vender 2 ou 3 toneladas de ma-
deira de 2ª.

Deve tratar-se de madeira já serrada, com alguns nós ou de-
feitos e com determinadas medidas que se não adaptem a todas as
aplicações.

Como não falei com o homem não pude colher mais informações,
nem mesmo sei o prego que éle oferece.

Como depreendi que V.Exª tinha aplicação imediata, para to-
da ou parte da madeira, não me interessou muito a proposta do ho-
mem.

Mas, pensando melhor, resolvi transmitir-lha, acrescentando
que vou colher elementos para determinar com precisão o que é ma-
deira de 2ª e saber os preços do mercado, isto para a hipótese de
V.Exª achar vantajosa qualquer transação.

Claro que não se fecharia nenhum contracto sem V.Exª ser
informado dos preços correntes e do prego oferecido.

As 5 pequenitas que estão em Monte Redondo, já não parecem
as mesmas, uma ou outra choramingam de vez em quando, quando vê
pessoa de familia, mas todas elas estão contentes e risonhas e
muito engraçadas com o cabelo rapado.

Uma delas muito amiga da irmã Izabel dizia-lhe há dias, co-
mo em segredo "Isto é um encanto".

Limitada

ANEXO 13

22/8/1941

Exmo Snr. Doutor Fernando Baeta Bessaia Barreto
Distº Professor da Faculdade de Medicina da Univer-
sidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia da Beira
Litoral

COIMBRA

Exmo Snr. da minha maior consideração

As coisas em Monte Redondo correm muito bem.
De dia para dia acho mais engraçada a situação das crianças.
Ante-ontem estavam sob a vigilância de uma das Irmãs, á entrada ao
do quintal, cada uma a seu cento a desfilar lã.
Mostram-se muito alegres e bem dispostas.
É de facto um enlevo entrar naquela casa e uma das pequenas já dis-
a Madre Superiora "que aquilo parecia o Céu".
Apezar de terem sido satisfeitas pela Junta as requisições das Ir-
vou comprando aqui qualquer coisa que lhes falta ou não vem a tempo;
exemplo: um bocado de arrôz, algumas massas, manteiga e trouxe de Braga,
e estive há dias, 12 tijelas para o café das Irmãs iguais ás que usam na
de nogueiró, a pedido delas e por indicação da Laire Ornelas com quem
iva.

23/8/1941

Exmo Sr. Doutor Fernando Baeta Bessaia Barreto
Distmº Professor da Faculdade de Medicina da Uni-
versidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta da Beira
Litoral

CCIL.Ba.

Exmo Sr. da minha maior consideração

Já hoje deve ter entrado, depois do exame médico, a pequena que V. Exª pelo telefone me deu ordem para ser admitida.

A Sbrª L. Maria Silva, sobrinha do Sr. Dr. Pereira de Costa, foi quem que me mandou o recado para a criança vir e foi apresentá-la á Madre Superiora.

Então, indo para a Figueira, onde passei o dia, fui abordado pelo gerente duma fábrica de Serração, de Monte Redondo, que é devedor á casa duma escritura de 30.000\$00 e duma letra de 5.000\$00 e propunha-se fazer a serração dos pinheiros encontrando-se no pagamento dos juros a despeza da serração.

Disse-lhe que V. Exª mandara abrir concurso para o fornecimento de motor que me parecia ser para a montagem duma serra para aquéle efeito.

Como esta proposta poderá interessar a V. Exª, aconselhei-o a fazê-la, dizendo-lhe que naturalmente receberia a resposta pela Junta da Beira Litoral, ou que eu lhe daria verbalmente, se entretanto falasse com V. Exª pelo telefone.

Nestes termos, 2ª feira ou 3ª de manhã, incomodarei V. Exª para receber as suas instruções.

As coisas vão muito bem em Monte Redondo e o que mais me impressiona é o ar prazenteiro das crianças e a maneira como as Irmãs se fazem ob-

Com os meus respeitosos cumprimentos, subscrevo-me

De V. Exª
Mtº Attº Venºr Crdº Cgmº

,21/11/1941

Exmo Senhor Doutor Fernando Bacta Bissaia
Barreto
Disttmº Professor da Faculdade de Medicina
da Universidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia
da Beira Litoral
Coimbra

Exmo Snr. da minha maior consideração

Rego a V.Exª que não se aborrega por eu tomar a liberdade de
lhe oferecer esta sua casa, para quando venha a Leiria, e de perguntar
se deseja honrar-nos, aceitando qualquer refeição.

Sei muito bem que V.Exª não tem tempo a perder na sua extraor-
dinaria e incansavel actividade, e tambem sei qual é o valor do tem-
po, para pessoas da elevada categoria de V.Exª.

Mas fazendo tal convite, fico esperançado que em dia que a
V.Exª convenha e possa, nos dá a honra de aceitar.

Como V.Exª não sabe quando virá a Monte Redondo, venho pedir
as suas ordens para o seguinte:

Resinagem
Como em tempo disse a V.Exª, escrevi ao Manuel Henriques, de
Fombal, por causa de uma resinagem mal feita num pinhal, tornando-o
responsavel pelo prejuizo.

Mandou logo um socio a Leiria, e eu disse-lhe que como este ne-
gocio fôra tratado directamente por V.Exª, aguardasse as ordens que
V.Exª oportunamente lhe daria.

E nesta época que costumam fazer o pagamento das feridas.
No caso de V.Exª querer que as contas sejam cá liquidadas,
fará favor de dar-me indicações quanto ao prego, que não ficou com-
binado, e quanto á indemnização.

Talvez isto seja uma má impressão que me ficou, da ultima conversa que com elle tive.

Anda-se na apanha da azeitona.

Quero vêr se depois se arrifam os pinhais, o que o ano passado se não fez, pela resistencia passiva d'ele que nisso é useiro e vezeiro.

Venda coisas desnecessarias

A quando da sua vinda a Monte Redondo, resolverá V. Ex.^a, se sempre faz leilão e de qué.

As senhoras falam nas pratas, e parece que comprariam alguma coisa.

Casa

Tudo corre normalmente em Monte Redondo.

As pequenas mostram-se alegres e muito amigas de brincar.

Acho as maiores mais fortes e com boas cores, parecendo-me mais desenvolvidas.

As mais pequenas cresceram e engordam que é um gôsto.

Teve de vir ao especialista de olhos uma delas, por conselho médico.

Não agradeço ainda a V. Ex.^a o favor do internamento no Sanatorio do doente recomendado pela União Automovel Leiriense, Ld.^a, de Leiria.

Fago-o agora muito reconhecido.

Embora o doente saisse por não querer ficar, a União, continua, muito grata a V. Ex.^a e eu aconselhei-a a manifestar praticamente o seu agradecimento, transportando quaisquer volumes ou mercadorias de graça para Monte Redondo, na camionete da carreira da Figueira.

INSTITUTO D. MARIA RITA DO PATROCÍNIO COSTA
(CASA DE EDUCAÇÃO E TRABALHO)
MONTE REDONDO (OESTE)
TELEFONE 28002

Á Reverenda Superiora das Irmãs de
S. José de Cluny em Monte Redondo

Ordens e instruções recebidas do Exmo Senhor Director do
Instituto para serem transmitidas á Reverenda Madre Superiora

Quanto á proposta feita para as crianças nas horas vagas se dedicarem a bordados para vender sendo para elas o respectivo producto:

Primeiro: Não se compreende bem o que sejam horas vagas das crianças, porquanto todo o seu tempo deve estar regulado com os trabalhos a que são obrigadas e o curso das aulas.

Se se entender por horas vagas o periodo de recreio, não é razoavel que o tempo a esse recreio atribuido seja occupado em trabalhos sedentarios com prejuizo assim do desenvolvimento fisico das crianças.

Não quere Sua Excelencia o Senhor Director que nas crianças seja inculcado o espirito de ganhos e por isso não autoriza por emquanto o fazerem elas qualquer trabalho destinado a venda.

Não quer Sua Excelencia o Senhor Director que ás crianças seja ensinada a confecção de rendas e bordados.

Devem dedicar-se á confecção de roupas de crianças e adultos, pois pretende-se fazer delas boas donas de casa e não regentes de casas de bordados.

De harmonia com a intenção do Fundador e com os Estatutos da Instituição a educação das crianças deve ser orientada no sentido pratico destinadas a viver em aldeias com o respectivo ensino doméstico, costura, arranjo de casa, tratamento de gados e até trabalhos leves de agricultura.

Não esquecer o ensino de cosinhar, amanho de broa e tratamento de gados e criação.

Devem as crianças ser habituadas a ordenhar vacas leiteiras, amassar e coser a broa, inspirar-lhe o gosto pelo asseio e higiene e quanto a trabalhos agricolas, fazer com que elas se empreguem no arranque de ervas daninhas ou outras, colha de frutos e de hortaliças e até trabalhos de sacha de harmonia com as indicações nesta parte a dar pelo feitor.

Repete-se, as crianças devem ser educadas no sentido de poderem tornar-se boas donas de casa a viver nas aldeias e não como meninas de sociedade ou que procurem depois uma vida não compativel com a sua educação.

Ressalva-se porém a hipotese de alguma delas manifestar sinais de intelligencia privilegiada ou de habilidade rara para qualquer serviço manual.

Neste caso, Sua Excelencia o Senhor Director providenciaria.

As crianças não deve ser ensinado desenho além do linear, pois que outro qualquer tipo de desenho pode dar margem a que elas se orientem no sentido inverso daquele para que é ministrado o ensino e o interesse.

Não esquecer o ensino do tricô manual para efeito de estarem habilitadas a mais tarde poderem, com recursos proprios, fazer agasalhos para os filhos e marido.

Quanto a malas para as crianças guardarem os seus objectos concorda Sua Excelencia o Senhor Director em que para aquelas que estejam em idade disso, se compre desde já, um pequeno baú de lata que será pertença de cada uma onde guardarão e arrumarão os seus objectos proprios.

Isto dar-lhe-há decerto a tendencia para arrumação e ordem do

INSTITUTO D. MARIA RITA DO PATROCÍNIO COSTA

(CASA DE EDUCAÇÃO E TRABALHO)

MONTE REDONDO (OESTE)

TELEFONE 28002

que lhe pertence.

Quanto á proposta para a compra de uma máquina de fazer tricô, não concorda Sua Excelencia o Senhor Director com tal aquisição.

Quanto á compra de um bengaleiro para a entrada, concorda Sua Excelencia o Senhor Director com a sugestão e vai mandar providenciar

Quanto á proposta para as crianças andarem calçadas
Concorda Sua Excelencia o Senhor Director, devendo para o serviço de campo e tratamento de gados, usar tamancos; para os serviços de casa e outros, sandálias e para sair e passeio, sapatos.

Quanto á compra da maquina Singer para ponto zig-zag:
Cassada autorização para essa compra. Comprar-se-há possivelmente se vier a reconhecer-se que isso é necessario uma máquina para costura vulgar.

Não há necessidade de habituar as crianças a trabalhar com máquinas para fazer pontos especiais nas roupas.

Leiria, 30 de Outubro de 1960

21/7/1942

Exmo. Sr. Doutor Fernando Costa Hissaya Barreto
Distr.º Professor da Faculdade de Medicina da Uni-
versidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provisão da Beira
Litoral

COIMBRA

Exmo. Senhor da minha maior consideração

Comme conven tentor alguma coisa para vêr se é possível obter já
a isenção de imposto sobre aplicação de capitais, tome a liberdade
de pedir a V. Ex.ª o favor de me dizer se já tem alguma resposta do Sr.
Estado.

Como V. Ex.ª não tenha ainda resposta, eu poderia dirigir-me a Mãe
de V. Ex.ª, se para tanto me autorizar, tanto mais que o conhoço do
que aqui foi Director de Finanças.

EXTRACTO para o relatório

Em cumprimento das ordens de V. Ex.ª falei com a Mãre Superiora e
é carta da Sr. Madre Crueiras.

A Senhora diz-me que poderia de principio ser admitida até
aos dez-12 anos para cima para aprenderem costura, cozinha e vol-
ta.

Com a caridade dar a todas uma merenda e ás de longe que não pu-
da casa, uma sôpa.

Perfome com a Mãre Superiora e fazendo contas, pareceu-nos que
era um grande encargo, tanto mais que a sôpa é sempre abundante
e sobras.

SAL

Sorteiro diz que vendeu um wagon de sal por 3.000\$000.
dinda e não foras levantar, e receio que se neguem porque só

O mal parece que se agravou; no último mês perdeu mais de 1 quilo
so.

Pedi ao médico um relatório para enviar a V.Ex^{sa}.

Logo que o tenha manda-lo-hei a V.Ex^{sa}.

SOPA

Depois de pedir autorização a V.Ex^{sa} mandei aqui fazer uma panela grande
de ferro zincado com a capacidade de 40 litros.

Nela se cozinhará a sopa de todos e a que se der aos pobres.

Conforme a orientação dada por V.Ex^{sa}, recomendei que os pobres a
contemplados com a sopa fôsem de verdade pessoas necessitadas.

FORNO + *Forno*

Devido ao movimento actual, o forno de broa é pequeno; tem que se cozinhar
em outro não, o que representa além de maior trabalho e tempo
um maior consumo de lenha.

Acresce que o actual está muito arruinado, precisando de uma reparação
que, segundo diz o criado equivale a um novo.

Pis a Superiora que convinha um forno para 6 alqueires.

Autoriza V.Ex^{sa} essa construção?

GENÉROS

Transferei este mês para o Asilo Distrital por déles não necessi-
tados da Monte Redondo, 45 quilos de arroz e 30 quilos de açúcar.
Bacalhão não veio ainda.

ROUPAS + *roupas*

De harmonia com as ordens de V.Ex^{sa} o Director do Asilo Distrital
para Monte Redondo a confecção de certo numero de peças de roupas
e camisas.

Mostrou certa urgencia.

A Superiora pondera-me que para poder satisfazer aquele pedido e
com relativa prontidão, convinha mais uma máquina de costura.

S.  R.
 MINISTÉRIO
 DA
 EDUCAÇÃO NACIONAL
 INSPECÇÃO SUPERIOR
 DO
 ENSINO PARTICULAR
 Campo dos Mártires da Pátria
 LISBOA

IMPORTANTE— Isposta indicar as seguintes referências

Livro N.º A
 Processo N.º
 Alvará N.º 1.398

Lisboa, 3 de Fevereiro de 1955.

Exm^o. Senh^r
 Director do Instituto D. Maria Rita do
 Patrocínio Costa

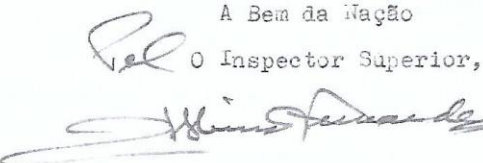
L E I R I A MONTE REDONDO

Comunico qe, por despacho ministerial de 29 de Janeiro findo, foi concedido a esse Instituto alvará de autorização para o funcionamento de um estabelecimento de ensino primário particular denominado "Externato Dr. Luis Pereira da Costa", sito em Monte Redondo, fixando-se a lotação em 36 (trinta e seis) alunos externos do sexo feminino, em regime de planos e programas oficiais, sob a direcção de Ana Guerra Ferreira.

"estes termos digno-se V. Ex^a. enviar a esta Inspeção um selo fiscal de 50\$00 para a passagem do alvará, a qual fica pendente da concessão de diploma à directora.

A Bem da Nação

o Inspector Superior,



CAMILO KORRODI
ARQUITECTO

LEIRIA

PLANTA DESCRITIVA

Refere-se o presente levantamento á sala de aula, que o Instituto Dona Maria Rita do Patrocinio Costa, com sede em MONTE ALEGRE, pretende destinar ao funcionamento da Escola de Ensino Primário Particular, como consta do requerimento respectivo.

CARACTERÍSTICAS DA SALA:

ORIENTAÇÃO: As duas fachadas de iluminação encontram-se orientadas segundo os quadrantes, Nasc-Sul, Sul-Poente.

DIMENSÕES: Compt. 6,30 M - Largura 5,80 M.

ÁREA : 36,54 M².

PÉ DIBRITO: 4,18 M.

CUBAGEM : 152,737 M.³.

JANELAS : 4 de 1,20 x 2,05

SUPERFÍCIE

DE ILUMINAÇÃO,

TOTAL : 10,24 M.².

ILUMINAÇÃO

ARTIFICIAL: Electrica

SISTEMA DE

ARRJAMENTO: Janelas moveis.

PAVIMENTOS: Solho á inglesa em pinho encerado.

PAREDES : Estuque liso pintado a tinta de oleo, cor: verde muito claro

TETO : Estuque liso, branco.

PINTURA DE

JANELAS E

PORTAS : Esmalte branco.

MOBILIARIO: 17 carteiras de dois lugares-tipo oficial, em madeira de pinho encerada.

1 armario estante, para material escolar.

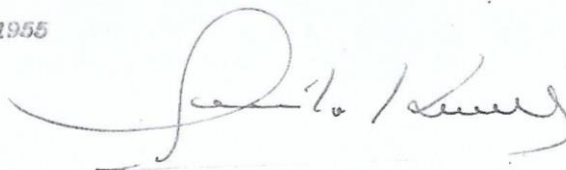
1 quadro em lousa.

1 secretaria, para professor

1 cadeira.

Na planta encontra-se indicada a posição de todo o mobiliario descrito.

Leiria, Janeiro de 1955



Nos termos da Lei não
é permitido aumentar o
número de linhas deste
papel ou escrever nas
suas margens.



Senhor Ministro da Inspeção Geral do Ensino Particular

Excellência

Fernando Baeta Bissaia Barreto, Director do Instituto D. Maria Rita do Patrocinio Costa, em Monte Redondo, no qual tem funcionado uma escola primaria denominada, Escola Dr. Luis Pereira da Costa (Alvará n.º 1406) - sendo a Directora D. Maria da Conceição dos Santos Alves possuidora do diploma de Ensino Particular n.º 15422. Por varios motivos deseja fechar esta mesma escola.

Pede a V. Ex^a deferimento

Monte Redondo de Setembro de 1966

Deferido

Duplicado

ANEXO 22

FUNDAÇÃO BISSAYA-BARRETO

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, IN "DIÁRIO DO GOVERNO", III SÉRIE, 26-11-55

AVENIDA SÁ DA BANDEIRA, 83-1.º

TELEFONE 25781

COIMERA

Exma e Resp. Irmã Superiora
do Instituto D. Maria Rita do
Patrocínio Costa

MONTE REDONDO (9355E)

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		260	11/8/66

ASSUNTO:

Tenho a honra de comunicar que o Exmo Senhor Presidente autorizou que as internadas frequentem a escola primária oficial conforme solicitado por V.Exª. na carta de 10 do corrente.

Apresento a V.Exª. os melhores cumprimentos.

A Bem da Nação

O ADMINISTRADOR,



Na resposta indicar a "Nossa referência". Em cada ofício tratar só de um assunto.

ANEXO 23

1964 - Estatística

Apontamentos

Alvará 1406

Professora Glória do Cen da Silva Leite, 25 anos

Diploma 23122

Escola funciona em curso duplo (2 aulas)

Classes 1ª alunas 3

2ª " 4

3ª " 2

4ª " 4

Na 1ª uma não transitou por Incapacidade -- 4ª classe todas aprovadas no exam
E são na Educação primaria 13/5

AS internas é administrada instrução primaria e todos os trabalhos domesticos

Recreios 3 por dia e os intervalos

Refeições 3 por dia e lanche

Instalações 6 Camaratas - 1 Sala -- 1o sanitarias

Idades - 1 com 4 anos

2 " 5 "

1 " 6 "

4 " 8 "

5 " 9 "

7 " 12 "

5 " 13 "

1 " 15 "

3 " 16 "

5 " 17 "

Entraram 3 internas com 5,6, e 8 anos

Sairam 3 " " 12, 14 e 16 anos

Entraram 3 - 5, 6, 8
Sairam 3 - 12, 14, 16

Modelo

Modelo n.º 430 do catálogo - Diversos
(Exclusivo da Imprensa Nacional de Lisboa)

Ensino particular, em estabelecimento

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Inspeção do Ensino Particular

Boletim de inscrição de aluno externo do ensino primário elementar

Direcção do Distrito Escolar de Leiria

(a) Escola Dr. Luís Freire da Costa

1956-1957

2.ª Classe

Aluna Amélia Vitória Brígida

Filha de José Maria Freire - (falecido)

e de Amélia Brígida Freire

Natural de Monte Redondo Freguesia de Monte Redondo

Concelho de Leiria Distrito de Leiria

Data do nascimento: 22 de Março de 1946

Residente em Monte Redondo

Profissão do pai _____

Residência do pai _____

Fez a sua inscrição na 1.ª classe no ano lectivo de 1955-1956 na

Direcção Escolar de Leiria

Monte Redondo, 15 de Setembro de 1956

O Pai ou Encarregado da educação,

Ana Guerra Ferraria


O Director do Estabelecimento (b),

Ana Guerra Ferraria

(a) Designação e sede do estabelecimento.

(b) Assinatura reconhecida por notário ou registada no estabelecimento oficial onde se efectua a matrícula, com selo branco do estabelecimento proponente.

Obra
 Governosa
 Coimbra

ANATÓMICO

Sanatório de Celas
 (doentes e crianças)
 Sanatório da
 Portuguesa do Brasil
 (Homen)

AGRICULTURA

Sanatório de Penevosa

AGRICULTURA

Sanatório Central
 de Coimbra
 (do Inquérito)
 Arganil
 Cantanhede
 Louzã
 Montemor-Velho
 Penevosa
 Condeixa
 Góis
 Pombal
 Póvoa

DE PROTEÇÃO

GRAVIDA E

DA CRIANÇA

Dispensário
 da República
 dos Pequenos
 Parque Infantil
 Oliveira Salazar
 da Infância
 do Resgate Salazar
 Unidade do Niño
 da Infância
 da Criança
 Santa Isabel
 (Santa Clara)
 da Criança
 do Avejar (Lorito)
 da Criança
 de Vilhena (Olivais)
 da Criança
 Santa D. Maria
 da Foz
 Criança de Vila Nova
 de Odrém
 Criança de Salreu
 da Criança
 Santa D. Leonor
 da Criança de Pera)
 Educação e Trabalho
 de Quadros
 (de Vouga)
 Educação e Trabalho
 Patrocínio e Costa
 Monte Redondo)
 da Criança
 da Profissional
 da Criança de Semide

DE HIGIENE

CLÍNICA SOCIAL

Sanatório de Profilaxia
 das
 Venéreas (Alta)
 Sanatório de Profilaxia
 das
 Venéreas (Baixa)
 Centro Regional
 Contra o Cancro
 (construção)

ECONÓMICO

(Lorito)

ECONÓMICO

(em estudo)

DE EDUCAÇÃO

Normal Social
 dos Pequenos
 da Saúde" (Jornal)

M. D.

S. R.

JUNTA DE PROVÍNCIA DA BEIRA LITORAL
 COIMBRA Telf. 2698

ECONOMATO

N.º 195
 P.º E

Ex.ª Senhor

Dr. Jose Pedro Dias

Leiria

Com os meus cumprimentos,tenho a honra de infôrmar que a Senhora Superiora de Monte Redondo requisitou e S.Ex.ª. o Senhor Presidente auctonizou o seguinte:

- 12 livros de 2ª classe
- 50 cadernos de papel almaço
- 50 " " 2 linhas
- 1 saco de borracha para agua quente
- 1 pinça para a farmacia
- 12 duzias de molas
- 6 tesouras
- 1 peça de cotim da tabela

A Dem da Nação

Coimbra, 20 de Março de 1944

O Encarregado dos Ser viços de Economato

Luiz de Oliveira Machado

30/89
4.5.

Fátima, 10 de Março de 1989

Reverendo Senhor
Padre David Pedrosa Gaspar
Monte Redondo

Peço imensa desculpa de só hoje vir responder ao seu cartão, o que faço por incumbência da minha Superiora Provincial - Irmã Clara Gomes.

A Comunidade do Coração Imaculado de Maria abriu no dia 17 de Julho de 1941 com 4 Irmãs e 6 alunas.

As Irmãs eram:

- . Ir. Antónia Fernandes - está no Brasil
- . Ir. Maria do Bom Pastor - já falecida
- . Ir. Isabel Gomes - doente em Fátima
- . Ir. Lúcia Rita - também doente em Braga.

A comunidade foi fundada para se dedicar à formação cristã e humana de cerca de 50 crianças e jovens, dos 5 aos 17 anos, em regime de internato, sendo algumas orfãs. O número de 50 foi rapidamente atingido.

Frequentavam a Escola Primária e depois eram orientadas para trabalhos domésticos, cozinha, costura, bordados.

As Irmãs dedicaram-se muito à Pastoral Paroquial através de catequese, formação de catequistas, animação litúrgica, formação de adultos, visitas a domicílio, atendimento de doentes pobres.

Por razões alheias à Congregação, visto esta não poder trabalhar com os meios necessários, a comunidade foi fechada no final do ano lectivo de 1974.

Penso ter respondido ao essencial que o Senhor Padre David perguntava no seu cartão.

Em nome da minha Superiora Provincial, ausente em Braga, desejo - lhe muita coragem e peço a Deus a Sua benção, para que possa levar a cabo todos os seus desejos pastorais.

A secretária provincial,

(Irmã Maria João Ferreira)

P. S. As nossas saudações pelos 400 anos de fundação de Fátima

C ó p i a

É necessario justificar estes numeros, pois não há registo que tenham sido internadas raparigas que justifique 10 missaes, 12 lenços para a cabeça, 8 chales, etc. É necessario ponderar que se não deve gastar o desnecessario e que a Fundação não é rica e que tem de educar raparigas para a vida não como princezas, mas como filhas do Povo e que para o Povo têm de voltar.

Não podem ser educadas num ambiente e em condições diferentes daquelas que vão encontrar amanhã na vida corrente. Chama-se tambem a atenção que a partir dos 18 anos, as educandas devem ser entregues á familia para se conseguirem adaptar á vida prática.

A Exm^a Direcção da Sociedade de De-
feza e Propaganda da Fraia do Pedrógão

O Instituto D. Maria Rita do Patrocinio Costa, Insti-
tuição de beneficencia local, com séde em Monte Redondo,
concelho de Leiria, desejando que lhe seja fornecida água
para usos domesticos na sua casa sita na Fraia do Pedrógão,
da freguesia do Coimbrão, do concelho de Leiria, requiere a
V.Ex^{as} se dignem mandar-lhe ligar a água da canalisação,
propriedade da Sociedade de Defeza e Propaganda da Fraia do
Pedrógão ao seu predio, sujeitando-se ao pagamento de im-
portancia que haja mensalmente a pagar, pelo gasto da mesma
água, computado em 2 metros cubicos e sujeitando-se ainda
ás seguintes condições:

1^o - Apesar de todos os ramais de ligação da rede ge-
ral de distribuição até aos predios dos consumidores serem
pertença da Sociedade de Defeza e Propaganda da Fraia do
Pedrógão e de as suas colocação, conservaço, reparaço e
renovaço, serem executadas pela mesma sociedade, todas es-
sas despesas serão pagas pelo signatario no fim do mez em
que venham a ser feitas;

2^o - Logo que a mesma Sociedade o determine, será co-
locado contador em casa do signatário, sendo as despesas
de colocação e do aluguer mensal do mesmo, pagas integralmen-

por ele e a água que consumir, paga á razão de Esc.2\$00
m3, não podendo a importancia a pagar mensalmente ser
superior a Esc.4\$00, acrescidas do aluguer do contador.

3º - O signatário não poderá utilizar água antes
existencia do contador em sua casa, para usos que não
sejam domesticos, pelo que a mesma não poderá ser destinada
para regas, lavagens de carros, celebriças a particulares, diço
deciças a estranhos etc.;

4º - O signatário fará entrega no fim de cada mez
ao Tesoureiro da Sociedade das importancias em divida á
mesma, quer pelo gasto da água, quer por qualquer outro mo-
tivo que ao fornecimento da mesma diga respeito.

5º - O signatário fica sujeito ao córte da água que
a Sociedade venha a pagar e fornecer ao seu referido pre-
cio, sem direito a indemnizaço alguma, logo que deixe de
cumprir o que fica estipulado neste requerimento e no Regu-
lamento de Abastecimento de águas, ou ainda quando por
qualquer motivo de fôrça maior a Sociedade tenha de suspen-
der o fornecimento da mesma água.

Felo Director do Instituto D. Maria Rita do Patrocinio Cos-

ta:-

1/3/1943

Falar me como para terra e factos

Exmo Snr. Doutor Fernando Baeta Bissaya Barreto
Distmº Professor da Faculdade de Medicina da Uni-
versidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia da Beira
Litoral

COIMBRA

Exmo Senhor da minha maior consideração

Contava pessoalmente falar a V.Exª nos assuntos que seguem
caso V.Exª aqui passasse ontem,mas como do Hospital de Coimbra me
disseram na 6ª feira que V.Exª não vinha pela linha de Oeste,não
fui á Estação.

PIMBELOS

Combinæi com os compradores em vez de pagarem em 4 prestações
a 60-120-e 180 dias, ficarem eles com o dinheiro a juro de 4%.

Para isso assinam letras;mas só começam a pagar juros depois
de 90 dias.

Arsim, sempre se recebe algum rendimento - A firma compradora
accita a letra e os socios avalisam.

LEITURAS A JURO

Talvez se pudessem fazer alguns empréstimos com hipoteca. Con-
cordando V.Exª seria necessario uma procuração para esse efeito.

OBRAS - CASA DE PEDROGÃO

Fui ver a casa do Pedrogão a pedido do encarregado José Ro-
drigues - Há necessidade absoluta de substituir as telhas que não
foram postas a quando do ciclone.

A telha é ainda da primitiva e está a desfazer-se com o ar
do mar, e por isso chove muito dentro de casa.

CASA DE LEINIA

Aguardo o orçamento para as reparações desta casa.

, 15/12/1941

Exmº Snr. Doutor Fernando Baeta Bissaia Barreto
Disttmº Professor da Faculdade de Medicina da
Universidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia da Beira Litoral

COIMBRA

Excmº Snr. da minha maior consideração

O médico de Monte Redondo Dr. Cristino, informou-me de que ia deixar Monte Redondo, regressando a Verride, sua terra natal.

V. Exª dignar-se-há dar instruções sôbre a sua substituição.

Ainda deve ser ele quem examina as 3 crianças que esta semana entram de novo, recomendadas, 2 pela Srª D. Maria Silva e 1 pela Srª D. Mariana.

Estas 3 crianças já levam cada uma um chaile que as suas protectoras lhe dão.

Mando em separado a nota dos pobres que as senhoras me deram para serem contemplados pelo natal.

Para os homens e mulheres propunham as senhoras que se desse a cada, um cobertor.

Para as crianças, camisolas ou vestidos e para este efeito vai a indicação das idades das crianças.

Preguntei ao Snr. Dr. Cristino, se tinha alguma conta de honorários a apresentar.

Não respondeu prontamente com uma negativa.

Disse que não tinha pensado nisso, que não sabia bem o que havia de fazer, tanto mais que devia favores a V. Exª.

oferecem agora 2.500\$00.

Vi no Diario de Noticias que o Govêrno quer fixar preço e as autoridades previnem que serão processados os que venderem por preço superior ao corrente.

Não sei bem que preço é este.

Parecia-me que, no caso de oferecerem 2.500\$00 poderia vender mais um vagão. Não eramos nós quem pedia e 2.500\$00 é menos que o preço corrente há oito dias.

Depois não vendiamos mais e sujeitava-mo-nos aos preços que viam sem a correr.

INTÉRMITAS.

A D. Maria Silva indicará o nome de uma pequenata l. ariana, de outra, conforme as ordens de V. Ex.^a.

Há uma vaga que podia ser preenchida com uma de Pena Nova, de 13 ou 14 anos.

No caso de V. Ex.^a entender que deve vir d'aí não se procurará outra da região.

MEDICO

O Sr. Dr. Gil já tomou posse do seu cargo, observou todas as crianças e notou em duas ou tres doenças de nariz e garganta, sendo de receber que convem ser operadas.

Disse a Madre Superiora que pedisse ao Sr. Dr. um relatório de relação a essas doentes, para V. Ex.^a apreciar e ordenar o que entender.

O Sr. Dr. Bingre quando recebeu os 1.000\$00 da mão do criado agressivo e menos delicado, como menos delicado já fôra quando se dirigiu á Madre Superiora na Estação de Coimbra.

José Pedro Dias Júnior

ADVOGADO
APARTADO 58
LEIRIA

TELEF. 22480

I de Maio de 1962

Exma Senhora Superiora das Irmãs
de S. Jose de Cluny em
Monte Reondo

Exma e Revma Senhora

De Coimbra sua Excelencia o Senhor Prof.
Doctor Bissaya Barreto diz que as tres crias
desse Instituto que estão necessitadas de se
operadas da garganta o devem ser nos fins da
corrente mez de Maio por medicos especialis-
ta de Leiria.

Subscreevo-me com a amior consideração

De V. Exa
mto ato e mto obrº



19/4/1943

Exmo Snr. Doutor Fernando Baeta Bissaya Barreto
Distmº Professor da Faculdade de Medicina da Univer-
sidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia da Beira Li-
toral

COIMBRA

Exmo Snr. da minha maior consideração

MARINHAS DE SAL

Fui ontem com o marnoteiro ver as reparações que é necessario
fazer.

Sem mesmo esperar a concordancia de V.Exª, disse ao marnoteiro
podia fazer a parte restante do programa aprovado o ano passado,
seja a reparação dos caneiros, o que deve custar entre 300 e 400\$00.

Há, porém, toda a conveniencia em fazer já êste ano, a reparação
arranjo nas cabeceiras das marinhas, do que deve resultar, segundo a
opinião do marnoteiro, um aumento de produção já êste ano de 10%.

Seduziu-me esta circumstancia e disse-lhe que ia transmitir a
V.Exª esta sugestão e depois lhe diria, quais as ordens de V.Exª, que
sim fica aguardando.

Esta despesa está orçada entre 1.000\$00 e 1.500\$00 e segundo
opinião do marnoteiro é trabalho que fica feito para uns 15 a 20
ds.

ESTADO SANITARIO DAS INTERNADAS DE MONTE REDONDO

Houve 6 casos de sarna, que me parece estarem debelados; um caso
febre tifóide em via de cura; e um caso em começo, talvez de gripe.

Na próxima 5ª feira, de manhã, tomarei a liberdade de, pelo tele-
fone, receber as ordens de V.Exª a propósito das marinhas.

Com os meus respeitosos cumprimentos, subscrevo-me

De V. Exª
Mtº Attº Venºr Crdº Ogmº

19/2/44

Exm^o Senhor Doutor Fernando Baeta Bissaya
Berreto
Distm^o Professor da Faculdade de Medicina
da Universidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia
da Beira Litoral
C O I M B R A

Exm^o Senhor da minha maior consideração

Já estou melhor da gripe, levantando-me há dias, contando
ir amanhã a Monte Redondo.

ESTADO SANITARIO

Todos tiveram gripe, mas felismente já estão restabelecidos.
Quanto á "tinha", de duas pequenas a que se fez a analise,
uma deu positivo, outra negativo.

Aquela vem hoje ao Hospital para ser tratada.

Está mais para analisar o cabêlo de outras duas, mas como
estas são externas, a solução é facil.

Há porém com aquela molestia, uma que veio de Penacova, e
como não convem mandar esta embora, ainda que temporariamente,vão
se usar todas as precauções para evitar o contagio.

Foi uma praga que ali caiu e não sei quando nos veremos li-
vres dela.

AGUA

A seca que tem feito diminuiu a nascente por forma que quasi
que não corre água.

Já no tempo do Snr.Dr.Pereira da Costa, a água chegou a fal-
tar e mandava-se buscar ás dornas num carro de bois.

A situação agora torna-se mais grave, porque o consumo de
água, é incomparavelmente maior.

Vou combinar com o Pedrosa, o prepararem-se 2 carros de bois,

6 de Setembro de 1941

Instituto D. Maria Rita do Patrocinio
Costa
Casa de Educação e Trabalho
Monte Redondo-Oeste

V. Ex.^a Madre Superiora

De conformidade com o que ontem conversei com a Irmã Maria do Bom Pastor, com conhecimento das instruções do V. Ex.^a Sr. Dr. Bispa Barreto, relativamente ás duvidas que lhe foram submetidas.

1.^a -- Utensilios de cozinha: - Irão daqui os que forem necessarios desde que se trate de pequenas quantidades.

2.^a -- A marca da roupa deve ser com as letras iniciais da Casa, isto é: "M. R. P. O."

3.^a -- Quanto ás visitas: - fica ao bom senso de V. Ex.^a, podendo se assim o entender, ser aos Domingos, quinzenais, para as familias e por um tempo razoavel.

4.^a -- Quanto a lençóis: - Virão o pano de Coimbra.

5.^a -- Quanto ás roupas usadas do fundador: - podem ser utilizadas como melhor entender, modificando mesmo algum fiado para ser utilizado em vestuário das crianças.

6.^a -- Quanto a edredons: - Deve V. Ex.^a mandar fazer um, dois ou tres para as raparigas ficarem sabendo como se fazem, o que são, e a que se destinam, devendo porem ser postos, não nas camaratas, mas sim na enfermaria.

7.^a -- O regimen de alimentação das crianças é igual.

8.^a -- Quanto a generos alimenticios: - Vão de Coimbra, devendo V. Ex.^a fazer a requisigão com a necessaria antecedencia.

De porem esquecer qualquer coisa ou ho ver falta que deva com urgencia ser provida, dignar-se-há informar-me que então irá daqui.

9.^a -- Quanto a calçado: para as crianças: - sua Excelencia o Senhor Doutor Bispa Barreto, já deu ordem para a officina de calçado do Asilo de Leiria, para ser ali feito e concertado o que fôr preciso.

Nesta orientagão, entender-me-hei com o Director do Asilo para combinar o dia em que elle aí há-de ir tomar as medidas.

10.^a -- Quanto á criança fraca: - Deve ser examinada pelo medico que indicará os servigos mais leves, de que ella se deve ocupar.

11.^a -- Quanto á criança que não vê: - Dignar-se-há V. Ex.^a, mandá-la aqui á médica dos olhos para lhe receitar uns oculos.

Em tudo deverá V. Ex.^a de maneira aque a educação as raparigas e crianças lhe seja dada por forma a prepará-las para a vida como servigos, devendo por isso sujeitar-se ao regimen de trabalho, de alimentação e a um tratamento tudo de harmonia com a sua vida futura.

Nesta conformidade, empregar-se-hão em todos os servigos caseiros e assim se devem usar uma vez por outra o encerador electrico para o conhecerem e saberem lidar com elle, devem com mais



S.  R.

JUNTA DE PROVÍNCIA DA BEIRA LITORAL

do

L:

N.º 538
P. S

Exm^a Senhor
Dr. José Pedro Dias

LEIRIA

=x=x=x=x=x=x=x=x=x=x=

Junto envio a V.Ex^a o vale de correio n.º 21
05039, da importancia de 149,05 que se destina
a pagar os fornecimentos de generos de alimen-
tação feitos pela Casa de Educação e Trabalho em
"D. Maria do Patrocinio Costa" ao Asilo Distrital
de Leiria.

Junto envio as autorizações n.ºs 1106 e 1437
a fim de que se digne assinar e devolver a esta
Secretaria

A BEM DA NAÇÃO

COIMBRA, 21 de Maio de 1943

O CHEFE DE SECRETARIA

Henrique E. Paz
Henrique E. Paz

Obra anti-tuberculosa de Coimbra

SANATÓRIOS
Hospital Sanatório de Celas (Mulheres e crianças)
Hospital Sanatório da Colónia Portuguesa do Brasil (Homens)

PREVENTÓRIO
Preventório de Penacova

DISPENSÁRIOS
Dispensário Central de Coimbra (Pátio da Inquisição)
Arganil
Cantanhede
Louzã
Montemor-o-Velho
Penacova
Condeixa
Góis
Poiães
Penela

CA DE PROTECÇÃO À GRÁVIDA

CASA DA CRIANÇA

Dispensário (Praça da República)
Ninho dos Pequenos
Parque Infantil
"Dr. Oliveira Salazar"
Jardim da Infância
"D. Maria do Resgate Salazar"
Maternidade do Ninho
A Roupinha do Pequenito
Casa da Criança
Rainha Santa Isabel (Santa Clara)
Casa da Criança
Joana do Avelar (Loreto)
Casa da Criança
D. Filipa de Vilhena (Olivais)
Casa da Criança
Figueira da Foz (Em construção)
da Criança de Vila Nova de Ourém
Casa da Criança de Salreu
Casa da Criança
Rainha D. Leonor (Castanheira de Pera)
Casa de Educação e Trabalho
Helena de Quadros (Sever do Vougo)
Casa de Educação e Trabalho
D. Maria Patrocinio e Costa (Monte Redondo)
Obras de Grancher
Escola Profissional de Agricultura de Semide

OBRA DE HIGIENE

PROFILAXIA SOCIAL

Dispensário de Profilaxia das Doenças Venéreas (Alta)
Dispensário de Profilaxia das Doenças Venéreas (Baixa)

1.º BAIRRO ECONÓMICO (Loreto)

2.º BAIRRO ECONÓMICO (Em estudo)

OBRA DE EDUCAÇÃO

Escola Normal Social "A Saúde"

M. / D.

CASA DO POVO

MONTE REDONDO

1243

Monte Redondo, 4 de Março de

Ex.^{no} Sr. Doutor José Pedro Dias JuniorLEIRIA

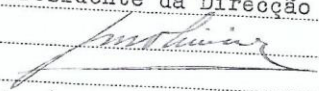
43

Agravando-se d dia para dia a escassez de milho nesta freguezia, crise agravada pelo facto dos padeiras terem reduzida de 50 % a farinha que lhes era fornecida para panificarem, venho pelo presente pedir a V.^a Ex.^a se digne informar-me se esta Casa do Povo pode contar com algum milho do existente no Instituto D. Maria Rita do Patrocinio Costa, para a exemplo do ano passado, o distribuir pelo povo da freguezia, que a todo o momento pede a este Organismo, que sejam tomadas providencias para que a freguezia seja abastecida do milho indispensavel.

Apresentando a V.^a Ex.^a os meus mais respeitossos cumprimentos e agradecendo a v/breve resposta, me subscrevo com elevada consideração e estima,

A Bem da Nação

O Presidente da Direcção


 (José Maria d'Oliveira)

MARIA RITA DO PATROCÍNIO COSTA
 EDUCAÇÃO E TRABALHO
 MONTE REDONDO
 TELEFONE 2

4/10/1941

Caro Senhor Dr. Dias

Vão as medidas para os sapatos das
 crianças mais crescidas

Creio que era costume dar vinho aos cria-
 dos, mas desde que se acabam o da casa nunca mais
 se deu vinho as Manuel, mas tambem havia abundân-
 cia de fruta que supria essa falta, agora com o
 frio e a apanha da azitona pouco me que seria bom
 começar a dar vinho.

As Simas tambem costumam beber uma
 pequena quantidade às duas principais refeições.

Para as pequenas crescidas tambem lhe me faria
 mal uma pequena quantidade como tónico, mas
 não sei se o Senhor Dr. Bissaiá queria isso.
 O Senhor Pedrosa manda dizer a V. Ex. que o Lopes
 tinha cá vindo ontem, e que tudo corria bem.

Com os meus respeitossos cumprimentos para
 V. Ex. e Sr.ª Esposa, subscrevo-me

Dr. V. Cal.
 Muito acanhado

,23/12/1941

Exm^o Snr. Director do Azilo Distri-
tal de Leiria Leiria

Exm^o Snr.

A Madre Superiora de Monte Redondo pe-
de com muita instancia o calçado para as
pequenas:

Isabel
Lourdes Santos
Leonor e
Rosa.

Andam actualmente descalças e com o
frio que tem feito, é uma dôr de alma vê-las
andar assim.

Agradecendo os bons officios de V. Ex^{as},
subcrevo-me

De V. Ex^{as}
Att^o Var. e Obrgd^o

(José Pedro Dias Junior)



S.  R.

JUNTA DE PROVÍNCIA DA BEIRA LITORAL

, 2 de Outubro de 1941

N.º 510
P.º 2

Exmo Snr. Director do Azilo
Distrital

Leiria

Exmº Snr.

Será possível o sapateiro dar no
sabado á tarde os 10 pares de sapatos
prontos, das pequenas de Monte Redondo?

A razão desta urgencia está em que
no domingo há uma festa em Monte Redon-
do e as Irmãs queriam que as crianças
se incorporassem na Procissão.

Não podem ir as de Penacova de sa-
patos e as de Monte Redondo, descalças.

Agradecendo o favor da resposta de
V.Exª para transmitir ás Irmãs, subscree-
vo-me

De V. Exª

Attº Vnr. e Obrgdº

*16
12 de Outubro de 1941
José Pedro Dias Taveira*

s cumprimentos
nessa de nos in-
pedidas estão
quando poderia-
favor de V. Exª.
e nos está cau-
s melhores
a Nação

Economato

ECONOMATO
(Em estudo)

(José Pedro Dias Taveira)

9/6/44 // Reipa/cokado

Exm^o Snr. Intendente de Pecuária do
Distrito de Leiria
LEIRIA

Exm^o Snr.

Este Instituto tem urgente necessidade, de cabedal e sola
o calçado das internas, externas e pees oal dos serviços da

Essa necessidade, é agora instente e dia a dia mais se faz
ir.

O sapateiro encarregado dos trabalhos de Casa tem neste mo-
to vaga e por isso era ocasião oportuna para a execução dos con-
tos e obra nova.

Já há tempo por intermédio de um fornecedor desta cidade,
ezes & Irmão, creio que foi presente a V. Ex^o esta mesma soli-
cação, tendo sido aguardado até agora a possibilidade de ser a-
cião.

Em virtude das razões acima expostas roço a V. Ex^o a fineza
se dignar providenciar por forma a ao Instituto ser fornecido
edal e sola de que precisa.

A Bem da Nação

Pelo Director

(José Pedro Dias Junior)

30/11/1942

Singer Sewing Machine Company

Avenida 24 de Julho - 42

LISBOA

Exmos Srs.

Acuso a recepção da carta de V.Ex^{as} de 26 do corrente acompanhando o título de propriedade nº 008207 da máquina adquirida por êste Instituto e a senha do Caminho de Ferro nº 08960 com a qual levantamos a máquina que chegou bem.

Em nome deste Instituto e em especial em nome do seu Director o Exmo S^{nr}. Dr. Bissala Barreto, apresento a V.Ex^{as} os melhores agradecimentos pelo donativo de cem escudos que se dignaram fazer a esta Casa de Caridade.

Com os meus cumprimentos e protestos da muita consideração subscrevo-me

De V.Ex^{as}

Mt^o Att^o Ven^or e Obg^o

ANEXO 44

O mal parece que se agravou; no último mês perdeu mais de 1 quilo
so.

Pedi ao médico um relatório para enviar a V.Ex^a.

Logo que o tenha manda-lo-hei a V.Ex^a.

SOPA

Sem pedir autorização a V.Ex^a mandei aqui fazer uma panela grande
de ferro zincado com a capacidade de 40 litros.

Nela se cosinhará a sopa de todos e a que se der aos pobres.

Conforme a orientação dada por V.Ex^a, recomendei que os pobres a
contemplados com a sopa fôsem de verdade pessoas necessitadas.

FORNO

Para o movimento actual, o forno de broa é pequeno; tem que se co
za-se outro não, o que representa além de maior trabalho e tempo g
maior consumo de lenha.

Acresce que o actual está muito arruinado, precisando de uma repa
que, segundo diz o criado equivale a um novo.

Diz a Superiora que convinha um fôrno para 6 alqueires.

Autoriza V.Ex^a essa construção ?

GENEROS

Transferei este mês para o Asilo Distrital por dêles não necessi-
casa da Monte Redondo, 45 quilos de arroz e 30 quilos de acucar.

Bacalheu não veio ainda.

ROUPAS

De harmonia com as ordens de V.Ex^a o Director do Asilo Distrital
para Monte Redondo a confecção de certo numero de peças de roupas
e camisas.

Mostrou certa urgencia.

A Superiora pondera-me que para poder satisfazer aquele pedido e
com relativa prontidão, convinha mais uma máquina de costura.

,19/10/1942

Instituto D. Maria Rita do Patrocinio Costa
Monte Redondo-Oeste

Exm^a e Revm^a Madre Superiora

Peço a V. Ex^a o favor de dizer ao Manuel Pedrosa que entregue a Leonor de Monte Redondo 20\$00 como esmola que lhe faz o Instituto, em nome e memória do falecido Doutor Luis Pereira da Costa.

O Manuel, a quem escrevo tomará nota destas despesas nas batatas semanais.

Esta esmola é por enquanto por uma só vez.

Mais me obsequieia V. Ex^a passando a mandar dar semanalmente ordem em contrário a Maria da Silva, viuva, de Monte Redondo, uma brôa, uma mãocheia de feijão ou umas poucas de batatas e uma pinga de azeite.

Esta esmola também em nome do doutor Pereira da Costa, se dada até ordem em contrário.

Com os meus cumprimentos, subscrevo-me

De V. Ex^a

Mt^a Att^a e Obrgd^a

P.S. - No caso de o Manuel não saber quem são estas duas senhoras, pode êle perguntar á S^{ra} D. Mariana quem são.

6/3/1943

Exmo Snr. Doutor Fernando Baeta Bissaya Barreto
Disto^o Professor da Faculdade de Medicina da Uni-
versidade de Coimbra
Ilustre Presidente da Junta de Provincia da Beira
Litoral

COIMBRA

Exmo Senhor da minha maior consideração

Recebi da Casa do Povo de Monte Redondo o officio cuja cópia en-
vio, e mando tambem a V. Ex^a cópia da resposta que dei.

Como V. Ex^a dela deduzirá, de harmonia com as instruções que V. Ex^a
fez favor de me dar, distribuir-se-á no dia 20 em Monte Redondo, come-
morando o anniversário do falecimento do Exmo Snr. Dr. Pereira da Costa,
uma esmola em géneros a 40 ou 50 pobres.

Pareceu-me de boa politica enviar em nome de V. Ex^a á Casa do Po-
vo 10 senhas para êles distribuirem pelos pobres.

As restantes serão distribuidas por mão das sobrinhas do Snr. Dr.
Costa e possivelmente algumas pela propria madre superiora.

Desculpar-me-á V. Ex^a de ter tomado a iniciativa da distribuição
pela forma que indico, mas se V. Ex^a não concordar, dignar-se-á dizer-me,
visto que o officio para a Casa do Povo, embora datado de hoje, só o fa-
rei seguir no próximo dia 10.

Com os mais respeitosos cumprimentos, subscrevo-me

De V. Ex^a

Att^o Ven^o Crô^o Oga^o

(José Pedro Dias Júnior)

5/3/1943

Exm^{as} Snrs. Mourão, Teixeira Lopes & C^a Lda
Pampilhosa do Botão

6/3/1943

Exm^o Snr. Luis Machado
Junta de Provincia da Beira Litoral
Coimbra

Exm^o Sr.

Como há tempo enviei da Casa de Monte Redondo para a Junta, quilos de Escalhão pelo Caminho do Ferro e mandei tambem 45 quilos de asucar que foram no carro do Exm^o Sr. Dr. Bissaya Barboza, peço o favor de me fazer os e receberem.

Tambem vou entregar no Szilo 45 quilos de arroz, de Monte Redondo por o Exm^o Sr. Director os pedir por estar sem annum.

Quando me inclino subscrito uma colheita de cabelo de uma criança para V. Ex^o fazer o favor de, pedica previamente a autorizacao do Exm^o Sr. Dr. Diniz Duarte, andar analisar.

qui deu negativo a higiene, mas a criança continua a cair-lhe o cabelo.

Peço tambem o favor de perguntar ao Exm^o Sr. Dr. Bissaya se ha ir e quando as crianças de Monte Redondo internadas a fim de serem operadas á garganta.

Com os meus cumprimentos, subscrovo-me

De V. Ex^o
Att^o Vnr. e Obed^o

(José Pedro Dias Junior)

(José Pedro Dias Junior)

Pedrógão, 3/9/84

Ex.mo Senhor Doutor,

Com os meus respeitosos cumprimentos agradeço a carta de V. Ex.cia, Senhor Doutor.

Peço desculpa, Senhor Doutor, de o não ter consultado sobre esse assunto.

Tendo notado que o Instituto fornece as Pequenas de tudo quanto carecem: alimentos, vestuário, assistência médica etc. Só havia uma falha: muito pouca ou quasi nula assistência religiosa. Na época em que vivemos a juventude carece d'uma formação profunda e solida e nessa formação ha uma parte que pertence aos Sacerdotes. Para preencher essa falha dirigi-me ao Rev.do Senhor Prior da Freguesia que respondeu que os seus muitos afazeres nao lhe permitiam tomar esse encargo apesar de reconhecer essa necessidade.

A experiência dirigi-me a um Sacerdote de fora que accedeu ao meu pedido. A deslocação e gratificação exigem despesas, eis porque aumentei essa verba. os 50\$00 deste mês voram para cêra.

Peço, Senhor Doutor, o favor de me dizer como hei-de fazer para o futuro.

Estando o Instituto confiado a Religiosas a parte moral e religiosa deve occupar o primeiro lugar e não ficar áquem de outras obras dirigidas por leigos.

Por estes dias temos de fazer as matriculas.

As duas Pequenas cujos processos enviei a 22/8, estão em idade escolar, não sei se as hei-de matricular, ou esperar que venham as guias de entrada?

Com a maxima consideração e respeito
subscreve-se a mt^a.at^a e obrg^a.

Jose Pedro Dias Junior

Praca de Góá, Damão e Div, n.º 10
LEIRIA

8 de Setembro de 1964 ^{TELEF. 22480}

Exma e Revma Senhora Superiora das
Irmãs de S Jose de Cluny em
Monte Redondo

Exma e Revma Senhora

Transcrevo a resposta que recebi do Exmo Sr
Prof Doutor Bissaya Barreto de Coimbra hoje re-
lativamente ás verba das contas "Despezas de
Culto" :

" precisamente porque pretendo a forma-
"ção moral e religiosa das educandas ,a
"casa foi entregue a religiosas a quem
" compete sobretudo fazer essa formação."
" Se uma vez ou outra for precisa a
" presença dum Senhor Sacerdote ele proprio
" deve prestar essa assistencia no exer-
" cicio do seu munus que deve ser devoção"

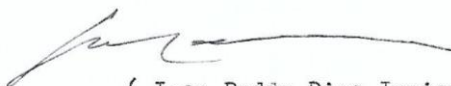
Junto envio as guias de admissão das meno-
res Maria de Fatima da Conceição Patricio e
Benvenida de Oliveira Patricio.

Apresento a V Exa os meus respeitosos
cumprimentos

Subscrevo-em com toda a conside-
ração

De V. Exa

Mto ato e mto obrº



(Jose Pedro Dias Junior

COMUNIDADE DE MONTE REDONDO

Comunidade fundada em 1941, para se dedicar à formação cristã e humana de cerca de 50 crianças e jovens dos 5 aos 17 anos pouco mais ou menos. Internato destinada a educandas pobres, muitas das quais orfãs.

Obra rural não permitia que as educandas pudessem continuar estudos, uma vez terminada a Escola Primária que frequentavam na aldeia.

Após a Instrução Primária, eram orientadas em todo o género de trabalhos domésticos, cozinha, costura, bordados.

Além de Internato - Obra de Administração do Doutor Bissaia Barreto - havia a Obra de Pastoral Paroquial, com catequeses, formação de catequistas, animação litúrgica, formação de adultos, visitas a domicílio, atendimento de doentes pobres, etc.

Mas a Obra não evoluiu. A Direcção não quis mudar de orientação, o número de crianças foi diminuindo.

A Irmãs não tinham assistência religiosa conveniente e o seu testemunho já não era captado pelas pessoas da terra.

Em face de tudo isto a Obra foi encerrada no ano de 1974.

ANEXO 51

PROVINCIA PORTUGUESA
DA CONGREGAÇÃO DE S. JOSE DE CLUNY
Nogueira - BRAGA
Telefone 22607

Exmo. Senhor
Professor Doutor Fernando Bissaya Barreto
CODURBA

Na qualidade da Provincial da Congregação das Irmãs de S. José de Cluny em Portugal e assim responsável pela fecundidade do trabalho e respectivo apostolado das religiosas nas diferentes Obras entregues aos cuidados da Congregação no território português, permitam-se Vossa Excelência saber e que, após madura reflexão, me sugere a Casa de Educação e Trabalho - "Instituto D. Maria Rita de Patrocinio Costa" - em Monte Redondo:

Este Estabelecimento, de inficis muito útil e eficiente, parece já não justificar a presença de cinco ou seis Irmãs, visto o pouco rendimento que o seu trabalho actualmente representa. Assim, vêm-nos constrangidas a ~~tomarmos~~ decisão de deixar esta Obra pelas razões a seguir apontadas:

- 1- o número restrito de religiosas em actividade na Congregação, leva-nos a seleccionar as Obras em que as Irmãs se dedicam;
- 2- os objectivos da Casa de Educação e trabalho de Monte Redondo parecem não corresponder às necessidades e aspirações da juventude rural a que se destinam;
- 3- a assistência religiosa de que carecem as Irmãs para manter e alimentar a sua vida espiritual, mostra-se sempre muito deficiente pelas ausências frequentes do Pároco e não se justificar um Capelão privativo.

Não queremos deixar de agradecer a Vossa Excelência todo o apoio, orientação e interesse concedidos às religiosas durante os seus já longos anos de trabalho em Monte Redondo, nem de forma alguma queremos mostrar menos apreço por este Estabelecimento de educação. É a falta de pessoal religioso devidamente preparado e qualificado, que nos obriga a manter apenas, as actividades da Congregação nas Obras que nos parecem mais úteis ou necessárias.

.../...

PROVINCIA PORTUGUESA
DA CONGREGAÇÃO DE S. JOSE DE CLUNY
Nogueira - BRAGA
Telefone 22607

.../...

Assim, conforme razões acima expostas, peço a Vossa Excelência se digno aceitar a rescisão do nosso Contrato, após os seis meses previstos para tal, a partir desta data.

Com os protestos da maior consideração e respeito, apresento a Vossa Excelência os meus atenciosos cumprimentos,

A Provincial
St. Maria Eugénia Dória Monteiro

Braga, 8 de Setembro de 1973

ANEXO 52

PROVÍNCIA PORTUGUEZA
DA CONGREGAÇÃO DE S. JOÃO DE CUHY
Hospício - BRAGA
Telefone 22687

Excelentíssimo e Reverendíssimo
Senhor D. Alberto Cosme do Amaral
Bispo de Leiria

Com os mais respeitosos cumprimentos venho expor por escrito, a Vossa Excelência Reverendíssima, o assunto que já no passado mês de Maio, foi oralmente apresentado pela Irmã Inês Medeiros, superiora do Colégio da Rainha Santa Isabel, em Coimbra:

A Casa de Educação e Trabalho - "Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa" - em Monte Redondo, apesar dos esforços e boa vontade das Irmãs que aí trabalham, deixou de dar o rendimento correspondente a esse esforço por não ter, segundo nos parece, uma linha de orientação pedagógica actual e ainda, pelas razões seguintes:

- 1-ser administrado um tipo de instrução que não é reconhecido oficialmente por diplomas e portanto não garantir o futuro das educandas;
- 2-as alunas não estarem interessadas numa formação doméstica, única prevista na Instituição, na idade em que os pais, ou os seus representantes, as vêm buscar para casa;
- 3-os objectivos do Estabelecimento serem assaz limitados e o número de beneficiadas muito restrito;
- 4-a assistência religiosa às Irmãs ser bastante precária.

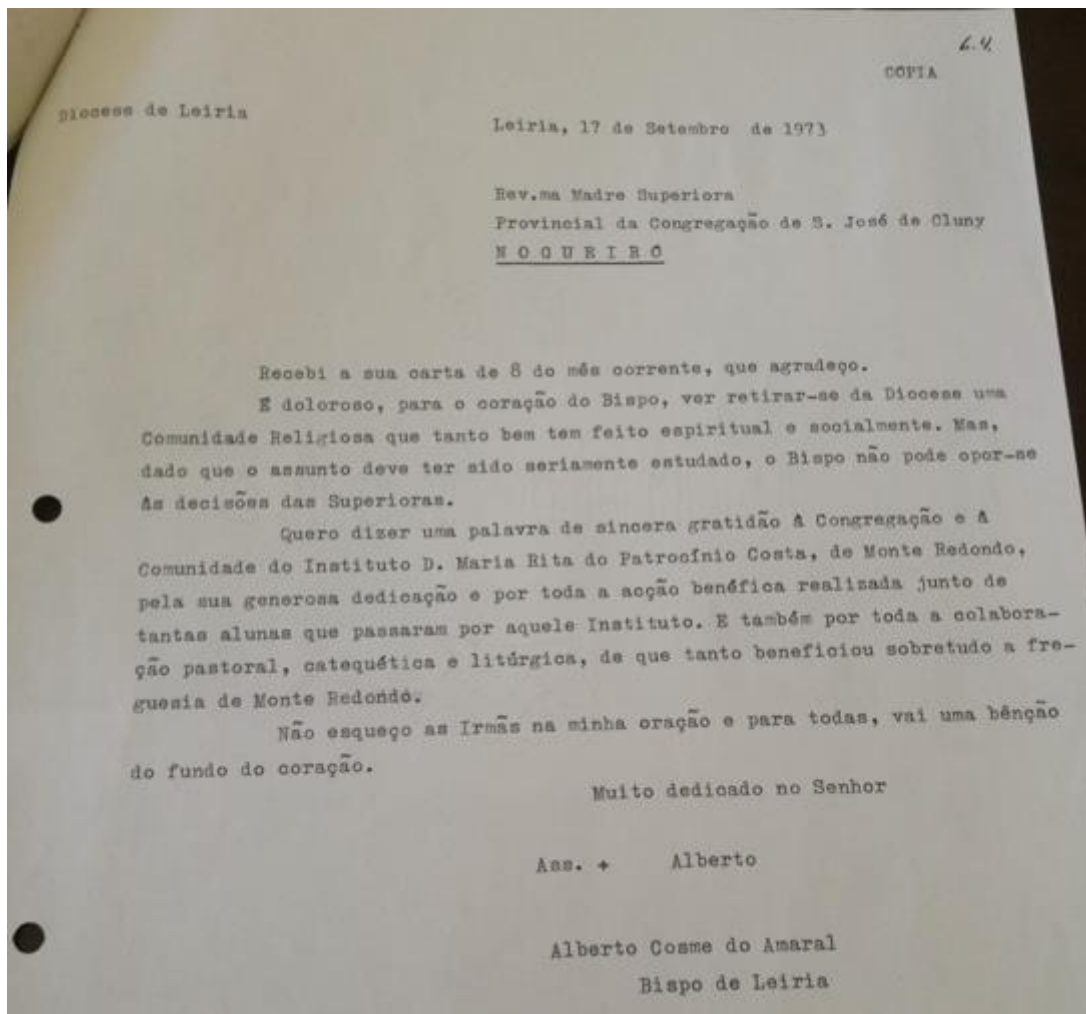
As razões acima expostas junta-se a falta de pessoal religioso, devido à baixa de vocações e demora prolongada das Irmãs em formação profissional e religiosa, o que nos tem levado a retirar das Obras as religiosas cujo apostolado deixa de ser eficiente ou bem aceite.

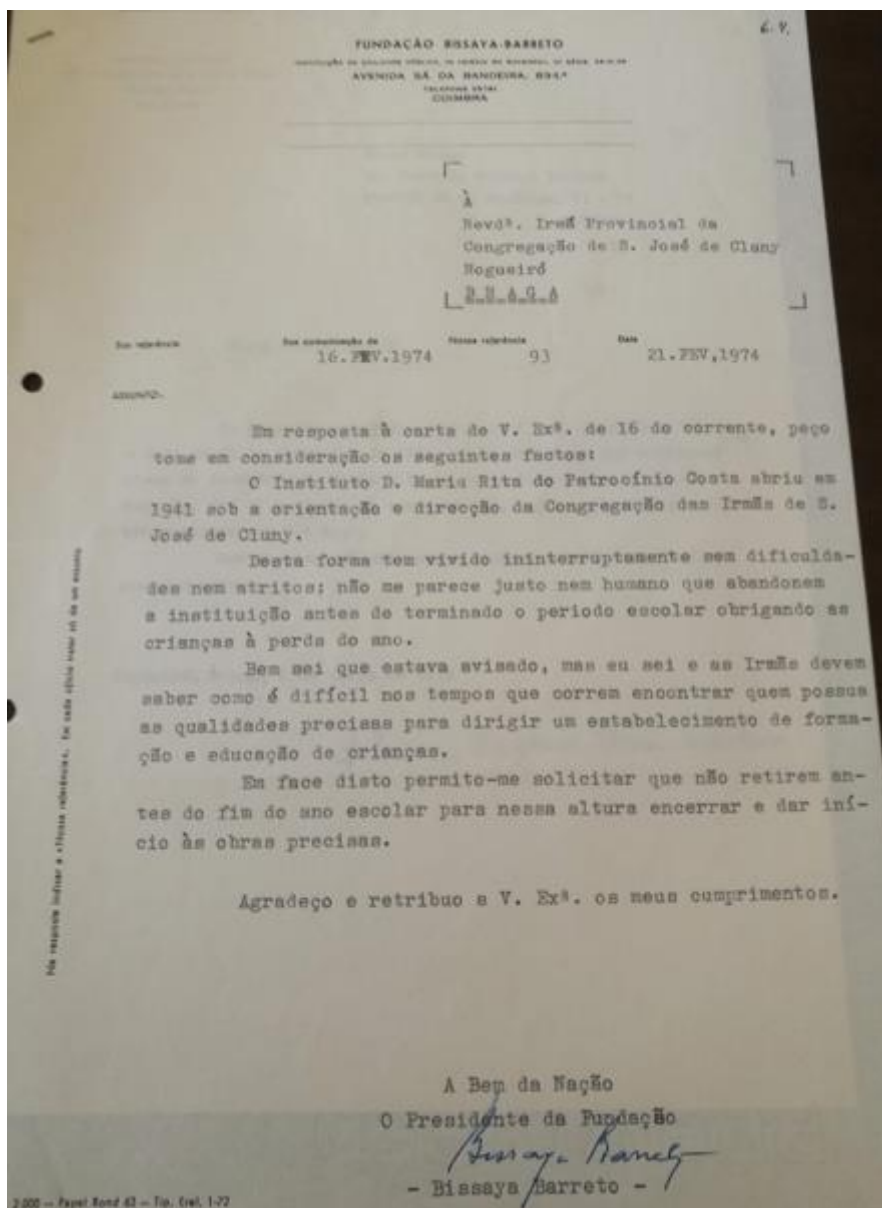
Assim, solicitamos de Vossa Excelência Reverendíssima se dignar conceder autorização para retirarmos do Instituto D. Maria Rita do Patrocínio Costa, as Irmãs que aí trabalham, a partir dos seis meses previstos para a rescisão do contrato com a respectiva Administração.

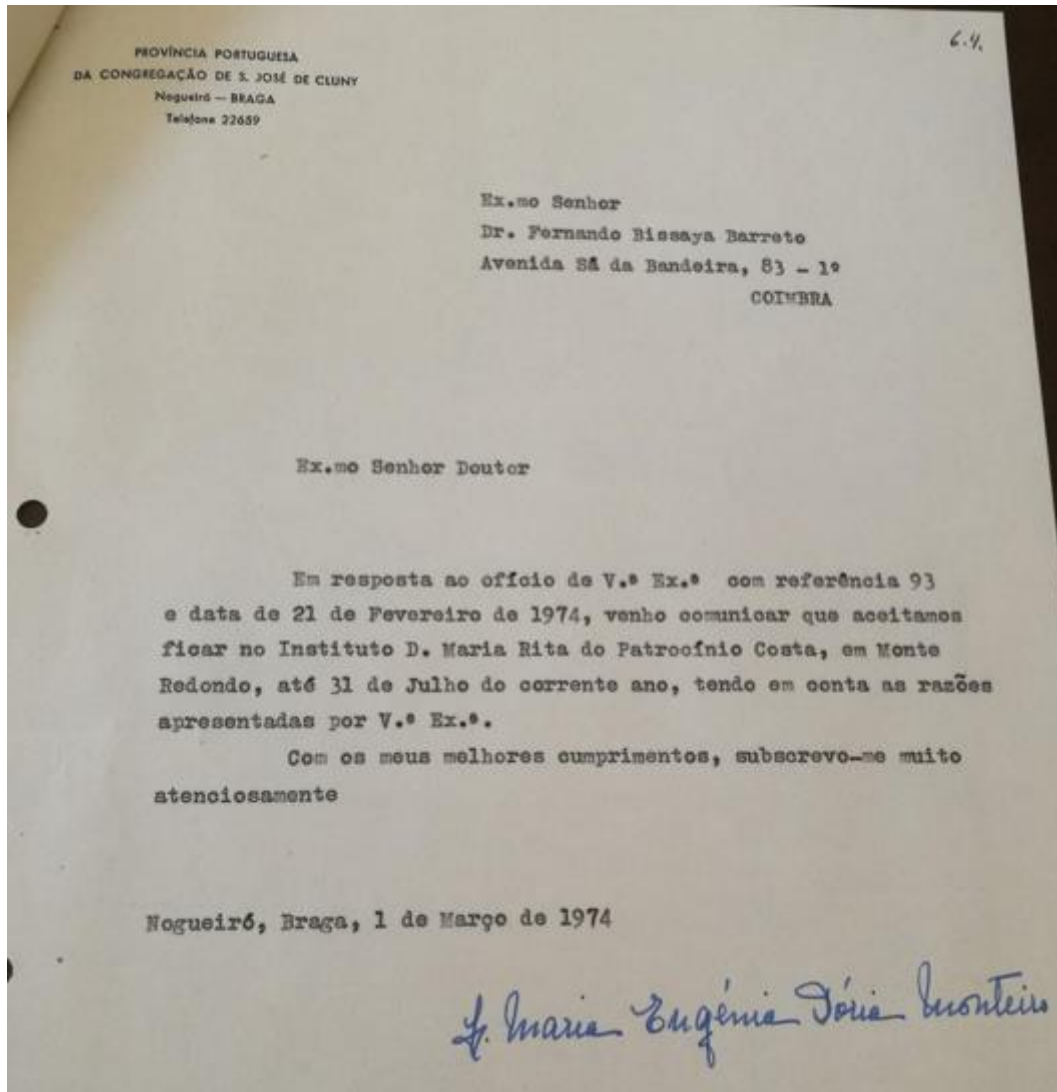
Apresentando a Vossa Excelência Reverendíssima os protestos do maior respeito, confesso-me muito grata em Nosso Senhor,

A Provincial
Maria Luarganda Monteiro

Braga, 8 de Setembro de 1973.







INSTITUTO D. MARIA RITA DO PATROCÍNIO COSTA
(CASA DE EDUCAÇÃO E TRABALHO)
MONTE REDONDO (OESTE)
TELEFONE 28002

Leiria 18 de Março de 1962

Exma e Revma Senhora Superiora

Inclusas remeto a V: Exa as guias de admissão neste Instituto das menores:

Maria Alice Azinheiro Prod n^o 109
Maria de Fatima da Cruz Pires - Proc n^o 110
Saude Pereira da Silva - Proc n^o 111
Anunciação da Silva Gaspar - Proc n^o 112
Emilia Gomes Domingues - Proc n^o 113

As guias vão em duplicado. Ligo que V Exa as tenha assiando depois de entrada das menores e datado de então, data que não pode ser anterior 13 de Março nem do mesmo dia, mas de depois, é favor devolver os duplicados arquivando ai os outros, pois os duplicados serão juntos aos respectivos processos que ficam na Secretaria da Fundação Bássaya - Barreto.

Subcrevo-me com toda a consideração

De V. Exa
mt^o ate^o e mt^o obr^o

